

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 13/2023
19 de julho a 1º. de agosto de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



FIOCRUZ

120
ANOS

PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

Sistema Nações Unidas

11 - O drama de não entender uma única palavra - *Santiago Alcázar*

14 - Agenda 2030 e seus ODS: o paradoxo entre sua importância e sua ausência nos discursos e na prática - *Paulo M. Buss*

16 - Pandemias futuras, pandemias presentes: o que se esperar dos mecanismos de preparo e resposta da OMS - *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

25 - Iniciativas promissoras em biodiversidade e saúde em meio a reveses nas negociações climáticas - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

36 - Relatório do PNUD com oportunidades de investimento na África busca mobilizar setor privado para investimento nos ODS - *Erica Kastrup*

40 - OIT ajuda a focalizar as prioridades globais e a ampliar o alcance da reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20, realizada na Índia (20-21 de julho) - *René Mendes*

49 - Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*

52 - Os caminhos para a igualdade: índices sobre o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

57 - O discurso e a prática da Cúpula de Sistemas Alimentares +2: compromissos nacionais, riscos de captura corporativa e a participação brasileira - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

65 - Tecnologia na Educação: Solução ou Ilusão? - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

69 - Banco Mundial e o Fundo Pandêmico: o novo mecanismo de combate à crise de saúde global - *Isis Pillar Cazumbá*

72 - Desafios para a 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

76 - A sociedade civil contra as iniquidades em saúde: apelos por respostas concretas - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

93 - A crise da dívida é o caminho mais rápido de minar os direitos humanos - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

99 - Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*

- 109 - G20 não avança nas agendas econômica e ambiental - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami, Nina Bouqvar*
- 119 - Enquanto o dragão e o urso criam interconexões geoeconômicas, os olhos do mundo se voltam para a próximas negociações de paz e para a 15ª Cúpula dos BRICS - *Claudia Hoirsch*
- 124 - América Latina entre a queda do apoio a democracia e a abertura de oportunidades com a EU - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*
- 132 - O 4º golpe militar na África Ocidental - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 145 - Terra à vista! A Europa redescobre suas ex-colônias latinas - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 149 - Fortalecimento do novo Global Globe e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC - *Lúcia Marques*
- 161 - Apontando para o Sul - *André Costa Lobato*
- 164 - Atualização EUA - *Guto Galvão*

Créditos dos autores deste fascículo - 168

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 171

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 172

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 13/2023 – 19 de julho a 1º. de agosto de 2023

Apresentação

Enquanto um calor intenso continua produzindo efeitos deletérios sobre populações humanas no hemisfério Norte, incêndios florestais devastadores destroem os já escassos espaços de vegetação da Europa e norte da África. Julho foi o mês mais quente da história da humanidade, segundo a Organização Meteorológica Mundial. O SG Antônio Guterres disparou: O mundo está passando do ‘aquecimento global’ para a ‘fervura’ global, e vai piorar ano após ano.

Em paralelo, e de forma absurda e totalmente irresponsável, os ministros de ambiente do G20, reunidos em Chennai, sob a PPT da Índia, em reunião preparatória para a COP28 das Nações Unidas, não chegaram à qualquer acordo sobre crise climática, basicamente a limitação na emissão de gases de efeito estufa a partir de 2025.

Fracasso similar no G20 ocorreu dias antes, quando ministros da Energia do grupo tampouco se acertaram em reduzir o uso de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que a Agência Internacional de Energia (AIE) anunciava que o consumo de carvão atingiu níveis recordes em 2022, com 8,3 bilhões de toneladas, 3,3% a mais que em 2021. Aonde querem estes irresponsáveis levar o mundo?

Enquanto todas estas repercussões ambientais globais ocorrem no mundo, na nossa região realiza-se a esperada **Cúpula da Amazônia** nos dias 8 e 9 de agosto próximo, em Belém. Vai reunir representantes dos oito países sul-americanos que compartilham a floresta amazônica e são integrantes da *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)*: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além de Congo, República Democrática do Congo e Indonésia, países que também possuem grandes extensões de florestas sub-tropicais. Além desses chefes de Estado, está convidado para a Cúpula o presidente da França, Emmanuel Macron, representando a Guiana Francesa, território ultramarino do país europeu na América do Sul, que também detêm porções da Floresta Amazônica.

Serão quatro eventos, alguns paralelos, que ocorrerão de 4 a 9 de agosto, ocasião que já é vista como uma pré-COP30, em alusão ao evento que a capital paraense sediará em 2025. De 4 e 9 de agosto, ocorrerá a *Assembleia dos Povos pela Terra*, que reunirá povos indígenas de toda a Panamazônia. Nos dias 5 e 6, haverá o *“Seminário Internacional Amazônia Sustentável: contribuições das Ciências Sociais, do Multilateralismo e da Sociedade Civil”*. Entre 4 e 6 de agosto, ocorrerão os *Díálogos Amazônicos*, com lideranças da sociedade civil. Em 8 e 9 de agosto, os oito presidentes da região e outras autoridades se reúnem na Cúpula da Amazônia.

Lula afirmou que o objetivo da Cúpula é construir uma *posição conjunta* que será levada à conferência do clima das Nações Unidas, a *COP28*, nos Emirados Árabes, entre 30 de novembro e 12 de dezembro. Temas que também serão tratados são: proteção dos povos indígenas, promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, bioeconomia, e combate aos crimes transnacionais, além da expectativa de criação de um *Fórum de Cidades Amazônicas* e um *Parlamento Amazônico*. Saúde deverá receber diversos parágrafos. Também são esperadas a criação do *Observatório Regional da Amazônia*, que vai sistematizar e monitorar dados de todos os países para orientar políticas públicas, além de produzir, em tempo real, boletins e alertas sobre secas, cheias, chuvas, incêndios e contaminação das águas, além da

criação de *comitê de especialistas da Amazônia*, inspirado no Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) da ONU, visando gerar conhecimentos e produzir recomendações baseadas na ciência.

Não há certeza de que todas estas expectativas se materializem na Declaração final, mas nossos analistas estarão atentos para trazer aos leitores do próximo fascículo dos Cadernos uma análise da Cúpula e seus resultados.

A propósito, a agenda internacional do presidente brasileiro inclui, no segundo semestre: a *Cúpula do Brics*, na África do Sul (22-24 de agosto); a *XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo CPLP*, em São Tomé e Príncipe (27 de agosto); a *Cúpula do G20*, em Nova Delhi (9-10 de setembro); o discurso inaugural da sessão de debates da *Assembleia Geral das Nações Unidas*, em Nova York (19 de setembro).

Nesta semana, a 4 de agosto, realiza-se em Durban, África do Sul, a *reunião de ministros da saúde de BRICS*, antecedendo a Cúpula de líderes do bloco de 22 a 24 de agosto, em Joanesburgo. Comentaremos a declaração resultante no próximo fascículo (14) destes Cadernos.

Na **ALC**, toma posse dia 18 próximo o novo presidente do Paraguai, Santiago Peña, que aterrissou em Brasília para um visita ao presidente Lula, dia 28 último, na qual foram discutidos, entre outros, o onipresente tema de Itaipú Binacional. Em discurso afinado como o do brasileiro, Peña afirmou que “meu sonho é que no Paraguai e no Brasil não tenhamos gente com fome, sem estudo e sem trabalho. Temos que criar as condições para que haja saúde, educação e emprego”. Lula prometeu que vai à posse do colega paraguaio.

Para a **Europa e a África**, destacamos a *Cúpula Rússia-África*, realizada em São Petersburgo, em 28 de julho, um contraponto ao isolamento imposto pelo Ocidente à Rússia. Putin anunciou a doação de 50 milhões de toneladas de cereais aos países africanos, mas deixou dúvidas sobre o retorno ao acordo de liberação do trânsito de grãos no Mar Negro. A nosso ver, a nota negativa é a promessa de mais liberação de armas russas aos exércitos africanos, o que certamente fomentará as guerras já instaladas no continente e favorecerá o surgimento de novos conflitos.

Os artigos de **Alcázar** e **Buss** tratam da preocupação com a ausência da Agenda 2030 e seus ODS na concretude das agendas nacionais de desenvolvimento e, exceto para o caso das Nações Unidas, que tem no SG Guterres o grande arauto da Agenda, a ausência também nos grupos de países e em outros espaços multilaterais. Fica o convite para que você assista o seminário do CRIS sobre a Agenda 2030 no nosso canal de YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=e8eF18UTzgg>

São muitos os processos de trabalho paralelos que visam o preparo e resposta a pandemias. Para alinhar e ampliar esforços de discussão, foi realizada na **OMS** uma reunião plenária conjunta entre o *Órgão Intergovernamental de Negociação (INB)* e o *Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI)*. Além da identificação de tópicos de interesse comum, a reunião foi espaço para afirmação dos estados-membros com o compromisso, engajamento contínuo e a cooperação para manter um diálogo aberto e enfrentar os desafios globais de saúde de forma eficaz. Além disso, enfatizou-se que ambos os processos devem ser concluídos simultaneamente para fornecer um quadro normativo global abrangente e integrado para lidar de forma eficaz com emergências de saúde globais e pandemias. **Reges, Bermudez e Galvão** tratam ainda de outro processo concomitante, que são os preparativos para a Reunião de Alto Nível na Assembleia Geral da ONU para prevenção, preparo e resposta a pandemias, que acontece em setembro deste ano. Também terá como furto uma Declaração Política, que é criticada pela possibilidade de não ser enfática o suficiente em pontos essenciais para garantia de equidade. E se pandemias futuras são preocupações, doenças que acometem ao redor do globo também o são. O Dia Mundial das Hepatites aconteceu em 28 de julho e foi uma oportunidade para intensificar os esforços nacionais e internacionais contra a hepatite, incentivar ações

e engajamento de indivíduos, parceiros e do público e destacar a necessidade de uma maior resposta global. E frente à necessidade de enfrentamentos a estigma, a OMS lançou sua nova orientação sobre supressão viral do HIV e dos níveis indetectáveis do vírus, com impactos diretos na melhoria da saúde individual quanto na interrupção da transmissão do HIV. Já anteriormente sabido, uma pessoa que vive com HIV com carga viral indetectável, faz do vírus intransmissível e esse novo documento reforça o poder de se dizer: "zero risco de transmissão". Isso é poderoso e é importante que profissionais da saúde comuniquem de forma correta e que a comunidade se aproprie dessa informação.

A **OPAS e a OMS** organizaram um *Workshop Global em Biodiversidade, Conhecimento Tradicional, Saúde e Bem-estar* no Rio de Janeiro de 25 a 28 de julho, visando o diálogo entre partes interessadas como Povos Indígenas, legisladores e profissionais da saúde tradicional, em preparação para a Cúpula Mundial da OMS sobre Medicina Tradicional em agosto, a se realizar na Índia. Dois artigos no **Lancet** abordaram a governança da biodiversidade para a saúde e sugeriram incluir a saúde nos Planos de Ação Nacional de Biodiversidade. O Brasil perdeu a presidência do sétimo relatório do **IPCC**, com pouca representatividade do Sul Global nas lideranças dos grupos de trabalho. No **G20**, países líderes em energia fóssil bloquearam acordos sobre energias renováveis e redução de combustíveis fósseis. O mundo enfrenta recordes de temperatura em julho, enquanto aumentam as ações judiciais contra práticas que intensificam as mudanças climáticas e violam direitos humanos. O **HLPF** terminou e ações para acelerar a Agenda 2030 são esperadas na Cúpula dos ODS em setembro. Esta 'agenda ambiental transversal' é abordada no informe de **Magalhães e Galvão** para o Caderno 13.

O artigo de **Mendes** resume o significado de um evento de grande alcance, representado pela *reunião de ministros do Trabalho e Emprego dos países integrantes do G20*, ocorrida em Indore (Índia), nos dias 20 e 21 de julho de 2023. Além das delegações dos países do G20, o encontro reuniu as principais organizações internacionais que atuam em questões econômicas e sociais, com destaque para a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Considerando o contexto pós-pandemia e a crise global de empregos, três dimensões temáticas do 'mundo do trabalho' foram debatidas na Índia: (i) a questão das grandes lacunas de habilidades e competências; (ii) extensão dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores avulsos e temporários (atualmente denominados 'gig economy') e trabalhadores de plataformas digitais; (iii) o financiamento sustentável dos sistemas nacionais de proteção social para todos os trabalhadores. As resoluções da reunião de ministros do Trabalho e Emprego serão levadas para reunião de cúpula do G20, a ser realizada em Nova Deli, em setembro deste. Salienta-se, ao final do texto, a relevância potencial desta agenda, tendo em vista, também, o importante fato de o Brasil assumir a presidência do G20, a partir desta reunião de setembro.

Kastrup analisa em seu artigo o relatório do **PNUD** sobre *Insights para o investimento em África contribui para o debate sobre o papel das parcerias público-privadas no alcance da Agenda 2030*. Conclui que, neste momento em que a parceria global para o desenvolvimento sustentável, é preciso ainda mais atenção ao que propõe os ODS.

Neste Informe, o **Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global** relata o memorando assinado entre a União Europeia e a Tunísia, que tem em seu escopo temas migratórios. Juntamente com a Líbia, o país tunisiano é considerado um dos principais pontos de entrada na Europa para as pessoas requerentes de asilo. Também destaca os 100 dias do conflito do Sudão e as consequências causadas pelos deslocamentos. Além de panorama das migrações no Brasil para o mês de junho de 2023.

Um relatório preparado pela **ONU Mulheres** e pelo **PNUD** destaca os desafios globais enfrentados pelas mulheres no que se refere ao empoderamento e igualdade de gênero. Para **Massari e**

Gomes, ele fornece também um roteiro para intervenções direcionadas e reformas políticas e apresenta dois novos índices que devem ser incorporados no monitoramento do ODS 5 - Igualdade de Gênero.

Os resultados do *Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment)* e as respostas dos países e organizações para a transformação necessária nos sistemas alimentares globais e alcance da agenda 2030 são discutidos pelo **grupo alimentação, nutrição e segurança alimentar**. Agregam também as críticas ao risco de captura corporativa que permanece nessa agenda, bem como um balanço geral da participação brasileira no evento.

Os avanços tecnológicos, especialmente na era digital, estão transformando a educação, com surgimento de indústria voltada para o desenvolvimento de conteúdo educacional e aplicativos. Segundo **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**, o uso dessas tecnologias aumentou globalmente, mas há poucas evidências sólidas sobre seu impacto positivo na aprendizagem. Desigualdades persistem no acesso à tecnologia educacional, principalmente em relação à eletricidade e internet. Empresas de tecnologia influenciam na produção de evidências, levantando preocupações sobre conflitos de interesse. Além disso, o uso excessivo de tecnologia pode afetar a saúde mental das crianças. A implementação responsável e ética da tecnologia educacional é essencial para promover a equidade e eficácia na educação.

Chamas informa que durante a reunião do Conselho Geral da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, realizada nos dias 24 e 25 de julho, os membros examinaram 'roteiro' para a MC13 sobre a reforma da OMC. Houve debate sobre o avanço das negociações sobre a reforma da organização no que diz respeito à sua função deliberativa. Até fevereiro de 2024, quando será realizada a 13ª Conferência Ministerial da OMC em Abu Dhabi, os países-membros farão reuniões preparatórias. Há demandas dos países em desenvolvimento para tornar os processos negociais mais transparentes e inclusivos, incluindo promoção do desenvolvimento e produção industrial.

Cazumbá discorre sobre a criação e o funcionamento do Fundo Pandêmico, a ser administrado pelo **Banco Mundial**, primeiro Fundo criado para ajudar os países mais pobres a fortalecerem os seus sistemas de saúde, possibilitando um impacto menos agressivo de uma pandemia futura.

Na segunda quinzena de julho, das 36 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** monitoradas pelo grupo liderado por **Sousa**, 26 organizações, sendo 16 de interesse público e 10 de interesse privado, registraram manifestações pertinentes às questões globais da saúde. As OSC se manifestaram sobre temas diversos, com enfoque na crise climática, nas repercussões dos conflitos bélicos, na força de trabalho em saúde e nas doenças infecciosas e crônicas. No que tange ao clima, o recurso ao Judiciário para responsabilizar empresas poluidoras e governos omissos tem crescido. Em relação aos conflitos violentos, as dificuldades de provisão de ajuda humanitária foram destacadas. Quanto à força de trabalho, chamou-se a atenção para a escassez global. Finalmente, quanto às doenças infecciosas e não-transmissíveis, foi lembrado o Dia Mundial da Hepatite C e condenada a comercialização de produtos ultraprocessados. De modo geral, reiteraram os apelos por intervenções concretas por parte das lideranças globais. Você está convidado para assistir no próximo dia 9 de agosto, de 10h às 12:30h, no canal do YouTube da Fiocruz, o Seminário Avançado sobre "*Equidade em saúde global: a sociedade civil entre a retórica e a prática*".

Com a pandemia do Covid-19, houve um aumento exponencial do comércio eletrônico à medida que consumidores compravam muita coisa online. Portanto, não é de se espantar que as informações sobre os mais diversos tipos de comércio eletrônico também tenham crescido, segundo **Ungerer**. Um dos exemplos foi o *Seminário sobre Comércio Eletrônico Transfronteiriço Sul-Sul* direcionado para a erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável global, organizado pelo Governo da China e

UNOSSC com o objetivo de construir parcerias e cooperação de projetos de cooperação Sul-Sul e triangular. Durante o HLPF, o **G-77 e a China** destacaram que, os avanços alcançados para a Agenda 2030, são insuficientes e a erradicação da pobreza é o maior desafio global, enquanto os efeitos negativos das mudanças climáticas ameaçam a própria sobrevivência de muitos países em desenvolvimento. Assim, uma nova ordem econômica internacional é mais do que necessária. Em outro momento, o Grupo deixou claro que o processo de negociação para finalizar a Declaração Política para a Cúpula dos ODS, tem sido muito complexo, devido à relutância dos países desenvolvidos para se comprometerem com a Agenda 2030 e a realizar ações para acelerar seu cumprimento. O Movimento Jovem dos não-alinhados vem trabalhando sob os princípios fundadores do **MNA**, dando voz aos jovens e discutido os avanços e metas do movimento, como diplomacia e liderança. O **Centro Sul** produziu ensaios para avaliar as negociações do instrumento pandêmico da OMS; o estabelecimento de regras para a tributação do trabalho remoto; a reforma da OMC e os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia, entre outros.

De Negri e De Negri Filho exploram a crise da dívida global e como ela mina - sistemicamente - a idealização de nações construídas sobre a garantia dos direitos humanos e como ela é - em última análise - uma ferramenta falha para lidar com questões de desenvolvimento.

Hoirisch analisa aspectos da próxima cúpula do **BRICS** (Joanesburgo, África do Sul, 22-24 de agosto). Dentre os temas em discussão uma nova moeda e um novo sistema de pagamento comum. Uma das possibilidades é que a nova moeda se chame R5, tendo em vista que todas as moedas dos países do grupo começam com "R". O R5 permitirá que os membros atuais aumentem o comércio mútuo, desconsiderando o dólar e reduzindo suas reservas naquela moeda. Este é apenas o primeiro de muitos passos práticos no longo e tortuoso caminho da desdolarização. Se a ideia de criar uma moeda comum para os membros do BRICS realmente se concretizar, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) pode se tornar uma espécie de câmara de compensação. Também existem propostas sobre o uso de ativos financeiros digitais apoiados em ativos reais, como as moedas-estáveis. Se isto acontecer, os exportadores do BRICS terão então que comercializar seus produtos contra a moeda-estável do BRICS, no lugar de aceitar dólares americanos. Enquanto os olhos do mundo estarão direcionados para uma nova rodada de negociações que contará com a presença dos principais membros dos BRICS para tentar pôr fim ao conflito ucraniano e, para a próxima Cúpula dos BRICS, Pequim e Moscou seguem fazendo interconexões geoeconômicas como garantia de segurança de seus canais logísticos e de desenvolvimento.

Em meio aos novos desdobramentos do conflito na Ucrânia e recordes de temperatura registrados mundialmente, o **G20** falha, mais uma vez, em alcançar consenso em importantes e urgentes questões da agenda ambiental e econômica. Segundo **Burger, Esteves e grupo**, ocorreram nessa quinzena discussões entre G7 e G20 a fim de solucionar os grandes desafios globais, com destaque para a cooperação entre o G7 e o Sul Global. Quanto à Ucrânia, G7 pede ao G20 que construa o consenso sobre o tema. Peças começam a ser movimentadas para a próxima presidência italiana do G7, em 2024. O mesmo ocorre com o Brasil, em relação ao G20. Os destaques da **OCDE** se dividem entre discussões relacionadas a gênero, ressaltando os progressos, as fragilidades, as ameaças e os potenciais relativos ao tema, e a continuação dos esforços da iniciativa da solução de dois pilares, as reformas fiscais e tributárias internacionais e a publicação de alguns documentos ligados ao projeto.

Brito, Minayo e Tobar discutem os impactos da *III Cúpula da CELAC-União Europeia* na região, à luz do relatório *Latinobarômetro 23*. No âmbito da América do Sul, foi realizada, em Santiago do Chile, a Reunião sobre Recursos Humanos em Saúde com o intuito de dar os primeiros passos para a avaliação medição do Plano de Ação de Recursos Humanos nos Países da América do Sul. Já próximo a realização da Cúpula de Chefes de Estado dos países amazônicos, a **OTCA** promoveu evento com lideranças indígenas da Amazônia e especialistas para articulação uma *Estratégia Regional Amazônica de Povos*

Indígenas e mudança climática. Finalmente, o informe apresenta um evento organizado pela **SELA** sobre os encadeamentos produtivos na América Latina e sua repercussão na integração e comércio.

Silva, Cá, Mahoche, e Rosenberg trazem o rescaldo daquilo que foi o HLPF para **África** e também Timor-Leste no que toca a Revisões Nacionais Voluntárias. Seleccionamos três países do continente africano, representativo da África Ocidental, Central e Oriental, que partilharam suas experiências, alguns sucessos, desafios e lições aprendidas com foco nos ODS. Incluímos também Timor-Leste porque foi dos poucos Estados-Membros da CPLP que apresentou este ano a sua VNR num denso relatório. O **CDC África** acaba de lançar uma Rede Regional de Vigilância Integrada e Laboratório para a África Austral para abordar eficazmente as questões de saúde pública e fortalecer a vigilância e resposta integradas às doenças. O CDC África, a OMS e o Instituto Robert Koch da Alemanha, lançaram uma parceria sobre segurança em saúde para fortalecer a vigilância de doenças e sistema de informação. Foram publicados 14 relatórios representativos de alguns Estados-Membros sobre a situação da resistência antimicrobiana. Repercutimos os resultados da *II Cúpula Rússia-África* com a presença de aliados históricos, mas com grande pressão ocidental para desencorajar a participação das nações africanas. Também mereceu destaque a guerra no *Sudão*, a conseqüente grave crise humanitária e fraca resposta da comunidade internacional. Um quarto golpe militar ocorrido desta vez no Níger, depôs um presidente democraticamente eleito e suspendeu a Constituição desse Estado do Sahel.

O informe **Europa** traz comentários sobre a *III Cúpula Celac-UE*, ocasião na qual as ex-colônias latino-americanas, mostraram unidade e coesão na costura do documento final. Os países membros da Celac se organizaram para inserir temas políticos relevantes para a região, como a escravidão e os embargos, conforme **Freire**. O resultado das eleições da Espanha traz incertezas e implica em coalisões que definirão o futuro do país. A OMS Europa realizou a 7ª Conferência em Meio Ambiente e Saúde da região, com adoção da Declaração de Budapeste.

Embora as ações do ex-governo americano, Trump, de confrontação à China, somadas à falta de interesse pelo Oriente Médio, tenham desempenhado importante papel no cenário atual, que desemboca num novo *Global Globe*, a linha do tempo dos movimentos atuais começa com a saída dos EUA do Afeganistão, em 2021, já no governo Biden, que permitiu que novos atores entrassem em cena, ocupando espaços econômica, política e diplomaticamente, no **Oriente Médio e Ásia Central**. A guerra fria (China X EUA) e outra quente (Rússia X Ucrânia e seus aliados ocidentais) contribuíram para aprofundar divisões. Muitas sanções foram aplicadas, inviabilizando economia e desenvolvimento. Como relembra **Marques**, os países do Sul Global se reorganizaram para fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão.

A 'selva' está se tornando independente do 'jardim'. Todo o Sul Global está convocado a criar um novo jardim, próprio – e, num futuro não tão distante, com sua própria moeda. O ponto de mudança foi a 23ª Cúpula dos Chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que propôs para o novo *Global Globe* uma fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE, conectadas geoeconomicamente pela BRI da China e pelo INSTC (Rússia, Irã e Índia). Um bloco comercial OCX-BRICS-UEE tornará as sanções ocidentais inúteis e trará independência total do dólar americano. Tudo isso irá se refletir na próxima cúpula de líderes dos BRICS+. Será uma cúpula extremamente estratégica para o Sul Global.

Lobato informa que Wang Yi volta a ser o ministro das relações exteriores da **China** e se mantém como diretor da comissão de relações internacionais do Partido Comunista da China. Qin Gang, que possuía ao cargo de ministro das relações exteriores permanece como um importante quadro do Partido e do governo, mas seu futuro é incerto. Ele representava um canal de diálogo com capitais-chave do

mundo ocidental, Londres e Washington, onde serviu. Em declarações recentes, Wang Yi reafirmou a China como um membro do Sul Global e disse que o país se manterá unido com a grande parte dos países do mundo que buscam por desenvolvimento.

As ondas de calor estão custando bilhões à economia dos EUA, segundo **Galvão**, no seu informe sobre os **Estados Unidos**, que reporta também a criação do novo Escritório sobre Pandemia na Casa Branca. Estudo realizado no país analisou diferenças de mortalidade durante a pandemia da Covid e afiliação partidária. O presidente Joe Biden ressuscitou a iniciativa “Cancer Moonshot”, destinada a acelerar o progresso na pesquisa e no tratamento do câncer.

Finalizamos mais este fascículo dos **Cadernos** com a sensação do dever cumprido. Longa caminhada nos espera no segundo semestre com uma agenda cheia de desafios para a saúde global e a diplomacia da saúde. Com estes Cadernos cobrimos as trajetórias das Nações Unidas e suas agências, dos grupos de países e de territórios, para o que convidamos nossos leitores e leitoras a uma interpretação crítica das narrativas e a conformação das suas próprias conclusões.

Boa leitura e até o próximo Caderno!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 03 de agosto de 2023

Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup
Coordenação do CRIS/Fiocruz

O drama de não entender uma única palavra

Santiago Alcázar

Niels Bohr foi um físico dinamarquês genial. É considerado um dos pais da física quântica. Foi célebre em seu tempo, convidado de honra em inúmeros eventos. Travou relação de amizade com os grandes de seu tempo.

Quando acabou a Segunda Guerra começou a Guerra Fria, confirmando a opinião de alguns, segundo a qual quando não há nada a fazer e tudo parece ir de vento em popa, sempre haverá ocasião para suspeitas, desconfianças, provocações e, claro, iniciar um novo conflito, certamente para resolver alguma questão que ficou pendente.

O clima da Guerra Fria era pesado. Suspeitas e desconfianças levantam-se como cordilheiras, impedindo o trânsito de pessoas, dificultando o intercâmbio de ideias. Para os físicos de então, que acabavam de descobrir, mediante um esforço coletivo, o segredo de energias enormes que podem ser liberadas pelos núcleos de átomos, a situação era frustrante. A possibilidade de avanços seria reduzida e o otimismo do progresso, anulado.

Niels Bohr era um homem inquieto. Quando todos viam obstáculos, ele via oportunidades abertas. Quando lhe diziam que algo era impossível, Bohr, com a sua voz profunda, inconfundível, como saída de alguma caverna, dizia que não.

As Nações Unidas era então uma invenção recente, como a bomba atômica e a bomba de hidrogênio. Sabia ele da importância da Assembleia Geral e como espírito livre que era, achou que deveria dirigir-se a ela para expor as suas ideias em favor de um mundo livre.

Escrever uma carta para a Assembleia Geral não intimidaria um homem como Bohr. O problema era como fazê-la chegar a destino. Precisava de padrinhos, que a tomassem e a levassem com todo cuidado ao foro multilateral mais importante da história. Falou com Churchill, que não gostou da ideia da carta e menos da carta que Bohr lhe mostrara. Para completar tampouco gostou desse físico dinamarquês, que falava inglês com fortíssimo sotaque, inventando palavras à medida que ia falando, o que tornava o que queria dizer um pouco obscuro.

Cruzou o atlântico em aeronave incerta. Chegou a Washington e procurou falar com o Secretário de Estado, Dean Acheson. Não é fácil falar com Secretários de Estado, mas como era Niels Bohr quem pedia, fez-se o milagre. O que segue foi relatado por Robert Oppenheimer a Abraham Pais, físico e biógrafo de Niels Bohr e Albert Einstein:

Dean Acheson recebeu Niels Bohr para discutir a substância da carta que este queria encaminhar à Assembleia Geral das Nações Unidas. A reunião teve início às 14:00. Fora os cumprimentos de praxe, Acheson manteve-se em silêncio, ouvindo o grande homem. Às 14:30, Acheson interrompeu Bohr e lhe disse: Professor Bohr, tenho três coisas a lhe dizer. Primeiro, independentemente de minha vontade, serei forçado a deixá-lo em breve, pois tenho que ir a uma outra reunião. Segundo, estou extremamente interessado por suas ideias. Terceiro, até agora não entendi uma única palavra do que o senhor me disse¹.

A Cúpula dos ODS em setembro deste ano e a Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, vêm sendo consideradas como cúpulas gêmeas. Em tese, deveriam servir à Agenda 2030, o mapa de caminho de consenso para o desenvolvimento sustentável. Há, no entanto, um problema. Por incrível que pareça,

¹ Niels Bohr's Times, in Physics, Philosophy and Polity, Abraham Pais, Oxford University Press, 1991, página 516.

não se pode garantir que essas cúpulas apoiem os esforços para a plena implementação dos ODS. As cúpulas são como criações que tomam vida própria. Por essa razão, podem seguir trajetórias imprevisíveis ou, ao menos, não imaginadas por seus idealizadores. Nesse contexto, a realização da Cúpula dos ODS e da Cúpula do Futuro pode, quase que de maneira paradoxal, enfraquecer a Agenda 2030 e torna-la subsidiária dessas duas, mais modernas, mais de acordo com a realidade do momento, menos voltada para o projeto grandioso de transformar o nosso mundo.

Como todos sabem, a Agenda 2030 leva estampada a marca de otimismo de um momento especial nas relações internacionais. Havia, de fato, em 2015, quando foi lançada, uma crença de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podiam ser alcançados em tempo relativamente curto graças ao bom entendimento e à boa vontade presente na famosa resolução A/Res/70/1 “Transformando o nosso mundo”. O entusiasmo era patente e parecia exemplificar a etimologia da palavra grega, possuído por deus.

Assim, confiantes na força da aliança divina, os líderes se sentiram com poder para transformar o mundo, acabar com a fome, extinguir a pobreza extrema, terminar as inequidades. Com espírito generoso e solidário, recordaram as palavras inscritas no preâmbulo da Carta das Nações Unidas – *Nós, os povos* para depois anunciar que nós, os povos, embarcaríamos nessa empreitada e não deixaríamos ninguém para trás. E para rematar, para que não restasse dúvida, deram-se os braços uns aos outros e prometeram que a Agenda 2030 seria uma agenda do povo, para o povo e pelo povo.

Veio a pandemia da Covid-19 e a queixa de Cyril Ramaphosa feita aos países do Norte, como disse, com respeito ao acesso às vacinas. *Fomos tratados como pedintes. Recebemos migalhas. E quando quisemos mudar as regras do jogo para fazer a produção local de vacinas e com isso salvar vidas, encontramos resistências intransponíveis.* O ressentimento tomou conta de todos eles, os povos deixados para trás, com fome, miséria e uma explosão de inequidades. Solidariedade? Que palavra é essa que soa tão distante?

Os ODS nunca conseguiram decolar. Vinham mal antes da pandemia e ficaram pior durante e depois. Hoje, muitos dizem que o espírito que deu origem à Agenda 2030 não está mais presente e que seria impossível adotar uma resolução como a 70/1. Não há entusiasmo. O abandono parece total.

Há uma pedra no meio do caminho. Os países em desenvolvimento são obrigados a fazer escolhas de Sofia: pagar os serviços da dívida ou apostar nos ODS. O que fazer? O total da dívida pública global chega perto dos US\$ 100 trilhões, equivalentes ao tamanho do PIB global e aumenta a cada dia por conta dos serviços da dívida e as amortizações. O *gap* para alcançar os ODS em 2030, hoje, é de US\$ 4,5 trilhões, por ano. Como fazer?

Não ajuda que a Agenda 2030 e os ODS estejam ausente de todas as agendas regionais ou especializadas. Onde está o *Nos, os povos*? Por que, de fato, o MERCOSUL não a incorporou? Porque a Cúpula da Amazônia a ignora como tal e privilegia a questão ambiental. FMI? Não sabem, por acaso, que os ODS são um todo que não pode ser separado e, por isso, reclamam, tratamento integral, na mesma batida temporal?

E como se fosse pouco, cometem o erro de privilegiar a questão ambiental sobre todos os demais ODS. A mudança climática, a deterioração ambiental, a perda da biodiversidade – não podem substituir a Saúde Única (humana, animal e vegetal) como eixo estruturante de toda a Agenda de Desenvolvimento Sustentável. A saúde, a minha, a sua, a de todos, que depende de seus determinantes econômicos, sociais e culturais e financeiros – é a única que pode estruturar de maneira humana as agendas regionais e especializadas.

Talvez Niels Bohr não tivesse sido claro ao expor as suas ideias ao Secretário de Estado Dean Acheson. Talvez hoje, ninguém entenda mais a Agenda 2030 e os ODS no espírito de 2015. Talvez, para muitos, pareça miragem, utópico, perda de tempo.

Talvez por isso tenha sentido convocar novas cúpulas que irão enterrar as que já ficaram para trás.

Primeiro, independentemente de minha vontade, serei forçado a deixá-lo em breve, pois tenho que ir a uma outra reunião. Segundo, estou extremamente interessado por suas ideias. Terceiro, até agora não entendi uma única palavra do que o senhor me disse.

Agenda 2030 e seus ODS: o paradoxo entre sua importância e sua ausência nos discursos e na prática

Paulo M. Buss

Uma preocupação estratégica ronda a cabeça de muitos analistas de política externa: o surpreendente paradoxo de que quase todos os países do mundo se preocupam com o tema do 'desenvolvimento', mas muito poucos têm valorizado a implementação de uma Agenda 2030 e seus ODS nos respectivos territórios, ainda que alguns cumpram a cartilha burocrática das Revisões Voluntárias Nacionais, por ocasião dos HLPF, com ocorreu durante o HLPF no âmbito do ECOSOC, em Nova York, duas semanas atrás. Entretanto, as adesões dos países aos alertas das Nações Unidas em relação às ameaças à Agenda e as declarações por sua retomada são altissonantes, mas... essencialmente retóricas.

A retomada da Agenda 2030 no Brasil vai pouco-a-pouco se instalando. Órgãos públicos da administração federal, associações estaduais, entidades municipalistas, redes nacionais, especialistas e membros da sociedade civil e iniciativa privada participaram do primeiro *Encontro dos Diálogos para Retomada da Agenda 2030 e dos ODS no Governo Federal*, em 15 de junho, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. Organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República, o encontro marcou a volta dos diálogos com a sociedade para enfrentar o enorme desafio de acelerar a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

A secretária-executiva da Secretaria Geral, Maria Fernanda Coelho, ressaltou "a oportunidade de retomar o debate no âmbito do Governo federal e, em especial, a articulação com a sociedade civil, que manteve vivo o debate, enquanto houve um apagão de toda esta discussão, estratégica para uma perspectiva futura." A Comissão havia sido extinta no governo Bolsonaro, em 2019, mas foi revigorada pelo Decreto 11.397/2023, como órgão colegiado da SG da Presidência. Temas como territorialização; governança; inserção internacional; comunicação e engajamento; ciência e pesquisa; e monitoramento foram debatidos e atualizados no evento.

Na sequência, a SG-PR criou um *Grupo de Trabalho Técnico (GTT)*² para preparar, no prazo de 90 dias, proposta de revisão do Decreto 8.892, 27/10/2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O GTT será formado por representantes das seguintes pastas ministeriais: Casa Civil; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria Nacional da Juventude, da SGPR; Agricultura; Cidades; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Desenvolvimento e Assistência Social; Desenvolvimento, da Indústria e Comércio; Educação; Gestão e Inovação; Integração e Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente e Mudança do Clima; Saúde; Planejamento e Orçamento e Relações Exteriores. O GTT-ODS contará com apoio técnico da Fiocruz, IBGE, IPEA e Embrapa.

A visita ao Brasil da vice secretária geral das Nações Unidas, Amina Ahmed, a 1^o. de agosto, levou o MRE a organizar o evento "*Acelerando a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): a Agenda 2030 no Brasil*", suscitando um debate mais do que oportuno sobre o tema, que contou com diversas autoridades, entre as quais o ministro Mauro Vieira e o secretário geral da Presidência, Marcio Macedo.

² Ver: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sg/pr-n-157-de-30-de-junho-de-2023-493521586>

Em seguida, ela participou da cerimônia de assinatura do Marco de Cooperação das Nações Unidas com o governo brasileiro para o período de 2023 a 2027, com a participação da coordenadora residente do Sistema ONU no Brasil, Sílvia Rucks, e do MRE brasileiro.

Para guardar coerência, o Brasil precisa colocar a Agenda e os ODS como parte das propostas das diversas presidências que ocupará nos próximos três anos nos cenários regional e global: Mercosul, de julho a dezembro de 2023; na Cúpula da Amazônia, em agosto; no G20, em 2024; e nos BRICS e na COP30, em 2025.

Perguntariam alguns: porque um grupo (o Cris) e um periódico (os Cadernos) que têm como foco o tema da 'saúde global e da diplomacia da saúde' se preocupariam tanto com a priorização e o andamento da Agenda 2030? Porque temos a convicção, assegurada pelos melhores estudos e pesquisas nas áreas da epidemiologia, sistemas de saúde e da economia política da saúde (para referir o mínimo) de que os ODS são os 'determinantes sociais da saúde', aqui entendendo que o 'sociais' inclui também dimensões políticas, econômicas e ambientais, Então, o alcance de melhores condições de vida e saúde, desejada por toda a humanidade, assim como a materialização do ODS sobre saúde, depende do alcance das metas contidas nos 16 outros ODS.

O tema da Agenda 2030 e seus ODS receberá permanente e viva atenção de todos os integrantes do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS, o que se refletirá nos fascículos dos Cadernos que serão publicados nas quinzenas vindouras.

Assista o Seminário Avançado do CRIS sobre Agenda 2030

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2023

Balanco da Agenda 2030 no ECOSOC: Alertas alarmantes

Revisión de la Agenda 2030 en el ECOSOC: Alertas alarmantes | Review of the 2030 Agenda at ECOSOC: Alarming alerts

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DA PRELEVÂNCIA: O HUPF 2023 NO ECOSOC	AGENDA 2030 NO ECOSOC: A VISÃO DO BRASIL	AGENDA 2030 NO ECOSOC: A VISÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA	AGENDA 2030: POR QUE NÃO AVANÇAMOS?	INTRODUÇÃO E MEDIAÇÃO
 SANTIAGO ALCÁZAR EMBAIXADOR COLABORADOR CRIS / FIOCRUZ	 EMERSON KLOSS MINISTRO CONSELHEIRO, DELEGAÇÃO DO BRASIL NA ONU	 ALESSANDRA NILO COORDENADORA RELATÓRIO LUC BRASIL	 ARMANDO DE NEGRI FILHO PESQUISADOR VISITANTE SENIOR, CRIS/FIOCRUZ	 PAULO MARCHIORI BUSS DIRETOR CRIS / FIOCRUZ

QUARTA-FEIRA | MIÉRCOLES | WEDNESDAY
26 DE JULHO
26 DE JULIO | JULY 26TH

10h-12h30 (RIO TIME)
9am-11:30am (EST TIME)
3pm-5:30pm (CET TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS
SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH
TRANSLACIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

Parceiros: FIOCRUZ, Fundação Coordenação de Promoção de Saúde - CRIS, OPS, OMS, UNICEF, HEALTHSOCIETY

<https://www.youtube.com/watch?v=e8eF18UTzvg>

**Pandemias futuras, pandemias presentes:
o que se esperar dos mecanismos de preparo e resposta**

***Pandemics ahead, pandemics now:
what to expect from the preparedness and response mechanisms?***

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Abstract. *There are many parallel processes working at preparedness and response to pandemics. To align and expand discussion efforts, a joint plenary meeting was held between the Intergovernmental Negotiating Body (INB) and the Working Group on Amendments to the International Health Regulations (WGIHR). In addition to identifying topics of common interest, the meeting was a space for member states to affirm their commitment, continued engagement and cooperation to maintain an open dialogue and effectively address global health challenges. Furthermore, it was emphasized that both processes shall be concluded at same time, in order to provide a comprehensive and integrated global regulatory framework to effectively deal with global health emergencies and pandemics. Another concomitant process is the High-Level Meeting at the UN General Assembly on Pandemic Prevention, Preparedness and Response, which takes place in September this year. It will also steal a Political Declaration, which is criticized for not being emphatic enough on essential points. And if future pandemics are a concern, so are diseases across the globe. World Hepatitis Day took place on 28 July and was an opportunity to intensify national and international efforts against hepatitis, encourage action and engagement by individuals, partners and the public, and highlight the need for a greater global response. And in view of the need to confront stigma, the WHO launched its new guidance on viral suppression of HIV and undetectable levels of the virus. It directs impact on improving individual health and on interrupting HIV transmission. As previously known, a person living with HIV with an undetectable viral load makes the virus non-transmissible and this new document reinforces the power of saying: "zero risk of transmission". This is powerful and reinforces the importance of health professionals communicating this information, as well as communities owning this information.*

Keywords: *Pandemic, INB, WGIHR, Hepatitis, Undetectable, Untransmissible.*

Resumo. São muitos os processos de trabalho paralelos que visam o preparo e resposta a pandemias. Para alinhar e ampliar esforços de discussão, foi realizada uma reunião plenária conjunta entre o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) e o Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI). Além da identificação de tópicos de interesse comum, a reunião foi espaço para afirmação dos estados-membros com o compromisso, engajamento contínuo e a cooperação para manter um diálogo aberto e enfrentar os desafios globais de saúde de forma eficaz. Além disso, enfatizou-se que ambos os processos devem ser concluídos simultaneamente para fornecer um quadro normativo global abrangente e integrado para lidar de forma eficaz com emergências globais de saúde e pandemias. Outro processo concomitante são os preparativos para a Reunião de Alto Nível

na Assembleia Geral da ONU para prevenção, preparo e resposta a pandemias, que acontece em setembro deste ano. Também terá como fruto uma Declaração Política, que é criticada pela possibilidade de não ser enfática o suficiente em pontos essenciais para garantia de equidade. E se pandemias futuras são preocupações, doenças que acometem ao redor do globo também o são. O dia Mundial das Hepatites aconteceu em 28 de julho e é uma oportunidade para intensificar os esforços nacionais e internacionais contra a hepatite, incentivar ações e engajamento de indivíduos, parceiros e do público e destacar a necessidade de uma maior resposta global. E frente à necessidade de enfrentamentos a estigma, a OMS lançou sua nova orientação sobre supressão viral do HIV e dos níveis indetectáveis do vírus, com impactos diretos na melhoria da saúde individual quanto na interrupção da transmissão do HIV. Já anteriormente sabido, uma pessoa que vive com HIV com carga viral indetectável, faz do vírus intransmissível e esse novo documento reforça o poder de se dizer: "zero risco de transmissão". Isso é poderoso e é importante que profissionais da saúde comuniquem de forma correta e que a comunidade se aproprie dessa informação.

Palavras-chave: Pandemia, INB, GTRSI, Hepatites, Indetectável, Intransmissível.

Reunião de Alto Nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias

Diante de semanas de discussão entre a construção do Tratado, acordo, convenção ou instrumento Pandêmico pelo Órgão Intergovernamental de Negociações (INB, em inglês) e o Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI), espera-se ainda em setembro a Reunião de Alto Nível no cenário da Assembleia Geral da ONU¹ (UNGA High Level Meeting, em inglês) para prevenção, preparação e resposta a Pandemias.

Entretanto, apesar do chamado cenário de alto nível, há receio pelo esvaziamento das discussões em curso e pelo desperdício do momentum para lançamento de uma Declaração Política sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias. Um dos principais grupos que apontam essa questão é o Painel Independente de Preparação e Resposta a Pandemias, o qual propôs um grupo de supervisão independente para governar as respostas globais à pandemia.

A Reunião de Alto Nível mencionada acontecerá em 20 de setembro e visa a mobilização política sobre o tema. Entretanto, [o esboço da declaração política](#)² já está pronto e entrará em 'procedimento de silêncio' até a sua divulgação no evento, sem mais discussão no âmbito do HLM.

Em maio deste ano, o grupo coordenado por Ellen Johnson Sirleaf and Helen Clark, já havia publicado um roadmap³ para lidar com futuras pandemias, que estabelece recomendações sobre governança, acesso equitativo a contramedidas pandêmicas, preparação e financiamento emergencial, a necessidade de regras e papéis claros e de uma OMS mais forte. No entanto, pontua-se que o [atual rascunho da declaração política](#) não expressa os compromissos exigidos dos chefes de estado e de governo para transformar o sistema internacional de preparação e resposta à pandemias. Em vez disso, lê-se como uma resolução de saúde. Dessa forma de construção, haveria uma fraqueza em salientar a colaboração internacional, multilateral e multissetorial como essenciais à proteção à ameaça pandêmica.

Assim, em vez de uma declaração forte que comprometa os Estados membros da ONU no mais alto nível a mudar fundamentalmente a forma como abordam todos os aspectos da prevenção, preparação e resposta a pandemias, o rascunho é muito amplo e pouco assertivo nos comprometimentos.

Para entender as críticas ao rascunho², importante é entender o que se tem até o momento. O rascunho da resolução a ser apresentada no HLM é composto pelas sessões: equidade, governança global, liderança e responsabilidade, saúde e financiamento e investimento.

Como pontuado pelo portal de notícias [Health Policy Watch](#), a declaração se compromete a fortalecer a “capacidade de pesquisa e desenvolvimento nos países em desenvolvimento” financiada por “maior assistência oficial ao desenvolvimento”, financiamento emergencial e outros “financiamentos inovadores”.

Relacionado aos tópicos de acesso a tecnologias em saúde e cadeia de suprimentos robusta, o documento apela que os Estados Membros ajam para garantir o fornecimento e distribuição de medicamentos e insumos sustentáveis, justos, equitativos, eficazes, eficientes, de qualidade, seguros, acessíveis e essenciais, incluindo genéricos, vacinas, diagnósticos e outras ferramentas de inovação em saúde.

É sabido que para se alcançar esse escopo de distribuição e acesso, é necessário transferência de tecnologia e know-how dentro da estrutura de acordos multilaterais relevantes; licenciamento voluntário e fortalecimento de capacidades locais e regionais para a fabricação, regulamentação e compras. Para isso, é fundamental que as medidas comerciais sejam transparentes e direcionadas, não criando barreiras e prejuízos às cadeias globais e regionais de abastecimento.

Propõe-se ainda que as capacidades de fabricação devem ser diversificadas entre as regiões, a fim de facilitar o movimento de produtos médicos e de saúde pública, especialmente durante pandemias e outras emergências de saúde entre e dentro dos países.

A declaração também enfatiza a necessidade de abordar as atuais pandemias globais de HIV, tuberculose e malária, bem como combater a resistência antimicrobiana – uma fonte potencial de pandemia.

Há ainda no rascunho² alguns pontos de contrariedade, como na cláusula que traz “a importância de se abster de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que impeçam o pleno alcance da saúde universal, particularmente nos países em desenvolvimento”.

China, Rússia, Paquistão, Cuba e outros apóiam esta cláusula, mas os EUA, a União Européia, dentre outros querem que ela seja removida.

O HLM será “alinhado e informado” pelas negociações em andamento da OMS sobre o acordo pandêmico e as mudanças no Regulamento Sanitário Internacional (RSI), de acordo com a movimentação dos processos e outro HLM pandêmico será convocado em 2026, para se realizar uma revisão abrangente da implementação da presente declaração.

Reunião conjunta INB e GTRSI

Em um esforço crucial para fortalecer a articulação entre os diversos processos em andamento, foi realizada uma reunião plenária conjunta entre o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) e o Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI) em Genebra, de 21 a 24 de julho de 2023.

A sessão de abertura, marcada por um espírito de cooperação e responsabilidade coletiva, preparou o cenário para discussões substanciais. No cerne das discussões estava a relação entre o INB e o GTRSI, os delegados participaram de deliberações abrangentes para entender os papéis distintos, mas interconectados, dos dois processos. Reconhecendo a natureza complementar de seus objetivos, os

participantes concordaram sobre a necessidade de alinhar seus esforços para garantir a coerência entre os dois.

Considerações definicionais foram um aspecto-chave da discussão. A reunião buscou esclarecer termos como "emergência de saúde pública de interesse internacional" e "pandemia". Consenso foi alcançado sobre a importância de ter uma compreensão unificada desses termos para garantir respostas coordenadas e ações eficientes entre os Estados-Membros.

O segundo item da agenda visava identificar tópicos de interesse comum para promover a coerência e a complementaridade entre o INB e o GTRSI. Várias áreas críticas foram destacadas, obtendo percepções reflexivas dos representantes.

Durante a reunião, o Brasil enfatizou a importância da equidade como princípio orientador tanto para o RSI revisado quanto para o instrumento pandêmico. Defendeu-se a aplicação do princípio de Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas (CBDR) para garantir que os países com mais recursos e capacidades auxiliem aqueles que precisam de apoio, promovendo uma abordagem com base na justiça social. O representante do Brasil destacou ainda a necessidade de acesso oportuno e equitativo a produtos e tecnologias de saúde, abrangendo todas as fases de desenvolvimento, desde a pesquisa até a entrega.

A reunião plenária conjunta concluiu de forma positiva. Os participantes expressaram seu compromisso com o engajamento contínuo e a cooperação, destacando a importância de manter um diálogo aberto para enfrentar os desafios globais de saúde de forma eficaz. Além disso, enfatizou-se a necessidade de sessões conjuntas para facilitar discussões focadas e enfatizou que ambos os processos devem ser concluídos simultaneamente para fornecer um quadro normativo global abrangente e integrado para lidar de forma eficaz com emergências de saúde globais e pandemias

Apesar do progresso alcançado nesta reunião conjunta, ainda há um longo caminho a percorrer até que ambos os processos sejam concluídos em maio de 2024. Será necessário um esforço contínuo e colaborativo para alcançar uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar futuras emergências de saúde global com eficácia.

Quarta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005)

A Quarta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI) ocorreu em Genebra de 24 a 28 de julho de 2023. O objetivo da reunião foi abordar propostas de emendas a vários artigos do RSI com foco no aprimoramento das capacidades de resposta a emergências sanitárias globais.

Foram consideradas emendas aos seguintes artigos:

- Autoridades responsáveis - Artigo 4
- Comitê de Emergência - Artigos 48 e 49
- Determinação de uma emergência de saúde pública de preocupação internacional - Artigo 12
- Recomendações temporárias e permanentes - Artigos 15-18

As emendas propostas têm o objetivo de fortalecer as capacidades de implementação do RSI pelos Estados partes, propondo um maior nível de institucionalização para o exercício do papel de ponto focal nacional para o RSI; reforçando a necessidade de ajustes legislativos e alocação de recursos específicos para apoiar essa função; e também reforçando o apoio da OMS para o fortalecimento das

capacidades nacionais. No entanto, muitos estados membros entendem que ainda é necessário trabalhar para melhorar alguns aspectos dos textos.

O Mercosul apresentou intervenções conjuntas nos artigos 9, 10, 12, 18 e 48. Ao apresentar intervenções conjuntas, o Mercosul demonstrou uma abordagem unificada para abordar aspectos cruciais do RSI e reafirmou seu compromisso com o fortalecimento do instrumento.

Com relação ao artigo 9, o Mercosul propôs uma emenda introduzindo um novo subparágrafo 3. O bloco defende a adoção de critérios comuns, conforme fornecidos pela OMS, para agilizar a coleta, processamento e disseminação de informações sanitárias. Tais critérios agilizariam a avaliação de riscos e os esforços de resposta. O Mercosul também enfatizou a importância de evitar prazos rigorosos para o compartilhamento de informações, considerando os desafios enfrentados pelos estados membros em verificar os dados prontamente.

Em relação ao artigo 10, o grupo concorda com a necessidade de garantir um intercâmbio rápido e oportuno de informações sobre eventos de saúde potencialmente emergenciais. No entanto, os prazos propostos não parecem viáveis para a maioria dos países da região. Embora atendam ao requisito de verificação, esses países muitas vezes excedem o prazo estabelecido no RSI 2005.

O Mercosul é da opinião de que as mudanças propostas no artigo 12 podem potencialmente afetar a relação de confiança entre a OMS e o Estado envolvido durante emergências de saúde, com repercussões de médio e longo prazo para as atividades gerais da OMS. O Mercosul enfatiza a importância de emendas que melhorem a comunicação e coordenação entre a OMS e seus Estados Membros para agilizar e tornar mais eficiente o sistema de notificação.

O bloco apresentou ainda uma emenda ao artigo 18. Sugere-se adicionar mecanismos, no subitem 1, para o desenvolvimento e implementação de uma declaração de saúde do viajante durante uma emergência sanitária internacional, contendo informações sobre itinerários, sintomas e medidas preventivas para facilitar o rastreamento de contatos. Embora reconheçam a importância de facilitar o movimento, o Mercosul acredita que é necessário incluir entre as recomendações temporárias que o Diretor-Geral da OMS pode emitir durante uma ESPII, a exigência de que os países adotem a declaração de saúde do viajante para viajantes provenientes de locais onde uma ESPII está começando. Esse autorrelato incluiria dados sobre a origem e o destino do viajante e a presença ou ausência de certos sintomas, o que pode evitar a necessidade de fechamento de fronteiras e fornecer informações valiosas que não estão disponíveis por outros meios.

Em relação ao artigo 48, o grupo acredita que a nomeação obrigatória de Diretores Regionais, que são funcionários internacionais vinculados à OMS, pode prejudicar o princípio da independência dos especialistas que compõem o Comitê, enfraquecendo assim a legitimidade de suas opiniões. O grupo também discordou da incorporação do conceito de "Estado Afetado", uma vez que é desafiador estabelecer durante uma emergência quais Estados Membros seriam impactados pelo evento, e não há especificações sobre como os especialistas de outros Estados Membros são nomeados. Potencialmente, todos os países poderiam ser considerados afetados pelo risco de disseminação de doenças.

Por fim, o grupo enfatizou a concordância com os princípios refletidos nas propostas de emendas, reconhecendo sua relevância ao abordar as necessidades e prioridades específicas das realidades sub-regionais respectivas. O bloco também reiterou total apoio ao objetivo das emendas de aprimorar a equidade na resposta sanitária global às futuras ESPII. Eles enfatizaram a importância de regulamentar o compartilhamento de benefícios resultantes dos compromissos de compartilhamento de dados e a necessidade de consulta prévia e verificação com o Estado em cujo território ocorre um evento.

Sobre essas questões, os Estados membros acreditam que os desafios em questão justificam a alteração do RSI para abordar de forma eficaz as lacunas e deficiências identificadas em sua formulação e implementação.

Indetectável = Intransmissível = Zero

De 23 a 26 de julho aconteceu em Brisbane, Austrália a [12ª Conferência em Ciências em HIV da Sociedade Internacional de Aids](#) (IAS ou International AIDS Society, em inglês). Dentre os diversos tópicos apresentados, a OMS lançou sua nova orientação, baseada em uma revisão sistemática do Lancet⁴, descrevem o papel da supressão viral do HIV e dos níveis indetectáveis do vírus tanto na melhoria da saúde individual quanto na interrupção da transmissão do HIV.

A orientação descreve os principais limites de carga viral do HIV e as abordagens para medir os níveis de vírus em relação a esses limites; por exemplo, pessoas vivendo com HIV que atingem um nível indetectável de vírus pelo uso consistente de terapia antirretroviral, não transmitem HIV para seu(s) parceiro(s) sexual(is) e correm baixo risco de transmitir HIV verticalmente para seus filhos. A evidência também indica que há risco insignificante, ou quase zero, de transmissão do HIV quando uma pessoa tem uma medida de carga viral de HIV menor ou igual a 1000 cópias por mL, também comumente referida como tendo uma carga viral suprimida.

A terapia antirretroviral continua a transformar a vida das pessoas que vivem com HIV. As pessoas que vivem com HIV que são diagnosticadas e tratadas precocemente, e que tomam a medicação conforme prescrito, podem esperar ter a mesma saúde e expectativa de vida que suas contrapartes HIV negativas.

A intransmissibilidade do vírus no contexto de indetecção virológica já é algo sabido há anos, no entanto, o documento da OMS, trouxe a palavra "zero" risco de transmissão pela primeira vez. Esse reforço é fundamental para construção de políticas públicas mais assertivas e reforço à sociedade, reduzindo o estigma e garantindo conversa franca e de suporte às pessoas que vivem com HIV. Na fala do Diretor-geral da OMS, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, reforçou que por mais de 20 anos, países de todo o mundo confiaram nas diretrizes baseadas em evidências da OMS para prevenir, testar e tratar a infecção pelo HIV e as novas diretrizes publicadas ajudarão os países a usar ferramentas poderosas com o potencial de transformar a vida de milhões de pessoas que vivem com HIV ou correm o risco de contrair o HIV.

Ainda durante a conferência, a OMS também lançou [novas recomendações sobre testagem de HIV](#), expondo o quão importante é a expansão do uso dos autotestes de HIV e promoção do teste por meio de redes sexuais e sociais para aumentar a cobertura de testagem e fortalecer a aceitação de serviços de prevenção e tratamento de HIV em ambientes de alta carga e em regiões com as maiores lacunas na cobertura de testagem.

A recomendação vem em um momento crucial, onde o autocuidado e o autoteste estão sendo cada vez mais reconhecidos como formas de aumentar o acesso, a eficiência, a eficácia e a aceitabilidade dos cuidados de saúde em muitas áreas diferentes de doenças, incluindo o HIV.

Dialogando ainda com a centralidade da Atenção Primária em Saúde (APS) como estratégia para alcançar a Cobertura Universal em Saúde, foi ainda reforçado durante a IAS uma nova estrutura política sobre APS e HIV⁵. O objetivo é ajudar os tomadores de decisão a otimizar o trabalho e a colaboração para promover a APS e respostas específicas a doenças, incluindo o HIV.

Quem promoveu o lançamento na Austrália foi o novo diretor-geral assistente em Cobertura Universal da Saúde, Doenças comunicáveis e não-comunicáveis, Jérôme Salomon. Foi ressaltado pelo

ADG que “É impossível acabar com a AIDS sem otimizar as oportunidades entre e dentro dos sistemas de saúde, inclusive com as comunidades e no contexto da atenção primária à saúde”.

Esta pesquisa e orientação mais recentes estão sendo apresentadas em um momento em que o progresso para acabar com a epidemia global de AIDS está atrasado, após a pandemia de COVID-19; mas a resposta está se recuperando rapidamente, com alguns países agora traçando um caminho para acabar com a AIDS, incluindo Austrália, Botswana, Eswatini, Ruanda, República Unida da Tanzânia e Zimbábue e 16 outros países que estão perto de atingir a meta de 95-95-95 metas globais, que visam que 95% das pessoas vivendo com HIV conheçam seu status, 95% das pessoas diagnosticadas recebendo TARV e 95% das pessoas em tratamento com cargas virais suprimidas.



12ª Conferência em Ciências em HIV - International aids Society, Brisbane - Australia, 2023

Primeira vez da declaração de Recomendações Permanentes pelo RSI

Os Comitês de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (2005) para COVID-19 e mpox, convocados pelo Diretor-Geral da OMS sob o RSI, reuniram-se na quinta-feira, 27 de julho de 2023 para discutir os próximos passos das duas últimas emergências em saúde pública de interesse internacional (ESPII)⁶.

Quando o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde declarou o fim das ESPII para a pandemia de COVID-19 e, em seguida, o surto de mpox em vários países, em maio de 2023, ele emitiu conjuntos de recomendações temporárias para ambas as doenças, com vencimento no início de agosto de 2023.

Durante suas últimas reuniões, os Comitês de Emergência que aconselham o DG da OMS sobre o COVID-19 e o mpox PHEIC, expressaram a opinião de que o DG da OMS deveria emitir Recomendações Permanentes, previstas no RSI, para abordar o gerenciamento de longo prazo do COVID-19 e de mpox.

O DG decidiu que a emissão de Recomendações Permanentes para ambas as doenças é garantida e, para esse efeito, de acordo com as disposições do RSI, está convocando Comitês de Revisão encarregados de fornecer seus pontos de vista e assessoria técnica com relação às Recomendações Permanentes propostas. Essas Recomendações Permanentes cobrirão o mesmo período que os planos estratégicos da OMS: o Plano Estratégico de Preparação e Resposta à COVID-19 2023-2025 e a estratégia global para eliminação e controle da mpox 2023-2027.

Desde a entrada em vigor do RSI em 2007, esta é a primeira vez que o DG emite Recomendações Permanentes, que devem ser implementadas pelos Estados Partes do RSI. Ainda aguarda-se a reunião dos Comitês de Revisão com os Estados Membros e outras partes interessadas e aguarda-se na primeira semana de agora que tais Recomendações Permanentes sejam divulgadas.

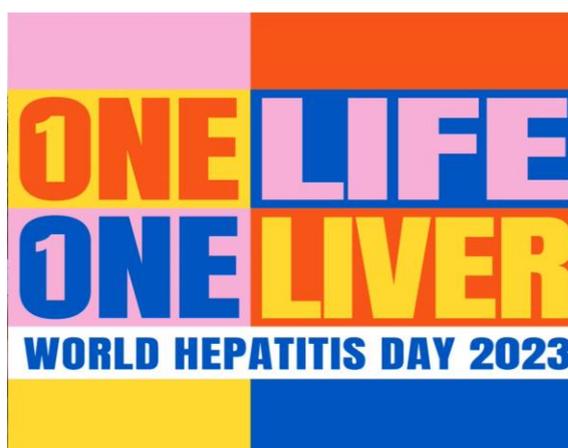
One life, one liver

Para marcar o Dia Mundial da Hepatite em 28 de julho, a OMS está pedindo a ampliação dos testes e tratamento para hepatite viral, alertando que a doença pode matar mais pessoas do que malária, tuberculose e HIV juntos até 2040, se as tendências atuais de infecção continuarem.

Dos 5 tipos de infecções por hepatite (virais), as hepatites B e C causam a maioria das doenças e mortes. A hepatite C pode ser curada; no entanto, apenas 21% das pessoas que vivem com infecção por hepatite C são diagnosticadas e apenas 13% receberam tratamento curativo. Apenas 10% das pessoas que vivem com hepatite B crônica são diagnosticadas e apenas 2% das pessoas infectadas estão recebendo o medicamento que salva vidas⁷.

Sob o tema “Uma vida, um fígado” “One life, one liver” em inglês, a campanha do Dia Mundial da Hepatite da OMS destaca a importância de proteger o fígado contra a hepatite para uma vida longa e saudável. A OMS compartilhará novas orientações para acompanhar o progresso dos países no caminho para a eliminação da hepatite até 2030.

Para reduzir novas infecções e mortes por hepatite B e C, os países devem: garantir o acesso ao tratamento para todas as mulheres grávidas que vivem com hepatite B, fornecer vacinas contra hepatite B para seus bebês no nascimento, diagnosticam 90% das pessoas que vivem com hepatite B e/ou hepatite C e fornecem tratamento para 80% de todas as pessoas diagnosticadas com hepatite. Eles também devem agir para garantir transfusão de sangue ideal, injeções seguras e redução de danos.



Dia Mundial de Hepatites, 2023. Organização Mundial da Saúde.

Referências

1. UNGA High-level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response | SDG Knowledge Hub | IISD [Internet]. Disponível em: <https://sdg.iisd.org/events/unga-high-level-meeting-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response/#:~:text=The%20UN%20General%20Assembly%20>. Acesso em 31 jul. 2023.
2. Zero Draft of the Political Declaration | General Assembly of the United Nations – Pandemic Prevention, Preparedness and Response. Disponível em: <https://www.un.org/pga/77/2023/06/06/letter-from-the-president->

[of-the-general-assembly-pandemic-prevention-preparedness-and-response-hlm-co-facs-letter-zero-draft-of-the-political-declaration/](#). Acesso em 31 jul. 2023.

3. Johnson H, Rt S, Clark H. A road map for a world protected from pandemic threats Disponível em: https://live-the-independent-panel.pantheonsite.io/wp-content/uploads/2023/05/Final-Road-Map-Report_May-2023_Interactive.pdf. Acesso em 31 jul. 2023.

4. Broyles LN, Luo R, Boeras D, Vojnov L. The risk of sexual transmission of HIV in individuals with low-level HIV viraemia: a systematic review. The Lancet [Internet]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673623008772?via%3Dihub>. Acesso em 31 jul 2023.

5. Primary health care and HIV: convergent actions Policy considerations for decision-makers. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/371494/9789240077065-eng.pdf>. Acesso em 31 jul. 2023

6. WHO Director-General's video message. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-video-message---27-july-2023>. Acesso em 31 jul. 2023.

7. Viral hepatitis B and C policies in countries and burden of disease in WHO regions, 2023 [Internet]. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/hq-hiv-hepatitis-and-stis-library/hepatitis-factsheet_2023.pdf?sfvrsn=fd9e78cf_5. Acesso em 31 jul. 2023.

Iniciativas promissoras em biodiversidade e saúde em meio a reveses nas negociações climáticas

Promising Initiatives in Biodiversity and Health Amidst Climate Negotiation Setbacks

Danielly de Paiva Magalhaes

Luiz Augusto Galvão

Abstract. *The Pan American Health Organization (PAHO) and the World Health Organization (WHO) held a Global Workshop on Biodiversity, Traditional Knowledge, Health, and Well-being in Rio de Janeiro from July 25 to 28. The workshop aimed to provide a platform for dialogue and knowledge exchange among stakeholders, including Indigenous Peoples, policymakers, and traditional health professionals, in preparation for the WHO's First World Summit on Traditional Medicine in August in India. Two articles published in The Lancet discussed biodiversity governance for health and proposed recommendations to include health in National Biodiversity Action Plans. Brazil lost to the United Kingdom in the election for the presidency of the IPCC's Seventh Assessment Report, with insufficient representation from the Global South in leading working groups. In the G20, fossil fuel-leading countries interfered with negotiations, resulting in a lack of agreement on renewable energy expansion, fossil fuel reduction, and climate funds. Meanwhile, the world experienced record-breaking global temperatures in July, and the number of legal actions against practices exacerbating climate change and violating human rights is increasing. The High-Level Political Forum concluded, and concrete actions to accelerate the 2030 Agenda are expected at the SDG Summit in September.*

Keywords: *G20 - climate. Biodiversity. traditional knowledge. heat wave. High-level Political Forum.*

Resumo. A OPAS e a OMS organizaram um Workshop Global em Biodiversidade, Conhecimento Tradicional, Saúde e Bem-estar no Rio de Janeiro de 25 a 28 de julho, visando o diálogo entre partes interessadas como Povos Indígenas, legisladores e profissionais da saúde tradicional, em preparação para a Cúpula Mundial da OMS sobre Medicina Tradicional em agosto. Dois artigos no Lancet abordaram a governança da biodiversidade para a saúde e sugeriram incluir a saúde nos Planos de Ação Nacional de Biodiversidade. O Brasil perdeu a presidência do sétimo relatório do IPCC, com pouca representatividade do Sul Global nas lideranças dos grupos de trabalho. No G20, países líderes em energia fóssil bloquearam acordos sobre energias renováveis e redução de combustíveis fósseis. O mundo enfrenta recordes de temperatura em julho, enquanto aumentam as ações judiciais contra práticas que intensificam as mudanças climáticas e violam direitos humanos. O HLPF terminou e ações para acelerar a Agenda 2030 são esperadas na Cúpula dos ODS em setembro.

Palavras-chave: G20 -clima. Biodiversidade. conhecimento tradicional. onda de calor. Fórum Político de Alto Nível..



A saúde e o bem-estar humano dependem da natureza, conforme documentado em diversas áreas de conhecimento e em diferentes regiões, culturas e economias. A degradação ambiental é uma importante causa do ônus global de doenças, e as mudanças ambientais globais são cada vez mais reconhecidas como ameaças à saúde pública em todo o mundo.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), realizaram de 25 a 28 de Julho no Rio de Janeiro um Workshop Global em Biodiversidade, Conhecimento tradicional, Saúde e Bem-estar. O evento contou com a participação de povos indígenas e tradicionais da região das Américas e representantes de outras regiões, bem como especialistas em saúde tradicional e representantes de governos.

Durante o evento, os profissionais de saúde tradicional tiveram a oportunidade de sugerir políticas e recomendações para promover o avanço dos conhecimentos tradicionais. Além disso, discutiram medidas que possam ser aplicadas aos serviços de saúde, buscando integrar as práticas tradicionais entre os diferentes povos.

Na cerimônia de abertura, estavam presentes Socorro Gross, Ricardo Weibe, Gerry Eijkeimans e Paulo Buss (Fig. 1). Durante seu discurso, o secretário especial de saúde indígena do MS da Brasil, Ricardo Weibe, ressaltou a importância da Fiocruz nas questões de saúde indígena e na formulação da recente resolução sobre saúde indígena aprovada na Organização Mundial da Saúde (OMS), encaminhada pelo Ministério da Saúde do Brasil. Ele também destacou que no Brasil existem povos tradicionais que optaram por viver em isolamento, e é responsabilidade do governo garantir a segurança e preservação desses territórios. O Ministério da Saúde está enfrentando os desafios de fortalecer a assistência aos povos tradicionais e buscar integrar os conhecimentos tradicionais nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) dedicadas a essas comunidades.

A Dra. Guerry Eijkeimans, Diretora do Departamento de Determinantes Sociais e Ambientais para Equidade em Saúde da OPAS, ressaltou a relevância do conhecimento tradicional na promoção da saúde, e lembrou que a OPAS, em 2017, publicou a primeira política de etnicidade e saúde para a região. A valorização e integração do conhecimento tradicional são fundamentais para fortalecer as abordagens de saúde que considerem a diversidade cultural e as práticas ancestrais, contribuindo para a construção de sistemas de saúde mais inclusivos e eficazes.

A agenda pode ser encontrada [aqui](#) e o evento pode ser assistido na PAHO TV.

Dentre várias recomendações e aprendizados compartilhados, destacamos:

- A SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) do Brasil ressaltou a importância de integrar os povos tradicionais com o pessoal de profissionais de saúde. Essa integração visa melhorar o atendimento ao considerar as questões culturais e espirituais, além de proteger e valorizar o conhecimento tradicional das comunidades indígenas.

- O Peru apresentou seu Plano Normativo de Saúde Intercultural, onde estão identificadas plantas medicinais com objetivo de gerar cadeias produtivas sustentáveis e justas, que são muito necessárias para os índios, passando por certificação da produção para compor a cadeia produtiva. Foi inaugurado um hospital intercultural para atenção ao parto.

- Equador destacou a necessidade de legitimar homens e mulheres em medicina tradicional, a prática deve ser sancionada não só pelo MS, mas pela comunidade. Além de fortalecer a capacitação e participação das comunidades tradicionais e integrar às políticas de saúde.

Além de abordar as práticas de medicina tradicional, o evento promoveu discussões sobre a relevância da biodiversidade nesse contexto e o papel fundamental desempenhado pelos povos tradicionais na preservação da natureza. A biodiversidade é a base da medicina tradicional e o elo essencial que conecta os povos tradicionais com seu ambiente. Portanto, garantir a continuidade desses conhecimentos ancestrais e incentivar a cooperação entre a medicina tradicional e a ciência moderna são passos vitais para a conservação da biodiversidade e a promoção da saúde das comunidades tradicionais e do meio ambiente como um todo.

Durante o evento, foi apresentado o novo acordo da Convenção de Diversidade Biológica, Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, destacando a sua relação com os objetivos e metas relacionados à saúde e a importância dos povos tradicionais. No entanto, os representantes dos povos tradicionais manifestaram desconhecimento sobre o conteúdo desse quadro. Taukondjo Shikongo, secretário da CDB de Sistemas de Conhecimento Tradicional, Medicina Tradicional e Aspectos e Acesso à Partilha de Recursos, enfatizou que a CDB vem procurando trabalhar intensamente com os povos indígenas nas discussões e decisões, garantindo o respeito à sua cultura e conhecimento para a preservação da natureza. A inclusão dos povos tradicionais é considerada fundamental para promover uma abordagem mais holística e sustentável na conservação da biodiversidade e no enfrentamento dos desafios globais relacionados ao meio ambiente e à saúde.

Durante as discussões, foi ressaltado que a região das Américas é responsável por movimentar aproximadamente 24 bilhões de dólares anualmente em produtos derivados da biodiversidade. Contudo, é preocupante observar que 65% das contribuições ecossistêmicas estão em declínio. Essa preocupante diminuição das contribuições ecossistêmicas é um alerta para a urgente necessidade de preservação e manejo sustentável dos recursos naturais presentes na região.

A Fiocruz destacou a relação entre biodiversidade e controle de pandemias, enfatizando como mudanças ambientais afetam a diluição de patógenos na natureza. O programa SISSGeo, que envolve a comunidade na observação da fauna silvestre, permite a coleta de amostras em tempo real, identificação de patógenos e análise dos corredores de distribuição. Já incorporado ao governo, o programa se expande para incluir dados de raiva e leptospirose e monitorar animais domésticos. Essa abordagem fortalece a vigilância e o controle de doenças ao envolver a população. O uso de tecnologias avançadas e a integração de conhecimento tradicional são passos importantes para enfrentar desafios de saúde pública e proteger a biodiversidade.

Os povos tradicionais desempenham um papel crucial nessa preservação, já que possuem um vasto conhecimento sobre as propriedades medicinais e utilidades dos recursos naturais. Além disso, sua relação harmoniosa com a natureza, transmitida por gerações, contribui significativamente para a manutenção da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas. Somente com esforços conjuntos, envolvendo governos, comunidades locais, organizações de pesquisa e entidades internacionais, será possível enfrentar os desafios da degradação ambiental e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais para as gerações futuras.

A agenda da CDB reconhece e cada vez mais inclui a saúde. Agora é a hora de mobilizar contribuições de diversos especialistas em saúde para informar políticas integradas. Ao longo de quatro dias, experiências foram trocadas e os participantes elaboraram conjuntamente recomendações para duas perguntas:

1. Como os sistemas de saúde tradicional e saúde biomédica podem se complementar para contribuir com a saúde e o bem-estar?
2. Quais são os argumentos e ações necessárias para criar estratégias ganha-ganha para proteger a biodiversidade e criar ambientes em favor da saúde e do bem-estar?

Desta forma, as recomendações apontadas pelos participantes do evento serão encaminhadas ao [Summit de Medicina Tradicional da OMS](#) que será realizado juntamente ao G-20 de 17 a 18 de agosto.

Promover a governança integrada para a saúde por meio de estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade

Em 2022, 196 governos partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) concordaram em atualizar suas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade (PANBs) até o final de 2024. Isso representa uma oportunidade de influenciar a implementação do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e abordar as interligações biodiversidade-saúde para a próxima década, como apontado em duas publicações no Lancet, chamadas [Advancing integrated governance for health through national biodiversity strategies and action plans](#) e [Health in global biodiversity governance: what is next?](#) Os 196 países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas têm solicitado maior engajamento em relação à biodiversidade e à saúde desde 2014, e as demandas de partes interessadas por tomada de decisões integradas também têm sido antigas.

As PANBs definem como um país valoriza, avalia, protege e contabiliza a natureza em todos os ecossistemas e setores e também caracteriza a política nacional, a regulamentação e a estrutura de investimento para reduzir os riscos de perda de biodiversidade e restaurar os ecossistemas naturais. Historicamente, as PANBs não integraram conhecimentos em saúde, mas agora é a hora de priorizar esse aspecto e melhorar a coordenação de políticas para abordagens holísticas de saúde.

As recomendações propostas no artigo enfatizam a necessidade de uma abordagem coordenada de pensamento sistêmico, envolvimento de atores da saúde e reconhecimento da saúde como prioridade no planejamento da biodiversidade. Os autores recomendaram ações específicas para a implementação de metas diretamente relacionadas à saúde no Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Em última análise, PANBs bem projetados podem contribuir para minimizar os riscos à saúde, garantir o bem-estar das gerações futuras e melhorar a equidade em saúde em todo o mundo.

As metas 5, 7, 10, 11, 12 e 14 do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal estão diretamente ligadas aos resultados de saúde e devem ser implementadas em conjunto com o setor da saúde a nível nacional. Os autores identificaram ações que devem ser incluídas nas PANBs para atingir

essas metas e promover a governança integrada. Essas ações são um ponto de partida para considerar a perda de biodiversidade em diferentes contextos locais, culturas e ecossistemas.

Meta 5 (redução do risco de contágio de patógenos decorrentes do uso, colheita e comércio de espécies silvestres):

- Estabelecer um comitê transdisciplinar focado em abordar o comércio de espécies selvagens que representam riscos à saúde pública, particularmente aves vivas e mamíferos comercializados em áreas urbanas.
- Exigir que os ministérios do Meio Ambiente e da Saúde co-desenvolvam e implementem sistemas de alerta precoce, multissetoriais, interoperáveis e de vigilância para detectar e prever surtos de doenças, particularmente em áreas terrestres e marinhas de alto risco, onde as condições climáticas e ambientais estão mudando e se tornando propícias ao surgimento de doenças.

Meta 7 (redução dos riscos de poluição e impactos negativos, especialmente de plásticos, pesticidas e produtos químicos perigosos):

- Promover e incentivar o uso de materiais ecologicamente corretos e restrições ao uso de plástico em todas as escalas.
- Alinhar estratégias integradas de gestão de recursos hídricos nos ministérios do meio ambiente com o planejamento de água, saneamento e higiene (WASH) nos ministérios da saúde.
- Alinhar as PANBs com a resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre o Impacto de Produtos Químicos, Resíduos e Poluição na Saúde Humana, particularmente para programas nacionais de biomonitoramento e vigilância humana sobre cádmio, chumbo, mercúrio, pesticidas altamente perigosos e produtos químicos desreguladores endócrinos, incluindo perigos e danos que poluem os ecossistemas marinhos e costeiros.

Meta 10 (agricultura, aquicultura, pescas e sistemas alimentares florestais geridos de forma sustentável):

- Estabelecer um comitê transdisciplinar do sistema alimentar dentro do governo nacional, exigindo a colaboração entre os ministérios do Meio Ambiente, Saúde e Agricultura, entre outros.
- Especificar relações entre segurança alimentar, segurança alimentar e dietas nutritivas e conservação da biodiversidade terrestre, gestão ambiental e restauração, e objetivos e práticas de conservação marinha e gestão pesqueira.
- Promover diretrizes alimentares sustentáveis e saudáveis de origem nacional e sua integração nas políticas de compras públicas e privadas, com ênfase na diversidade alimentar, notadamente frutas, verduras, legumes e nozes e outras plantas³⁰

Meta 11 (restaurar, manter e valorizar as ações da "contribuição da natureza para as pessoas"):

- Enquadrar soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas em ecossistemas para promoção da saúde e prevenção de doenças.
- Informar periodicamente os ministérios da saúde sobre o estado do ar, da água, do solo, dos oceanos e dos polinizadores e solicitar que as análises dos determinantes ambientais da saúde no setor da saúde incluam tendências anuais sobre o estado dos serviços ecossistêmicos.

Meta 12 (melhorar os espaços verdes e azuis urbanos):

- Desenvolver e investir em florestas urbanas, parques terrestres e marinhos, telhados verdes, plantio de árvores, jardins, rios, lagoas e lagos como uma necessidade de saúde (não um luxo), priorizando áreas de alto risco para estresse térmico, prevalência de doenças não transmissíveis e injustiça ambiental.

- Quantificar a biodiversidade em nível municipal, por meio dos Índices de Biodiversidade das Cidades, e engajar o setor de saúde na quantificação dos co-benefícios e custos associados a esses indicadores.

Meta 14 (integração da biodiversidade em políticas, regulamentos, planejamento de desenvolvimento, erradicação da pobreza, avaliações e contabilidade) ações:

- Incluir diversas partes interessadas na saúde nos processos de triagem, definição de escopo, revisão, tomada de decisão e acompanhamento para Avaliações Ambientais Estratégicas, Avaliações de Impacto Ambiental, avaliações de ecossistemas nacionais e relatórios nacionais sob a CDB, e incorporar ligações biodiversidade-saúde nessas avaliações.
- Exigir fatores abrangentes de triagem de biodiversidade e saúde nas avaliações e garantir que eles incluam impactos cumulativos, impactos dimensionados (contribuições locais, subnacionais e regionais para a mudança ambiental global) e impactos temporais (impactos imediatos, de início lento e crônicos à saúde).

As PANBs atualizadas moldarão as perspectivas, os investimentos e os esforços mundiais de um país em relação à natureza na próxima década. Um PANB cuidadosamente elaborado pode desempenhar um papel vital na redução dos riscos à saúde, no reforço do bem-estar humano, na preservação do desenvolvimento das gerações futuras e na promoção da equidade em saúde. O setor de saúde deve assumir um papel ativo no avanço da governança global da biodiversidade e engajar-se no processo de atualização do PANB em andamento. Pesquisas abrangentes e dados sobre as interconexões de saúde dentro do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal são essenciais para a tomada de decisões informadas em todas as nações.

59ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC 59)

A 59ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), realizada de 25 a 28 de julho, elegeu um novo Bureau do IPCC e um novo Bureau para a Força-Tarefa sobre Inventários de Gases de Efeito Estufa para seu sétimo ciclo de avaliação. Os membros de ambas as agências servirão ao longo deste ciclo, que deve ser concluído por volta de 2030, potencialmente fechando a janela de ação para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

A sessão começou abordando a alarmante situação climática, com a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Inger Andersen, enfatizando a urgência dos alertas do IPCC, e Paul Egerton, da Organização Meteorológica Mundial, enfatizando a necessidade de sistemas de alerta precoce e justiça climática.

As eleições resultaram na eleição de Jim Skea, do Reino Unido, como novo presidente do IPCC, ganhando por 90 votos a 69 contra a brasileira e a vice-presidente do IPCC, Thelma Krug, do Brasil. Outros cargos-chave também foram preenchidos:

- **Grupo de Trabalho I (a base das ciências físicas das mudanças climáticas):** Xiaoye Zhang (China) e Robert Vautard (França)
- **Grupo de Trabalho II (impactos, adaptação e vulnerabilidade):** Winston Chow (Singapura) e Bart van den Hurk (Países Baixos)
- **Grupo de Trabalho III (mitigação):** Joy Jacqueline Pereira (Malásia) e Katherine Calvin (EUA)
- **Co-Presidentes da Força-Tarefa sobre Inventários de Gases de Efeito Estufa:** Takeshi Enoki (Japão) e Mazhar Hayat (Paquistão)

O IPCC realizou cinco relatórios de avaliação no passado, concluídos em 1990, 1995, 2001, 2007 e 2014. O mais recente, o Sexto Relatório de Avaliação (AR6), foi finalizado em 2022. Estes relatórios são constituídos por três partes, correspondentes às áreas de incidência dos diferentes grupos de trabalho.

Cada grupo de trabalho contribui com um relatório de avaliação abrangente, um Resumo Técnico (RT) e um Resumo para Formuladores de Políticas (RFP). Esses documentos passam por um rigoroso processo de revisão em três etapas, envolvendo especialistas e governos. Os RFPs são meticulosamente revisados e aprovados linha a linha pelos respectivos grupos de trabalho e, em seguida, adotados pelo IPCC.

Após a conclusão do relatório de avaliação, é elaborado um relatório de síntese que incorpora as conclusões mais relevantes dos três relatórios do grupo de trabalho e dos relatórios especiais desse ciclo de avaliação específico.

Falta de acordo nas negociações climáticas no G20

A recente reunião do G20 realizada na Índia não conseguiu alcançar progressos significativos em questões-chave antes das negociações climáticas da COP28 este ano. Notavelmente, as negociações não conseguiram chegar a um consenso sobre a triplicação do uso de energias renováveis. Divergências surgiram, particularmente de grandes nações produtoras de combustíveis fósseis, como Arábia Saudita, Rússia, China, África do Sul e Indonésia, que temem o impacto de medidas drásticas de mitigação em suas economias.

A falta de acordo deixou cientistas e ativistas climáticos frustrados, já que eventos climáticos extremos em todo o mundo continuam a destacar a urgência da crise climática. Os países do G20 contribuem coletivamente com uma parcela substancial das emissões globais e da produção econômica, fazendo um esforço coordenado para descarbonizar crucial na luta contra as mudanças climáticas.

Durante a reunião de quatro dias em Bambolim, Goa, as autoridades emitiram [uma declaração final e um resumo do Chair](#) em vez de um *communiqué* conjunto devido às divergências não resolvidas. A declaração cobriu acordos em 22 dos 29 parágrafos, deixando questões-chave como a redução do uso de combustíveis fósseis e a mobilização de fundos de ação climática para economias em desenvolvimento sem consenso completo.

Entre os pontos polêmicos, alguns países defenderam o uso de tecnologia de captura de carbono em vez da redução gradual dos combustíveis fósseis – como levantada em reunião do G7. O fracasso em chegar a um acordo sobre linguagem e medidas para reduzir as emissões destaca os desafios de encontrar uma direção compartilhada para enfrentar a escalada da crise climática.

Em geral, a falta de progresso em áreas críticas na reunião do G20 ressalta a necessidade de uma ação mais forte e unificada das principais economias para combater o aquecimento global de forma eficaz.

Enquanto isso... recordes mundiais de aquecimento no mês de Julho

De acordo com o relatório do [serviço meteorológico Copernicus](#), ligado à União Europeia, o mundo está enfrentando recordes de aquecimento no mês de julho, quebrando pelo menos quatro recordes mundiais: o dia mais quente já registrado (4 de julho), a semana mais quente (3 a 10 de julho), a maior perda de gelo na Antártida e a maior temperatura média dos oceanos. Em algumas regiões, como Xinjiang, na China, a temperatura alcançou 52,2°C, enquanto Roma, na Itália, registrou 41,8°C. Phoenix, no estado americano do Arizona, enfrentou 26 dias consecutivos com temperaturas acima de 43,3°C, estabelecendo um novo recorde.

A Argentina está enfrentando uma seca histórica este ano, afetando sua economia. Essa estiagem também impacta o Uruguai, o Chile e o sul do Brasil. No Uruguai, mais de um terço da população está sem água potável, com o governo recorrendo a misturar água salgada para manter o abastecimento. Isso gerou um debate sobre prioridades, pois o agronegócio é o setor que mais consome água, mas muitos

defendem que o consumo residencial deveria ser prioritário. Além disso, recentemente o Brasil enfrentou eventos extremos, como tornados no sul do país e chuvas recordes no litoral norte de São Paulo, causando várias mortes.

Apesar dos sinais evidentes de agravamento das mudanças climáticas globais, as negociações para enfrentar o problema estão empacadas. A relação entre EUA e China (os maiores emissores de gases-estufa) está tensa, enquanto Ocidente e Rússia (o quarto maior emissor) têm pouca comunicação devido à guerra na Ucrânia. A desaceleração econômica na China também pode levar a um aumento do uso de carvão em detrimento de metas climáticas. A falta de acordo ficou evidente nas reuniões do G20, com a COP28 se aproximando.

O mundo possui a tecnologia para combater as mudanças climáticas, mas a falta de vontade política é um obstáculo. Alguns políticos rejeitam ou minimizam as mudanças climáticas por conveniência ou ideologia. É importante que o negacionismo seja punido nas urnas, como ocorreu com o partido Vox na Espanha. No entanto, muitos políticos tendem a se concentrar em medidas com efeitos eleitorais imediatos, em vez de ações de longo prazo.

Além disso, a divisão dos custos entre os países é outro desafio. A transição energética requer investimentos substanciais, e há impasses sobre como dividir essa conta. O Brasil defende o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, ou seja, todos os países devem participar do esforço, mas aqueles que mais poluíram e causaram o problema devem arcar com um custo maior. No entanto, as promessas de financiamento dos países ricos não se materializaram.

Sem um debate construtivo envolvendo a sociedade civil, empresas e governos, que busque soluções tecnológicas e financeiramente adequadas, pouco progresso será feito, deixando um fardo imenso para as futuras gerações enfrentarem. Fonte: Valor Econômico, 28 de Julho.

Relatório Global de Litígios Climáticos: Revisão do Status de 2023

A litigância climática está se tornando uma ferramenta crucial para garantir a ação climática e a justiça em todo o mundo. Ações judiciais relacionadas ao clima estão sendo movidas em vários tribunais internacionais, regionais e nacionais, indicando uma tendência global crescente. O número de processos judiciais sobre mudanças climáticas mais que dobrou desde 2017 (884 casos), chegando a 2.180 em 2022, de acordo com o [relatório](#) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Sabin Center for Climate Change Law. O relatório mostra os principais casos de litígio climático nos últimos dois anos e destaca o crescente precedente legal neste campo. Embora a maioria dos casos tenha sido apresentado nos EUA, a litigância climática está se enraizando em todo o mundo, com cerca de 17% dos casos sendo relatados agora em países em desenvolvimento, incluindo Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento.

O relatório demonstra que grupos vulneráveis, incluindo crianças, jovens e mulheres idosas, estão levantando suas vozes por meio de ações legais para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Revela ainda que os tribunais estão reconhecendo fortes conexões de direitos humanos com as mudanças climáticas, levando a uma maior proteção para grupos vulneráveis e promovendo responsabilidade e transparência nas ações climáticas.

Casos notáveis contestam decisões governamentais com base em sua inconsistência com as metas do Acordo de Paris ou os compromissos de emissão-zero de um país. As corporações, especialmente as empresas de combustíveis fósseis e emissoras de gases de efeito estufa, também estão enfrentando ações judiciais que buscam responsabilização pelos danos climáticos.

O litígio climático em curso se enquadra principalmente em seis categorias: 1) casos baseados em direitos humanos consagrados no direito internacional e nas constituições nacionais; 2) desafios à não aplicação de leis doméstica e políticas relacionadas ao clima; 3) litigantes que buscam manter combustíveis fósseis no solo; 4) defende maiores divulgações climáticas e o fim do greenwashing; 5) reclamações que tratam de responsabilidade corporativa e responsabilidade por danos climáticos; e 6) reivindicações que abordam falhas na adaptação aos impactos das mudanças climáticas.

O relatório prevê um aumento de casos relacionados à migração climática, trazidos por povos e comunidades indígenas desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas, bem como reivindicações de responsabilidade após eventos climáticos extremos. Esperam-se desafios na aplicação da ciência de atribuição climática, e pode haver um aumento nos casos de "backlash"³ com o objetivo de dismantelar as regulamentações de ação climática.

O relatório destaca casos significativos de litígio climático, como a violação pela Austrália das obrigações de direitos humanos para com os habitantes das Ilhas do Estreito de Torres, o reconhecimento do Brasil do Acordo de Paris como um tratado de direitos humanos e um tribunal holandês ordenando que a Shell cumpra as metas de redução de emissões do Acordo de Paris.

Exemplos de alguns casos:

1. Em 2021, uma comunicação foi enviada ao Tribunal Penal Internacional (TPI) conhecida como "O Planeta vs Bolsonaro". A comunicação pedia uma investigação sobre o suposto papel do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro em crimes contra a humanidade ligados ao desmatamento em curso e atividades relacionadas na floresta amazônica. A denúncia afirmava que Bolsonaro promoveu e facilitou um ataque generalizado ao bioma amazônico, representando uma ameaça significativa à própria humanidade. Argumentou que o papel da Amazônia na regulação das temperaturas e padrões climáticos globais torna crucial para a segurança climática global. O desmatamento, a conversão de terras para a pecuária e os incêndios florestais intencionais danificaram severamente o ecossistema da Amazônia, transformando-o de sumidouro de carbono em fonte de carbono. A Procuradoria do TPI analisará as informações para determinar se há uma base razoável para prosseguir com uma investigação, potencialmente marcando a primeira vez que uma investigação relacionada a crimes contra a humanidade é baseada em supostos danos ambientais e climáticos.

2. Em 2022, o Supremo Tribunal Federal decidiu no caso PSB et al. Brasil (Fundo Clima) (2022) que o Acordo de Paris é um tratado de direitos humanos, que goza de status "supranacional". Essa "supralegalidade" dos tratados de direitos humanos significa que eles estão acima das leis "regulares" na hierarquia jurídica. Assim, qualquer lei ou decreto brasileiro que contrarie o Acordo de Paris, incluindo a NDC, pode ser invalidado. O caso dizia respeito à não adoção pelo Governo de medidas administrativas relativas à atribuição de fundos de um mecanismo financeiro de subvenção de medidas de mitigação e adaptação. O STF decidiu que o Poder Executivo tem o dever constitucional de executar e destinar os recursos para mitigar as mudanças climáticas, com base tanto na separação de poderes quanto no direito constitucional a um meio ambiente saudável. O tribunal entendeu ainda que o Judiciário, por sua vez, deve atuar para evitar o retrocesso da proteção ambiental.

3. Casos relacionados a eventos climáticos extremos estão sendo arquivados antes que os eventos ocorram. O caso Conservation Law Foundation v. ExxonMobil Corp. (2016) serve como exemplo de uso de estatutos existentes para buscar proteção contra desastres ambientais e de saúde pública

³ Backlash refere-se a uma forte reação ou resposta negativa que ocorre como consequência de uma ação legal, decisão judicial ou qualquer manobra legal. Geralmente envolve indignação pública, crítica ou oposição dirigida a um determinado resultado legal ou às partes envolvidas em uma disputa legal.

resultantes de eventos extremos relacionados ao clima. Em 2021, a Conservation Law Foundation entrou com duas ações semelhantes, *Conservation Law Foundation v. Shell Oil Co.* (2022) e *Conservation Law Foundation v. Gulf Oil LP* (2022). Esses casos alegam que o armazenamento a granel e os terminais de combustível dos réus em New Haven, Connecticut, violaram a Lei de Água Limpa e a Lei de Conservação e Recuperação de Recursos porque não levaram em conta os impactos das mudanças climáticas, incluindo o aumento do nível do mar e tempestades mais frequentes e severas.

Esses desenvolvimentos legais sinalizam a crescente influência da litigância climática na formulação de políticas climáticas e na responsabilização de governos e corporações por suas ações.

Em março, foi adotada uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, para buscar o parecer da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as obrigações dos países para enfrentar as mudanças climáticas.

Em 18 de julho de 2023, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), que é o principal órgão judicial das Nações Unidas, [concedeu permissão à União Africana para participar do processo consultivo sobre as Obrigações dos Estados em relação às Mudanças Climáticas](#). Esta autorização foi feita em resposta a um pedido da União Africana.

De acordo com o Artigo 66 do Estatuto da CIJ, a Corte determinou que a União Africana provavelmente fornecerá informações valiosas sobre as questões levantadas pela Assembleia Geral. Como resultado, a União Africana foi autorizada a apresentar uma declaração escrita abordando estas questões. Além disso, a União Africana também pode fornecer comentários por escrito sobre quaisquer declarações feitas por Estados ou outras organizações envolvidas no processo.

Os prazos para a União Africana apresentar sua declaração escrita e comentários foram estabelecidos pelo presidente da Corte em um despacho emitido em 20 de abril de 2023. O prazo para a declaração escrita é 20 de outubro de 2023 e, para os comentários, é 22 de janeiro de 2024.

As etapas subsequentes do processo ainda não foram determinadas e serão decididas posteriormente.

Agenda 2030: Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e o Encontro ODS

O High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) de 2023 foi um evento crucial para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Realizado em Nova York, EUA, de 10 a 19 de julho de 2023, o evento foi híbrido, com participantes presenciais e virtuais, incluindo líderes mundiais, representantes governamentais, organizações internacionais, sociedade civil e empresas.

O tema do HLPF de 2023 foi "Acelerar a recuperação da COVID-19 e a implementação integral da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis", focando nos desafios e oportunidades pós-pandemia na implementação dos ODS. As principais conclusões do HLPF de 2023 foram:

- Há um progresso significativo na implementação dos ODS, mas ainda há muito a fazer.
- Os desafios mais urgentes incluem as mudanças climáticas, a desigualdade e a pobreza.
- É necessário aumentar a cooperação internacional para alcançar os ODS.

Além disso, o HLPF de 2023 foi uma oportunidade para os jovens fazerem suas vozes serem ouvidas. Os jovens são os que mais sofrerão com os efeitos das mudanças climáticas e da desigualdade, e eles também são os que mais podem contribuir para a solução desses problemas. O HLPF de 2023

forneceu uma plataforma para os jovens compartilharem suas ideias e soluções, e para exigir que os líderes mundiais tomem medidas para criar um futuro mais sustentável e equitativo.

O HLPF de 2023 é importante para o Summit de 2023 porque fornece uma plataforma para os líderes mundiais discutirem o progresso realizado nos ODS e acordarem um caminho a seguir. O Summit de 2023 é uma oportunidade para os países se comprometerem com ações mais ambiciosas para alcançar os ODS até 2030.

Aqui estão algumas das principais ações que devem ser tomadas no caminho para o Summit de 2023:

- Os países devem desenvolver e implementar planos nacionais de ODS que sejam ambiciosos e integrados.
- Os países devem aumentar a cooperação internacional para compartilhar conhecimento e recursos.
- Os países devem investir em educação, saúde e infraestrutura para construir um mundo mais sustentável e equitativo.
- Os países devem envolver os jovens e outros grupos marginalizados na implementação dos ODS.

Algumas recomendações e ações cruciais são esperadas no SDG Summit para garantir o sucesso da implementação dos ODS e avanço da Agenda 2030, como:

- Mecanismos para acelerar o progresso nos ODS. Os ODS são objetivos ambiciosos e ainda há muito a fazer para alcançá-los. O summit deve fornecer um roteiro claro para acelerar o progresso nos próximos anos.
- Abordar o impacto da COVID-19. A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador no desenvolvimento global. O summit deve abordar o impacto da pandemia e garantir que ninguém fique para trás na recuperação.
- Construir um mundo mais inclusivo e equitativo. Os ODS só são alcançáveis se todos tiverem uma chance justa de sucesso. O summit deve se concentrar na construção de um mundo mais inclusivo e equitativo, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.
- Assegurar os recursos necessários. Os ODS exigirão investimentos significativos. O summit deve garantir que os recursos necessários estejam disponíveis para alcançar os objetivos.

Relatório do PNUD sobre oportunidades de investimento na África busca mobilizar setor privado para investimento nos ODS

UNDP report on investment opportunities in Africa seeks to mobilize private sector to invest in SDGs

Erica Kastrup

Abstract. *This article discusses how the UNDP report on Insights for Investment in Africa contributes to the debate on the role of public-private partnerships in achieving the 2030 Agenda. It concludes that, at a time when the global partnership for sustainable development is even more attention is needed to what the SDGs propose.*

Keywords: *public-private partnerships, SDG; UNDP*

Resumo: Esse artigo discute como o relatório do PNUD sobre Insights para o investimento em África contribui para o debate sobre o papel das parcerias público-privadas no alcance da Agenda 2030. E conclui que, neste momento em que a parceria global para o desenvolvimento sustentável, é preciso ainda mais atenção ao que propõe os ODS.

Palavras-chave: parcerias público-privadas, ODS; PNUD

Com o objetivo de fomentar a implementação da Agenda 2030 (ONU, 2015), o PNUD vem ampliando sua articulação em o setor privado. A participação de empresas no compromisso com o desenvolvimento sustentável é uma das premissas para que se viabilize a parceria global acordada em 2015 e está expressa mais especificamente no ODS 17, que versa sobre os meios de implementação da Agenda. Está também prevista na Agenda de Ação de Addis Abeba (AAA, 2015), um documento firmado pelos líderes mundiais antes mesmo da aprovação da Agenda 2030 e que tratava de apresentar como mobilizar recursos para a implementação do desenvolvimento sustentável.

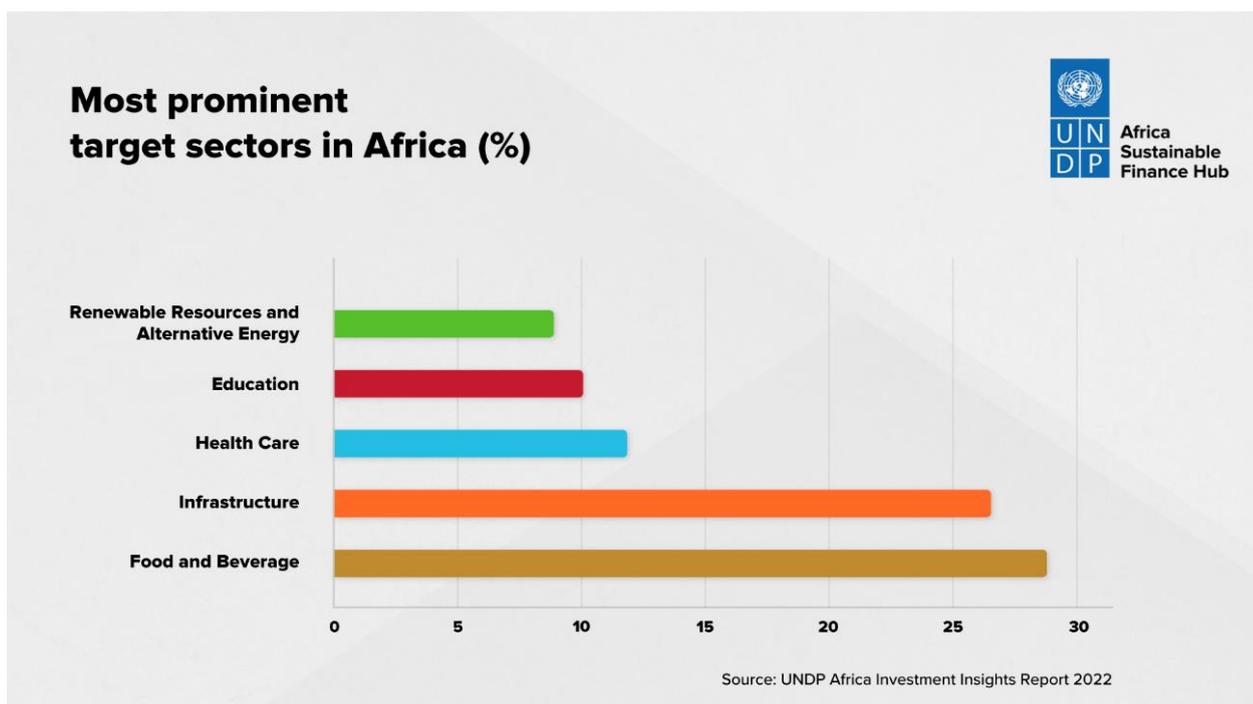
As diferentes metas relacionadas ao ODS 17 falam da necessidade de se mobilizar finanças, da cooperação para o compartilhamento e o desenvolvimento de tecnologias, de melhorar regras do comércio internacional e da importância de se capacitar pessoas para a implementação da Agenda. Fala ainda da importância de se fomentar parcerias multissetoriais – públicas, público-privadas e com a sociedade civil – para que todos os outros 16 objetivos sejam alcançados. O PNUD, em seu papel de propulsor do desenvolvimento, vem trabalhando para aproximar planos governamentais de investimentos privados e, para isso, desenvolveu o *Sustainable Finance Hub* (SFH), que busca romper com a lógica das aplicações em mercado direcionadas apenas para retornos financeiros, orientando investimentos para, simultaneamente, maximizar benefícios sociais e ambientais. A ideia é fomentar a construção de bases para atrair investidores e empresas para ampliar suas contribuições para os ODS, buscando um impacto dos investimentos que seja positivo para as pessoas e o planeta.

Pensando esse objetivo em contexto africano, o SFH lançou, em 2022, o *Africa Investment Insights Report* que traz um panorama das oportunidades de investimento no continente. Neste momento em que se amplia o consenso de que a Agenda 2030 está ameaçada, é importante que se

revisite as diferentes estratégias e esforços dos Organismos Internacionais por implementá-la, principalmente no continente mais vulnerável do planeta.

Segundo os autores do documento, a situação africana piorou nos últimos anos. A pandemia de COVID 19 resultou em uma tendência crescente de desemprego e pobreza, ampliando as necessidades de financiamento em US\$ 153 bilhões, para além do déficit anual pré-existente de US\$ 200 bilhões. Diante dessa situação, o relatório apresenta 157 oportunidades de investimento orientados pelos ODS divididos em 10 setores considerando 10 países localizados em diferentes contextos econômicos na África Oriental (Quênia, Ilhas Maurício, Ruanda, Tanzânia e Uganda), África Austral (Eswatini, Namíbia e África do Sul) e África Ocidental (Gana e Nigéria).

Os resultados apontam que os setores de alimentação, infraestrutura e saúde são os mais promissores para investimentos.



Outros resultados apontam que:

- A maioria das oportunidades de investimento se referem a mercados menores, abaixo de \$ 50 milhões de dólares. A taxa de crescimento dos investimentos varia de 5 a 10%. A África Ocidental tem os maiores mercados, acima de \$ 1 bilhão de dólares, situados principalmente nos Recursos Renováveis e Energia Alternativa, Tecnologia e Setores de Comunicações e Infraestrutura;
- A maioria das oportunidades de investimento requer um período de 5 a 10 anos para gerar ganhos. Oportunidades de investimento em Bens de Consumo, Tecnologia e Comunicações, assim como os setores de Serviços, indicam as oportunidades de rentabilidade mais rápidas;
- As oportunidades de investimento exigem principalmente valores em torno de US\$ 1 a 10 milhões. O transporte, bem como os setores de Tecnologia e Comunicações, demandam os maiores valores de investimento, girando acima dos US\$ 10 milhões, e oferecendo potencial para investimentos em infra-estrutura em larga escala. A África Oriental apresenta principalmente oportunidades de investimento menores, abaixo de USD 500.000;

- ODS 2 – Fome Zero - e ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura - são os mais abordados pelas oportunidades de investimento, enquanto o indicador ODS 2.1.1 Prevalência da Desnutrição é o indicador mais impactado pelas oportunidades de investimento;
- A maioria das oportunidades de investimento são bem classificadas, indicando que elas geram um novo resultado positivo tanto para investidores como para as pessoas e para o planeta. Isso sinaliza um impacto potencial significativo da estratégia proposta pelo PNUD;
- A maioria das oportunidades de investimento visa áreas semiurbanas. A África Ocidental mostra o mais forte foco em oportunidades de investimento em áreas urbanas, e a África Austral tem a maior proporção de oportunidades de investimento voltadas para as áreas rurais.
- A maioria das oportunidades de investimento exige acordos de compartilhamento de riscos e apoio financeiro público para ser bem sucedida. Uma abordagem de finanças combinadas mostra potencial para lidar com barreiras para o setor privado, como abordar lacunas políticas e regulatórias e conduzir modelos de negócios de outra forma.
- As restrições da cadeia de suprimentos são o principal risco de mercado identificado para as oportunidades de investimento, seguido por mercados altamente regulamentados e intensidade de capital de oportunidades de investimento.
- A fim de melhorar os desempenhos financeiros e de impacto, as oportunidades de investimento podem alavancar cadeias de valor regionais, ofertas variadas das respectivas regiões, potencial de agregação além fronteiras nacionais e oportunidades de diversificação rumo à integração regional no continente.

Essa é mais uma iniciativa do PNUD que se alinha aos esforços do Programa por influir na arquitetura financeira internacional. Outras frentes de ação já abordadas em outros informes incluem o incentivo à emissão de títulos públicos orientados pelos ODS e o alerta sobre o peso das dívidas públicas sobre os orçamentos de países em desenvolvimento e o consequente encolhimento das possibilidades de financiamento dos ODS. Por meio deste relatório, o PNUD defende parcerias público-privadas, ao afirmar que a maioria das oportunidades de investimento exige acordos de compartilhamento de riscos e apoio financeiro público para ser bem-sucedida, especialmente para populações vulneráveis e comunidades marginalizadas.

Como apontado pelo relatório “o custo humano da inação: Pobreza, Proteção Social e Serviço da dívida, 2020–2023” (PNUD, 2023), abordado em nosso informe anterior (Caderno Cris, 12/2023), o problema não é a falta de recursos, mas onde e sob quais parâmetros eles estão alocados. Segundo o documento que trata das possibilidades de investimento em África, se apenas 3,7% dos US\$ 100 trilhões de ativos globais sob gestão de investidores institucionais a cada ano fossem aplicados orientados pelos ODS na África, seria possível para o continente alcançar a Agenda 2030.

A lógica do lucro por lucro pela qual se orientam os investimentos privados está profundamente enraizada nas sociedades ocidentais e tem sido difícil que governos e organizações internacionais ultrapassem a retórica no enfrentamento deste quadro. Contudo, está claro que a Agenda 2030 está ameaçada e esta constatação tem aberto espaço para que se amplie críticas sobre os modelos de fluxo do capital financeiro. O documento do PNUD busca ampliar o diálogo entre os setores público e privado ao apresentar estudos de mercado e oportunidades de investimento orientadas pelos ODS. É uma iniciativa importante nesse momento em que se torna cada vez mais urgente a consolidação da parceria entre todas as partes interessadas na sustentabilidade social e ambiental, conforme previsto na Agenda 2030.

Referencias

AAA. Agenda de Ação de Adis Abeba. Etiópia, 2015.

PNUD. *Africa Investment Insights Report*. Africa Sustainable Finance Hub (ASFH). 2022

PNUD. The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Servicing, 2020–2023. Global Policy Network Brief. Development Future Series. July, 2023.

Caderno CRIS. O avesso da proteção social global: inação dos países e apropriação pelo mercado financeiro. Kastrup, Erica e Paes de Sousa, Romulo. Cadernos Cris Fiocruz número 12/2023.

OIT ajuda a focalizar as prioridades globais e a ampliar o alcance da reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20, realizada na Índia (20-21 de julho)

ILO helps focus global priorities and broaden outreach at G20 Ministers of Labor and Employment meeting in India (20-21 July)

René Mendes

Abstract. This article summarizes the significance of a far-reaching event, represented by the meeting of Ministers of Labor and Employment of the G20 member countries, which took place in Indore (India), on July 20 and 21, 2023. In addition to the country delegations of the G20, the meeting brought together the main international organizations that work on economic and social issues, with emphasis on the International Labor Organization (ILO). Considering the post-pandemic context and the global jobs crisis, three thematic dimensions of the 'world of work' were debated in India: (i) the issue of large gaps in skills and competences; (ii) extension of labor and social security rights for casual and temporary workers (currently called the 'gig economy') and workers on digital platforms; (iii) sustainable funding of national social protection systems for all workers. The resolutions of the meeting of ministers of Labor and Employment will be taken to the G20 summit, to be held in New Delhi, this September. At the end of the text, the potential relevance of this agenda is highlighted, also bearing in mind the important fact that Brazil will assume the presidency of the G20, as of this September meeting.

Keywords: ILO; Work in the world; employment and working conditions; social rights and labor rights; social protection of workers; G20

Resumo. O presente artigo resume o significado de um evento de grande alcance, representado pela reunião de ministros do Trabalho e Emprego dos países integrantes do G20, ocorrida em Indore (Índia), nos dias 20 e 21 de julho de 2023. Além das delegações dos países do G20, o encontro reuniu as principais organizações internacionais que atuam em questões econômicas e sociais, com destaque para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Considerando o contexto pós-pandemia e a crise global de empregos, três dimensões temáticas do 'mundo do trabalho' foram debatidas na Índia: (i) a questão das grandes lacunas de habilidades e competências; (ii) extensão dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores avulsos e temporários (atualmente denominados 'gig economy') e trabalhadores de plataformas digitais; (iii) o financiamento sustentável dos sistemas nacionais de proteção social para todos os trabalhadores. As resoluções da reunião de ministros do Trabalho e Emprego serão levadas para reunião de cúpula do G20, a ser realizada em Nova Deli, em setembro deste. Salienta-se, ao final do texto, a relevância potencial desta agenda, tendo em vista, também, o importante fato de o Brasil assumir a presidência do G20, a partir desta reunião de setembro.

Palavras-chave: OIT; Trabalho no mundo; emprego e condições de trabalho; direitos sociais e direitos trabalhistas; proteção social dos trabalhadores; G20

Introdução

Com a participação de mais de 176 delegados, incluindo 26 ministros de países membros e convidados do G20, a cidade de Indore, na Índia, abrigou a *G20 Labour & Employment Ministers' Meeting*,

que contou, também, com a participação de 15 Chefes e Representantes de Organizações Internacionais, em especial a OCDE, AISS/ISSA, OIT e Banco Mundial.⁴

O Diretor-Geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, presente ao evento, levou uma mensagem de conclamação em prol de esforços globais para três grandes temas pautados para o evento: (i) a questão das grandes lacunas de habilidades e competências; (ii) extensão dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores avulsos e temporários (atualmente denominados 'gig economy') e trabalhadores de plataformas digitais; (iii) o financiamento sustentável dos sistemas nacionais de proteção social para todos os trabalhadores.

"Para enfrentar esta situação e promover a justiça social, mais recursos globais devem ser mobilizados. Iniciativas como o Acelerador Global da ONU para Empregos e Proteção Social para Transições Justas desempenham um papel crítico na geração de apoio técnico e apoio financeiro necessário. Tais esforços devem ser parte de uma reforma mais ampla da arquitetura financeira internacional para que mais recursos estejam disponíveis para alcançar os ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável]", disse o Diretor-Geral da OIT.

"Atualmente, a lacuna global de empregos está aumentando diante dos choques e riscos globais, com os países de baixa renda ficando cada vez mais para trás", disse Houngbo aos ministros.

Referindo-se à *meta da juventude de Antalya* de reduzir em 15% até 2025 a proporção de jovens com maior risco de ficar permanentemente para trás no mercado de trabalho, Houngbo disse aos ministros que a taxa de "nem-nem-nem" (NNN) (jovens de 15 a 29 anos, que não trabalham, não estudam e não estão em treinamento ou capacitação) havia retornado ou estava abaixo de seu nível pré pandêmico e que 12 membros do G20 estavam no caminho certo para atingir a meta.

Mas, para fazer mais progressos e para combater a desigualdade de gênero em particular, a ação deve se concentrar na promoção de mais e melhores empregos para os jovens, investindo em setores econômicos com alto potencial de emprego juvenil e melhorando a qualidade do emprego para incentivar a participação no mercado de trabalho, enfatizou o Diretor-Geral. Os investimentos em Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) e em aprendizagens de qualidade, bem como a combinação de políticas ativas de mercado de trabalho com apoio à renda, também são muito importantes para atingir os jovens mais desfavorecidos, acrescentou.

Os ministros do Trabalho e Emprego dos países do G20 discutiram maneiras de abordar as lacunas de habilidade/competências profissionais, para aumentar a produtividade e os salários, mas também maneiras de diminuir a rotatividade de mão de obra e aumentar a capacidade das empresas de inovar ou implantar novas tecnologias. "As regiões onde as deficiências de habilidades são generalizadas também têm maior probabilidade de sofrer alto desemprego", disse Richard Samans, Diretor do Departamento de Pesquisa da OIT. "Em tempos turbulentos, 'investir nas pessoas' restaura a confiança nas instituições e ajuda a construir um novo contrato social. Portanto, um investimento maciço em habilidades é necessário mais do que nunca, pois enfrentamos a necessidade de alcançar transições socialmente verdes e digitais", acrescentou.

A OIT defendeu uma linguagem comum sobre habilidades e qualificações, para facilitar a comparabilidade entre países e o reconhecimento mútuo de habilidades. A OIT, juntamente com a OCDE, lançará um estudo de viabilidade para uma taxonomia global de competências que estará disponível até

⁴https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_888321/lang--en/index.htm e <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/shri-bhupi/>

o final de 2026. A OIT também saudou a expansão acordada da cobertura dos bancos de dados de Habilidades para Empregos da OIT e da OCDE para todos os países do G20 e além. Isso melhorará a disponibilidade, oportunidade e comparabilidade internacional de dados sobre demanda e oferta de habilidades, ocupações e qualificações e ajudará a reduzir as lacunas globais de habilidades, tão essenciais e requeridas, segundo a visão dos governos nacionais e das agências internacionais.

Dirigindo-se a uma coletiva de imprensa, o Ministro do Trabalho e Emprego e Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas da Índia, Shri Bhupender Yadav, disse que a reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego deu um passo histórico para fortalecer a amizade global. Ele disse que em uma iniciativa histórica, os países do G20 se uniram à liderança indiana para alcançar o consenso em todas as questões, exceto apenas um parágrafo sobre as questões geopolíticas, para o qual foi emitido um Resumo do Presidente (ver adiante). Shri Yadav disse que, sob a presidência da Índia, as nações do G20 concordaram em incluir a referência ao 'respeito ao multilateralismo', 'respeito aos propósitos e princípios da Carta da ONU', bem como a frase de nosso primeiro-ministro Shri Narendra Modi 'A era de hoje não deve ser de guerra'. Ele disse que isso é uma prova do compromisso de todos os países do G20 de se unirem para garantir trabalho decente e bem-estar no trabalho, para todos os trabalhadores.

O primeiro-ministro da Índia, Shri Narendra Modi, enviou uma mensagem através de vídeo, através da qual, compartilhou sua visão sobre o mundo do trabalho em constante evolução. Modi sublinhou que “a força de trabalho móvel vai ser uma realidade no futuro. Portanto, agora é hora de globalizar o desenvolvimento e o compartilhamento de habilidades no verdadeiro sentido. O G20 deve desempenhar um papel de liderança nisso.”

As organizações internacionais e, também, os Parceiros Internacionais de Conhecimento da Presidência do G20 da Índia - OIT, OCDE, ISSA e Banco Mundial - compartilharam percepções cruciais sobre o futuro do trabalho. Uma atualização foi feita sobre o progresso dos países do G20 em direção às metas de *Brisbane* e *Antalya* pelo Secretário-Geral Adjunto, OCDE e Diretor-Geral, OIT.

Os parceiros sociais representados pelos grupos de envolvimento do G20, em especial o *Business 20*, o *Labor 20*, o *Startup 20* e o *Think 20*, conclamaram para uma maior coordenação e sinergia entre todas as partes interessadas, para enfrentamento dos desafios laborais globais.

A Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20, realizada nos dias 20 e 21 de julho, foi concluída em Indore com sucesso com a adoção unânime de três **Documentos finais do G20** que são (i) “Prioridades de políticas do G20 sobre estratégias para abordar as lacunas de habilidades globalmente”, (ii) “Prioridades de políticas do G20 sobre proteção social adequada e sustentável, e Trabalho Decente para Trabalhadores ‘Gig’ e de Plataformas Digitais”, e (iii) “Opções de Política do G20 para o Financiamento Sustentável da Proteção Social”. Esses documentos serão submetidos à consideração dos Líderes para serem anexados à “Declaração da Cúpula do G20”, a ser realizada em Nova Délhi, 9-10 de setembro de 2023. Os Ministros também adotaram o **Documento Final e o Resumo do Presidente**.

Conheça aqui o teor completo do documento final e “resumo do presidente” da Reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20⁵

Introdução

1. Nós, os Ministros do Trabalho e Emprego dos países membros e convidados do G20, nos reunimos em Indore, em 21 de julho de 2023, para discutir os desafios e desenvolvimentos do mercado

⁵ https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/LEMM_ODCS.pdf

de trabalho, revisar o progresso de nossos compromissos anteriores e adotar recomendações de políticas de emprego e proteção social para garantir um futuro de trabalho inclusivo, sustentável e resiliente.

2. Reconhecemos que o impacto contínuo da pandemia de COVID-19, aumento do custo de vida, sobre-endividamento e crises geopolíticas estão pesando fortemente nos mercados de trabalho e afetando desproporcionalmente os membros de nossas sociedades, incluindo mulheres, jovens, pessoas com deficiência e trabalhadores idosos, entre outros. Além disso, desafios estruturais de longo prazo, como mudanças climáticas, transição demográfica e progresso tecnológico, estão impactando cada vez mais os mercados de trabalho em todo o mundo. Continua sendo nossa maior prioridade aproveitar as oportunidades e mitigar os impactos adversos que elas têm nos mercados de trabalho para alcançar emprego inclusivo, sustentável, pleno e produtivo e trabalho decente para todos, bem como reduzir as desigualdades.

3. Com base no trabalho das presidências anteriores do G20 e em estruturas internacionais relevantes, continuamos comprometidos com a promoção do trabalho decente e da justiça social, de acordo com os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Assim, tomaremos medidas, em consulta com os parceiros sociais, para promover o emprego sustentável, de qualidade, saudável, seguro e lucrativo. Garantiremos o acesso a sistemas de proteção social adequados, abrangentes e inclusivos, incluindo pisos mínimos para todos. Garantiremos a proteção efetiva dos direitos dos trabalhadores, incluindo liberdade de associação e negociação coletiva. Implementaremos políticas de mercado de trabalho para emprego inclusivo e trabalho decente. Abordaremos os desafios das transições estruturais, impulsionando o crescimento econômico e produtivo sustentável, principalmente abordando as lacunas de habilidades, utilizando melhor as capacidades de nossa população, tomando medidas de proteção social e trabalho decente para trabalhadores da 'gig economy' e de plataformas digitais; e garantir o financiamento sustentável adequado da proteção social.

Abordagem das lacunas globais de habilidades/competências

4. Reconhecemos que o ritmo acelerado da digitalização, globalização, mudanças climáticas e mudanças demográficas agravaram as lacunas globais de habilidades/competências, o que pode contribuir para aumentar as barreiras à inclusão no mercado de trabalho e subutilizar os talentos das pessoas, impedindo o crescimento econômico e a produtividade. Conforme estabelecido nas prioridades políticas do G20 sobre estratégias para abordar as lacunas de habilidades/competências globalmente, nos comprometemos a abordar essas lacunas por meio de uma série de ações e monitorar nossos esforços para esse fim.

5. Acreditamos que, para aumentar a participação laboral e abordar as lacunas de competências, é crucial que os mercados de trabalho se baseiem em empregos decentes, salários justos, condições de trabalho adequadas, segurança e saúde e igualdade e não discriminação no trabalho. Por esse motivo, a segurança no emprego e a melhoria contínua das condições de trabalho são os principais impulsionadores para abordar as lacunas globais de habilidades.

6. Estamos empenhados em abordar de forma eficaz as lacunas globais de habilidades para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Pedimos aos líderes do G20 que priorizem o trabalho para reduzir as lacunas de habilidades/competências para desenvolver e aplicar plenamente as capacidades das pessoas para promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável.

7. Na construção de nossas políticas para alcançar este objetivo, trabalharemos para melhorar a disponibilidade, o detalhamento, a adequação temporal e a comparabilidade internacional de dados sobre demanda e oferta com relação a habilidades, ocupações e qualificações. Isso pode exigir esforços para fortalecer ainda mais nossos dados estatísticos nacionais de acordo com os padrões internacionais

sobre estatísticas sobre o trabalho, complementando-os com fontes de dados adicionais, como big data. Trabalharemos para estender a cobertura dos bancos de dados de habilidades para empregos, da OIT e da OCDE, para os países do G20 e além, conforme apropriado, e adotaremos as prioridades políticas do G20 em estratégias para abordar as lacunas de habilidades globalmente.

8. Comprometemo-nos a considerar o desenvolvimento de uma classificação de referência internacional de ocupações por habilidades e requisitos de qualificação, para facilitar a comparabilidade entre países e o reconhecimento mútuo de habilidades e qualificações. Nesse sentido, solicitamos à OIT e à OCDE que estudem a viabilidade de estabelecer essa classificação de referência internacional até o final de 2026 e apresentem anualmente uma atualização de progresso.

Proteção social adequada e condições de trabalho decentes para os trabalhadores da ‘gig economy’⁶ e de plataformas digitais

9. Com base em estudos, pesquisas e discussões recentes, sob presidências anteriores, é preocupante que a maioria dos trabalhadores da ‘gig economy’ e de plataformas digitais não desfrute de proteção social e trabalhista adequada. Assim, melhorar a cobertura da proteção social é um elemento importante do nosso compromisso de acelerar o progresso rumo ao acesso à proteção social adequada para todos até 2030. Isso inclui, em particular, acesso efetivo a serviços de saúde, e segurança de renda, que possam responder às mudanças ao longo do ciclo de vida.

10. Reconhecemos nossa responsabilidade compartilhada com os provedores de plataformas e com os parceiros sociais e outras partes interessadas relevantes para garantir proteção social adequada e condições de trabalho decentes para trabalhadores da ‘gig economy’ e plataformas digitais. Para esse fim, concordamos com um conjunto de prioridades políticas para fornecer proteção social adequada e garantir trabalho decente para estes trabalhadores, conforme descrito nas “Prioridades políticas do G20 sobre proteção social adequada e sustentável e trabalho decente para trabalhadores da “gig economy” e de plataformas digitais”.

11. Para apoiar as medidas nacionais para fortalecer a proteção social dos trabalhadores da “gig economy” e de plataformas digitais e sua implementação, pedimos à OIT, ISSA e OCDE que estabeleçam um mecanismo para facilitar o Grupo de Trabalho de Emprego na coleta e compartilhamento de informações relevantes e atualizadas política atualizada, boas práticas e abordagens administrativas realizadas nos países do G20 e além.

Financiamento sustentável de proteção social adequada para todos

12. A proteção social é um elemento importante das estratégias nacionais para promover o desenvolvimento humano e um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Reconhecemos que garantir o financiamento sustentável dos sistemas de proteção social e, ao mesmo tempo, reduzir as lacunas de cobertura e de adequação é um desafio fundamental para todos os países do G20,

⁶ “Gig economy”: uma economia ‘gig’ é um mercado de trabalho que depende fortemente de cargos temporários e de meio período, preenchidos por contratados independentes e freelancers, em vez de empregados permanentes em período integral. Os trabalhadores temporários ganham flexibilidade e independência, mas pouca ou nenhuma segurança no emprego. Muitos empregadores economizam dinheiro evitando pagar benefícios como cobertura de saúde e férias pagas. Outros pagam por alguns benefícios para trabalhadores temporários, mas terceirizam os programas de benefícios e outras tarefas de gerenciamento para agências externas. O termo é emprestado do mundo da música, onde os artistas agendam "shows" que são compromissos únicos ou de curto prazo em vários locais. (Nota pessoal de RM)

principalmente durante o período pós-pandemia. Reconhecemos que os recursos necessários para alcançar a proteção social universal variam entre os países do G20 e podem exigir modelos e mecanismos de financiamento inovadores.

13. Reconhecemos que não existe uma abordagem única para ampliar o espaço fiscal para proteção social e que um diálogo social eficaz é necessário para articular soluções nacionais ideais para financiamento sustentável e equitativo. Observamos a amplitude das abordagens de financiamento da proteção social adotadas pelo G20 e outros países e incentivamos a adoção de soluções eficazes, equitativas e inovadoras para estender a cobertura usando uma combinação de contribuições e impostos sociais e outras estratégias alternativas de financiamento. Guiado pelas disposições da Convenção de Seguridade Social (Padrões Mínimos), 1952 (Nº 102), a Recomendação de Pisos de Proteção Social da OIT, 2012 (Nº 202) e a Recomendação da Transição da Economia Informal para a Formal da OIT, 2015 (Nº 204), muitos países do G20 estenderam a cobertura da proteção social a grupos não cobertos ou cobertos de forma inadequada, como trabalhadores domésticos, rurais, temporários e de plataforma e trabalhadores da economia informal por meio de políticas contributivas, recursos orçamentários ou uma mistura de ambos. A extensão da cobertura contributiva é um facilitador do aumento das receitas contributivas. Simplificar os procedimentos administrativos, fortalecer a arrecadação de contribuições e prevenir fraudes também são estratégias eficazes dos países membros do G20 para ampliar o espaço fiscal por meio de receitas contributivas e/ou financiamento adicional de receitas gerais.

14. Uma melhor coordenação dos benefícios da proteção social, políticas ativas do mercado de trabalho, acordos de trabalho flexíveis que respeitem o equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos trabalhadores, creches acessíveis e de qualidade e serviços de cuidados prolongados e melhor segurança e saúde no trabalho melhoraram a participação no emprego em nossos países, especialmente para mulheres, jovens, trabalhadores mais idosos, pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados, e contribuíram para a transição para o emprego formal, respeitando os direitos fundamentais dos trabalhadores. Com base nesses esforços, estamos empenhados em explorar várias opções de políticas listadas nas Opções de Política do G20 para o Financiamento Sustentável da Proteção Social, para financiar a proteção social em nossos países, que se baseia nos princípios de universalidade, não discriminação, igualdade de gênero, adequação, sustentabilidade, solidariedade, inclusão e cooperação internacional.

Questão geopolítica

15. A guerra na Ucrânia afetou ainda mais a economia global. Houve uma discussão sobre o assunto. Reiteramos nossas posições nacionais expressas em outros fóruns, incluindo o Conselho de Segurança da ONU e a Assembleia Geral da ONU, que, na Resolução nº ES-11/1 de 2 de março de 2022, adotada por maioria de votos (141 votos a favor, 5 contra, 35 abstenções, 12 ausentes) deplora, veementemente, a agressão da Federação Russa contra a Ucrânia e exige sua retirada total e incondicional do território da Ucrânia. A maioria dos membros condenou veementemente a guerra na Ucrânia e enfatizou que ela está causando imenso sofrimento humano e exacerbando as fragilidades existentes na economia global – restringindo o crescimento, aumentando a inflação, interrompendo as cadeias de abastecimento, aumentando a insegurança energética e alimentar e elevando os riscos à estabilidade financeira. Houve outras opiniões e avaliações diferentes da situação e das sanções. Reconhecendo que o G20 não é o fórum para resolver questões de segurança, reconhecemos que questões de segurança podem ter consequências significativas para a economia global.⁷

⁷ A Rússia reconhece o status de um documento que tem o status de resumo escrito pelo presidente da reunião, tendo em vista da inclusão do parágrafo 15, mas concorda com o restante do texto. Expressou sua visão distinta sobre a situação na Ucrânia, tensões geopolíticas e sanções durante a reunião. A China afirmou que a Reunião de

16. É fundamental defender o direito internacional e o sistema multilateral de salvaguarda da paz e da estabilidade. Isso inclui defender todos os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e aderir ao direito humanitário internacional, incluindo a proteção de civis e infraestrutura em conflitos armados. O uso ou ameaça de uso de armas nucleares é inadmissível. A resolução pacífica de conflitos, os esforços para lidar com as crises, bem como a diplomacia e o diálogo são vitais. A era de hoje não deve ser de guerra.

Caminho a seguir

17. Apoiamos o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho de Emprego e adotamos por unanimidade os seguintes documentos finais:

- “Prioridades de política do G20 sobre estratégias para abordar lacunas de habilidades globalmente”;
- “Prioridades Políticas do G20 sobre Proteção Social Adequada e Sustentável e Trabalho Decente para Trabalhadores’ Gig’ e de Plataformas”;
- “Opções de política do G20 para o financiamento sustentável da proteção social”.

Os Documentos adotados hoje serão submetidos à consideração dos Líderes para serem anexados à Declaração da Cúpula do G20 a ser realizada em Nova Delhi de 9 a 10 de setembro de 2023.

18. Continuamos totalmente comprometidos com o *Objetivo de Brisbane* de reduzir a diferença de gênero na participação da força de trabalho em 25% até 2025 e aumentar a participação das mulheres nos mercados de trabalho em todos os níveis. Também estamos empenhados em atingir o *Objetivo da Juventude de Antalya* de reduzir em 15%, até 2025, a parcela de jovens com maior risco de ficar permanentemente para trás no mercado de trabalho. Portanto, destacamos a importância do desenvolvimento de habilidades por meio, entre outros, a implementação da Estratégia de Habilidades G20 atualizada 2022. Vamos intensificar nossos esforços para implementar o Roteiro G20 em direção e além da Meta de Brisbane e o Roteiro G20 Youth 2025, (Riyadh, 2020), enquanto nos esforçamos para melhorar os resultados do mercado de trabalho para mulheres e jovens. Reconhecemos os relatórios da OIT e da OCDE sobre o progresso feito nos Objetivos de Brisbane e Antalya.

19. Reafirmamos os compromissos e metas acordados nas presidências anteriores, incluindo a implementação do Plano de Ação para Acelerar e Monitorar os Princípios do G20 para a Integração no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência (Bali 2022). Estamos empenhados em monitorar o progresso para alcançar esses objetivos e apelamos à OIT e à OCDE para continuar a relatar nosso progresso nesse sentido.

20. Continuaremos a acelerar o progresso em direção ao acesso universal à proteção social abrangente e sustentável, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicação da Pobreza) para acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares. Nesse sentido, saudamos o Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) para a Década 2022-2031 e apoiamos o progresso na implementação do Acelerador Global da ONU sobre Empregos e Proteção Social para Transições Justas, a partir os países pioneiros identificados.

21. Reconhecendo a importância excepcional das cadeias produtivas (cadeias de valor) sustentáveis para alcançar os direitos humanos, trabalho decente para todos e proteger o meio ambiente, vamos aumentar nossos esforços, inclusive por meio de cooperação técnica, para promover a

Ministros do Trabalho e Emprego do G20 não é o fórum adequado para discutir questões geopolíticas. A posição da África do Sul baseia-se no fato de que não foram incluídas no texto as discussões sobre o parágrafo 15. (tradução das notas de rodapé do original)

‘diligência devida’ corporativa, inclusive no que diz respeito à eliminação do trabalho infantil e trabalho forçado ao longo das cadeias produtivas globais. Para esse fim, estamos prontos para participar de forma construtiva nas discussões na ONU e na OIT para melhorar as abordagens legais e políticas existentes de acordo com os princípios e direitos fundamentais no trabalho.

22. Reconhecemos o trabalho da rede G20 de SST e estamos determinados a continuar nossos esforços para fornecer políticas e programas de SST mais inclusivos e abrangentes de acordo com as “Abordagens do G20 sobre Segurança e Saúde no Trabalho” (Catania, 2021) e a “Declaração pela Rede de SST do G20 sobre a promoção da SST como princípio fundamental e direito no trabalho” (Bali, 2022).

23. Agradecemos ao Centro de Pesquisa de Empreendedorismo nas economias do G20 por seu trabalho substancial e apoio à implementação do Plano de Ação de Empreendedorismo do G20 (Pequim, 2016). Estamos ansiosos pela Mesa Redonda de Empreendedorismo anual do G20.

24. Reconhecemos o trabalho da “G20 Behavioral Insights Network” e seus esforços contínuos para alavancar insights comportamentais em áreas-chave de políticas, como inclusão da diversidade, inclusive de mulheres e jovens, no emprego, para potencializar nossos esforços.

25. Agradecemos à OIT, ISSA e OCDE por suas valiosas contribuições para o nosso trabalho e tomamos nota dos relatórios (Anexo) e do Banco Mundial por suas valiosas contribuições e conhecimentos que recebemos durante a Presidência indiana em 2023.

26. Salientamos o papel crucial dos parceiros sociais nas nossas políticas e a importância da sua participação no processo do G20. Reiteramos a importância das contribuições de B20 e L20, no contexto do G20 e nos comprometemos a promover um diálogo frutífero com eles. Comprometemo-nos igualmente a continuar o nosso diálogo com os outros grupos relacionados, em especial o C20, W20 e Y20. Notamos a importante contribuição de parceiros sociais e outros grupos de engajamento, incluindo aqueles reconhecidos internacionalmente, para o nosso trabalho.

27. Valorizamos as contribuições ao nosso trabalho, feitas por L20 e B20 e reafirmamos nosso compromisso contínuo de promover o diálogo social entre governos, organizações de empregadores e sindicatos em nossos países e internacionalmente para desenvolver uma agenda compartilhada para a recuperação econômica que beneficie a todos e proporcione trabalho digno, prosperidade e melhoramento do bem-estar para todos os nossos cidadãos.

28. Agradecemos à Presidência indiana por sua liderança ao longo de 2023 e esperamos continuar nossos esforços para promover o trabalho decente e promover a justiça social no mundo do trabalho em constante evolução em 2024 sob a Presidência do Brasil.

Concluimos lembrando o enorme potencial destas iniciativas – se, de fato, forem levadas a sério -, considerando a relevância econômica e política do Grupo dos Vinte (G20), cuja composição e relevância podem ser assim resumidas: O Grupo dos Vinte (G20) é composto por 19 países (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Estados Unidos Reino Unido e Estados Unidos) e a União Europeia. Os membros do G20 representam cerca de 85% do PIB global, mais de 75% do comércio global e cerca de dois terços da população mundial, segundo declara seu site: <https://www.g20.org/en/>

Por último: com o Brasil assumindo a Presidência do G20, a partir de setembro próximo, esta importante pauta poderá ser positivamente influenciada, na medida em que o próprio país também priorizá-la. Muitos poderão ser os ganhadores, com a vantagem de não ser necessário haver perdedores!



Shri Bhupender Yadav, Minister of Labour and Employment, India with ILO Director-General Gilbert F. Hounbo © Ministry of Labour and Employment India

FONTE: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_888321/lang--en/index.htm

Migrações, Refúgio e Saúde global

Rafael Gomes França

Caio Murta

Harim Baek

Júlia Moraes

Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. Neste Informe, o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global relata o memorando assinado entre a União Europeia e a Tunísia, que tem em seu escopo temas migratórios. Juntamente com a Líbia, o país tunisiano é considerado um dos principais pontos de entrada na Europa para as pessoas requerentes de asilo. Também destaca os 100 dias do conflito do Sudão e as consequências causadas pelos deslocamentos. Além de panorama das migrações no Brasil para o mês de junho de 2023.

Palavras chave: migrações; refúgio; saúde global.

Sumario. En este Informe, el Grupo de Trabajo de Migraciones, Refugio y Salud Global relata el memorando firmado entre la Unión Europea y Tunisia, que tiene en su escopo temas migratorios. Juntamente con a Libia, el país tunisino es considerado uno de los principales puntos de entrada en la Europa para las personas requerientes de asilo. También destaca los 100 días del conflicto del Sudán y las consecuencias causadas por los desplazamientos. Más allá del panorama de las migracionese en el Brasil para el mes de junio del 2023.

Palabras clave: migraciones; refugio; salud global.

A União Europeia (UE) e a Tunísia assinaram um memorando que abrange temas que vão da migração à cooperação econômica⁸

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que, em momentos de incertezas geopolíticas, é extremamente significativo aprofundar a cooperação entre os parceiros estratégicos. O presidente tunisino, Kais Saied, recebeu para a assinatura do acordo, em Tunes (capital da Tunísia), von der Leyen, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, e o primeiro-ministro holandês, Mark Rutte.

A exposição oficial do memorando foi precedida de uma série de indagações com relação à quantidade de dinheiro dos contribuintes da UE, que vai para um país onde o governo vem sendo frequentemente acusado - incluindo pelo Parlamento Europeu, de sufocar a liberdade de expressão, a independência judicial e a sociedade civil.

O presidente Saied, tem sido criticado por estar guiando o país em direção ao autoritarismo e por divulgar falas racistas contra os migrantes africanos, baseado em argumentos que fazem referência a uma teoria da conspiração da extrema-direita. Saied foi repreendido pela Organização das Nações Unidas

⁸<https://pt.euronews.com/my-europe/2023/07/17/analise-polemico-acordo-ue-tunisia-vai-ajudar-a-regular-migracao>

(ONU) após de ter dito que os imigrantes ilegais que estavam chegando ao país, vindos de países subsarianos, participavam de um plano criminoso que tinha o intuito de modificar a paisagem demográfica da Tunísia e que eles são fontes de violência e crimes no país.

O memorando é uma declaração que possui intenções políticas que visam melhorar as relações bilaterais e enfrentar os obstáculos comuns de uma forma mais abrangente. O texto apresenta e sugere diversos planos de ação que serão desenvolvidos de modo gradual, transformados em mecanismos jurídicos, sendo estes aprovados pelos Estados-membros antes de serem instaurados. Os planos estão separados em cinco eixos temáticos: estabilidade macroeconômica, economia e comércio, transição ecológica, contatos interpessoais e migração. Cada área temática inclui projetos de investimentos e corporações distintas, muitos dos quais irão necessitar do desembolso direto de fundos do orçamento comum da UE.

Juntamente com a Líbia, a Tunísia é considerada um dos principais pontos de entrada na Europa para as pessoas requerentes de asilo. Desses migrantes, alguns são cidadãos tunisianos que decidem sair de seu território, por conta das políticas repressivas do país, mas outros acabam vindo de lugares como: Egito, Costa do Marfim, Síria, Afeganistão, Paquistão e Bangladesh.

Conforme a agência europeia de fronteiras e guarda costeira Frontex, em 2022, foram registradas mais de 102 mil travessias consideradas ilegais, por meio da rota central do mar Mediterrâneo, um crescimento de 51% em relação a 2021. É por este motivo que a migração é um eixo essencial do memorando, com uma dotação inicial de 105 milhões de euros para realizar ações de combate ao contrabando, reforçar a gestão das fronteiras e agilizar o regresso dos requerentes de asilo cujos pedidos foram recusados.

Conflito no Sudão passa dos 100 dias

Desde o início dos combates no Sudão em abril, mais de 3,3 milhões de pessoas foram deslocadas dentro do país e através das fronteiras. Antes da crise, o Sudão abrigava 1,1 milhão de refugiados, principalmente do Sudão do Sul, Eritreia e Etiópia. Quase 4 milhões de pessoas também foram deslocadas internamente em todo o país⁹. O conflito no Sudão entra em seu 100º dia e o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, pede o fim dos combates, com sérias preocupações pelo número crescente de deslocados que fogem em busca de segurança.

Mais de 740 mil refugiados fugiram do Sudão em direção aos países vizinhos – incluindo Chade, República Centro-Africana, Egito, Etiópia e Sudão do Sul. Além disso, mais de 185 mil refugiados foram forçados a se mudar para áreas mais seguras dentro do país, ficando presos em um ciclo implacável de deslocamento¹⁰. Relatos preocupantes de graves violações dos direitos humanos, incluindo violência sexual e outros riscos de proteção durante o voo estão aumentando¹¹. Além disso, à medida que mais pessoas continuam fugindo, os locais de deslocamento dentro do país e nos países vizinhos estão rapidamente ficando superlotados.

A estação chuvosa agrava ainda mais o sofrimento das pessoas, complicando a logística de realocação de refugiados das áreas de fronteira. O preço crescente de alimentos e combustível está

⁹<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹⁰<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹¹<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

aumentando as dificuldades de famílias e indivíduos já vulneráveis¹². A grave crise de saúde e nutrição que se desenvolve no Estado do Nilo Branco também é alarmante, onde as equipes do ACNUR relatam quase 300 crianças refugiadas do Sudão do Sul morrendo de suspeita de sarampo e desnutrição desde o início do conflito¹³.

Mesmo assim, dos US\$ 566 milhões exigidos pelo ACNUR e outros parceiros para o Plano Regional de Resposta aos Refugiados (RRP) para fornecer assistência aos países vizinhos do Sudão, apenas cerca de um quarto (24%) foi recebido¹⁴. O ACNUR apela urgentemente para mais apoio de doadores para poder fornecer assistência e proteção às populações afetadas por conflitos. Até agora, mais de 292 mil refugiados deslocados secundariamente e sudaneses deslocados internamente receberam itens básicos de socorro, incluindo abrigo¹⁵.

Relatório de junho da OBMigra¹⁶

Conforme o relatório de junho, a emissão de vistos para entrada no país retomou alta: China e Índia seguem na liderança como principal nacionalidade de emissão, angolanos, egípcios, franceses e haitianos aumentaram sua participação nessas estatísticas. Já nos dados do Sistema de Tráfego Internacional, aponta-se uma certa estabilidade. As nacionalidades que mais se movimentaram nas fronteiras foram argentinas, estadunidenses e chilenos.

Quanto ao Sistema de Registro Nacional Migratório, vê-se grande oscilação, mas com uma redução importante: no ano, observa-se a média de 18 mil regularizações por mês. Venezuelanos seguem como principal nacionalidade a conseguir registro de residência, com peso importante para argentinos e afegãos. Por outro lado, as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado seguem em queda desde março. Venezuelanos e cubanos foram as nacionalidades que mais pediram reconhecimento.

Na Coordenação-Geral de Imigração Laboral, informa-se tendência de redução nas autorizações de trabalho. Mas chineses, indianos, alemães e franceses tiveram um aumento na comparação com o período anterior. As regiões que mais geraram vagas para migrantes seguiram sendo as do sul e sudeste. Nas transferências internacionais, disponibilizadas pelo banco central, vê-se pouquíssima alteração nos destinos de envio e de recepção. Destaca-se o Reino Unido, Portugal e os Estados Unidos.

¹²<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹³<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹⁴<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹⁵<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-urges-end-sudan-conflict-100-days-amid-growing-displacement>

¹⁶<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/1732-obmigra/dados/relatorios-mensais/401743-ano-4-numero-6-junho-2023>

**Os caminhos para a igualdade:
índices sobre o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero**

Pathways to Equality: Indices on Women's Empowerment and Gender Equality

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: A report prepared by UN Women and UNDP highlights the global challenges faced by women in terms of gender empowerment and equality. It also provides a roadmap for targeted interventions and policy reforms and presents two new indexes that should be incorporated into monitoring SDG 5 - Gender Equality.

Keywords: Gender equity; Women's health; Sustainable development

Resumo: Um relatório preparado pela ONU Mulheres e pelo PNUD destaca os desafios globais enfrentados pelas mulheres no que se refere ao empoderamento e igualdade de gênero. Ele fornece também um roteiro para intervenções direcionadas e reformas políticas e apresenta dois novos índices que devem ser incorporados no monitoramento do ODS 5 - Igualdade de Gênero.

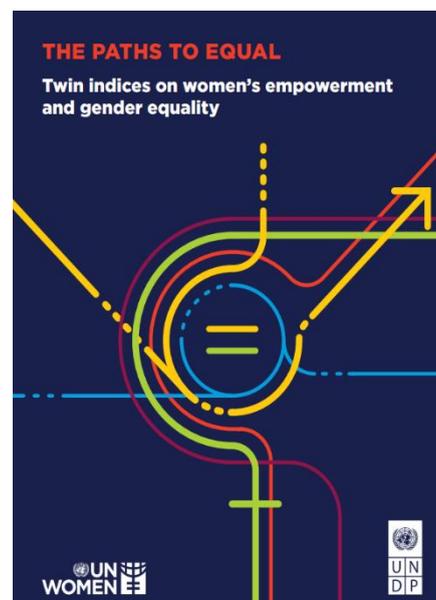
Palavras-chave: Equidade de gênero; Saúde da Mulher; Desenvolvimento sustentável

UN WOMEN e PNUD

Os caminhos para a igualdade: índices sobre o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero

O baixo empoderamento das mulheres e as grandes diferenças de gênero ainda são prevalentes na maior parte do mundo. Menos de 1% das mulheres e meninas vivem em países com alto empoderamento feminino e menores diferenças de gênero.

Os números apontam que, globalmente, as mulheres têm o poder de atingir, em média, apenas 60% de todo o seu potencial, 28% menos do que os homens, nas principais dimensões do desenvolvimento humano. Essas disparidades são prejudiciais não apenas para o bem-estar e avanço das mulheres, mas também para atingir a Agenda 2030 e principalmente para o progresso humano.



As políticas que buscam capacitar ainda mais as mulheres e meninas e alcançar a paridade de gênero exigem dados e medidas robustas que permitam comparação entre os países, com base em

metodologias sólidas. Embora algumas regiões disponham dessas medidas, uma visão global ainda está incompleta.

Historicamente, em todo o mundo, os homens receberam vantagens - incluindo papéis de destaque em liderança e nas tomadas de decisão – que nunca estiveram disponíveis na mesma proporção para as mulheres. Essas disparidades, sustentadas por leis, práticas sociais e costumes, levam a uma distribuição desigual de poder e a resultados desiguais.

O relatório apresentado pela ONU Mulheres e PNUD utilizou dados de 114 países sobre o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apresentou uma nova proposição para medir a situação do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero em todo o mundo, com a incorporação de dois indicadores:

- Índice de Empoderamento Feminino (*Women's Empowerment Index - WEI*), que mede o poder e a liberdade das mulheres para fazer escolhas; e o
- Índice Global de Paridade de Gênero (*Global Gender Parity Index - GGPI*), que avalia as disparidades de gênero em dimensões-chave do desenvolvimento humano.

Os dois índices são complementares, e combinados, eles oferecem uma avaliação abrangente do progresso dos países para alcançar a igualdade de gênero, uma vez que abordam um conjunto diferente de questões.

Principais dimensões e indicadores

O Índice de Empoderamento Feminino (WEI) avalia as conquistas de mulheres e meninas na expansão de suas capacidades para fazer escolhas e aproveitar oportunidades na vida em 5 dimensões:

- 1) Vida e boa saúde - Métodos modernos de contracepção e Taxa de natalidade na adolescência
- 2) Educação e construção de conhecimentos e habilidades - População feminina que concluiu o ensino médio ou superior e Jovens do sexo feminino fora da educação, emprego ou treinamento
- 3) Trabalho e inclusão financeira - Taxa de participação da força de trabalho feminina em famílias de casais com filhos e Mulheres com conta financeira
- 4) Participação na tomada de decisão - Parcela de assentos no parlamento ocupados por mulheres, Parcela de assentos nos governos locais ocupados por mulheres e Parcela de cargos gerenciais ocupados por mulheres
- 5) Fim da violência - Prevalência de violência por parceiro íntimo entre mulheres e meninas

Já o Índice Global de Paridade de Gênero (GGPI) avalia a diferença de gênero em 4 dimensões do desenvolvimento humano:

- 1) Vida e boa saúde - Diferença de gênero na expectativa de vida
- 2) Educação e construção de conhecimentos e habilidades - Diferença de gênero na população com ensino médio ou superior e Diferença de gênero em jovens fora da educação, emprego ou treinamento
- 3) Trabalho e inclusão financeira - Diferença de gênero na taxa de participação na força de trabalho em domicílios de casais com filhos e Diferença de gênero na propriedade de contas financeiras
- 4) Participação na tomada de decisão - Diferença de gênero na proporção de cargos gerenciais ocupados, Diferença de gênero na parcela de assentos ocupados no parlamento e Diferença de gênero na proporção de assentos ocupados no governo local

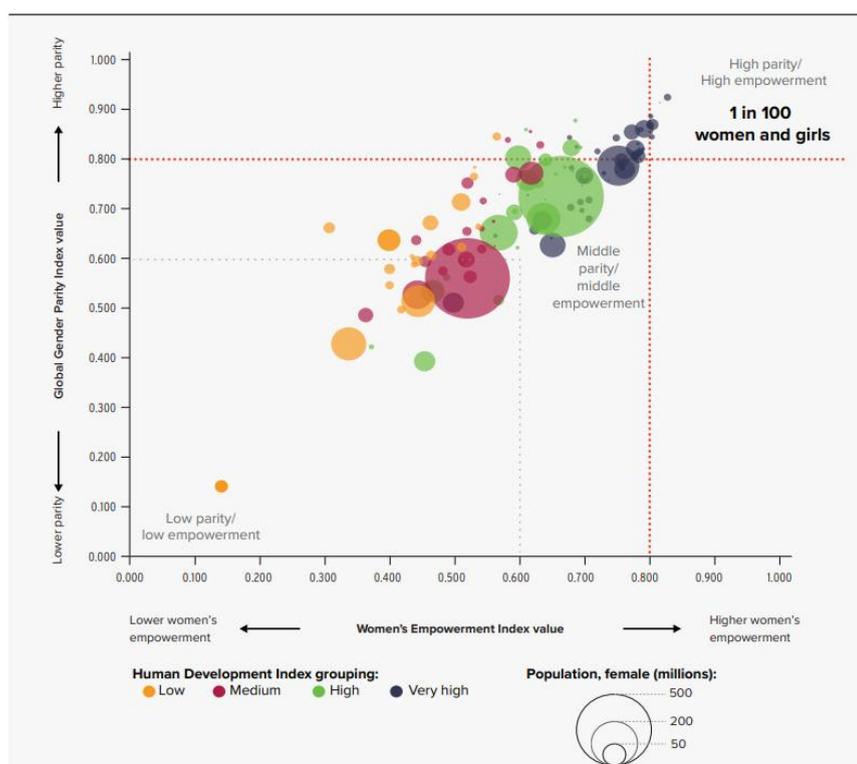
Análise combinada do Índice de Empoderamento e do Índice Global de Paridade de Gênero

O déficit de empoderamento das mulheres e a diferença de gênero permanecem. Nos 114 países analisados, 3,1 bilhões de mulheres e meninas (91,3% de todas as mulheres e meninas no mundo) vivem em países caracterizados por empoderamento baixo ou médio. Algumas das regiões mais populosas se enquadram nessa categoria, bem como 26 países considerados de alto desenvolvimento humano.

Cerca de 8% das mulheres e meninas do mundo vivem em países com baixo ou médio empoderamento feminino, mas com alta paridade de gênero.

O 1% restante de mulheres e meninas vivem em países com alto empoderamento das mulheres e alto desempenho em alcançar a paridade de gênero. Esses são todos países considerados de alto desenvolvimento humano.

Imagem 1 - Análise combinada do Índice de Empoderamento e do Índice Global de Paridade de Gênero



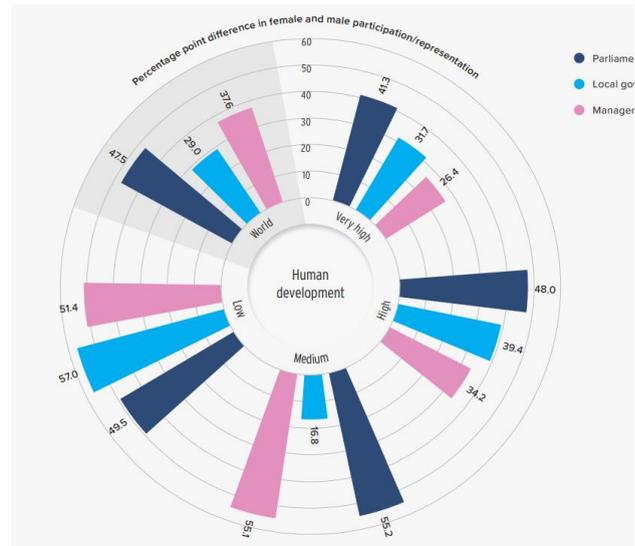
Fonte: UN Women, 2023.

Mulheres raramente ocupam cargos de liderança e cargos executivos e legislativos. A parcela de chefes de estado ou chefes de governo que são mulheres tem girado em média, em torno de 10% desde 1995. No Índice Global de Paridade de Gênero, em média, as mulheres alcançam apenas 44,6% do que os homens alcançam nesta dimensão - o que significa que a paridade ainda está longe de ser alcançada.

Imagem 2 - Análise combinada do Índice de Empoderamento e do Índice Global de Paridade de Gênero

A diferença da participação de homens e mulheres em cargos de liderança é alta em todos os grupos de desenvolvimento humano, mostrando que o desenvolvimento humano superior não garante a igualdade de gênero.

A diferença de gênero nos parlamentos varia de 41,3% a 55,2% quando se compara os grupos de desenvolvimento humano. Ao comparar as regiões, a diferença de gênero varia entre 7,2% (Oceania e Austrália) e 87,1% (Norte da África e Ásia Ocidental).



Violência contra mulheres e meninas impede o empoderamento

Mulheres e meninas estão sujeitas a diferentes formas de violência (física, sexual, econômica e psicológica), perpetradas principalmente por homens, em uma variedade de contextos de paz ou de conflitos - e em diversas esferas, nas relações íntimas, na família, na comunidade, bem como online e em lugares públicos. Quase uma em cada três mulheres (736 milhões) de 15 anos ou mais já experimentou violência por parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida.

Muito progresso foi feito para o empoderamento e igualdade de mulheres e meninas - mas muitos desafios permanecem

Os índices apresentados pelo relatório (WEI e GGPI), oferecem lentes diferentes, mas complementares, para avaliar o desenvolvimento humano da mulher, poder e liberdade para fazer suas próprias escolhas.

Em meio a um futuro cada vez mais incerto de crises, é mais importante do que nunca identificar os obstáculos para fechar as lacunas de gênero e garantir o empoderamento das mulheres. É necessária uma ação ousada para enfrentar as barreiras estruturais e erradicar a exclusão.

O relatório conclui que há cinco áreas onde as ações políticas devem se concentrar:

- As políticas de saúde devem reconhecer as diferentes necessidades de mulheres e homens ao longo dos ciclos de vida, apoiar e promover uma vida longa e saudável para todos. O acesso universal à saúde sexual e reprodutiva deve ser totalmente integrado a estratégias nacionais de desenvolvimento;
- Igualdade no acesso à educação e aprendizagem deve ir além da paridade no agregado. São necessários mais esforços para alcançar as mulheres e meninas mais marginalizadas para que a paridade seja alcançada a nível local e nacional, com foco especial nos campos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática e por meio da aprendizagem digital;
- É necessário maior investimento em políticas e serviços que abordem o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e apoiar as famílias com necessidades de cuidados. Isso inclui reconhecer o valor econômico do trabalho de cuidado não remunerado realizado pelas mulheres, investir no acesso a serviços de cuidados infantis de qualidade e implementar regimes de licença parental e arranjos de trabalho flexíveis para mães e pais. Lembrando que o acesso a instituições financeiras e contas é vital

para a segurança econômica e autonomia das mulheres, além de paridade de salário para o mesmo trabalho;

- São necessários mais esforços para apoiar a participação igualitária das mulheres em todas as esferas da vida pública. Isso inclui a definição de metas, planos de ação e cronogramas para alcançar paridade de gênero, eliminando leis, políticas e regulamentos que discriminam as mulheres;
- Medidas abrangentes focadas na mudança de normas sociais e eliminação de leis e políticas discriminatórias para enfrentar a violência contra mulheres e meninas, além de prover serviços essenciais, incluindo acesso a abrigos, atenção integral à saúde e psicossocial e apoio às sobreviventes.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

O discurso e a prática da Cúpula de Sistemas Alimentares +2: compromissos nacionais, riscos de captura corporativa e a participação brasileira

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell

Juliana Ubarana

Após a análise das expectativas em relação ao Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (*UN Food Systems Summit - UNFSS+2 Stocktaking Moment*), discutidas no Informe 11 do CRIS, o informe atual busca fazer um balanço geral do evento. Esse informe traz especial ênfase às respostas e desafios apresentados por países e instituições e reforça a continuidade das preocupações com a falta de critérios de participação do setor privado na agenda, que a coloca em grande risco de captura corporativa para uso para *blue* e *greenwashing* e para construir uma narrativa diferente da necessária para a transformação dos sistemas alimentares globais (Nilson *et al.*, 2023).

O evento foi realizado de 24 a 26 de julho, na sede da FAO e teve uma programação composta por plenárias, diálogos de lideranças, eventos especiais e eventos paralelos, sempre com foco na transformação dos sistemas alimentares, destacando o papel da alimentação escolar, o financiamento, a ação climática, experiências nacionais (sucessos e desafios), resiliência dos sistemas alimentares diante da crise alimentar e da fome e caminhos para o futuro (Cúpula dos ODS e UNFSS+4) nas plenárias principais e trazendo temas complementares nas outras atividades (custos da dieta, fertilizantes, urbanização, sistemas alimentares aquáticos, soberania alimentar na África, digitalização dos sistemas alimentares, cadeias de valor, setor privado, comércio e povos indígenas, entre outros).

Discursos de abertura

Na sua fala de abertura, o Diretor Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, fez questão de primeiro destacar que essa reunião é sobre sistemas alimentares, mas, sobretudo, diz respeito às pessoas e à necessidade de garantir o mais básico dos direitos humanos, o direito à alimentação. Em seguida, afirmou que em um mundo de abundância é ultrajante que pessoas continuem a sofrer e a morrer de fome e que a Cúpula colocou em destaque, desde seu início, que os sistemas globais estão quebrados e que bilhões de pessoas pagam o preço disso.

Como exemplo disso, usou os dados do novo relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo, o relatório SOFI (*The State of Food Security and Nutrition in the World*), segundo o qual, em 2022, globalmente havia mais de 780 milhões de pessoas passando fome (mais do que nos anos pré-pandemia) e mais de 3 bilhões de pessoas não têm recursos suficientes para adquirir uma dieta saudável, enquanto quase um terço dos alimentos são perdidos ou desperdiçados. Em consequência, a dupla carga da má nutrição permanece muito elevada, com 2 bilhões de pessoas com excesso de peso e 462 milhões desnutridas no mundo, além do crescente impacto climático de modelos insustentáveis de produção de alimentos (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

No discurso, foram também enfatizadas questões que afetam diretamente os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional global, como crises econômicas, conflitos e mudanças

climáticas, que afetam a produção e os preços dos alimentos, com preocupações atuais reforçadas pela saída da Rússia do acordo de exportação de grãos do Mar Negro, que pode trazer sérios impactos sobre o abastecimento de trigo, milho e outros grãos para muitos países, principalmente no norte da África.

Voltando à referência aos sistemas alimentares quebrados, o Secretário Geral destacou que essas quebras não são inevitáveis, visto que elas resultam de escolhas equivocadas, pois no mundo há recursos suficientes para financiar sistemas alimentares sustentáveis e resilientes, há alimentos suficientes para alimentar a todos e há tecnologia suficiente para ajudar a colocar alimentos em todas as mesas.

Encerrando sua fala, foram indicadas três áreas prioritárias de atuação: investir massivamente em sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, equitativos e resilientes, colocar as necessidades das pessoas acima dos lucros e reduzir o impacto ambiental dos sistemas alimentares, considerando desde a produção, às embalagens e ao transporte dos alimentos, quanto à preservação da biodiversidade, redução da pegada de carbono e uso sustentável da água e dos solos.

Atores envolvidos e seus compromissos

O UNFSS+2 demonstrou ser um momento político de grande importância, haja vista a participação de diversos Chefes e Ministros de Estado, bem como autoridades nacionais de muitos países, e contou com grande participação do setor privado, ainda maior do que no lançamento da Cúpula, em 2021, segundo os organizadores e falas durante o evento. Por outro lado, foi notável a baixa participação de organizações da sociedade civil e a participação insuficiente de outros grupos, como representantes dos jovens, que inclusive foi destacada em um painel da juventude na cerimônia de encerramento do evento.

De modo geral, temas como transformação, sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares, mudanças climáticas, financiamento, multilateralismo, papel dos pequenos agricultores e importância do maior engajamento do setor privado foram comuns em muitas das falas plenárias e eventos paralelos, sem clareza sobre os mecanismos de governança que seriam necessários para garantir a prioridade a objetivos relacionados à saúde humana e planetária e para a proteção

Algumas mesas foram particularmente interessantes, tais como a sobre “Colaboração entre múltiplos atores para a transformação dos sistemas alimentares: dos conceitos para a ação” (*“Multistakeholder collaboration for food systems transformation: from concepts to action”*), aberta pela Diretora de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO, Corinna Hawkes, que destacou corretamente a necessidade com múltiplas parcerias, mas trabalhando no sentido de identificar e minimizar desequilíbrios de poder nas relações entre os atores, garantindo inclusão principalmente dos grupos mais vulneráveis e na base dos sistemas alimentares.

Na mesma mesa, em falas de representantes de governos nacionais, comumente se enfatizou a importância de reunir pessoas e setores para atuarem conjuntamente e o quanto experiências de diversos países mostram que instâncias como comitês participativos nacionais e subnacionais são fundamentais para atuar sobre os sistemas alimentares e alcançar os compromissos nacionais assumidos, ainda que os desafios nacionais fossem pouco explorados no painel. Nesse sentido, a grande participação de autoridades dos países fortaleceu os compromissos nacionais assumidos (*“national pathways”*) perante a Cúpula, como instrumentos de reforço às prioridades políticas nacionais e de exigibilidade e prestação de contas junto à sociedade civil e organizações que a representam. Além disso, foi destacado o papel das coalizões de países em diferentes temáticas que fortaleceram a cooperação e apoiaram os compromissos nacionais e regionais da Cúpula.

Por outro lado, em relação à grande abertura à participação do setor privado na agenda de sistemas alimentares, houve inclusive mesas específicas para estimular esse envolvimento. Por exemplo, o evento paralelo sobre “Ambição, ação e prestação de contas do setor privado para a transformação dos sistemas alimentares: aonde estamos e para onde precisamos ir a seguir (*“Private sector ambition, action and accountability towards food systems transformation: where are we now and where we need to go next”*) foi um painel de exibição de possíveis soluções do setor privado para a sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares, incluindo novos produtos e iniciativas de desenvolvimento de soluções para produção com carbono zero. Contudo, apesar de mencionada no título, a prestação de contas não foi abordada pelos palestrantes e a própria transformação defendida baseava-se predominantemente em estratégias baseadas nos sistemas alimentares hegemônicos e seus atores, com ausência da menção ou participação dos agricultores locais e outros grupos da sociedade.

A participação do setor privada na Cúpula de Sistemas Alimentares

Diante dessas contradições, reforçam-se críticas que já eram feitas por organizações da sociedade civil desde o lançamento da Cúpula de Sistemas Alimentares em relação a preocupações sobre a governança da agenda e regras de engajamentos dos representantes da sociedade civil, permitindo que interesses das indústrias do Big Agro, Big Food e Big Soda que controlam os sistemas hegemônicos interfiram e fragilizem os objetivos da Cúpula.

Essas preocupações foram documentadas por grupos de especialistas que atuam na nutrição pública, desde a proteção e promoção do aleitamento materno até as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) associadas à alimentação inadequada, em 2021, apontando os riscos da falta de mecanismos transparentes de governança e de envolvimento do setor privado para evitar conflitos de interesses e captura da agenda e sugerindo boas práticas para evitar essas questões, porém não obtiveram resposta da ONU e de suas agências até agora (The Ad Hoc Committee on UNFSS Governance and, 2021).

As atuais regras de engajamento na Cúpula de Sistemas Alimentares são excessivamente genéricas, trazendo como recomendações “construir confiança” e “ser respeitoso” sem ligá-las a quaisquer critérios ou princípios preestabelecidos, tornando o monitoramento das parcerias impraticável. Nesse sentido, como em outras cúpulas, aponta-se para chamadas novas formas de fazer negócios que são estrategicamente desenhadas para evitar conversações difíceis e que possam desagradar atores poderosos, sendo criticada como uma forma das Nações Unidas esquivarem-se da responsabilidade coletiva. Isso é particularmente alarmante quando se considera o papel dos produtores de alimentos e bebidas ultraprocessadas na situação atual da morbimortalidade global por DCNTs e de seu papel, junto com o Big Agro, no grande impacto ambiental da produção de alimentos pelos sistemas alimentares hegemônicos (Nisbett et al., 2021).

Numa análise mais crítica, outros autores (Canfield, Anderson e Mcmichael, 2021) afirmam que, apesar do consenso sobre a necessidade de transformação dos sistemas alimentares, na prática a Cúpula de Sistemas Alimentares tem servido como instrumento para uma aliança poderosa de corporações, filantropias e países orientados para exportações para subverter a governança alimentar coordenada por instituições multilaterais e capturar essa narrativa da transformação dos sistemas alimentares. Nesse sentido, desde o início, a atual estrutura e formas de participação e engajamento dos atores na Cúpula carecem de transparência e prestação de contas, não mapeiam ou gerenciam conflitos de interesses e deixam os direitos humanos em segundo plano. Como parte da defesa desse modelo distorcido, representantes do setor privado argumentam que as críticas são posturas anti-negócios e usam essa argumentação inclusive para evitar a aplicação de mecanismos de gerenciamento de conflitos de

interesses do próprio Sistema das Nações Unidas nessa agenda e ignorar os determinantes comerciais que estão envolvidos na participação privada.

Ainda, os autores argumentam que a pandemia de COVID-19 deu luz às vulnerabilidades estruturais do modelo neoliberal dominante para os sistemas alimentares, que mantêm ou reinstituem vínculos coloniais entre países e abrem espaços para formas de controle corporativa da agenda. As indústrias de alimentos e bebidas, bem como as do agronegócio, estão concentradas em grandes corporações transnacionais com enorme poder político, econômico e social sobre países e organismos internacionais, com mais de US\$100 bilhões de lucros combinados, dos quais cerca de 75% estão vinculados a ultraprocessados, cuja atuação tem impactos significativos sobre a saúde humana e planetária. Esse cenário é ainda mais preocupante para regiões mais vulneráveis, como nações fortemente dependentes da importação de alimentos (como as pequenas ilhas) e grande parte dos países de baixos e médios rendimentos, sobre os quais as indústrias de ultraprocessados têm avançado como mercados potenciais, às custas da saúde das populações e da soberania alimentar dos países.

Inclusive, o Brasil tem um exemplo muito atual dessas interferências no âmbito da discussão da reforma tributária, na qual a Frente Parlamentar do Agronegócio, junto com o lobby das indústrias de ultraprocessados, têm buscado a preservar e ampliar de subsídios fiscais e evitar iniciativas como a taxa seletiva de produtos que causam danos à saúde humana e ao meio ambiente. Esse tipo de prática, aliás, é típico do setor privado em relação a temas regulatórios e fiscais relacionados à saúde e ao meio ambiente, ao impedir, adiar e enfraquecer as políticas efetivas de alimentação e nutrição, a exemplo do que se busca com a captura corporativa da Cúpula de Sistemas Alimentares.

Análises atuais dessa conjuntura revelam que, apesar do avanço nos compromissos nacionais e no trabalho nas coalizões, permanece o problema da influência das corporações do sistema alimentar hegemônico sobre a Cúpula, cuja coordenação tem sido “estrategicamente silenciosa” sobre esse poder corporativo, enquanto avança em soluções inovadoras que beneficiam primariamente os grandes do agronegócio e coloca as corporações transnacionais de alimentos em posição privilegiada na definição e implementação da agenda da Cúpula (Arnanz, 2023).

Com isso, a Cúpula de Sistemas Alimentares, que deveria representar uma Cúpula das Pessoas, tem sua governança subvertida para favorecer interesses corporativos e marginalizar grupos críticos a essa postura. Como consequência da falta de esforços para lidar com os conflitos de interesses, há grande risco de a Cúpula falhar na abordagem de desafios centrais de poder e equidade, priorizando iniciativas voluntárias paliativas ou pouco efetivas sobre as iniciativas mais impactantes para transformar os sistemas alimentares.

Outro exemplo da continuidade dessas distorções está no relatório-sombra sobre a contribuição dos atores, considerado um dos principais produtos do UNFSS+2, que foi em grande parte elaborado pelos representantes do setor privado, destacando a participação de empresas e indústrias inclusive nas coalizações temáticas (UNFSS+2 Coordination Hub, 2023). Além disso, o próprio Hub de Coordenação da Cúpula coloca o setor privado como ator chave, enquanto não menciona o papel da sociedade civil.

Vale destacar que, além das críticas vindas da sociedade civil e academia que vieram de fora da Cúpula, dentro dela alguns poucos participantes, como do Instituto Nacional de Saúde Pública do México, destacaram os conflitos de interesses e o quanto as corporações transnacionais de alimentos e bebidas têm prejudicado a saúde das populações e impedido o avanço de políticas que protejam e promovam a saúde das populações.

A participação brasileira

A participação brasileira no UNFSS+2 mostrou a volta do país às agendas internacionais e buscando retomar seu protagonismo. Um primeiro ponto, de grande relevância, foi que, a necessidade urgente a revisão dos compromissos nacionais do Brasil, no Informe CRIS 11/2023 (Nilson *et al.*, 2023), que foi atendida pelo trabalho da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) a tempo para apresentação junto à ONU.

Nos novos compromissos nacionais, foi destacada a retomada da governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a reativação da Caisan e recriação do Consea, bem como a retomada de políticas chaves na agenda, como o apoio à agricultura familiar, a elaboração do Plano Brasil Sem Fome, a recriação do Programa Bolsa Família e o fortalecimento da alimentação escolar, estabelecendo prioridades de atuação para todos os eixos no alcance dos compromissos assumidos até 2030, reforçando a prioridade à agenda de segurança alimentar e nutricional e sua relação com a transformação dos sistemas alimentares. Além disso, destacaram prioridades no contexto da múltipla carga da má nutrição, incluindo os desafios da insegurança alimentar e nutricional, da fome e desnutrição e da obesidade e DCNTs (Brasil, 2023).

Especificamente na agenda de alimentação e nutrição na saúde, os compromissos destacam a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e o Guia Alimentar para a População Brasileira para políticas setoriais e intersetoriais que atuem na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Entre as prioridades nesse contexto, foram indicadas:

(1) Disseminar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de dois anos junto ao setor de saúde e demais setores, especialmente no tocante à promoção do consumo de alimentos “in natura” e minimamente processados e à redução do consumo de alimentos ultraprocessados;

(2) Assegurar que as políticas governamentais que envolvam compras públicas de alimentos mantenham alinhamento com as diretrizes nacionais de alimentação e nutrição e contribuam para a garantia da alimentação adequada e saudável para todos;

(3) Promover e proteger o aleitamento materno e a alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de dois anos; implementar ações para a promoção de ambientes alimentares saudáveis, inclusive por meio de medidas regulatórias de alimentos como (i) restrição da publicidade de alimentos, especialmente para o público infantil; (ii) avaliação e aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos; (iii) medidas tributárias para incentivar o consumo de alimentos adequados e saudáveis e a restrição do consumo de alimentos ultraprocessados, a exemplo da taxação de bebidas açucaradas; e (iv) regulação de venda e publicidade de ultraprocessados nas escolas;

(4) Estruturar agenda integrada de segurança alimentar e nutricional em ambientes urbanos; prevenir conflitos de interesse em prol da promoção da saúde e da garantia da alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional;

(5) Implementar políticas específicas voltadas para as pessoas e grupos mais expostos a condições de vulnerabilidade, iniquidade e violações do direito humano à saúde e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);

(6) Garantir a alimentação adequada e saudável em situações de crises sanitárias e de emergência, tendo em conta que as doações de alimentos e demais ações de assistência alimentar devem estar baseadas nos Guias Alimentares e devem respeitar a cultura e os hábitos alimentares das populações afetadas;

(7) Ampliar e fortalecer a vigilância alimentar e nutricional, considerando o monitoramento contínuo da situação alimentar e nutricional e de seus determinantes em todas as fases da vida;

(8) Fortalecer o PNAE e proporcionar, por meio de programas de alimentação escolar, uma alimentação adequada e saudável aos estudantes, promovendo hábitos alimentares saudáveis e uma melhor aprendizagem e desempenho acadêmico das crianças.

(9) Implementar tecnologias sociais para o acesso à água para o consumo individual e a agricultura.

(10) Fortalecer e ampliar, a partir de parceria entre os setores de saúde e economia, pesquisas sobre os preços dos alimentos e sua relação com medidas fiscais, bem como sobre o impacto dos preços no consumo alimentar e saúde da população.

Os representantes do Governo Brasileiro participaram da programação oficial do evento, incluindo eventos paralelos sobre políticas de segurança alimentar e nutricional e de alimentação escolar, além da fala da chefe da delegação brasileira, a Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, na cerimônia de encerramento, na qual resumiu pontos dos compromissos nacionais revisados, destacando o desafio de reconstrução das políticas e enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, assumindo a contradição inaceitável de ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos e lidar com a fome de grande parte da população. Reafirmou, nesse sentido, a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da redução das desigualdades como prioridades das políticas nacionais. Além disso, o discurso falou da agroecologia como instrumento de transformação dos sistemas alimentares e da agricultura familiar como política de inclusão, e o papel do Estado no financiamento, apoio técnico e compras públicas, bem como a necessidade de enfrentar os ambientes alimentares que promovem o consumo de produtos ultraprocessados. Em linha com essa retomada, o discurso foi finalizado falando que o Brasil está de volta e trabalhará permanentemente para não deixar ninguém para trás.

Vale destacar, ainda, a importante atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na coalizção de alimentação escolar, trocando experiências e aprendizados do Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE), de modo que as agendas internacionais ajudaram e ajudam a fortalecer as agendas e compromissos nacionais, inclusive de riscos de descontinuidades, bem como fortalecem o protagonismo nacional e permitem o aprimoramento das políticas nacionais a partir do compartilhamento de experiências entre os países participantes.

Essa reflexão é importante em particular para as agendas de saúde no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares e da Década de Ação sobre a Nutrição, considerando a perda de protagonismo do Brasil na coalizção de dietas saudáveis (onde a discussão dos guias alimentares baseados em alimentos, como o brasileiro, foi importante referência) e na inatividade de Redes de Ação da Década sobre guias alimentares e prevenção de doenças cardiovasculares por meio da redução do consumo populacional de sal (coordenados oficialmente pelo Brasil).

Encerramento do UNFSS+2

Após falas de representantes de países de todos os continentes, a anfitriã da cerimônia destacou pontos comuns que foram discutidos ao longo dos três dias de trabalho, tais como direitos humanos, inclusão (destacando mulheres, jovens e povos indígenas), insegurança alimentar e nutricional, sustentabilidade e resiliência. Além disso, foram destacados temas como finanças e investimentos, comércio, tecnologia e educação.

Na sequência, representantes das agências baseadas em Roma destacaram os principais pontos que consideram para trabalhar de agora em diante, até 2030, para alcançar os ODS e os compromissos nacional, regionais e globais da Cúpula de Sistemas Alimentares. Primeiro, a representante do Programa Mundial de Alimentos (PMA) destacou a continuidade da prioridade no enfrentamento da fome no mundo e na necessidade de trabalhar em soluções que sejam baseadas em evidências, desde a

implementação e com o ganho de escala das políticas. Para tanto, reforçou também a importância de parcerias (incluindo o setor privado) e afirmou que é preciso manter a preocupação com as mudanças climáticas e reduzir perdas e desperdícios. Para ela, ações de baixo para cima, implementadas localmente, representam uma contribuição fundamental, tendo em vista a promoção da produção local para o consumo local e a criação de mercados com as compras públicas. Por fim, destacou que as políticas de alimentação escolar são fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional e que é fundamental garantir a maior inclusão das mulheres e jovens nas soluções em todos os níveis.

O representante do Ifad (Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola) enfatizou a necessidade de mais ações e maior financiamento da produção de alimentos e que o custo da inação é maior do que os gastos necessários para reverter a atual situação, tanto no que se refere à saúde quanto às mudanças climáticas. Fez, então, um chamamento a novos modelos de financiamento global, destacando o quanto o endividamento de muitos países tem comprometido suas políticas para suas populações. Ao finalizar, afirmou que os sistemas alimentares são o caminho necessário para interligar a segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento, inclusão, saúde e sustentabilidade nacional e globalmente.

Em seguida, o Diretor-Geral da FAO iniciou seu discurso abordando as oportunidades e desafios apresentados e discutidos nos dias do evento e do compromisso político global que se fortalece a partir do UNFSS+2. Em termos de algumas prioridades, destacou a implementação da economia circular, da melhoria da infraestrutura rural como forma de ampliar seu acesso a mercados e da importância de aumentar a diversidade da produção e do uso das tecnologias e dados para a produção mais eficiente (produzir mais com menos), afirmando que o papel dos agricultores é central nessas agendas. Por fim, falou do caminho pela frente em termos de eventos que poderão dar continuidade às discussões, compromissos e parcerias, como o Fórum Alimentar Global (*World Food Forum*), que ocorrerá em outubro deste ano e na aceleração de resultados e na preparação para o UNFSS+4.

Na fala final, a representante da ONU destacou a necessidade de permanente reconhecimento do papel central das mulheres, jovens e indígenas e repetiu a preocupação com a vulnerabilidade e débito de muitos países, que aponta para um novo compromisso global e uma resposta do sistema financeiro global para evitar a perpetuação dessa vulnerabilidade, que gera fome e acentua desigualdades. Depois, falou da retomada dos compromissos globais assumidos em 2015, para o qual será necessário um engajamento mais estratégico com o setor privado, do local ao global, assim como uma valorização do papel da educação e da ciência e tecnologia como ferramentas de reconstrução e de novos avanços. Tendo em vista a transformação dos sistemas alimentares para cumprir a agenda 2030, afirmou que é preciso colocar a saúde humana e planetária em todas as agendas globais e novamente destacou que é necessária maior participação privada no ecossistema das políticas de segurança alimentar e nutricional. Sua fala foi encerrada com novos destaques à participação de mulheres, jovens e indígenas, ao financiamento global e nas respostas emergenciais às situações de fome que ainda persistem no mundo.

Conclusão

O Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (*UN Food Systems Summit - UNFSS+2 Stocktaking Moment*) trouxe diferentes potencialidades, expectativas e contradições que precisam ser abordadas principalmente na governança da agenda dos sistemas alimentares globais. Nesse sentido, particularmente a insistência na busca de financiamento privado e na participação das corporações sem considerar critérios de engajamento e gerenciamento de conflitos de interesses fortalece somente os interesses dos sistemas alimentares hegemônicos e soluções que não modificarão os determinantes da pobreza, da fome, das doenças e das mudanças climáticas.

A partir do que o UNFSS+2 representou, é fundamental e urgente lidar com as mudanças climáticas associadas à produção de alimentos com base em modelos predatórios, concentradores e

insustentáveis e construir um compromisso global para sistemas alimentares equitativos, saudáveis e sustentáveis, com foco no interesse público, para as verdadeiras transformações necessárias para enfrentar as causas da insustentabilidade dos sistemas alimentares. Enquanto os processos mantiverem esses problemas de governança, os interesses e desbalanços de poder envolvidos continuarão a priorizar a quantidade de alimentos produzidos sobre a sustentabilidade e a resiliência dos modelos produtivos e a diversidade e qualidade das dietas, para promover ambientes promotores de dietas saudáveis e nutritivas e alinhados com as políticas mais custo-efetivas (“*best buys*”) da OMS para a prevenção de DCNTs (World Health Organization (WHO), 2017) e com as recomendações da FAO e OMS para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (FAO/WHO, 2019).

O reconhecimento da indissociabilidade da saúde, sustentabilidade, inclusão e resiliência na agenda dos sistemas alimentares e da prioridade de abordagens baseadas nos direitos humanos são fundamentais para apoiar as transformações necessárias, reconfigurando as atuais estruturas de poder e de influência e garantindo respostas que venham da participação ativa das vozes excluídas em grande parte das atuais discussões, tais como jovens, mulheres, povos indígenas, pequenos agricultores e consumidores.

Referências

ARNANZ, L. **UN Food Systems Summit: Multistakeholderism requires good governance**. Disponível em: <<https://ncdalliance.org/news-events/blog/un-food-systems-summit-multistakeholderism-requires-good-governance>>.

BRASIL. **Caminhos Nacionais para Sistemas Alimentares Sustentáveis II**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-brasil-no-momento-de-avaliacao-da-cupula-das-nacoes-unidas-sobre-sistemas-alimentares-unfss-2/CaminhosNacionaisII2023.docx/view>.

CANFIELD, M.; ANDERSON, M.; MCMICHAEL, P. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, p. 661552, 2021.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l.: s.n.].

FAO/WHO. **Sustainable healthy diets - Guideline principles**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca6640en/CA6640EN.pdf>>.

NILSON, E. *et al.* Cúpula de Sistemas Alimentares +2 (UNFSS+2): o momento para o Brasil revisar seus compromissos nacionais e reafirmar seu protagonismo internacional. **Cadernos Cris - Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, n. 11, p. 67–74, 2023.

NISBETT, N. *et al.* **UN food systems summit leaders must not remain silent on its inadequate rules of engagement with commercial actors**. Disponível em: <<https://blogs.bmj.com/bmj/2021/09/01/un-food-systems-summit-leaders-must-not-remain-silent-on-its-inadequate-rules-of-engagement-with-commercial-actors/>>.

THE AD HOC COMMITTEE ON UNFSS GOVERNANCE AND. **Strengthening Governance of the United Nations Food Systems Summit (UNFSS)**. Disponível em: <<https://www.healthysocieties2030.org/open-letter-un-food-systems-summit>>.

UNFSS+2 COORDINATION HUB. **Stakeholders’ Contribution Document UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment - “Shadow Report to the UNFSS+2”**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/stocktaking-moment/stakeholders/unfss-2-stakeholder-contribution-report.pdf>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). ‘Best Buys’ and Other Recommended Interventions for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases. n. 2017, 2017.

Tecnologia na Educação: Solução ou Ilusão?

Technology in Education: Solution or Illusion?

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Vitor Rodrigues

Abstract. *Technological advances, especially in the digital age, are transforming education, with the emergence of an industry focused on the development of educational content and applications. The use of these technologies has increased globally, but there is little solid evidence about their positive impact on learning. Inequalities persist in access to educational technology, particularly in relation to electricity and the internet. Tech companies influence the production of evidence, raising concerns about conflicts of interest. In addition, excessive use of technology can affect children's mental health. Responsible and ethical implementation of educational technology is essential to promoting equity and effectiveness in education.*

Keywords: *education, educational technologies, inequality*

Resumo. Os avanços tecnológicos, especialmente na era digital, estão transformando a educação, com surgimento de indústria voltada para o desenvolvimento de conteúdo educacional e aplicativos. O uso dessas tecnologias aumentou globalmente, mas há poucas evidências sólidas sobre seu impacto positivo na aprendizagem. Desigualdades persistem no acesso à tecnologia educacional, principalmente em relação à eletricidade e internet. Empresas de tecnologia influenciam na produção de evidências, levantando preocupações sobre conflitos de interesse. Além disso, o uso excessivo de tecnologia pode afetar a saúde mental das crianças. A implementação responsável e ética da tecnologia educacional é essencial para promover a equidade e eficácia na educação.

Palavras-chave: educação, tecnologias educacionais, desigualdade

O informe da quinzena chama atenção para o relatório recém-publicado pela UENSCO – *Relatório de monitoramento global da educação, resumo, 2023: a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?*

O documento alerta que os avanços tecnológicos, especialmente na era digital, estão transformando o mundo de maneira significativa. A tecnologia tem sido aplicada na educação há um século, mas é a tecnologia digital¹⁷ dos últimos 40 anos que promete uma transformação mais profunda no campo educacional. Surgiu uma indústria voltada para o desenvolvimento e distribuição de conteúdo educacional, sistemas de gestão de aprendizagem, aplicativos e recursos de realidade aumentada e virtual. O uso dessas tecnologias se disseminou amplamente, com um aumento notável de estudantes

¹⁷ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por?posInSet=1&queryId=17b9f643-c96b-4f22-9e9b-7c900a030f25
<https://www.unesco.org/gem-report/en/technology>

envolvidos em cursos online e aplicativos educacionais. O crescente uso da tecnologia educacional tem criado expectativas sobre suas melhorias no ensino e aprendizagem globalmente. No entanto, há poucas evidências sólidas e imparciais que comprovem o impacto positivo da tecnologia na educação. O ritmo acelerado da evolução tecnológica dificulta a avaliação adequada, resultando em poucas evidências confiáveis sobre o real valor da tecnologia digital no ensino. Além disso, a maioria das evidências é proveniente de países mais desenvolvidos, limitando a visão sobre os desafios e benefícios enfrentados por outras nações. É importante notar que muitas dessas evidências são produzidas por empresas que desejam vender seus produtos, levantando preocupações sobre a imparcialidade e validade desses estudos. Embora a tecnologia tenha mostrado melhorias no acesso a recursos educacionais e em alguns tipos de aprendizagem em contextos específicos, ainda existem desigualdades de acesso à tecnologia educacional, prejudicando especialmente os mais pobres e limitando seus benefícios.

A tecnologia educacional tem sido uma ferramenta valiosa para superar desafios no acesso à educação. Diversas tecnologias têm sido aplicadas para levar a aprendizagem a estudantes de difícil acesso, como a instrução interativa via rádio, utilizada em aproximadamente 40 países, e a instrução por rádio na Nigéria, que alcançou cerca de 80% dos nômades, aumentando sua alfabetização e habilidades para a vida. A televisão também tem sido utilizada para educar grupos marginalizados, como o Programa Telesecundaria no México, que aumentou a taxa de matrículas na educação secundária em 21%. A tecnologia assistiva tem apoiado a acessibilidade e personalização para estudantes com deficiências, com muitos estudos mostrando impactos positivos em seu engajamento acadêmico e bem-estar. Além disso, durante a pandemia da COVID-19, a tecnologia desempenhou um papel importante na continuidade da aprendizagem, alcançando milhões de estudantes. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem lacunas na avaliação rigorosa das tecnologias educacionais e desigualdades persistem no acesso, como por exemplo, é altamente desigual o acesso à eletricidade e à internet entre os países. Muitas pessoas no mundo ainda não têm acesso à eletricidade e, conseqüentemente, à tecnologia, incluindo computadores e acesso à internet. Isso também é evidente em muitas escolas, onde a conectividade é limitada ou inexistente.

O acesso à eletricidade e aparelhos tecnológicos também é altamente desigual. Quase 9% da população mundial, especialmente na África Subsaariana rural, não tinha acesso à eletricidade em 2021. Em relação às escolas primárias, uma em cada quatro não tinha eletricidade em todo o mundo. O acesso à internet tem sido fundamental para viabilizar direitos econômicos, sociais e culturais, mas também é desigual. Muitas pessoas em todo o mundo não têm acesso à internet móvel, apesar da cobertura de rede de internet móvel em suas áreas. A conectividade nas escolas também varia consideravelmente entre os países. O acesso à internet, que é essencial para a utilização da tecnologia educacional, também apresenta desigualdades. Em 2022, apenas cerca de duas em cada três pessoas em todo o mundo usavam a internet, e 55% da população mundial tinha acesso à internet móvel. Essas desigualdades afetam diretamente o uso da tecnologia na educação. Por exemplo, em todo o mundo, apenas 40% das escolas primárias, 50% das escolas do primeiro nível da educação secundária e 65% das escolas do segundo nível da educação secundária estavam conectadas à internet.

As empresas de tecnologia exercem uma influência significativa na produção de evidências, financiando estudos que contestam análises independentes sobre a eficácia de seus produtos, o que pode gerar potenciais conflitos de interesse com as metas governamentais de equidade, qualidade e eficiência na implementação da tecnologia educacional. A escassez de evidências sólidas provenientes de testes controlados conduzidos por empresas também é preocupante, podendo comprometer a tomada de decisões acertadas no âmbito educacional. Além disso, há riscos relacionados à privacidade e proteção de dados, com o uso de algoritmos preditivos em plataformas educacionais levantando questões éticas e de segurança, especialmente em relação à coleta de dados sensíveis de estudantes e

professores. Para garantir o uso efetivo e equitativo da tecnologia educacional, é essencial basear as decisões em evidências confiáveis e imparciais, bem como estabelecer políticas sólidas de proteção de dados, assegurando a segurança e privacidade das informações. Promover a equidade no acesso e uso da tecnologia é uma prioridade, exigindo a implementação de medidas que reduzam as disparidades e proporcionem oportunidades iguais a todos os estudantes para se beneficiarem da tecnologia na educação. Em suma, uma abordagem responsável e ética na integração da tecnologia educacional é fundamental, maximizando seu potencial para aprimorar a qualidade e eficiência da educação.

Outra questão é avaliar até que ponto esse avanço das tecnologias digitais na educação é realmente indispensável? Nos Estados Unidos, por exemplo, dois terços das licenças de software educacional não foram usadas, e praticamente todas as ferramentas pedagógicas adquiridas não foram completamente utilizadas. Além disso, a grande maioria, 85% de aproximadamente 7 mil ferramentas pedagógicas, custando uma quantia significativa de 13 bilhões de dólares, não foram efetivamente integradas ou implementadas de maneira adequada. As empresas privadas frequentemente priorizam seus interesses comerciais, o que pode entrar em conflito com os objetivos governamentais de promover equidade, qualidade e eficiência no âmbito da tecnologia educacional. Preocupações significativas envolvem os riscos relacionados à privacidade, proteção de dados e o uso de algoritmos preditivos. Tais questões suscitam apreensões sobre como a tecnologia é empregada e gerenciada no contexto educacional, destacando a necessidade de abordar essas questões de forma responsável e ética. Garantir a conformidade com regulamentações adequadas e implementar políticas de proteção de dados se torna essencial para mitigar os possíveis impactos negativos do setor privado na educação através da tecnologia.

Este crescimento desenfreado das tecnologias digitais pode gerar um problema de saúde pública devido ao tempo de exposição das crianças em frente à tela, um estudo revelou que o tempo de exposição aumentou durante a pandemia da COVID-19. O tempo prolongado de exposição à tela pode ter impactos negativos no autocontrole e na estabilidade emocional das crianças, aumentando a ansiedade e a depressão.

É justificável essa persistência na adoção de tecnologias voltadas para a educação? Tais aplicações representam investimentos consideráveis e, até o momento, não há estudos científicos que comprovem de forma conclusiva sua eficácia. Além disso, a disponibilidade e acessibilidade dessas tecnologias não são acessíveis a todos, resultando em disparidades no acesso educacional.

Essas preocupações levantam questionamentos sobre a viabilidade e efetividade de sua implementação generalizada, ressaltando a importância de avaliações rigorosas para embasar decisões relacionadas ao uso e investimento em tecnologias educacionais.

O relatório ditou algumas recomendações que do que os Estados devem fazer em relação à tecnologia educacional, é necessário que os estados reformulem os currículos, envolvendo professores e estudantes na elaboração de políticas. Além disso, deve-se assegurar a formação adequada dos docentes para que possam utilizar a tecnologia digital de forma significativa na aprendizagem. Outra recomendação importante é o foco no apoio aos estudantes marginalizados, garantindo que todos possam se beneficiar do potencial da tecnologia educacional, independentemente de histórico, identidade ou capacidade. Para isso, é crucial estabelecer metas nacionais para a conectividade das escolas à Internet, promovendo a inclusão digital e evitando a exclusão de estudantes devido à falta de acesso. Os estados devem também adotar boas práticas para avaliar a tecnologia educacional de forma imparcial, estabelecendo organismos para esse fim e definindo critérios claros de avaliação. Projetos-piloto devem ser realizados para verificar o custo total da aquisição e implementação dessas tecnologias, considerando o impacto em estudantes mais vulneráveis. Além disso, é imprescindível adotar legislação

e normas para proteger os direitos humanos, o bem-estar e a segurança online de estudantes e professores, evitando também impactos negativos ao meio ambiente na implementação dessas tecnologias. A adoção de práticas éticas e responsáveis é crucial para garantir o sucesso e a efetividade da tecnologia educacional nos estados.

Banco Mundial e o Fundo Pandêmico: o novo mecanismo de combate à crise de saúde global

The World Bank and the Pandemic Fund: the new mechanism to combat the global health crisis

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article discusses the creation and functioning of the Pandemic Fund, the first Fund created to help the poorest countries to strengthen their health systems, allowing a less aggressive impact of a future pandemic.*

Keywords: 1. World Bank 2. Financing 3. Health 4. Pandemic

Resumo. Este artigo discorre sobre a criação e o funcionamento do Fundo Pandêmico, primeiro Fundo criado para ajudar os países mais pobres a fortalecerem os seus sistemas de saúde, possibilitando um impacto menos agressivo de uma pandemia futura.

Palavras-chave: 1. Banco Mundial 2. Financiamento 3. Saúde 4. Pandemia

Apresentação

Durante a sua trajetória, a COVID-19 revelou para todo o mundo os efeitos devastadores nas questões socioeconômicas. A necessidade do fortalecimento dos sistemas de saúde tornou-se evidente, pois os países com e sem recursos não estavam preparados o suficiente para lidar com a situação, mostrando fragilidade no setor.

Diante deste cenário, a criação de um mecanismo voltado para promover a prevenção, preparação e resposta a pandemias tornou-se algo providencial, pois, embora tenhamos instituições e mecanismos de financiamento voltados para estas demandas, não há profundidade nesses assuntos.

Há uma grande expectativa de que o Fundo Pandêmico se dedique com afinco a essas questões, sendo uma enorme missão, além de incentivar os países no recrudescimento de seus investimentos e no crescimento sustentável.

O Fundo Pandêmico: criação e funcionamento

Lançado durante a reunião do Grupo dos Vinte (G20) em setembro de 2022, em Bali, Indonésia¹⁸, o Fundo Pandêmico é o primeiro instrumento de financiamento multilateral focado em fornecer doações plurianuais aos países de baixa e média renda com o objetivo de ajudar na preparação de novas pandemias. O Banco Mundial (BM) será o administrador do Fundo, que contará com um corpo técnico da Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com o BM, o Fundo já possui um capital inicial de US\$ 2 bilhões doados por parceiros.

¹⁸ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/09/new-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-formally-established>

No primeiro semestre deste ano foram dados os primeiros passos para o Fundo começar as suas ações. Segundo o BM, o Fundo recebeu durante a primeira chamada de propostas 179 candidaturas de 133 países. Logo após, o Conselho de Administração do Fundo decidiu a alocação de recursos com base no mapeamento feito pelo corpo técnico criado, que selecionou as 19 melhores propostas para criar as áreas prioritárias a serem trabalhadas. Conforme o BM, pelo menos 37 países¹⁹ de todas as regiões serão beneficiados com pelo menos dois projetos. Constatou-se que mais de 75% dos projetos analisados estavam em países de baixa e média renda, evidenciando a necessidade de melhoria de cenário. A África Subsaariana, região que obteve maior procura por doações do Fundo, terá 30% das doações alocadas para projetos.

A respeito dos projetos, muitos deles contam com a colaboração dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura - AIIB e Banco Asiático de Desenvolvimento - BAD), das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e de países. Conforme o BM, durante a primeira chamada de propostas, os países parceiros estimularam a participação das redes e da sociedade civil para viabilizar os resultados necessários. Os projetos do Fundo terão uma abordagem *One Health*²⁰, que se trata de uma abordagem colaborativa, onde consegue unir soluções para os humanos, animais e a natureza.

O Fundo Pandêmico fornece subsídios para apoiar diversos projetos, mas também incentiva o cofinanciamento, o que significa que outras fontes públicas e privadas podem contribuir com financiamento adicional para esses projetos. Essa abordagem permite alavancar mais recursos e maximizar o impacto do fundo.

Conforme o BM, o Conselho Administrativo deve realizar a próxima Chamada de Propostas até o final de 2023, tendo como base o aprendizado da primeira.

Conclusão

O mundo atual vem clamando para conter os desequilíbrios existentes entre os países, de modo que o roteiro de atuação dos tomadores de decisões converge com este cenário. A COVID-19 foi um grande exemplo disso, mesmo diante de todas as intempéries foi possível ver iniciativas colaborativas para garantir o acesso equitativo a vacinas, tratamentos e diagnósticos durante a pandemia.

A iniciativa de se criar um mecanismo totalmente centrado em fortalecer os sistemas de saúde, mostra o quanto a pandemia evidenciou a necessidade de sair do estado atual e ir rumo a uma outra direção.

O Fundo Pandêmico, que se posiciona em mobilizar recursos e *expertise* para combater crises globais de saúde, pode ser sim um começo para desempenhar um papel crucial no enfrentamento dos desafios relacionados às pandemias futuras. Se essa iniciativa de caráter multissetorial conseguir cumprir metade do que está propondo, conseguirá desempenhar o seu papel, que é a de encarar as crises globais de saúde de uma forma mais abrangente e eficaz.

¹⁹ Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão, Burquina Faso, Butão, Cabo Verde, Camboja, Etiópia, Índia, Moldávia, Mongólia, Nepal, Cisjordânia e Gaza, Togo, Iêmen e Zâmbia. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/07/20/pandemic-fund-allocates-first-grants-to-help-countries-be-better-prepared-for-future-pandemics>

²⁰ Disponível em: <https://openwho.org/channels/onehealth?locale=pt-BR>

Referências

World Bank [homepage na internet]. Financial Intermediary Fund for Pandemic Prevention and Response [acesso em 28 jul 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/financial-intermediary-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-ppr-fif>

World Bank [homepage na internet]. New Fund for Pandemic Prevention Preparedness and Response Formally Established [acesso em 30 jul 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/09/new-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-formally-established>

World Bank [homepage na internet]. Pandemic Fund Allocates First Grants to Help Countries Be Better Prepared for Future Pandemics [acesso em 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/07/20/pandemic-fund-allocates-first-grants-to-help-countries-be-better-prepared-for-future-pandemics>

World Health Organization [homepage na internet]. One Health [acesso em 30 jul 2023]. Disponível em: <https://openwho.org/channels/onehealth?locale=pt-BR>

Desafios para a 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Challenges for the 13th Ministerial Conference of the World Trade Organization

Claudia Chamas

Abstract. *During the General Council meeting of the World Trade Organization (WTO) on July 24 and 25, the "roadmap" for MC13 on WTO reform was examined by member countries. A central topic of discussion revolved around the progress of negotiations aimed at enhancing the organization's deliberative role. Member countries agreed to conduct preparatory meetings leading up to the 13th WTO Ministerial Conference scheduled to take place in Abu Dhabi in February 2024. Developing countries emphasize the importance of enhancing transparency and inclusivity in the organization's business processes while emphasizing the need to promote development and industrial production within the global trade framework.*

Keywords: *WTO; MC13; trade; reform*

Resumo. Durante a reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada nos dias 24 e 25 de julho, os membros examinaram "roteiro" para a MC13 sobre a reforma da OMC. Houve debate sobre o avanço das negociações sobre a reforma da organização no que diz respeito à sua função deliberativa. Até fevereiro de 2024, quando será realizada a 13ª Conferência Ministerial da OMC em Abu Dhabi, os países-membros farão reuniões preparatórias. Há demandas dos países em desenvolvimento para tornar os processos negociais mais transparentes e inclusivos, incluindo promoção do desenvolvimento e produção industrial.

Palavras-chave: OMC; MC13; comércio; reforma

A Reforma da Organização Mundial do Comércio

O [documento](#) de resultados da 12ª Conferência Ministerial (MC12) da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), adotado em 17 de junho de 2022, em Genebra, estabelece as bases para a discussão da reforma da Organização:

“Reconhecemos a necessidade de aproveitar as oportunidades disponíveis, abordar os desafios que a OMC está enfrentando e garantir o funcionamento adequado da OMC. Comprometemo-nos a trabalhar em prol da reforma necessária da OMC. Ao mesmo tempo em que reafirmamos os princípios fundamentais da OMC, prevemos reformas para aprimorar todas as suas funções. O trabalho deve ser orientado pelos membros, aberto, transparente, inclusivo e deve abordar os interesses de todos os membros, incluindo questões de desenvolvimento. O Conselho Geral e seus órgãos subsidiários conduzirão o trabalho, analisarão o progresso e considerarão decisões, conforme apropriado, a serem submetidas à próxima Conferência Ministerial.”

Logo após a MC12, os países começaram a se organizar para a 13ª Conferência Ministerial (MC13) em Abu Dhabi, em fevereiro de 2024, com vista ao fortalecimento do processo de negociações e do sistema de comércio internacional. Entre os principais assuntos, temos: a implementação do Acordo

sobre Subsídios à Pesca; questões de comércio e saúde no contexto da crise da COVID-19 e na preparação para novas crises; a reforma da OMC; melhoria da transparência na implementação dos acordos da OMC; restauração do mecanismo de solução de controvérsias para o sistema de comércio global.

O tema foi tratado na Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança, por ocasião da reunião dos ministros das Relações Exteriores dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em 1 de junho de 2023, na Cidade do Cabo, África do Sul. Com vista à MC13, os países defenderam: sistema de comércio multilateral livre, transparente e equitativo; tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, reforma da OMC; revitalização do sistema de solução de controvérsias para alcançar um mecanismo funcional e acessível a todos os membros até 2024; e seleção de novos membros do Órgão de Apelação. Houve repúdio às medidas protecionistas unilaterais e discriminatórias sob o pretexto de preocupações ambientais (1; 2). Recentemente, o Presidente Lula criticou o protecionismo dos países desenvolvidos e a proliferação de barreiras unilaterais ao comércio e defendeu o resgate do protagonismo do Mercosul na OMC e a reforma da Organização.

Durante a sabatina no Senado, em maio de 2023, o Embaixador Guilherme Patriota, no Senado defendeu a plena vitalidade do Órgão de Solução de Controvérsias, mecanismo que tem sido importante para países em desenvolvimento desde a criação da OMC. O Embaixador ressaltou que a reforma da OMC deve proporcionar mais vitalidade institucional, criando ferramentas para lidar com diversos desafios contemporâneos, bem como ampliando acesso a mercados para países como o Brasil (Chamas, 2023).

Recente nota da OMC destaca que, durante a reunião do Conselho Geral, realizada nos dias 24 e 25 de julho, os membros examinaram "roteiro" para a MC13 sobre a reforma da OMC. Trata-se de guia para o avanço das negociações sobre a reforma da organização no que diz respeito à sua função deliberativa. Na ocasião, [oito](#) propostas de reforma foram apresentadas (3).

A Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme, de Botsuana, Presidente do Conselho Geral, salientou alguns marcos emergentes para reflexão com vista ao sucesso da MC13 (Imagem1):

1. Na reunião do Comitê de Negociações Comerciais (em inglês, Trade Negotiations Committee - TNC), realizada em 20 de julho, a Diretora Geral, Ngozi Okonjo-Iweala, apresentou o [trabalho](#) que antecede uma importante reunião de altos funcionários em Genebra, de 23 a 24 de outubro, para preparar a MC13, e a reunião do Conselho Geral de 24 a 25 de julho. De acordo com a Embaixadora Molokomme, na reunião foi sustentado "que a situação global predominante de policrise e os desafios enfrentados pela própria OMC, inclusive com relação à solução de controvérsias, exigiam uma reforma genuína da OMC. É por isso que alguns sugeriram que a MC13 precisa ser uma verdadeira 'reforma ministerial'". Okonjo-Iweala pediu aos membros que "definam resultados realistas" para a MC13.

2. Haverá reunião informal sobre a reforma da OMC programada para 25 e 26 de setembro, a pedido do Grupo Africano e da União Europeia. O foco será a política comercial e industrial.

3. Haverá reunião informal conjunta dos Chefes de Delegação em 10 de outubro para finalizar os preparativos para a reunião de altos funcionários. Após essa reunião dos Chefes de Delegação, a Embaixadora Molokomme e a Diretora-Geral da OMC Ngozi Okonjo-Iweala enviarão carta aos altos funcionários informando-os sobre as modalidades da reunião e o que se espera deles.

4. Outra reunião prevista envolverá altos funcionários e desenvolverá várias ações: "tomar decisões sobre questões que possam estar prontas para serem colhidas; tomar nota do progresso alcançado, inclusive em relação à reforma; endossar as metas do caminho deliberativo e seu escopo, definir estrutura para as decisões no MC13 e estruturar documento final que reflita a reforma da OMC; deliberar sobre questões globais urgentes; e fornecer orientação política sobre o caminho a seguir e possíveis soluções

para questões específicas". O objetivo é dar o "impulso político necessário" e "ajudar a resolver problemas específicos" para avançar o trabalho de preparação para a conferência ministerial. Em 20 de julho, a DG observou que a reunião de oficiais seniores proporcionará oportunidade de "fazer um balanço de onde estamos e identificar os desafios, as lacunas e as oportunidades", mantendo as "expectativas realistas do que é realmente possível fazer" para a MC13.

5. Reuniões do TNC e do Conselho Geral ocorrerão em novembro. Os membros buscarão aproveitar o progresso das reuniões anteriores para aprofundar as questões sobre as quais foi recebida orientação política.

6. A reunião do Conselho Geral será realizada em meados de dezembro com o objetivo não apenas de fazer balanço geral do progresso, mas organizar as questões a serem apresentadas aos ministros na MC13, viabilizando envolvimento ministerial produtivo durante a MC13.

A MC13 sucederá em Abu Dhabi, de 26 a 29 de fevereiro de 2023. Os membros da OMC elegeram S.E. Dr. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos, como Presidente da MC13 (Imagem 2). Na ocasião, Al Zeyoudi declarou:

"Os Emirados Árabes Unidos estão totalmente comprometidos em trabalhar em estreita colaboração com todos os estados membros e garantir o sucesso da MC13, que será realizada em Abu Dhabi em 2024. No entanto, isso nos deixa com menos de seis meses para chegar a um consenso sobre uma série de tópicos complexos antes da MC13. Durante esse período crítico, precisamos garantir que nossas deliberações ministeriais sejam decisivas e eficientes. Ficou claro que a política comercial vai muito além do escopo do comércio em si. Trata-se de moldar nosso futuro comum, levando em conta o meio ambiente, a saúde global e a pobreza. É nossa responsabilidade coletiva contribuir para um ambiente de comércio e investimento previsível, baseado em regras e aberto que crie prosperidade para todos. E é exatamente por isso que o sucesso na MC13 é tão imperativo." (4)

Imagem 1: Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme



Fonte: OMC, 2023.

Imagem 2: S.E. Dr. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos



Fonte: OMC, 2023.

Referências

- 1.MRE. Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança – Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS – Cidade do Cabo, África do Sul. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-cabo-da-boia-esperanca-2013-ministros-das-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-2013-cidade-do-cabo-africa-do-sul-1o-de-junho-de-2023
- 2.Chamas, C. Segurança Alimentar e Reforma da OMC. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2023>
- 3.World Trade Organization. Members examine “road map” for MC13 on the WTO’s reform of its deliberative function. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/gc_25jul23_e.htm
- 4.World Trade Organization. WTO members elect Chairperson for 13th Ministerial Conference in Abu Dhabi. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/gc_24jul23_e.htm

**A sociedade civil contra as iniquidades em saúde:
Apelos por respostas concretas**

***La sociedad civil contra las desigualdades en salud:
Llamados a respuestas concretas***

**Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos
Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice
Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio,
Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza**

Sumario. *En la segunda quincena de julio, de las 36 Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC) monitoreadas, 26 organizaciones, de las cuales 16 eran de interés público y 10 de interés privado, registraron manifestaciones relacionadas con temas de salud global. Las OSC se expresaron sobre diversos temas, con énfasis en la crisis climática, las repercusiones de los conflictos bélicos, el personal de salud y las enfermedades infecciosas y crónicas. En cuanto al clima, ha crecido el recurso al Poder Judicial para responsabilizar a empresas contaminantes y gobiernos negligentes. En cuanto a los conflictos violentos, se destacaron las dificultades para brindar ayuda humanitaria. En cuanto a la mano de obra, se llamó la atención sobre la escasez mundial. Finalmente, en lo que respecta a las enfermedades infecciosas y no transmisibles, se recordó el Día Mundial de la Hepatitis C y se condenó la venta de productos ultraprocesados. En general, reiteraron los llamados a intervenciones concretas por parte de los líderes mundiales.*

Palabras clave: *Desigualdades en salud. Organización de la Sociedad Civil. Salud global*

Resumo. Na segunda quinzena de julho, das 36 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas, 26 organizações, sendo 16 de interesse público e 10 de interesse privado, registraram manifestações pertinentes às questões globais da saúde. As OSC se manifestaram sobre temas diversos, com enfoque na crise climática, nas repercussões dos conflitos bélicos, na força de trabalho em saúde e nas doenças infecciosas e crônicas. No que tange ao clima, o recurso ao Judiciário para responsabilizar empresas poluidoras e governos omissos tem crescido. Em relação aos conflitos violentos, as dificuldades de provisão de ajuda humanitária foram destacadas. Quanto à força de trabalho, chamou-se a atenção para a escassez global. Finalmente, quanto às doenças infecciosas e não-transmissíveis, foi lembrado o Dia Mundial da Hepatite C e condenada a comercialização de produtos ultraprocesados. De modo geral, reiteraram os apelos por intervenções concretas por parte das lideranças globais.

Palavras Chave: Iniquidades em Saúde. Organização da Sociedade Civil. Saúde Global

Introdução

As organizações de interesse público sinalizaram com maior expressão os problemas relacionados à crise climática. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública destacou a proposta de um kit para orientar profissionais quanto às medidas legais cabíveis diante de danos à saúde relacionados às mudanças climáticas. Nesta direção, o Greenpeace reforçou a importância do recurso ao Judiciário para lidar com denúncias relativas questões climáticas. A organização Médicos Sem Fronteira

alertou para a existência de restrições impostas por autoridades que atrasam a resposta aos desastres, acentuando o sofrimento das vítimas e reduzendo as possibilidades de salvar vidas.

A força de trabalho em saúde foi tema de atenção, com enfoque na insuficiência de recursos humanos em saúde no cenário global; a importância da participação dos jovens na força de trabalho e as potencialidades da juventude na construção de sistemas de saúde resilientes; bem como a necessidade de intervir na proteção desses profissionais diante dos cenários de calor que pode levar ao estresse térmico.

As doenças infecciosas e crônicas foram também objetos de manifestações. Na passagem do Dia Mundial da Hepatite C, a DNDi apontou os avanços nos tratamentos, ao mesmo que questionou as barreiras de acesso, principalmente pelas populações vulneráveis. A NCD Alliance abordou os hábitos alimentares, a lógica de comercialização e consumo de produtos ultraprocessados, para reivindicar o enfrentamento aos ambientes obesogênicos e a construção de políticas públicas que promovam o acesso aos alimentos.

As guerras e os conflitos foram bastante debatidos. A CARE chamou a atenção para o conflito no Sudão, que completou 100 dias, e reivindicou a cessação das hostilidades. A ActionAid dedicou a quinzena a protestar contra a saída da Rússia do acordo de grãos do Mar Negro, em alerta sobre o impacto dessa decisão no aumento dos preços dos alimentos. Conclamou os países a reconstruírem sua capacidade de produzir os alimentos para superar a dependência do mercado global.

A ajuda humanitária foi tema central da Oxfam, que abordou os limites dos programas coordena de assistência às populações atingidas por conflitos, desastres e mudanças climáticas. Destacou problemas decorrentes da incapacidade de resposta aos desastres pelas comunidades atingidas, as dificuldades enfrentadas para acesso ao financiamento e a necessidade de capacitar os grupos locais para enfrentar as situações emergenciais.

Outras questões foram lançadas como “partículas do conhecimento”. Equidade, vacinação, saúde ocular, sistema de saúde resiliente, cobertura universal de saúde, dados e informação em saúde, saúde indígena, empoderamento feminino, saúde planetária, assistência médica privada, ativismo, propriedade intelectual e pandemias e reposicionamento da África na “arquitetura global” da saúde. São temáticas que compõem os desafios deste amplo cenário da saúde global, em que tudo emerge, tecendo-se redes para superar as iniquidades e garantir a saúde como um direito.

As organizações de interesse privado também fizeram das mudanças climáticas o tema mais frequente, com destaque para o *Center for Strategic and International Studies* que abordou as crescentes ameaças de insegurança hídrica no mundo, a exportações de gás liquefeito pelo EUA e a estratégia mineral norte-americana para a transição energética global.

Sobre a pesquisa e inovação, destacaram-se projetos e pesquisas com abordagens criativas para maximizar os impactos das intervenções junto as populações e territórios, reduzir desigualdades na saúde, especialmente em comunidades de baixa renda.

Sobre a promoção da saúde, foram destaques as novas recomendações para o uso de adoçantes artificiais, os desafios relacionados à regulação farmacêutica e de dispositivos médicos, a digitalização e a cooperação internacional, e a urgência de aprimorar o financiamento para ações relacionadas à saúde das mulheres.

A equidade de gênero foi tema do Global Fund que enfatizou parcerias e financiamento para promover o engajamento e empoderamento das comunidades, buscando fortalecer a igualdade de gênero. A Fundação Gates destacou que a saúde das mulheres e o poder econômico estão intimamente

ligados. Neste sentido, lembrou que investir nas mulheres e proporcionar acesso à saúde são estratégias vitais para o crescimento econômico.

Emergiram ainda outros temas, como a guerra da Ucrânia, defesa e segurança, diversidade e inclusão, doenças infecciosas, investimentos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, abuso de drogas, desenvolvimento internacional e o cultivo de tabaco.

A complexidade das agendas de interesse das OSC representa um desafio para a síntese, mas convida a observar essa rede de atores e suas conexões temáticas, mobilizadas no esforço de influenciar os processos decisórios que impactam na saúde global.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) e a Associação Europeia de Saúde Pública, a Faculdade de Saúde Pública do Reino Unido e o Centro para o Direito da Saúde de Groningen (Holanda) lançaram um inquérito científico sobre litígio climático para especialistas em saúde pública. A pesquisa visa divulgar um [kit de ferramentas para profissionais em saúde pública sobre litígios climáticos](#). O kit orienta a tomar medidas legais por danos à saúde relacionados às mudanças climáticas¹.

A *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA) lançou a campanha "[Nós prescrevemos: Ação Ambiental para um Futuro Mais Saudável](#)". A Federação chama a atenção para o fato que, como futuros profissionais de saúde, os estudantes de medicina desempenham um papel crucial no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental que comprometem a segurança e bem-estar das pessoas².

MSF alerta sobre a situação em Mianmar onde as [restrições impostas pelas autoridades](#) militares estão atrasando a resposta ao desastre. Essas restrições permitem que apenas as atividades regulares realizadas antes do ciclone sejam executadas e proíbem qualquer aumento de escala de uma resposta específica ao desastre. Isso inclui restrições à distribuição em larga escala de itens essenciais, como suprimentos alimentares e kits de higiene. MSF destaca que as autoridades militares precisam suspender essas restrições para facilitar uma ampliação urgente da ação humanitária e evitar mais danos, surtos de doenças e mortes³.

A Greenpeace enfatizou a [importância das instituições de justiça](#) para lidar com denúncias de atentados contra o clima, os quais têm aumentado nos últimos anos⁴.

A Oxfam ressaltou que, embora a África Ocidental/Sahel seja uma das regiões mais vulneráveis do mundo em relação ao clima, [o financiamento climático internacional](#) recebido está significativamente abaixo das necessidades nacionais de financiamento climático⁵.

A Oxfam enfatizou que [o calor recorde na primeira semana de julho](#) ressalta a atual Crise Climática. Ao mesmo tempo, os voos comerciais alcançaram um nível máximo de todos os tempos em duas ocasiões neste mês⁶.

A Oxfam ressaltou que os países em desenvolvimento necessitam de mais de cem bilhões de dólares anualmente para se adaptarem às mudanças climáticas até o ano de 2030. Diante disso, é [urgente replanejar os objetivos financeiros](#) para lidar com essa questão⁷.

A Greenpeace divulgou uma predição sobre [a possibilidade de explosão de um poço de exploração de combustíveis fósseis na costa de Durban](#), na África do Sul. Segundo a previsão, existe uma chance de 80% de que um derramamento significativo de petróleo atinja a terra e polua o litoral⁸.

A Greenpeace destacou que a [Lei de Restauração Natural](#) se tornará um dos dois pilares-chave da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030⁹.

A Greenpeace enfatizou que o Reach, principal ferramenta da UE para controlar produtos químicos nocivos, está [enfrentando pressões da indústria química](#). Essa situação pode representar uma derrota política e acarretar em um desastre ambiental e de saúde¹⁰.

A Greenpeace abordou ainda que [o consumo de carne contribui com a mudança climática](#), destacando a importância de mudar para dietas majormente baseadas em vegetais¹¹.

Também destacou que além da [excessiva emissão de gases contaminantes](#), o aumento na venda de jatos privados tem atingindo um recorde neste ano¹².

A Greenpeace denunciou que [o parlamento europeu votou por permitir o funcionamento de fazenda super poluentes](#) que criam animais em condições críticas¹⁴.

Além disso, apontou que [a exploração e óleo está ameaçando uma das principais florestas tropicais](#) do mundo¹⁵. Abordou os [eventos climáticos trágicos na Coreia do Sul](#), na China e em diferentes cidades europeias¹⁶.

A Greenpeace também destacou que [eventos como câncer, acidentes vasculares cerebrais e doenças cardiovasculares estariam associados a poluição](#)¹⁷.

Força de trabalho em saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou da 3ª Reunião do Comitê Diretor do [Roteiro de Saúde Pública e Força de Trabalho em Emergência](#). O Roteiro foi endossado pela WFPHA que trabalha por sua implementação. O Roteiro decorre da Declaração de 2021 dos Ministros da Saúde do G-20 que reconheceu a “importância de investir e proteger uma força de trabalho de saúde adequada e bem treinada e serviços de saúde baseados na comunidade, abordando (...) a capacidade insuficiente de recursos humanos nos níveis nacional e local”¹⁸.

A *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA) registrou sua participação na Reunião Regional do Mediterrâneo Oriental sobre [Força de Trabalho em Saúde](#), expressando as perspectivas de estudantes de saúde e jovens profissionais sobre a força de trabalho e construção de sistemas de saúde resilientes¹⁹.

Saúde do trabalhador

A *Public Citizen* informou que membros do Congresso dos Estados Unidos introduziram uma lei que visa [proteger os trabalhadores do calor extremo](#), em meio a uma onda de calor recorde no país. Um relatório divulgado este ano pela *Public Citizen* observou que, anualmente, a exposição ao calor é responsável por até 2.000 mortes de trabalhadores nos EUA, com um adicional de 170.000 trabalhadores sendo feridos em acidentes relacionados ao estresse térmico²⁰.

Doenças infecciosas

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou webinar com a dra. Vivien Brown, em 26 de julho de 2023, discutindo "Entendendo o risco e explorando o impacto do [herpes-zóster entre adultos mais velhos](#)"²¹.

Dia Mundial da Hepatite

A DNDi destacou o [Dia Mundial da Hepatite](#), recordando que a dez anos atrás o primeiro 'antiviral de ação direta' para hepatite C foi registrado. Em virtude da data, também questionou até que ponto houve melhoras no acesso a medicamentos para pessoas que vivem com hepatite C²².

A DNDi celebrou que o medicamento [Ravidasvir foi adicionado a Listas de Medicamentos Essenciais](#) para o tratamento da hepatite C em adultos. No dia 26 de julho de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou as novas edições das Listas Modelo de Medicamentos Essenciais (EML) e Medicamentos Essenciais para Crianças (EMLc), que incluem novos medicamentos importantes para o tratamento de esclerose múltipla, câncer, doenças infecciosas e doenças cardiovasculares, entre outros²³.

O Instituto de Tecnologia em Medicamentos (Farmanguinhos) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) firmaram acordo de cooperação técnica e científica com a DNDi e a Farmacêutica do Egito para solicitar o registro do ravidasvir, [usado no tratamento da hepatite C](#), junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Este anúncio faz parte da campanha de conscientização do Julho Amarelo e representa um marco nos esforços do Brasil para atingir a meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a hepatite C até 2030²⁴.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

A *NCD Alliance* divulgou notícia sobre o [aumento de impostos sobre bebidas açucaradas, outros alimentos processados, álcool e tabaco em Fuji](#). O imposto atingirá o consumo doméstico e a importação desses produtos²⁵.

O governo do Chile – país que foi vanguarda na rotulagem frontal de produtos alimentícios na região - está implementando um conjunto de [estratégias e políticas públicas para frear o aumento das taxas de sobrepeso no país](#), que tem projeção de 117.000 mortes por DCNT entre 2020 e 2030. O objetivo é reduzir os ambientes obesogênicos e aumentar a saúde e a nutrição²⁶.

A publicação dos índices de políticas sobre [obesidade na adolescência na Europa](#) mostrou que a região tem perdido grandes oportunidades em nutrição e atividade física. “*Os índices de políticas fornecem uma avaliação rápida do desempenho dos países europeus na criação de ambientes que permitam que as pessoas tenham uma dieta saudável e sejam fisicamente ativas*”, diz a matéria. O estudo mostra que pouquíssimos países têm política para abordar a acessibilidade dos alimentos, têm fraca publicidade sobre alimentos não saudáveis, entre outros²⁷.

Polipílula para doenças cardiovasculares

A *World Heart Federation* também comemorou a [decisão de incluir a polipílula](#) (combinação de doses fixas de vários medicamentos) para prevenção de doenças cardiovasculares na lista de medicamentos essenciais da OMS. O feito ocorreu após uma campanha de advocacy liderada pela Federação que teve como objetivo melhorar a acessibilidade e a economia desses medicamentos²⁸.

Cuidados renais sustentáveis

A *Planetary Health Alliance* divulgou o artigo “[Nossa responsabilidade compartilhada](#): a necessidade urgente de cuidados renais ambientalmente sustentáveis”. Stigant e colaboradores defenderam uma abordagem inovadora e centrada no paciente para os cuidados renais, exortando todas as partes interessadas a alinhar suas ações com os princípios da Saúde Planetária²⁹.

Guerras e conflitos

A CARE apontou três [prioridades urgentes ao se completarem 100 dias de conflito no Sudão](#): a cessação das hostilidades para garantir a proteção e preservação de vidas; a criação de passagens seguras para permitir o fornecimento de bens e serviços básicos às comunidades; e a necessidade de aumentar o financiamento para atender às necessidades crescentes das populações atingidas. Afirma que o mundo não pode se dar ao luxo de ignorar o agravamento da situação no Sudão, pois tem o potencial de desestabilizar toda a região³⁰.

Saída da Rússia da iniciativa do Mar Negro

A ActionAid comentou [a saída da Rússia do acordo de grãos do Mar Negro](#). O Especialista em Política Alimentar da ActionAid, Alberta Guerra, diz que a saída exacerbará ainda mais as situações difíceis em países vulneráveis que já enfrentam fome aguda. Afirma ainda que é preciso que os países reconstruam sua capacidade de produzir os alimentos de que precisam para quebrar sua dependência do mercado global, tão volátil e suscetíveis a choques³¹.

A CARE *International* afirmou estar extremamente alarmada com a notícia de que [a Rússia decidiu retirar-se da Iniciativa do Mar Negro com a Ucrânia](#). Esta iniciativa, destinada a fornecer a passagem segura de grãos e commodities, tem impactos em milhões de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar da Ucrânia ao Chifre da África. A CARE pede a todas as partes que cumpram suas obrigações no acordo e permaneçam na mesa de negociações para encontrar uma solução e mitigar os impactos que advirão do colapso da iniciativa³².

A CARE analisou [o impacto da saída da Rússia da Iniciativa do Mar Negro](#) para a fome global. Destacou que a iniciativa foi lançada há cerca de um ano, com o apoio das Nações Unidas e do governo da Turquia, permitindo que as exportações de alimentos e fertilizantes ucranianos e russos fossem isentas de bloqueios navais e ataques militares. Sem o acordo, há um enorme risco de os preços dos alimentos dispararem novamente, de modo que a pobreza e a insegurança alimentar continuarão crescendo em dezenas de países ao redor do mundo³³.

Assistência humanitária

A Oxfam enfatizou o apoio fornecido na provisão de alimentos, água, assistência à saúde e planificação para um futuro sustentável às [vítimas do desastre da barragem de Kakhovka](#). Esse desastre deslocou mais de duas mil pessoas, interrompeu a provisão de serviços básicos e causou danos às moradias³⁴.

A Oxfam enfatizou seu trabalho em diversos países do mundo, incluindo a Índia, onde prestou [apoio a mulheres no campo de refugiados em Jaitpur](#), que necessitam urgentemente de serviços sanitários e provisão de água. Além disso, no norte da Índia, a organização tem atuado em comunidades marginalizadas afetadas pelas enchentes³⁵.

A Oxfam ressaltou [o desafio enfrentado pelas organizações locais que atuam como socorristas em crises](#), em relação ao acesso flexível ao financiamento. A organização pediu aos doadores internacionais e às agências da ONU que capacitem esses grupos locais para melhor enfrentar as situações emergenciais³⁶.

A Oxfam enfatizou que desenvolve [programas de apoio focados em assistir conflitos, desastres e mudança climática](#). No entanto, essas iniciativas enfrentam algumas limitações e resistências³⁷.

Financiamento para ajuda humanitária

Diante da aprovação do projeto de lei de Operações Estatais e Estrangeiras (*FY24 State and Foreign Operations*), que inclui [financiamento para assistência externa dos EUA](#), a CARE instou o

congresso norte americano a adotar uma ação bipartidária e bicameral para garantir que o financiamento esteja, no mínimo, nos mesmos níveis do ano fiscal de 2023. Afirmou ainda que uma retirada do apoio à CARE significaria uma perda devastadora da capacidade de assistência da organização³⁸.

Equidade

A Oxfam enfatizou [a relevância de uma taxa de apenas 1% sobre os mais ricos](#), o que contribuiria para resolver diversas crises que enfrentamos, desde a redução da pobreza até o financiamento de necessidades básicas, em busca de um mundo mais sustentável e livre de pobreza³⁹.

A Oxfam ressaltou a importância de uma [carta elaborada por economistas de 67 países](#), direcionada à ONU e ao Banco Mundial, solicitando maior intervenção e esforços para reverter a inequidade global⁴⁰.

A Oxfam enfatizou a importância de [defender o direito ao cuidado da saúde](#) de forma viável. No entanto, também sinalizou que alguns fundos de investimento afetam e se opõem a esse esforço⁴¹.

Vacinação

A WONCA realizou, em 27 de julho, mais um webinar sobre vacinação. Dr. Tom Axelrod discutiu o que devemos saber sobre a [prevenção de doenças em idosos, especialmente sobre vacinas](#)⁴².

The People's Vaccine divulgou artigo sobre as [brigadas de saúde que foram para Yucatán](#) oferecendo atendimento, tratamento, diagnóstico e vacinas para múltiplas doenças a mais de 900 pessoas em situação de vulnerabilidade. Apesar do México possuir um dos programas de vacinação gratuitos mais abrangentes do Sul Global, há um aumento de doenças preveníveis que precisa ser enfrentado⁴³.

Saúde ocular

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) encerrou sua 16ª Conferência Global em Bancoque, Tailândia, destacando a realização da sessão sobre o papel dos [cuidados com a visão](#) centrados na pessoa na promoção do bem-estar⁴⁴.

Sistemas de saúde resilientes

A *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA) abriu uma chamada de artigos para próxima edição de sua revista *The Medical Student International*, que terá como tema central a "Recuperação Pós-Pandemia e [Sistemas de Saúde Resilientes](#)"⁴⁵.

Deteção precoce da Febre Reumática do Coração

A *World Heart Federation* faz parceria com a Fundação Philips para oferecer detecção precoce a meio milhão de [crianças em risco de doença cardíaca reumática](#). O projeto, que vai até junho de 2025, começará nas Filipinas e terá profissionais de saúde treinados para o cuidado clínico da doença, e cerca de 200 professores serão treinados. As crianças filipinas serão rastreadas por um dispositivo portátil de ultrassom, o equipamento POCUS, da patrocinadora Philips⁴⁶.

Mobilizações para a Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde

A *NCD Alliance* mobilizou seus membros para o workshop "[Criando impulso para avançar nos cuidados com as DNTs e na CUS](#)" em direção à Reunião de Alto Nível da ONU sobre CUS. O evento, realizado às margens do Fórum Político de Alto Nível dos ODS, visou persuadir chefes de Estado e de governo a assumirem a liderança na próxima Reunião de Alto Nível⁴⁷.

Dados e informação em saúde pública

A IANPHI se orgulha de ter colaborado com o Instituto Nacional de Saúde Pública de Costa de Marfim no lançamento do seu [primeiro boletim de saúde pública](#). Disponível on-line e impresso, pretende ser uma plataforma de compartilhamento de informação e dados de investigação em saúde pública para permitir aos formuladores de políticas, pesquisadores, profissionais de saúde e público em geral o acesso a informação fidedigna, baseada em dados científicos⁴⁸.

Migração

MSF denuncia a União Europeia por continuar mantendo pressão contra [operações de busca e resgate no Mediterrâneo](#). Apenas entre janeiro e março deste ano, mais de 400 pessoas morreram tentando atravessar a região, segundo dados da OIM. A situação permanece extremamente grave em meio a pressões de governos europeus, particularmente o da Itália, para dificultar ou mesmo impedir a ação de organizações como MSF. A estratégia da União Europeia é financiar a Guarda Costeira da Líbia, que realiza operações para capturar os botes e levá-los de volta ao país de onde fugiam, justamente por enfrentarem péssimas condições de vida, sendo submetidos à prisão, tortura, extorsão e trabalhos forçados⁴⁹.

Saúde indígena

MSF publicou uma nota em referência à prestação de cuidados de saúde e assistência a [comunidades indígenas na Venezuela](#). As comunidades indígenas deste país sofrem de uma série de doenças evitáveis causadas pelas condições precárias em que vivem e pelas múltiplas barreiras que enfrentam no acesso aos cuidados de saúde. Essas condições incluem doenças transmitidas pela água, como parasitose e diarreia; doenças transmitidas por mosquitos e outros insetos, como malária; infecções respiratórias; doenças de pele; e desnutrição. A ausência de cuidados pré e pós-natais aumenta os riscos para as mulheres grávidas e seus bebês⁵⁰.

Empoderamento feminino

A *CARE International* destaca que a [Copa do Mundo Feminina de 2023](#) é um evento monumental que não apenas mostra o talento e a determinação das mulheres no esporte, mas também serve como um farol de esperança e empoderamento para meninas em todos os lugares. Afirma ainda que, ao longo dos anos de atuação da CARE, o poder dos esportes tem sido uma das ferramentas mais eficazes para envolver mulheres e meninas⁵¹.

Reposicionando a África na Arquitetura Global de Saúde

A DNDi divulgou a 3ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública na África, com o tema 'Quebrando Barreiras: Reposicionando a África na Arquitetura Global de Saúde'. A chamada de resumos está aberta até 30 de agosto. Mais informações no [website da Conferência](#)⁵².

Saúde Planetária

A *Planetary Health Alliance* divulgou o primeiro Congresso Latino-Americano sobre Saúde Planetária, que será realizado de 21 a 23 de agosto de 2023, na Universidad de Concepción, Argentina. Mais informações na [website do Congresso](#)⁵³.

Assistência médica privada

A Oxfam alertou para o fato de que a [assistência médica privada](#), em particular a maior rede corporativa hospitalar da Índia, mobilizou mais de 200 bilhões de dólares em fundos do Banco Mundial, resultando em lucros exagerados em produtos e testes médicos⁵⁴.

Ativismo

A Greenpeace enfatizou a [manifestação de ativistas contra os tratados comerciais da União Europeia com o bloco Mercosul](#), os quais foram considerados prejudiciais para o clima e um claro exemplo de neocolonialismo⁵⁵.

Foi destacado que os [escritórios regionais da Oxfam na África](#) estão se unindo para fortalecer sua atuação e aumentar o impacto de suas ações⁵⁶.

Propriedade intelectual e pandemias

A organização The People's Vaccine criticou as [negociações de acordos de livre comércio da União Europeia com a Índia e a Indonésia](#), grandes produtoras de medicamentos genéricos. Adicionalmente, o bloco vem propondo uma proteção muito mais rígida dos direitos de propriedade intelectual. E essa proteção pode ameaçar a acessibilidade dos medicamentos genéricos que esses países exportam para o Sul Global⁵⁷.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Crise climática

O *Center for Strategic and International Studies* publicou uma matéria sobre a [Mudança sutil nas autorizações de exportação de GNL dos EUA](#). As exportações de gás liquefeito (GNL) dos EUA têm sido essenciais para a segurança energética global nos últimos 18 meses. As exportações de GNL dos EUA têm aumentado desde o 2016, colocando o país perto de ser líder global em 2023⁵⁸.

Também lançou o [Projeto de Segurança da Água](#), retratando as crescentes ameaças de insegurança hídrica aos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA. Dentro desse programa, se realizou uma entrevista sobre a necessidade de lidar com a [insegurança hídrica global](#) devido às ameaças, que são tão diversas quanto os usos da própria água. Os especialistas do CSIS examinaram os desafios para garantir a segurança hídrica global, o que exige o manejo de sistemas altamente complexos, profundamente interconectados e precariamente posicionados⁵⁹.

Realizou um evento sobre Segurança Energética e Mudanças Climáticas em 20 de julho de 2023, onde se debateu [Uma estratégia mineral dos EUA para a transição energética global](#)⁶⁰.

O *Center for Strategic and International Studies* avaliou [a visita do enviado especial Kerry à China](#). A visita do enviado especial do clima John Kerry a Pequim terminou em 19 de julho, após conversas com autoridades chinesas. A visita de Kerry faz parte dos esforços do governo Biden para melhorar as relações diplomáticas com Pequim⁶¹.

Pesquisa e inovação

A Wellcome lançou no início de 2023 uma busca por organizações interessadas em [experimentação em trabalhos políticos](#), com a intenção de adicionar abordagens criativas em sua caixa de ferramentas de políticas e maximizar o impacto dos projetos da Fundação. Quatro projetos-piloto foram selecionados que incluem jogos e simulações para questões de saúde mental na Índia, mosaicos colaborativos para explorar problemas complexos no Reino Unido, uso de humor e artes circenses para abordar a crise climática e uma festa do futuro para imaginar soluções resilientes ao clima e desastres. Os resultados desses projetos serão compartilhados em um evento em 2024 e espera-se que novos métodos criativos emergjam dessa experiência⁶².

O estudo longitudinal de coorte de nascimento "[Children Growing Up in Liverpool](#)" (C-GULL) foi anunciado pela Wellcome Trust e será o primeiro desse tipo no Reino Unido em 17 anos. Com mais de

10.000 crianças e suas famílias participando, este buscará compreender como fatores genéticos, ambientais e sociais afetam a saúde desde a infância até a vida adulta. Além disso, investigará a relação entre a saúde intestinal e a saúde mental em crianças por meio do subprojeto "Microbes, Milk, Mental Health and Me" (4M), que analisará o microbioma intestinal de mães e bebês para entender seu impacto no desenvolvimento cerebral e bem-estar mental. O estudo tem como objetivo reduzir desigualdades na saúde, especialmente em comunidades de baixa renda, e fornecer insights para melhorar intervenções e serviços de saúde em Liverpool e outras regiões⁶³.

Investimento internacional na Índia

O Center for Strategic and International Studies publicou [Uma análise sobre a agenda para a Índia reacender o interesse entre os investidores estrangeiros](#). O governo Modi teve um relativo sucesso em atrair níveis mais altos de investimento estrangeiro direto, no entanto, o investimento direto estrangeiro despencou nos últimos dois anos, por isso, o governo indiano deve tomar medidas significativas imediatamente pois o ritmo acelerado da evolução da cadeia de suprimentos requer ação rápida⁶⁴.

O Center for Strategic and International Studies publicou questões críticas sobre a [parceria estratégica EUA-Quênia à luz de outras abordagens ao comércio com a África](#) devido a visita da representante comercial dos Estados Unidos, Katherine Tai, ao Quênia, de 17 a 19 de julho, para aprofundar as relações comerciais entre os Estados Unidos e a África⁶⁵.

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde compartilhou um artigo sobre as [novas recomendações para o uso de adoçantes artificiais, ou edulcorantes](#), à luz de uma revisão sistemática publicada pela OMS. A revisão concluiu que os edulcorantes não são benéficos para a perda de peso a longo prazo, nem para a prevenção de doenças cardiovasculares⁶⁶.

O Global Fund enfatizou o encontro promovido pela Swiss Medic, que reuniu representantes de autoridades regulatórias de sete países africanos. Durante o evento, foram discutidas [as melhores práticas e os desafios relacionados à regulação farmacêutica](#) e de dispositivos médicos, bem como a digitalização e a cooperação internacional na área⁶⁷.

O Global Fund ressaltou sua [participação na Conferência Women Deliver em Ruanda](#), onde foram discutidos os maiores riscos enfrentados pelas mulheres em relação ao HIV, tuberculose e malária. Além disso, foi enfatizada a urgência de aprimorar o financiamento para essas e outras ações relacionadas à saúde das mulheres⁶⁸.

Equidade de gênero

O Global Fund enfatizou a parceria com a GSK e ViiV Healthcare com o objetivo de [impulsionar avanços na equidade de gênero](#). Nos próximos três anos, serão destinados mais de sete milhões de dólares para promover o engajamento e empoderamento das comunidades, buscando fortalecer a igualdade de gênero⁶⁹.

[A saúde das mulheres e o poder econômico estão intimamente ligados](#), segundo a Fundação Gates e três líderes africanas entrevistadas na Conferência Women Deliver 2023. Wendo Aszed, da Dandelion África, enfatizou que a saúde reprodutiva é crucial para o empoderamento econômico das mulheres. A Dra. Stella Bosire ressaltou que investir na saúde das mulheres desbloqueia o poder econômico, permitindo-lhes participar da força de trabalho e seguir carreiras. Malado Kaba, diretora do Departamento de Gênero, Mulheres e Sociedade Civil do Banco Africano de Desenvolvimento, destacou o paradoxo das mulheres africanas serem empreendedoras dinâmicas, mas enfrentarem desafios no

acesso a financiamento. Investir nas mulheres e proporcionar acesso à saúde é vital para o crescimento econômico e para capacitar as mulheres a apoiarem suas famílias e comunidades⁷⁰.

Defesa e segurança

O *Center for Strategic and International Studies* publicou um comentário sobre que a Ucrânia ter que [se preparar para uma guerra mais longa e ser cautelosa ao pressionar por grandes ofensivas](#). Por sua vez, os Estados Unidos estariam pressionando para que a Ucrânia tomasse a ofensiva. Segundo Anthony H. Cordesman, se a Ucrânia estivesse devidamente equipada para uma ação ofensiva sustentada durante o período em que a Rússia foi forçada a recuar, poderia ter expulsado a Rússia e ter saído vitoriosa⁷¹.

O *Center for Strategic and International Studies* publicou um comentário de Victor Cha sobre “[O lançamento bem-sucedido do US-ROK Nuclear Consultative Group](#)” devido ao bem-sucedido Grupo Consultivo Nuclear (NCG) entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Foram reforçados os compromissos de dissuasão nuclear e o planejamento dos EUA para contingências na península que possam envolver o uso de armas nucleares⁷².

Diversidade e inclusão

A *Fundação Gates* lançou [um plano estratégico em 2021 para promover a diversidade, equidade e inclusão](#) (DEI). Em julho de 2023, a Fundação noticiou seu progresso, reconhecendo que ainda não alcançou seus objetivos. Urgência e paciência são os conceitos mobilizados pela Fundação para incorporar os princípios DEI em todas as áreas de atuação, reconhecendo que mudanças significativas demandam tempo⁷³.

Doenças infecciosas

A *Georgetown University* lançou em conjunto a Rockefeller Foundation a plataforma *Analysis and Mapping of Policies for all Emerging Infectious Diseases* (AMP for EID), pioneira em políticas para [aprimorar a preparação, prevenção e resposta a doenças infecciosas emergentes](#), incluindo SARS, MERS, Ebola e Covid-19. A plataforma centralizada e de acesso gratuito busca preencher uma lacuna na segurança global da saúde, fornecendo informações essenciais para tomadores de decisão em situações de emergência e auxiliando pesquisadores e formuladores de políticas a identificar áreas de melhoria na resposta a doenças infecciosas, acelerando a preparação para pandemias e fortalecendo a segurança global da saúde⁷⁴.

O Global Fund ressaltou [as medidas implementadas no Japão para enfrentar a pandemia da Tuberculose](#), que resultaram no fortalecimento do sistema de saúde e forneceram valiosas lições sobre como lidar com a pandemia em outros países. As ações adotadas, como a cobertura universal de saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde, mostram-se como estratégias efetivas para enfrentar desafios similares em âmbito global⁷⁵.

A STOPAIDS compartilhou novo relatório que defende a [responsabilidade na resposta global à tuberculose](#), enfatizando a falta de progresso no cumprimento dos compromissos de 2018. Pediu que sejam criados fluxos de trabalho totalmente financiados para a responsabilização, liderados por comunidades afetadas pela tuberculose e pela sociedade civil, aplicáveis a organizações multilaterais e líderes nacionais⁷⁶.

Investimentos e ODS

O relatório anual do Zero Gap Fund 2022, lançado pela Rockefeller Foundation, destaca seu papel fundamental em viabilizar [soluções de investimento para os desafios globais mais urgentes](#). Até dezembro de 2022, o fundo mobilizou mais de \$795 milhões de dólares em financiamento privado para

investimentos de alto impacto em diversas estratégias. O Zero Gap Fund, lançado em 2019 em parceria com a Fundação John D. e Catherine T. MacArthur e o Catalytic Capital Consortium, apoia soluções inovadoras de investimento que promovem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU⁷⁷.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Rockefeller Foundation relata a urgência no cenário do desenvolvimento internacional referente ao prazo de 2030 para os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS) da ONU. O encontro anual da Assembleia Geral da ONU em setembro ressaltará essa contagem regressiva, enquanto a COP28 sobre mudanças climáticas também é aguardada para impulsionar o progresso, e a Fundação vê com olhos otimistas especialmente a participação do setor privado e a liderança dos Emirados Árabes Unidos no desenvolvimento dessa agenda global⁷⁸.

Abuso de drogas

Um evento no [dia da conscientização do abuso de drogas](#) (26 de junho) foi organizado pela *World Federation for Mental Health* (Ásia-Pacífico) em associação com a Aliança Nacional para Saúde Mental da Índia, Associação Médica Indiana e o Instituto de Ciências Médicas Pushpagiri. Líderes como Dr. Nasser Loza e Roy A. Kallivayalil destacaram a colaboração para aumentar a conscientização contra o abuso de drogas, focando no tema da Assembleia de 2023 da Federação Mundial de Saúde Mental: "Pessoas primeiro: combater o estigma e a discriminação, fortalecer a prevenção"⁷⁹.

Desenvolvimento Internacional

O *Center for Strategic and International Studies* publicou um comentário sobre a [Lei de Oportunidades e Crescimento da África \(AGOA\) e a construção de uma Política Maior para a África](#). Desde que foi aprovada a AGOA, há quase 25 anos, não foi implantada nenhuma política importante de comércio e investimento. Em dezembro de 2022 ocorreu a Cúpula de Líderes EUA-África em Washington, DC para discutir um novo curso para promover os interesses dos EUA⁸⁰.

Segurança

O *Center for Strategic and International Studies* realizou um evento sobre [Segurança Nacional e Espectro para 5G](#), realizado em 25 de julho de 2023, onde se discutiu o núcleo de crescimento econômico no futuro, incluindo a importância das tecnologias 5G⁸¹.

Cultivo de tabaco

A ACT Promoção da Saúde divulgou nota técnica que aponta que a [fumicultura continua expondo aos agricultores a condições precárias](#), sendo que no Brasil o tabaco é cultivado principalmente em pequenas propriedades familiares em situação de vulnerabilidade. A nota faz um chamado para investimentos públicos que apoiem a diversificação agrícola para combater a fome e insegurança alimentar⁸².

A ACT promoção da saúde participou do podcast Ciência Suja para abordar o tema [menos fumo e mais alimentos](#), no qual destacam a importância de debater o cultivo do fumo no Brasil, que ainda coloca os agricultores em risco devido a longas jornadas de trabalho e dificulta a transição para a produção de alimentos. A indústria do tabaco também utiliza ciência questionável para justificar suas práticas⁸³.

EVENTOS

Heroínas da Saúde

A *Women in Global Health* realizou o [evento de gala das Heroínas da Saúde](#) 2023. Em sua sexta edição, o evento foi voltado para trabalhadoras da saúde de países do continente africano. O evento aconteceu como atividade paralela da Women Deliver Conference, e contou com mais de 120 participantes⁸⁴.

Congresso Mundial sobre Saúde Ambiental

O [17º Congresso Mundial sobre Saúde Ambiental](#) será realizado pela *International Federation of Environmental Health*, em Perth, Austrália Ocidental, de 20 a 24 de maio de 2024 pela EHA - Environmental Health Austrália⁸⁵.

Conclusões

Este informe consolidou as manifestações públicas de 26 Organizações da Sociedade Civil que atuam na arena global da saúde. A diversidade de temas aponta a complexidade das agendas de interesse dessa rede de atores que mobilizam esforços para exigir respostas das lideranças globais, e indicar caminhos a partir de intervenções e experiências realizadas nas diferentes frentes de trabalho em que atuam. Diante das iniquidades globais, prevalece o apelo por respostas concretas, capazes de frear o colapso climático por meio de respostas oportunas, superar a fome no mundo e garantir ajuda humanitária às populações impactadas pelos conflitos bélicos que não cessam.

Referências

- 1 Google Docs [Internet]. Survey: Climate litigation toolkit for public health experts; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdhgN421OqIRtc8HpaFAKY2DPTVBXxG0bZbgdmGFN0axq6noQ/viewform?pli=1>
- 2 IFMSA [Internet]. We prescribe: Environment Action for Healthier Future - IFMSA; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://ifmsa.org/eh-campaign/>.
- 3 MSF Brasil [Internet]. Ciclone em Mianmar: restrições atrasam resposta ao desastre - MSF Brasil; [acessado em 29 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/ciclone-em-mianmar-restricoes-atrasam-resposta-ao-desastre/>.
- 4 GREENPEACE. <https://www.vox.com/climate/2023/7/27/23805887/climate-change-legal-court-cases-un-report>. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://t.co/drssWfOKWE>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 5 OXFAM. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-finance-in-west-africa-assessing-the-state-of-climate-finance-in-one-of-621420/>. 27 jul. 2023a. Disponível em: <https://t.co/AwqHicSC22>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 6 OXFAM. 28 jul. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1681584640941776896>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 7 OXFAM. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-finance-shadow-report-2023-621500/>. 27 jul. 2023c. Disponível em: <https://t.co/fVVUCaFMe5>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 8 GREENPEACE. <https://bit.ly/44g2yz6>. 27 jul. 2023c. Disponível em: <https://t.co/WTKZok8ZMI>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 9 GREENPEACE. <https://www.greenpeace.org/eu-unit/issues/climate-energy/46743/eu-parliament-backs-landmark-law-to-restore-europes-nature/>. 28 jul. 2023. Disponível em: <https://t.co/hxa9VI5Ku1>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 10 THE GUARDIAN. EU to drop ban of hazardous chemicals after industry pressure. <https://www.theguardian.com/environment/2023/jul/11/eu-to-drop-ban-of-hazardous-chemicals-after-industry-pressure>. 11 jul. 2023a. Disponível em: <https://t.co/GM9NrITAXb>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 11 VOX. Why the media too often ignores the connection between climate change and meat. <https://www.vox.com/platform/amp/future-perfect/23778399/media-ignores-climate-change-beef-meat-dairy>. 1 jul. 2023. Disponível em: <https://t.co/3jWLzMB6JT>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 12 GREENPEACE. Ban private jets. <http://www.greenpeace.org/banprivatejets>. 18 jul. 2023b. Disponível em: <https://t.co/2XTJhmYsy>. Acesso em: 30 jul. 2023.

- 13 OXFAM. 22 jul. 2023a. Twitter: @OXFAM. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1680593323982200833>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 14 GREENPEACE. 27 jul. 2023a. Twitter: @GREENPEACE. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeaceafric/status/1680607801763045377>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 15 REUTERS. Rescuers retrieve eight bodies from flooded South Korea underpass. <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/least-31-killed-by-heavy-rains-south-korea-rescuers-hunt-missing-people-2023-07-16/>. 21 jul. 2023c. Disponível em: <https://t.co/fq5OpfZCX>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 16 Twitter [Internet]. <https://bit.ly/46UX6n1>; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://t.co/wKDWDAPiB>
- 17 Twitter [Internet]. [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1680915729556676609>
- 18 WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Public Health and Emergency Workforce Roadmap: The Third Steering Committee Meeting | WFPHA; 17 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/public-health-and-emergency-workforce-roadmap-the-third-steering-committee-meeting/>.
- 19 Twitter [Internet]. 20 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1671054027130322944>
- 20 MORE than 50 Members of Congress Introduce Legislation to Protect Workers from Extreme Heat - Public Citizen. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/more-than-50-members-of-congress-introduce-legislation-to-protect-workers-from-extreme-heat/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 21 Twitter [Internet]. 26 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1684186964725989376>
- 22 Twitter [Internet]. 28 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1684828090315206656>
- 23 Twitter [Internet]. 28 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1684477520379277313>
- 24 Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Fiocruz signs agreement to register hepatitis C medication with Brazilian health regulatory agency; 20 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/press-releases/2023/fiocruz-signs-agreement-register-hepatitis-c-medication-brazilian-health-regulatory-agency/>.
- 25 NCD Alliance [Internet]. Fiji hikes health taxes and adopts guidelines to tackle NCDs, which consume 40% of healthcare costs; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/fiji-hikes-health-taxes-and-adopts-guidelines-to-tackle-ncds-which-consume-40-of-healthcare-costs-5>
- 26 CHILE: When overweight prevalence decreases, so will NCD deaths. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/chile-when-overweight-prevalence-decreases-so-will-ncd-deaths>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 27 EUROPE missing big opportunities in nutrition and physical activity, policy indexes reveal. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/europe-missing-big-opportunities-in-nutrition-and-physical-activity-policy-indexes-reveal>. Acesso em: 29 jul. 2023
- 28 World Heart Federation [Internet]. World Heart Federation welcomes landmark decision to include polypill in WHO Model List of Essential Medicines - World Heart Federation; 28 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/world-heart-federation-welcomes-landmark-decision-to-include-polypill-in-who-model-list-of-essential-medicines/>.
- 29 Twitter [Internet]. 24 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1683530076355264513
- 30 CARE [Internet]. Three urgent priorities as Sudan conflict enters 100th day - CARE; 24 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/three-urgent-priorities-as-sudan-conflict-enters-100th-day/>.

- 31 ActionAid International [Internet]. ActionAid says Russia pulling out of Black Sea grain deal will further 'exacerbate' harsh situations in vulnerable countries; 17 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-says-russia-pulling-out-black-sea-grain-deal-will-further-exacerbate-harsh>
- 32 CARE Responds to Russia's Withdrawal from the Black Sea Initiative - CARE. 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-responds-to-russias-withdrawal-from-the-black-sea-initiative/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 33 WHAT RUSSIA'S withdrawal from the Black Sea Initiative means for global hunger - CARE. 18 jul. 2023. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/perspectives/what-russias-withdrawal-from-the-black-sea-initiative-means-for-global-hunger/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 34 OXFAM. <https://www.oxfam.org/en/blogs/rising-waters-rising-needs-local-organizations-forefront-response-ukraines-dam-explosion>. 19 jul. 2023. Disponível em: <https://t.co/m2aDHfRSd>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 35 OXFAM. 23 jul. 2023. Disponível em: <https://donate.oxfamindia.org/north-india-flood>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 36 OXFAM. <https://www.oxfam.org/en/blogs/rising-waters-rising-needs-local-organizations-forefront-response-ukraines-dam-explosion>. 25 jul. 2023b. Disponível em: <https://t.co/m2aDHfRSd>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 37 OXFAM. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/transforming-the-systems-that-contribute-to-fragility-and-humanitarian-crises-p-621203/>. 26 jul. 2023b. Disponível em: <https://t.co/6WbqN2e59X>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 38 CARE [Internet]. CARE USA urges swift bipartisan action from U.S. Congress to fully fund lifesaving global programs - CARE; 26 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-usa-urges-swift-bipartisan-action-from-u-s-congress-to-fully-fund-lifesaving-global-programs/>.
- 39 Twitter [Internet]. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/survival-of-the-richest-how-we-must-tax-the-super-rich-now-to-fight-inequality-621477/>; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://t.co/x9JRx3J8I>
- 40 Twitter [Internet]. <https://www.theguardian.com/inequality/2023/jul/17/top-economists-call-for-action-global-inequality-rich-poor-poverty-climate-breakdown-un-world-bank>; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://t.co/leEFuAYVJT>
- 41 Oxfam International [Internet]. Poor people being bypassed or bankrupted as rich countries pour development billions into private healthcare | Oxfam International; 26 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/poor-people-being-bypassed-or-bankrupted-rich-countries-pour-development-billions>
- 42 World family doctors. Caring for people. | WONCA Europe [Internet]. Webinar: Prevention in the elderly: what should we know, especially on vaccinations? | WONCA Europe; 27 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.woncaeurope.org/m/events/view/webinar-prevention-in-the-elderly-what-should-we-know-especially-on-vaccinations>
- 43 Twitter. Disponível em: https://twitter.com/Vacunax_LAC/status/1684568884970655744. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 44 Twitter [Internet]. 24 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1683531001471877135>
- 45 IFMSA [Internet]. The Call for Medical Student International (MSI) 44 is Now Open - IFMSA; 18 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://ifmsa.org/call-for-msi-44/>.
- 46 World Heart Federation [Internet]. World Heart Federation Partners with Philips Foundation to Provide Half a Million Children at Risk of Rheumatic Heart Disease with Access to Life-Saving Early Detection - World Heart Federation; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/world-heart-federation-partners-with-philips-foundation-to-provide-half-a-million-children-at-risk-of-rheumatic-heart-disease-with-access-to-life-saving-early-detection/>.
- 47 NCD Alliance [Internet]. NCD advocates meet in New York to call on governments to advance care and UHC; 18 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/ncd-advocates-meet-in-new-york-to-call-on-governments-to-advance-care-and-uhc>

- 48 L'actualité indépendante de référence en Côte d'Ivoire | Linfodrome [Internet]. Santé : Le ministre Pierre Dimba lance le premier bulletin de santé publique de Côte d'Ivoire; [acessado em 29 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.linfodrome.com/sante/88609-sante-le-ministre-pierre-dimba-lance-le-premier-bulletin-de-sante-publique-de-cote-d-ivoire>
- 49 MSF Brasil [Internet]. Europa mantém pressão contra operações de busca e resgate no Mediterrâneo - MSF Brasil; [acessado em 29 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/europa-mantem-pressao-contra-operacoes-de-busca-e-resgate-no-mediterraneo/>.
- 50 MSF Brasil [Internet]. Encurtando distâncias: prestação de cuidados de saúde a comunidades indígenas na Venezuela - MSF Brasil; [acessado em 29 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/encurtando-distancias-prestacao-de-cuidados-de-saude-a-comunidades-indigenas-na-venezuela/>.
- 51 CARE [Internet]. Empowering girls around the world through the beautiful game; 21 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/empowering-girls-around-the-world-through-the-beautiful-game/>.
- 52 Twitter [Internet]. 26 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1684122608864727041>
- 53 Twitter [Internet]. 20 jul 2023 [citado 31 jul 2023]. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1682103145944457218
- 54 Twitter [Internet]. <https://oxf.am/health>; [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://t.co/p5vqi4PwnF>
- 55 Twitter [Internet]. [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/GreenpeaceEU/status/1680930908356870146>
- 56 Twitter [Internet]. [citado 31 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1683431834913320961>
- 57 Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1684874589699248128>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 58 COSTE, Sophie; CAHILL, Ben. Subtle Shift in U.S. LNG Export Authorizations. 28 jul. 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/subtle-shift-us-lng-export-authorizations>.
- 59 WELSH, Caitlin; GBAGUIDI, Franck, NEGPAL, Tanvi; SCHOONOVERE S., Rod. Experts reacto what else needed address global water insecurity?. 26 jul. 2023. [citado em 29 jul.2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/experts-react-what-else-needed-address-global-water-insecurity>
- 60 CSIS. A U.S. Mineral Strategy for Gloval Energy Transition. 21 jul. 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/us-mineral-strategy-global-energy-transition>
- 61 CSIS. Assessing Special Envoy Kerry's Visit to China. 20 jul, 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/assessing-special-envoy-kerrys-visit-china>
- 62 Wellcome [Internet]. Four ways our Policy Lab is testing creative approaches to policy development | News | Wellcome; 20 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/four-ways-policy-lab-testing-creative-policy-development>
- 63 Wellcome [Internet]. How do childhood experiences affect health in later life?; 12 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/how-do-childhood-experiences-affect-health-later-life>
- 64 ROSSOW, Richard M. An Agenda for India to Re-Ignite Interest among Foreign Investors. 27 jul. 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/agenda-india-re-ignite-interest-among-foreign-investors>
- 65 REINSCH, William A.; BONGONGO, Joyce. The US-Kenya STIP in Light of Other Approaches to Trade with Africa. 27 jul. 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/us-kenya-stip-light-other-approaches-trade-africa>
- 66 NOVAS recomendações sobre o uso de adoçantes artificiais, ou edulcorantes - ACT. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/recomendacoes-adocantes-artificiais-ou-edulcorantes/3986>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 67 THE GLOBAL FUND. 17 jul. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1680845092750229504>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 68 THE GLOBAL FUND. 18 jul. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1680902375211499521>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 69 THE GLOBAL FUND. <https://ow.ly/Kjq850PeXhP>. 18 jul. 2023b. Disponível em: <https://t.co/JTOrRVRIldr>. Acesso em: 30 jul. 2023.

- 70 Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The link between women's health and women's economic power; 17 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/womens-health-economic-power>
- 71 H. CORDESMAN. Ukraine: Prepare for a Longer War and Be Cautious in Pushing for Major Offensives. 24 jul. 2023 [citado em: 29 jul. 2023] . Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/ukraine-prepare-longer-war-and-be-cautious-pushing-major-offensives>
- 72 CHA, Victor. The U.S.-ROK Nuclear Consultative Group's Successful Launching. 20 jul. 2023. [citado em: 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/us-rok-nuclear-consultative-groups-successful-launching>.
- 73 Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Balancing patience and urgency: Our latest DEI Progress Report; 12 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/2022-dei-progress-report>
- 74 The Rockefeller Foundation [Internet]. Georgetown University Launches Platform to Navigate Laws Governing the Prevention of Infectious Disease Emergence Worldwide; 19 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/georgetown-university-launches-platform-to-navigate-laws-governing-the-prevention-of-infectious-disease-emergence-worldwide/>.
- 75 THE GLOBAL FUND. <https://www.forbes.com/sites/petersands/2023/07/12/japans-fight-against-tb-can-be-a-roadmap-for-pandemic-preparedness/>. 22 jul. 2023c. Disponível em: <https://t.co/JL518b67Ej>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- 76 CSIS. National Security and Spectrum for 5G. 26 jul. 2023. [citado em 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/national-security-and-spectrum-5g>
- 77 The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation's Zero Gap Fund Mobilized \$795M in Private Capital Towards UN Sustainable Development Goals; 19 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundations-zero-gap-fund-mobilized-795m-in-private-capital-towards-un-sustainable-development-goals/>.
- 78 The Rockefeller Foundation [Internet]. Will Innovative Finance Tackle the Sustainable Development Goals and Save the Planet?; 24 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/will-innovative-finance-tackle-the-sustainable-development-goals-and-save-the-planet/>.
- 79 World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; 17 jul 2023 [citado 27 jul 2023]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2023.23-07-17_wfmh-asia-pacific-seminar
- 80 PENCE, Eliot. Beyond AGOA: Building a Bigger Africa Policy. 18 jul. 2023. [citado em: 29 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/beyond-agoa-building-bigger-africa-policy>.
- 81 Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/STOPAIDS/status/1682118471654551556>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 82 NOTA Técnica - Precisamos de alimento, não de tabaco - Posts | ACT BR. Disponível em: https://actbr.org.br/post/nota-tecnica-precisamos-de-alimento-nao-de-tabaco/19582?utm_source=redes_sociais&utm_medium=cliques&utm_id=nota_tecnica_alimento_tabaco. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 83 Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/actbr/status/1684665211058343936>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- 84 HEROINES of Health 2023 Award Gala - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/heroines-of-health-2023-award-gala/>. Acesso em: 29 jul. 2023
- 85 IFEH World Congress 2022, Kuala Lumpur, Malaysia. 17 jul. 2023. [citado 28 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.ifeh.org/worldcongress/wceh2024/index.html>

A crise da dívida é o caminho mais rápido de minar os direitos humanos

The debt crisis is the fastest way to undermine human rights

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract: *In this inform, we explore the global Debt crisis and how it undermines - systemically - the idealisation of nations built upon the guarantee of human rights and how it is - ultimately - an insufficient tool to deal with development issues.*

Keywords: *Debt Crisis. International Financial System. Debt Justice.*

Resumo: Neste informe, exploramos a crise da Dívida global e como ela mina - sistemicamente - a idealização de nações construídas sobre a garantia dos direitos humanos e como ela é - em última análise - uma ferramenta falha para lidar com questões de desenvolvimento.

Palavras-chave: Crise da Dívida. Sistema Financeiro Internacional. Justiça da Dívida.

Destaques emocionantes

O último dia 27 marcou os 7 anos desde o falecimento da poetisa revolucionária nicaraguense Vidaluz Meneses. A escritora impulsionou a Revolução Sandinista com suas poesias de protesto que, junto de peças musicais, foram responsáveis por levar as ideias revolucionárias à população. Na integra: <https://iacobin.com.br/2023/07/a-poetisa-da-revolucao-sandinista/>

Nesta última semana também foi encontrado o neto de número 133. O grupo de Avós da Praça de Maio comemorou a chegada do neto, filho de Cristina Navarra que havia sido sequestrada e torturada já com 2 meses de gravidez. Para ler a reportagem completa: <https://www.telesurtv.net/news/abuelas-plaza-mayo-encuentra-nieto--20230728-0024.html>

Neste informe, continuando na linha da financeirização, o capital financeiro e a necessidade da reestruturação do modelo econômico construído com bases neoliberais, iremos falar sobre a crise global de dívidas - a *debt crisis* - que, segundo um novo relatório das Nações Unidas, leva 3.3 bilhões de pessoas a viverem em nações cujas políticas de pagamento levam a um estancamento social com mais dinheiro indo para a tentativa de sanar suas dívidas externas do que investindo em saúde e em outros direitos fundamentais. A partir disso, usamos informações da campanha *Debt Justice* para analisar quais países são mais duramente afetados pela crise da dívida e o que exatamente é estar em dívida externa e como as políticas públicas formuladas com bases de estímulo econômico suficiente para sanar essas dívidas são antagônicas aos direitos humanos fundamentais e se valem de austeridade fiscal que por fim promove as práticas neoliberais.

Ou pagamos o FMI, ou temos saúde pública: a escolha que coloca em risco 4 bilhões de cidadãos

No mês de Julho de 2023, a UNCTAD - o mecanismo United Nations Conference on Trade and Development, publicou o relatório "Dívida Mundial: um fardo crescente para a prosperidade global" no qual analisou a presença massiva da dívida externa em países em desenvolvimento e como ela afeta as instituições nacionais e suas possibilidades de garantir direitos. O relatório é dividido em sete seções: Introdução, Dívida Pública Global em níveis imprevistos, Desigualdades na Arquitetura das Finanças Internacionais, Encarando escolhas impossíveis: a dívida ou os cidadãos, As pessoas pagam o preço e Um mapa para financiar o desenvolvimento sustentável. Nestes espaços é explorada a conexão da dívida com as práticas neoliberais - na seção das desigualdades na arquitetura do sistema financeiro, é apontado como se vincular com parceiros do setor privado e efetuar empréstimos é uma porta de entrada para choques econômicos externos e também para os juros altíssimos cobrados por essas entidades - e como a questão da dívida externa afeta a garantia da democracia: se estima que 3,3 bilhões de pessoas vivam em locais onde o Estado necessita gastar mais recursos para sanar a dívida externa do que para investir em saúde, criando um situação de sustentação impossível e que leva o estado a se afastar a passadas largas de um modelo de equidade e garantia dos direitos fundamentais, esvaziando a democracia.

"Depender de credores privados torna o crédito caro e a reestruturação da dívida complexa: Credores privados, como detentores de títulos, bancos e outros credores, oferecem financiamento em termos de transações comerciais. Nos últimos dez anos, a parcela da dívida pública externa devida a credores privados aumentou em todas as regiões, respondendo por 62% da dívida pública externa total dos países em desenvolvimento no ano de 2021. A parcela crescente da dívida pública devida a credores privados apresenta dois desafios. Em primeiro lugar, o empréstimo de fontes privadas é mais caro do que o financiamento concessional de fontes multilaterais e bilaterais. Em segundo lugar, a crescente complexidade da base de credores torna mais difícil concluir com êxito uma reestruturação da dívida quando necessário, atrasos e incertezas aumentam os custos de resolução de crises de dívida."

Na última seção, e como alternativa para o desastre das dívidas, o relatório propõe:

- Tornar o sistema mais inclusivo, melhorando a real participação efetiva de países em desenvolvimento na governança da arquitetura financeira internacional.

- Proporcionar maior liquidez em tempos de crise, expandir o financiamento de contingência, de modo que os países não serão forçados a contrair dívidas como último recurso, inclusive por meio do uso fortalecido de Direitos de Saque, uma suspensão temporária do FMI sobretaxas e o aumento das janelas de acesso à cota ao financiamento de emergência do FMI.

- Enfrentar o alto custo da dívida e risco crescente de sobreendividamento e criar um mecanismo de liquidação da dívida para resolver o lento progresso do "G20 - Estrutura Comum para o Tratamento de Dívidas" devido a desafios de coordenação de credores e a falta do entendimento de suspensão da dívida para países participantes.

- Financiar mais e melhor massivamente ampliando preços acessíveis no financiamento de longo prazo. A transformação e expansão dos Bancos de Desenvolvimento Multilateral para apoiar projetos sustentáveis de longo prazo para desenvolvimento. Mais financiamento concessional; cumprimento de ajudas e compromissos financeiros climáticos.

Porém, não seria mais interessante, controlar as práticas do envolvimento privado ou garantir que juros exorbitantes não sejam cobrados - de instituições públicas ou privadas? As reformas do sistema financeiro internacional necessitam compreender e assimilar a insustentabilidade do sistema credor: se estamos - como sistema internacional - supostamente trabalhando em conjunto para o desenvolvimento global, porque aceitamos que o continente africano pague e deva 10 vezes mais em dívidas externas do que a Alemanha? Um sistema financeiro internacional justo não se basearia somente NO QUE e EM QUEM DEVE, mas sim em quem tem condições de - em conjunto com seus pares - usar seu superávit - sua receita - para investimentos sustentáveis de desenvolvimento internacional, assim como está sendo dito por muitas organizações internacionais, uma campanha de financiamento para o desenvolvimento - seja banco de vacinas, tratado pandêmico, restauração do clima - baseada na justiça financeira.

O tópico da receita e do superávit também é tratado pela organização Debt Justice, que coloca o problema da dívida em termos simples e interessantes: a dívida externa se tornou um problema porque se paga pra fora mais do que se investe para dentro.

“Um dos melhores guias para o peso da dívida do governo é o valor dos pagamentos da dívida que saem do país a cada ano em comparação com a receita do governo. Os países do sul global gastaram em média 14,3% da receita do governo em pagamentos de dívida externa em 2023, um aumento de 6,4% em comparação com 2010.

(...)

Uma crise da dívida ocorre quando os pagamentos da dívida prejudicam a economia de um país e/ou a capacidade de seu governo de proteger os direitos econômicos e sociais básicos de seus cidadãos. As crises de dívida podem ser causadas por dívidas de governos ou por dívidas do setor privado, ou seja, empresas, bancos e famílias. A dívida privada pode levar a uma crise financeira, que então transfere a dívida para o público. Nossa análise identifica os países em risco de uma crise de dívida causada pela dívida pública, aqueles em risco de dívida privada e aqueles em risco de ambos.”

Se soma a isso as práticas de austeridade normalmente aplicadas para o controle e ou autorização de empréstimos; como a política de Washington Consensus, nos anos 90, uma lista de 10 “regras” para países em desenvolvimento que desejassem se aplicar para empréstimos com organizações internacionais. Os 10 pontos eram formados por políticas econômicas e sociais de austeridade, abertura econômica para o capital privado externo e de relaxamento das políticas públicas de desenvolvimento e proteção humana local, gerando uma bola de neve na qual o dinheiro dos empréstimos não garante o desenvolvimento auto sustentável local e causa mais danos do que ganhos.

Dentro destas políticas neoliberais, está subentendida e aceita a exploração máxima do ecossistema para o lucro financeiro, que gera outro efeito cascata: pegamos dinheiro emprestado para nos desenvolver, mas, então, precisamos fazer de tudo para sanar esta dívida, exploramos o ecossistema, a crise climática piora, nosso país perde turistas e nossa moeda flutua solta e acabamos precisando de mais dinheiro, tudo isso em meio à crise climática que escala e que, segundo estudos do World Resources Institute, irá afetar principalmente a parte sul do globo; assim como Teresa Anderson ressalta em sua coluna de opinião publicada em abril no Al Jazeera: “Quer consertar o clima? Acabe com as armadilhas da dívida. Dívidas exorbitantes forçam as nações a adotar políticas hostis ao clima na esperança de pagar os empréstimos. Até que surja a próxima crise.”

“Mas por que tantos governos tomam decisões aparentemente irracionais quando a crise climática está à sua porta, seus próprios cidadãos estão perdendo e o peso da evidência está dizendo para eles agirem? A resposta pode surpreender você.

Um dos maiores fatores que impedem os governos do Sul Global de tomar medidas climáticas é pouco discutido em conferências e debates destinados a encontrar soluções para a crise existencial do planeta. É hora de falarmos sobre dívida.

(...)

Como? Por causa de sua obsessão doentia com o pagamento de dívidas do Sul Global a qualquer custo.

Esta dívida exorbitante que paira sobre as cabeças de muitos países está forçando-os a fazer escolhas difíceis para pagar essa dívida. A Indonésia, por exemplo, está pagando empréstimos equivalentes a mais de 40% de seu produto interno bruto (PIB), um fator-chave que a leva a derrubar florestas tropicais para dar lugar a plantações lucrativas de óleo de palma. A necessidade de pagar a dívida externa no valor de mais de 80 por cento do PIB também tem sido um fator na priorização das exportações de soja do Brasil sobre a proteção da Amazônia. E uma dívida externa equivalente a 101 por cento do PIB é a razão pela qual Moçambique tem tentado expandir a sua produção de carvão e gás nos últimos anos.

Esse tipo de dívida externa quase sempre precisa ser paga em dólares americanos ou outras moedas estrangeiras. Assim, mesmo quando os países se beneficiam do apoio a pequenos agricultores, agroecologia e pequenas e médias empresas, muitos foram forçados a moldar suas economias em torno de combustíveis fósseis destrutivos e exportações de agronegócio industrial em larga escala, a fim de ganhar os dólares necessários para o pagamento da dívida.”

Debt Justice precisa ser pautada por justiça econômica equitativa e por uma ordem global centrada na paz: um manifesto

A alternativa ao sistema internacional vigente deve ser construída por aqueles que sofrem com decisões bilaterais de exploração. Quem decide como consegue pagar, é quem está “devendo”; quem idealiza como ter garantir direitos, é quem os tem sistematicamente negados; quem traça planos para reverter o destemperamento global do clima, é quem vê sua população, economia e desenvolvimento ameaçados por mudanças vistas como inevitáveis. Novamente: o mesmo sistema que nos trouxe aqui, não vai nos levar adiante.

Nessa maré, ficamos contentes em anunciar a criação do Mapa colaborativo dos Movimentos Sociais em Saúde, construção popular na qual organizações serão ouvidas para juntas idealizarem um projeto de SUS que atenda as necessidades nacionais. A iniciativa foi concretizada na 17 Conferência Nacional da Saúde, no início do mês, e o Mapa é uma parceria da FioCruz com o Conselho Nacional de Saúde, lançado pela animação com o qual foram recebidas as Conferências Livres pré 17, presentes em todos municípios do país. O projeto engloba integração social dos movimentos, reconhecimento de microterritórios e suas necessidades e o fortalecimento da nossa democracia pela garantia dos direitos da saúde. Leia na íntegra aqui:

<https://outraspalavras.net/outrasaude/uma-cartografia-da-luta-popular-pela-saude/> “O Sul Global deve moldar a ordem internacional que está por vir.”

No momento em que a OTAN se torna global, os membros da Internacional Progressista de todo o Sul conclamam os movimentos populares de todo o mundo a aderir ao projeto de paz e não alinhamento.

Somos a maioria do mundo, a voz dos vulneráveis e os guardiões do consenso global. Nossa posição é pela paz, pela soberania e pelo não-alinhamento baseado em princípios.

A ordem internacional está passando por uma transformação tectônica. Para o Sul Global, este processo traz a promessa de um novo caminho de dignidade e paz há muito negado aos nossos povos. Mas também traz o risco de que essa mudança tectônica mais uma vez esprema, afunde ou engula nossas nações.

A guerra na Ucrânia já custou milhares de vidas, destruiu meios de subsistência e infraestrutura crítica e criou medo, perdas e deslocamentos forçados.

Mas também teve um impacto marcante nas nações e povos do Sul Global. Do aumento dramático nos preços dos alimentos e do combustível à pressão sufocante para escolher um lado, todos nós sentimos os impactos desta guerra.

É por isso que escolhemos o caminho do não-alinhamento.

Escolhemos a paz das negociações diplomáticas em vez da vitória no campo de batalha, porque a humanidade é a primeira vítima da guerra.

Escolhemos não impor sanções, porque guerra econômica ainda é guerra – e não pode ser a base para resolver os dilemas coletivos da humanidade.

Escolhemos a cooperação porque nossos recursos comuns devem ser usados para melhorar nossas sociedades e deter a destruição irreversível de nosso clima, e não acelerar seu fim.

O Sul Global representa mais de 80% da população mundial e mais de 70% do crescimento econômico global. No entanto, enfrentamos exploração econômica implacável, exclusão política e apagamento cultural.

Do Saara à Sierra Maestra, de Bandung a Yan'an, nossos povos travaram uma longa luta pela libertação das indignidades impostas por essa ordem. Por ousar buscar nosso próprio caminho, nós também enfrentamos sanções, intervenções e invasões – e a demanda por nosso envolvimento em conflitos que não são de nossa autoria.

Nossa história exige que escolhamos um caminho diferente – um que seja pragmático, que traga prosperidade para nossas sociedades e que recupere a paz ao invés das fricções do antagonismo geopolítico.

Saudamos as propostas colocadas pelo governo do Brasil para formar um Clube da Paz sobre a Ucrânia, e o documento de posição de 12 pontos publicado pela República Popular da China, que pede respeito à soberania de todos os países e apresenta uma visão positiva para a paz, a segurança coletiva e a reconstrução.

Essas iniciativas representam um ponto de partida para um projeto renovado de não-alinhamento – uma política que muitas vezes é confundida com apatia ou neutralidade. Não é nenhum dos dois.

Reflete, em vez disso, a luta contínua para traçar uma nova ordem mundial – para criar

novas instituições políticas que rejeitem a mentalidade de soma zero da Guerra Fria e construam uma base para a cooperação e a paz.

Como os arquitetos do movimento não-alinhado Josip Broz Tito, da Iugoslávia, e Jawaharlal Nehru, da Índia, escreveram em 1954, o não-alinhamento é uma “política positiva, ativa e construtiva que, como objetivo, tem a paz como base da segurança coletiva”.

É por isso que nós, forças progressistas de todo o Sul Global, reafirmamos nosso compromisso com o não-alinhamento – e rejeitamos tentativas de nos roubar a capacidade de traçar nosso próprio futuro.

Signatários:

Haqooq-Khalq-Party, Paquistão

Fórum de Advogados Democráticos Progressistas, Paquistão

WAELE Africa, Pan-Africano

Congreso de los Pueblos, Colômbia

Coalition for Revolution (Coalizão para a Revolução), Nigéria

Mazdoor Kisan Shakti Sangathan, Índia

Wiphalas Across the World, Bolívia

Zimbabwe People's Land Rights Movement (Movimento pelos Direitos da Terra do Povo do Zimbábue), Zimbábue”

Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul

Voices of the Global South: UNOSSC, G-77, NAM and South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *With the Covid-19 pandemic, e-commerce increased exponentially as consumers purchased everything online. As a result, it is not surprising that knowledge about the most diverse types of e-commerce has grown. One example was the Seminar “South-South Cooperation in Cross-border e-commerce for poverty eradication and Global Sustainable Development” which was organized by the Government of China and UNOSSC with the goal of building partnerships and South-South and triangular cooperation projects. During the HLPF, the G-77 and China emphasized that progress toward the 2030 Agenda has been insufficient, that poverty eradication is the greatest global challenge, and that the negative effects of climate change threaten the very survival of many developing countries. As a result, a new international economic order is more than required. At another point, the Group stated that the negotiation process to finalize the Political Declaration for the SDG Summit has been extremely difficult due to developed countries' unwillingness to commit to the 2030 Agenda and take actions to accelerate its implementation. The Non-aligned Movement Youth Organization works under the NAM's founding principles, giving youth a voice and discussing the movement's advancements and goals, such as diplomacy and leadership. The South Centre published essays assessing the current state of play in the WHO Pandemic Instrument Negotiations, conceptualizing remote worker permanent establishment, WTO reform, and the statement on the Two Pillar Solution to Address Tax Challenges arising from the digitalisation of the economy, among others.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Com a pandemia do Covid-19, houve um aumento exponencial do comércio eletrônico à medida que consumidores compravam tudo online. Portanto, não é de se espantar que as informações sobre os mais diversos tipos de comércio eletrônico, também tenham crescido. Um dos exemplos foi o Seminário sobre Comércio Eletrônico Transfronteiriço Sul-Sul direcionado para a erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável global, organizado pelo Governo da China e UNOSSC com o objetivo de construir parcerias e cooperação de projetos de cooperação Sul-Sul e triangular. Durante o HLPF, o G-77 e a China destacaram que os avanços alcançados para a Agenda 2030 são insuficientes e a erradicação da pobreza é o maior desafio global enquanto que os efeitos negativos das mudanças climáticas ameaçam a própria sobrevivência de muitos países em desenvolvimento. Assim, uma nova ordem econômica internacional é mais do que necessária. Em outro momento, o Grupo deixou claro que o processo de negociação para finalizar a Declaração Política para a Cúpula dos ODS tem sido muito complexo, devido à relutância dos países desenvolvidos em comprometerem com a Agenda 2030 e realizarem ações para acelerar seu cumprimento. O Movimento Jovem dos não-alinhados vem trabalhando sob os princípios fundadores do MNA, dando voz aos jovens e discutido os avanços e metas do movimento, como diplomacia e liderança. O Centro Sul produziu ensaios para avaliar as negociações do instrumento pandêmico da OMS; o

estabelecimento de regras para a tributação do trabalho remoto; a reforma da OMC e os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia, entre outros.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)



<https://twitter.com/UNOSSC>

24 de julho de 2023 - Seminário sobre Comércio Eletrônico Transfronteiriço Sul-Sul para erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável global, organizado pelo Governo da China e UNOSSC e realizado em Pequim, o seminário teve o objetivo de oferecer uma plataforma para a construção de parcerias e cooperação

de projetos de cooperação Sul-Sul e triangular. A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib disse por meio de videoconferência que a “otimização da economia digital requer colaboração transfronteiriça fortalecida. É aqui que a Cooperação Sul-Sul pode oferecer imenso valor”. O seminário reafirmou o compromisso de fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular como impulsores de alianças fortes entre as nações do Sul Global (Twitter @UNOSSC 1, 2023).

Fundos Fiduciários do UNOSSC

O UNOSSC gerencia e apoia financeiramente a implementação de 4 fundos fiduciários que apoiam a colaboração e iniciativas Sul-Sul em todo o mundo.

Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero para a Cooperação Sul-Sul (PGTF) - Foi criado em 1983 e é administrado pelo UNOSSC em nome do G-77. O PGTF apoia projetos de cooperação realizados por três ou mais países em desenvolvimento membros do G-77.



<https://twitter.com/UNOSSC>

Em **25 de julho de 2023** foi realizada a 38ª reunião do Comitê de especialistas para aprovar novas propostas e revisar o andamento do portfólio de projetos do PGTF com a presença do Representante Permanente da Missão de Cuba junto às Nações Unidas e do G-77, Gerardo Peñalver Portal.

O UNOSSC manifestou seu apressado e orgulho dos 40 anos de trabalho do PGTF no avanço da Cooperação Sul-Sul (Twitter @UNOSSC 2, 2023).

Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU - Estabelecido em 2017, é liderado pela Índia, gerido pelo UNOSSC e implementado em colaboração com o sistema da ONU.



<https://twitter.com/UNOSSC>

25 de julho de 2023 - Implementado pela FAO, o projeto do Fundo Índia-UN para melhorar a subsistência rural por meio de sistemas agroalimentares resilientes acaba de começar na Jamaica (Twitter @UNOSSC 3, 2023).

Grupo do G-77

New York, 17 de julho de 2023

Declaração feita pelo SE Alejandro Gil Fernández, Vice Primeiro Ministro e Ministro da Economia e Planejamento de Cuba, em nome do G-77 e da China, no debate geral do segmento de Alto-Nível do Fórum Político de Alto-Nível de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do ECOSOC



<https://twitter.com/cubag77>

Considerando que o mundo já se encontra na metade do caminho para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, podemos verificar o quanto ainda estamos atrasados.

Os países em desenvolvimento enfrentam uma conjuntura bastante difícil com múltiplos desafios para sua recuperação econômica e social, especialmente após a pandemia do Covid-19. Juntam-se a isso, as enormes dificuldades financeiras e aumento de suas dívidas, refletidas no aumento dos preços dos alimentos, a escalada da emergência climática e uma ordem econômica desequilibrada que perpetua as desigualdades e a pobreza.

Os avanços alcançados para o desenvolvimento são insuficientes para os mais pobres e vulneráveis e a erradicação da pobreza é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Os efeitos negativos das mudanças climáticas que ameaçam a própria sobrevivência de muitos países em desenvolvimento, especialmente dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), aprofundam a vulnerabilidade de todos com aumento das taxas de juros, condições financeiras difíceis de serem atingidas, alto custo da dívida e riscos de sobre-emprego. Estes fatores impactam profundamente as economias do Sul Global, especialmente em países de baixa e média renda. Desta forma, são necessárias ações concretas dos países desenvolvidos para cumprir os compromissos anteriores, bem como a reforma da arquitetura financeira internacional.

Já se passou quase uma década desde a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda de Ação de Adis Abeba e várias promessas foram feitas, sem, contudo, obter muito progresso.

O FMI prevê uma recessão da economia em 2023 e o PNUD considera uma queda no desenvolvimento humano.

O alto custo dos empréstimos impede os países em desenvolvimento de investir nos ODS e também aumenta o risco de inadimplência. Para o Sul Global, as taxas de juros podem ser oito vezes maiores do que as dos países desenvolvidos, como destacou o Secretário-Geral da ONU que também declarou que 25 economias em desenvolvimento gastam mais de 20% das receitas do governo exclusivamente com suas dívidas. De acordo com Antonio Guterres, o Sistema Financeiro Global é tendencioso, moralmente falido e distorcido para beneficiar os países ricos.

Desde a sua criação, o G-77 e a China defendem uma nova ordem econômica internacional que parece mais evidente do que nunca. A reforma da arquitetura financeira internacional, especialmente do FMI e do Banco Mundial, não pode esperar. É preciso fortalecer

a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais, na definição de normas e na governança econômica global.

O G-77 e a China saúdam a proposta do Secretário-Geral da ONU para um "Estímulo aos ODS" para os países em desenvolvimento, em particular os países mais necessitados e em dificuldades.

Neste sentido, os países em desenvolvimento devem cumprir seus compromissos em relação ao ODA para a meta de 0,7% da renda nacional bruta e 0,15 a 0,20% da ODA para os países menos desenvolvidos.

Deve-se insistir em um processo intergovernamental das Nações Unidas para estabelecer medidas que vão além do PIB, a fim de ter uma abordagem mais inclusiva da cooperação internacional e do financiamento para o desenvolvimento.

O G-77 e a China voltam a enfatizar a necessidade de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento no aproveitamento dos benefícios do comércio internacional para o desenvolvimento e na importância de um sistema de comércio multilateral que se baseie em regras universais, abertas, transparentes, inclusivas e não discriminatórias, conforme incorporadas nos acordos da Organização Mundial do Comércio.

O Grupo continua preocupado e rejeita a tendência crescente dos países desenvolvidos de impor medidas unilaterais e protecionistas que minam o sistema multilateral de comércio e constituem um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional, como mecanismos unilaterais e discriminatórios de ajuste de fronteira e impostos, impactando negativamente o acesso das exportações dos países em desenvolvimento aos mercados globais.

A agenda de mudanças climáticas deve ser plenamente implementada de acordo com a UNFCCC e o Acordo de Paris e respeitando o princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. Neste sentido, é fundamental aumentar a ambição na mitigação, adaptação e meios de implementação, e concretizar a disponibilização e mobilização de recursos por parte dos países desenvolvidos para enfrentar as alterações climáticas. O G-77 e a China estão insatisfeitos com o fato de que a meta de mobilizar 100 bilhões de dólares por ano pelos países desenvolvidos até 2020 nunca foi alcançada e é mais do que necessário cumprir esta meta, assim como a operacionalização do fundo de perdas e danos pela COP28.

É fundamental a transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (econômica, ambiental e social) e a plena implementação da Agenda 2030.

O G-77 e a China também enfatizam que os Estados deveriam se abster de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que impeçam o pleno alcance do desenvolvimento econômico e social, particularmente nos países em desenvolvimento.

As ações mencionadas acima, já foram divulgadas em diversas ocasiões pelos líderes do Sul Global e a falta de progresso não deve ser atribuída à falta de soluções. As ações estão lá. O

que se requer com urgência é vontade política para implementar o que todos já conhecem para superar uma das crises mais complexas que a humanidade já viu na história moderna.

Os líderes do mundo em desenvolvimento, tem a responsabilidade de se unir e reivindicar com uma voz unida as mudanças necessárias para garantir um futuro sustentável para as gerações atuais e futuras.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)

Nos próximos dias 15 e 16 de setembro, Cuba sediará a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo sob o tema: “**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação**”. Uma reunião essencial para fortalecer a capacidade do G-77 e da China de utilizar ferramentas importantes para o desenvolvimento. Convidado pelo Vice Primeiro Ministro e Ministro da Economia e Planejamento de Cuba, Alejandro Gil Fernández, o Secretário Geral da ONU Antonio Guterres, disse que estará presente na Cúpula (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).



<https://twitter.com/cubag77>

27 de julho de 2023 – O Ministro Conselheiro Gerardo Peñalver Portal, Representante Permanente de Cuba junto às Nações Unidas e Representante do G-77 + China participou da série de discussões sobre os caminhos para a Cúpula “**Um conto de duas cúpulas**”, organizada pela Coalizão da ONU que precisamos (*Coalition for the UN We Need*) e pela Comunidade Internacional Bahá'í.

O Ministro começou dizendo que o nosso planeta está vivendo um momento bastante complexo. Considerou que o mundo pós-pandemia é um lugar mais dividido, injusto e desigual, onde todos enfrentam crises multidimensionais nas esferas da saúde, clima, energia, além das crises alimentar, econômica e financeira, que afetam a todos, particularmente os países em desenvolvimento.

Os problemas se intensificaram e a lenta recuperação pós pandêmica, piora a crise econômica global, a pobreza, a fome, a insegurança alimentar, a desnutrição e o analfabetismo. Os impactos dos conflitos, as guerras, as ações e medidas unilaterais contra povos e países, as desigualdades e todas as formas de discriminação, são insustentáveis para a humanidade.

Há uma necessidade urgente de reverter essa tendência, observando a importância da transição para estilos de vida e padrões de consumo e produção sustentáveis e esforços para enfrentar as mudanças climáticas. Todos esses elementos afetam significativamente a aspiração de alcançar o desenvolvimento sustentável para todos.

É neste contexto que as Nações Unidas chegam à revisão do cumprimento da Agenda 2030 e do cumprimento dos ODS. Esta é a prioridade estabelecida pelos Estados Membros e reconhecida pela ONU para este ano de 2023.

Não é segredo que o processo de negociação para finalizar o consenso sobre a Declaração Política para a Cúpula dos ODS, em setembro de 2023, tem sido muito complexo, devido à relutância dos países desenvolvidos para se comprometerem novamente com a Agenda 2030 e a realizar ações para acelerar seu cumprimento.

Por outro lado, espera-se que a Cúpula do Futuro de 2024 se conecte com a Agenda 2030, seus ODS e com a Cúpula de setembro de 2023 e seus resultados. Se o mundo não for

capaz de resolver os problemas de hoje e enfrentar adequadamente os desafios e objetivos de hoje, como poderá criar condições para um futuro melhor para as próximas gerações?

A Cúpula do Futuro deve permitir a reforma do sistema multilateral para caminhar em direção a um mundo mais justo, equitativo e unido que avance para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade de todos os países do mundo, em conformidade com a Carta da ONU.

O caminho para esse propósito está indiscutivelmente relacionado com a mudança da atual ordem internacional injusta e excludente.

Uma vez que a Cúpula do Futuro visa turbinar os ODS, ela deve abordar de forma abrangente a questão da implementação para os países em desenvolvimento, incluindo financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.

Mais uma vez, o G-77 e a China clamaram por uma profunda e abrangente reestruturação da arquitetura financeira internacional, hoje controlada por poucas instituições.

Também é importante que os países assumam políticas fiscais e monetárias responsáveis, bem como melhorem a coordenação das políticas macroeconômicas com o objetivo de garantir um ambiente internacional propício para que os países em desenvolvimento implementem a Agenda 2030.

O Ministro defendeu fortemente a rejeição de promulgar e aplicar quaisquer medidas coercitivas unilaterais nas negociações sobre o escopo e elementos a serem adotados para o Pacto do Futuro na Cúpula do Futuro de 2024.

Segundo ele, para garantir um futuro melhor para todos, é preciso enfrentar as desigualdades e os desafios presentes com uma visão de longo prazo. É inaceitável que a globalização continue marcada pelo egoísmo dos países mais ricos, desenvolvidos e poderosos.

O diálogo deve prevalecer sobre o uso da força e da violência, contribuindo assim, de forma construtiva, para o enfrentamento dos desafios múltiplos e complexos do século XXI em prol de um futuro melhor para os séculos vindouros (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

Para ler a declaração completa, [clique aqui](#).



<https://twitter.com/cubag77>

77 + China @Cuba - 3, 2023).

27 de julho de 2023 – O ECOSOC adotou resoluções apresentadas por Cuba, em nome do G-77 + China, sobre as repercussões econômicas e sociais da ocupação israelense nas condições de vida do povo palestino no Território Palestino Ocupado e sobre a situação e assistência às mulheres palestinas (Cuba Presidency | G-

Destaque do Movimento dos Não Alinhados

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



25 a 29 de julho de 2023 – A Organização do Movimento Jovem dos não-alinhados foi estabelecido na cidade de Shusha, Azerbaijão em 29 de julho de 2022.

A Declaração de Shusha adotada na ocasião previa a transformação da Rede Jovem do MNA em uma Organização Internacional de jovens adotando os princípios, ideias e objetivos do MNA para promover o movimento jovem do não-alinhados nos 120 estados membros do MNA.

<https://twitter.com/namyouthorg>
cultural do Azerbaijão.

Vele dizer que a cidade de Shusha é a capital

Desde a sua criação, o Movimento Jovem dos não-alinhados promove uma Oficina de Trabalho para discutir os avanços do movimento e traçar metas para o futuro. Em 2023, esta Oficina de Trabalho foi intitulada **“Uma jornada pelos 5 principais eventos significativos desde a adoção dos Acordos de Shusha”**.



<https://twitter.com/namyouthorg>

Refletindo sobre este momento marcante, o Movimento Jovem dos não-alinhados celebrou a jornada do Movimento Jovem, desde a sua criação dando voz aos capítulos (países) do Movimento com apresentações, discussões de problemas com identificação de propostas e soluções para temas globais relevantes, de hoje, como: “O Papel do Movimento Não-Alinhado nas Relações

Contemporâneas”; o "Engajamento e Empoderamento Jovem: Impulsionando a Agenda do MNA para o Desenvolvimento Sustentável" e "Diplomacia e Liderança" (Twitter NAM Youth Organization @ namyouthorg, 2023).

Veja o [Video](#).

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul

18 de julho de 2023 - Avaliando o ponto de situação nas negociações do instrumento pandêmico da OMS

Este resumo de políticas (*Policy Brief*) discute a situação das negociações do instrumento pandêmico na Organização Mundial da Saúde. O Órgão Intergovernamental de Negociação (INB)

vem se reunindo com maior frequência, à medida que o prazo previsto para conclusão no primeiro semestre de 2024 se aproxima. Para avançar, é preciso intensificar a vontade política nos próximos meses. Não se deve reduzir as expectativas para se concentrar no menor denominador comum. É preciso progredir em áreas prioritárias para os países em desenvolvimento (South Centre. 1).

Para ler este resumo de política completo, [clique aqui](#).

24 de julho de 2023 – Estabelecimento permanente do trabalho remoto

O Covid-19 impactou a humanidade de várias maneiras e um desses impactos é a ampla aceitação do conceito do trabalho remoto (*Work From Home (WFH)*) pelo setor corporativo. Anteriormente, o trabalho remoto existia em alguns países, mas em escala muito menor. No entanto, o advento do Covid-19 tornou o trabalho remoto, um novo normal. Esse novo “*modus operandi*” cria novos desafios tributários para as empresas multinacionais. O trabalhador tem presença tributável nos países onde está trabalhando remotamente através de um “estabelecimento permanente” e, quais são os lucros imputáveis a esse estabelecimento estável?

O conceito de Estabelecimento Permanente existe há várias décadas, mas o que constitui um estabelecimento estável é muitas vezes difícil de afirmar porque os limites utilizados para a sua definição não são objetivos e claramente mensuráveis.

O conceito também está sob estresse significativo devido ao avanço da tecnologia e aos novos modelos de trabalho resultantes. O conceito de “trabalhar em casa” ou “trabalho remoto” cria desafios para as empresas multinacionais, pois elas precisam determinar constantemente se um ou mais funcionários trabalhando em um país diferente resultam em um estabelecimento permanente e quais poderiam ser os lucros atribuíveis.

Na ausência de um limite mensurável para a determinação de um local fixo de trabalho, o litígio sobre o assunto parece óbvio.

Este resumo de política sugere uma nova disposição de “Estabelecimento Permanente do Trabalhador Remoto” e uma abordagem simples de atribuição de lucro padronizada, que pode ser incluída nos tratados tributários.

Uma disposição específica com limites simples e claramente mensuráveis pode ser uma situação vantajosa para todos os interessados (South Centre. 2).

Para ler este resumo de política completo, [clique aqui](#).

27 de julho de 2023 - Reforma da OMC: propostas do Grupo Africano para melhorar os procedimentos e a tomada de decisões

Em junho de 2022, durante a Décima Segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) (MC12), os membros da OMC se comprometeram a trabalhar para a reforma da OMC.

Em fevereiro de 2023, o Centro Sul publicou um artigo intitulado “Rumo a uma OMC ancorada nos ODS” em que declara que a única maneira e ressuscitar a OMC, é garantir que a agenda de negociações esteja ancorada nos ODS, e não nos interesses particulares de seus membros mais poderosos (South Centre. 4).

No entanto, a reforma da OMC tem sido promovida principalmente pelos países desenvolvidos, pois eles expressam frustração em relação à capacidade da organização de abordar questões emergentes na economia mundial. Enquanto isso, os países em desenvolvimento se veem obrigados a articular seus próprios interesses e definir quais objetivos devem alcançar se uma reforma da OMC, de fato, ocorrer para reequilibrar o sistema da OMC e garantir que se preservem o espaço político necessário para o desenvolvimento, inclusive por meio da diversificação econômica e industrialização.

Em 13 de julho de 2023, o Grupo Africano, que consiste de 44 membros da OMC, apresentou ao Conselho Geral da OMC, um documento intitulado **“Uma Perspectiva de Desenvolvimento sobre Reformas Institucionais da Organização Mundial do Comércio”** com a visão do Grupo sobre os elementos a serem abordados nas discussões sobre a reforma da OMC.

Por quase três décadas, o Grupo Africano tem negociado os desequilíbrios sistêmicos no Acordo sobre Agricultura; as distorções do comércio do algodão; a necessidade de ferramentas de segurança alimentar agrícola; um mecanismo especial de salvaguarda para proteger agricultores vulneráveis, especialmente na África, entre outros (South Centre. 3).

28 de julho de 2023 - Declaração do Centro Sul sobre a Solução de Dois Pilares para Enfrentar os Desafios Fiscais Decorrentes da Digitalização da Economia

O Centro Sul reconhece o resultado dos 138 membros da estrutura Inclusiva da OCDE/G20 feita em 11 de julho de 2023, sobre a **“Solução de Dois Pilares”** para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia.

O Centro Sul destaca a inclusão de regras que têm o efeito prático de reduzir o imposto a pagar aos países em desenvolvimento sobre o montante A, as limitações do Pilar Dois e outros aspectos-chave das regras propostas pela OCDE que requerem atenção dos países em desenvolvimento antes de decidirem aderir a tais regras (South Centre. 5).

Para ler e entender este documento, [clique aqui](#).

Referências

South Centre. 1. Assessing the State of Play in the WHO Pandemic Instrument Negotiations. Policy Brief 121, 18 July 2023. Disponível em: <https://www.southcentre.int/policy-brief-121-18-july-2023>. Acesso em: 31 jul 2023

South Centre. 2. **Conceptualizing Remote Worker Permanent Establishment. Tax Cooperation Policy** 34, 24 July 2023. Disponível em: <https://www.southcentre.int/tax-cooperation-policy-brief-34-24-july-2023>. Acesso em: 31 jul 2023

South Centre. 3. WTO reform: Africa Group’s proposal to improve procedures and decision-making. SouthNews nº 456, 27 July 2023. Disponível em: <https://us5.campaign-archive.com/?u=fa9cf38799136b5660f367ba6&id=6d44854699>. Acesso em: 31 jul 2023

South Centre. 4. Towards a WTO Anchored in SDGs. Southviews nº 245, 27 July, 2023. Disponível em: https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2023/02/SV245_230227-1.pdf. Acesso em: 31 jul 2023

South Centre. 5. **Statement by the South Centre on the Two Pillar Solution to Address the Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy. SC Statement – Two pillar solution, 28 July 2023**. Disponível em: <https://www.southcentre.int/sc-statement-two-pillar-solution-28-july-2023>. Acesso em: 31 jul 2023

Twitter @UNOSSC 1. 24 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/UNOSSC/status/1683483841007169538>. Acesso em: 25 jul 2023

Twitter @UNOSSC 2. 26 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/dimaalkhatib1/status/1684189448223744000>. Acesso em: 30 jul 2023

Twitter @UNOSSC 3. 25 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/UNOSSC/status/1683825431600934913>. Acesso em: 25 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 1. 24 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1683549360166936591>. Acesso em: 25 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 2. 27 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1684608077817896960>. Acesso em: 30 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 3. 27 jul 2023. Disponível em:

<https://twitter.com/cubag77/status/1684608074957324293>. Acesso em: 30 jul 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 28 jul 2023. Disponível em:

https://twitter.com/hashtag/NAMYouthShushaWeek?src=hashtag_click. Acesso em: 30 jul 2023

G20 não avança nas agendas econômica e ambiental

No advance in the G20 economic and environmental agendas

Pedro Burger

Paulo Esteves

Thaiany Medeiros Cury

Vitória Kavanami

Nina Bouqvar

Abstract. G20 - Amid new developments in the ongoing conflict in Ukraine and global temperature records, the G20 fails once again to reach consensus on important and urgent issues in the environmental and economic agenda. **G7** – In this fortnight discussions occurred between the G7 and G20 to address major global challenges, with emphasis on cooperation between the G7 and the Global South. Regarding Ukraine war, G7 asks G20 to build consensus on the issue. The movements for the next Italian G7 presidency in 2024 begin. **OCDE** - The highlights for the OECD are divided between gender-related discussions, highlighting the progress made, weaknesses, threats, and potentials related to the theme, and the continuation with regard to the efforts of the two-pillar solution initiative, fiscal and international tax law reforms, and the publication of some documents related to the project.

Keywords: G20; environment; Ukraine, OECD; international cooperation.

Resumos. G20 - Em meio aos novos desdobramentos do conflito na Ucrânia e recordes de temperatura registrados mundialmente, o G20 falha, mais uma vez, em alcançar consenso em importantes e urgentes questões da agenda ambiental e econômica. **G7** - Nessa quinzena ocorreram discussões entre G7 e G20 a fim de solucionar os grandes desafios globais com destaque para a cooperação entre o G7 e o Sul Global. Quanto à Ucrânia, G7 pede ao G20 que construa o consenso sobre o tema. Peças começam a ser movimentadas para a próxima presidência italiana do G7 em 2024. **OCDE** - Os destaques da OCDE se dividem entre discussões relacionadas a gênero, ressaltando os progressos, as fragilidades, as ameaças e os potenciais relativos ao tema, e a continuação dos esforços da iniciativa da solução de dois pilares, as reformas fiscais e tributárias internacionais e a publicação de alguns documentos ligados ao projeto.

Palavras-chave: G20; meio ambiente; Ucrânia; OCDE; cooperação internacional

G20 – Falta de consenso em reuniões de Finanças e Meio Ambiente refletem a dificuldade do G20 para lidar com as crises contemporâneas

Diante das novas atualizações sobre o conflito na Ucrânia, em razão da suspensão russa do acordo mediado pelas Nações Unidas (ONU) e pela Turquia que permitia o escoamento de

grãos pelos portos ucranianos²¹, as expectativas para uma melhora no cenário parecem estar mais distantes. Para o G20, a situação dificulta o já complexo diálogo entre os membros do bloco em um momento em que nos aproximamos da realização da Cúpula dos líderes que ocorrerá em setembro na capital indiana. Como discutido no Informe passado, existe a chance de que o principal evento não resulte em uma declaração conjunta dos países, pela primeira vez na história do bloco, diante de tais diferenças. Os eventos da quinzena, infelizmente, trazem indícios que parecem corroborar com essa possibilidade.

Entre os dias 17 e 18 de julho, aconteceu na cidade de Gandhinagar o terceiro encontro entre os ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20²². Dentre as prioridades, do que se considera um dos mais proeminentes encontros do fórum, estava discutir sobre a reestruturação da dívida para países vulneráveis, a tributação mínima global e reformas nos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs). As expectativas, no entanto, foram frustradas e o evento contou com a baixa participação de delegados oficiais devido à questões domésticas. Apenas 13 ministros compareceram e países como Argentina, Brasil, França e México enviaram funcionários de menor representação²³. Dessa forma, poucos foram os avanços nas discussões pretendidas e não foi possível publicar um comunicado final.

No que tange a questão da dívida, por exemplo, como informado para a Reuters, as nações não concordaram em utilizar o caso zambiano como modelo para guiar outros processos de negociação de dívida e a maioria permaneceu relutante em acordar novos empréstimos para países de baixa e média renda, uma vez que não existem indícios de uma melhora na situação econômica global²⁴. A Zâmbia, nesse caso, é utilizada como exemplo de boas práticas, pois, no último mês, conseguiu fechar um acordo para reestruturar seus US\$6,3 bilhões em dívidas com governos no exterior.

A respeito do resumo publicado pela presidência indiana após esta reunião, o mesmo seguiu os moldes que temos observado em grande parte das reuniões ministeriais dessa gestão. À imprensa, a ministra das Finanças da Índia, Nirmala Sitharaman, afirmou que o motivo da ausência de um documento conjunto foi a divergência de opiniões dos países sobre a guerra da Ucrânia e a falta de uma linguagem comum para abordar a situação. De acordo com o texto divulgado, a China e a Rússia se opuseram aos parágrafos referentes à guerra que diziam estar causando "imenso sofrimento humano" e "exacerbando as fragilidades existentes na economia global". O documento, contudo, utiliza a mesma redação da declaração feita na Cúpula do ano passado, na Indonésia, onde os líderes condenaram veementemente a guerra. A ministra ainda

²¹ Black Sea grain deal expires after Russia quits. **Reuters**. 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/black-sea-grain-deal-expire-monday-if-russia-quits-2023-07-17/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

²² 3rd G20 Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) and 3rd G20 Finance and Central Bank Deputies (FCBD) Meetings to be held in Gandhinagar, Gujarat, from tomorrow. **G20**. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/third-fmcbg/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

²³ Debt restructuring talks at G20 meet hurt by differences, low attendance. **Reuters**. 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/debt-restructuring-talks-g20-meet-hurt-by-differences-low-attendance-2023-07-17/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

²⁴ G20 aponta alta incerteza sobre as perspectivas econômicas. **Valor Econômico**. 18 jul. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/assis-moreira/coluna/g20-aponta-alta-incerteza-sobre-as-perspectivas-economicas-globais.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2023.

afirmou que essa é uma questão a ser definida no novo encontro em setembro, já que a presidência indiana não possui mandato para fazer essa mudança sozinha²⁵.

O resumo, então, pouco avançou em resultados concretos e mais reiterou compromissos do G20 em diversos temas da pasta, como: o progresso da Agenda 2030; a indispensabilidade da independência dos Bancos Centrais; o combate ao protecionismo de taxas de câmbio para fins competitivos; e a importância de políticas do lado da oferta, especialmente aquelas voltadas para o aumento da mão de obra e da produtividade, como forma de impulsionar o crescimento e aliviar as pressões inflacionárias nos preços de alimentos e energia²⁶. Na verdade, pode-se dizer que o texto trouxe quase um pessimismo ao reconhecer a incerteza de uma possível melhora da economia nos próximos meses em razão da inflação persistente e das tensões políticas.

Seguindo esse mesmo caminho, outros dois acontecimentos que geraram repercussões negativas na mídia pela falta de proatividade foram os encontros de Transição Energética e dos ministros do Meio Ambiente e Clima do G20. Ambos encontros eram vistos como ótimas oportunidades para traçar objetivos concretos antes da realização da Cúpula do G20 e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28), que ocorrerá em dezembro nos Emirados Árabes. O primeiro deles foi realizado entre os dias 19 e 20 de julho na província de Goa e teve como intuito avançar nas questões sobre melhores práticas, políticas e abordagens inovadoras para apoiar uma transição energética justa e inclusiva²⁷. Apesar da ênfase na necessidade urgente de ações colaborativas para acelerar esse processo e garantir um acesso universal à energia limpa, o alcance de ações concretas foi prejudicado pela falta de convergência sobre o uso de combustíveis fósseis, o que impediu a formulação de um acordo sobre o tema.

De acordo com o resumo disponibilizado oficialmente²⁸, enquanto alguns países concordaram com a necessidade de diminuir gradualmente o uso ininterrupto desses combustíveis por meio de fontes sustentáveis como forma de atingir as metas da Agenda 2030, outros membros argumentaram em prol do uso de tecnologias de remoção e captura de carbono para esse mesmo fim. Apesar dos membros opositores à proposta não terem sido identificados, sabe-se que os principais produtores de combustíveis fósseis, como a Arábia Saudita, Rússia e China, se opõem ao objetivo de triplicar a capacidade de energia renovável ainda nesta década. O cumprimento da meta de financiamento conjunto de 100 bilhões de

²⁵ Reunião do G20 na Índia termina sem consenso por causa da guerra na Ucrânia. Uol. 18 jul. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/18/reuniao-do-g20-na-india-termina-sem-consenso-devido-a-divergencias-sobre-guerra-na-ucrania.htm>. Acesso em: 30 jul. 2023.

²⁶ Third G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting G20 Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 18 jul. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/3rd_G20_FMCBG_Outcome_Document_and_Chair's_Summary.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

²⁷ 4th Energy Transitions Working Group (ETWG) meeting under India's G20 Presidency to be held in Goa on July 19-20, 2023. **G20**. 18 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/fourth-etwg/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

²⁸ G20 Energy Transitions Ministers' Meeting Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 22 jul. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Energy_Transitions_Ministers%20Meeting_Outcome_Document_and_Chair%20Summary.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

dólares anuais para ações climáticas nas economias em desenvolvimento até 2025 também foi um ponto de dissonância, para além da repercussão sobre a guerra na Ucrânia²⁹.

Já em relação ao encontro dos ministros do Meio Ambiente e Clima, que ocorreu no período de 26 a 28 de julho em Chennai, as discussões foram concentradas na identificação de soluções globais para enfrentar o desafio multidimensional da degradação do clima e do meio ambiente³⁰. O resultado, todavia, foi longe do pretendido. O comissário de Meio Ambiente da União Europeia (UE), Virginijus Sinkevicius, chegou a dizer que os países do G20 "não chegaram a lugar algum" em seus compromissos para lidar com as mudanças climáticas.

O principal impasse foi em relação à mitigação de gases de efeito estufa. Segundo informações disponibilizadas pela mídia e pelo resumo publicado³¹, enquanto os países desenvolvidos do grupo demandam a redução da emissão dos gases até 2025 e o corte em 60% até 2035 em relação aos níveis de 2019, as nações em desenvolvimento argumentam que as metas de mitigação propostas podem limitar o seu crescimento e geração de infraestrutura³². Além disso, países como a Índia, defendem que os gastos para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas não devem ser iguais para todos, de modo que regiões historicamente responsáveis por mais emissões devem arcar com valores superiores aos das economias menos favorecidas³³. Acordos sobre um aumento do uso de energias renováveis e a redução de combustíveis fósseis, especialmente o carvão, também não foram alcançados nesse cenário.

Tais fiascos ocorrem justamente em um momento em que são registrados recordes no consumo de carvão³⁴ e da temperatura em boa parte da América do Norte, Ásia e Europa, segundo dados divulgados pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pela Agência Internacional de Energia (AIE) – algo que apenas reforça a gravidade do cenário em contraste com a falta de ação coletiva. Diante da situação, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, novamente chamou atenção para a responsabilidade do G20 enquanto bloco que reúne 80% das emissões globais de gases do efeito estufa. Guterres disse que “caso o G20 não atue com seriedade para reduzir de forma dramática as emissões, nenhuma outra nação tem como compensar essas consequências”. O secretário-geral também cobrou planos factíveis para

²⁹ G-20 Ministers Fail to Reach Consensus on Fossil Fuels, Russia. **Bloomberg**. 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-07-22/g20-ministers-fail-to-reach-consensus-on-fossil-fuels-russia#xj4y7vzkg>. Acesso em: 30 jul. 2023.

³⁰ 4th Environment and Climate Sustainability Working Group (ECSWG) and Environment and Climate Ministers meeting under India's G20 Presidency to be held in Chennai on July 26-28, 2023. **G20**. 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/ecswg-july/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

³¹ G20 Environment and Climate Ministers' Meeting- Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 28 jul. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/ECMM%20Outcome%20document%20and%20Chair%20Summary%20\(July%2028\)%20FINAL.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/ECMM%20Outcome%20document%20and%20Chair%20Summary%20(July%2028)%20FINAL.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

³² G20 nations fail to agree on emission reduction targets at talks. **Reuters**. 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/no-g20-consensus-emissions-mitigation-targets-talks-source-2023-07-28/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

³³ Reunião ministerial do G20 termina sem acordos sobre a crise climática. **O Globo**. 28 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/clima-e-ciencia/noticia/2023/07/28/reuniao-ministerial-do-g20-termina-sem-acordos-sobre-a-crise-climatica.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2023.

³⁴ A Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou em seu mais recente relatório que o consumo de carvão atingiu níveis recordes em 2022, com 8,3 bilhões de toneladas — 3,3% a mais que no ano anterior.

acabar com o uso de carvão até 2040 e uma atuação firme das instituições financeiras para encerrar empréstimos e investimentos em combustíveis fósseis³⁵.

Imagem 1: Ministros do Meio Ambiente do Brasil e da Índia em encontro da pasta no G20



Fonte: G20, 2023.

Em síntese, é interessante notar que as sucessivas falhas que marcaram a quinzena do bloco não foram resultado apenas das divergências que surgiram com a guerra na Ucrânia. Principalmente com as temáticas trazidas nas discussões da agenda ambiental e de transição energética, fica claro que outro grande problema, ainda tão complexo e mais difícil de ser solucionado, é o impasse entre os interesses globais e nacionais. Ainda que as consequências das mudanças climáticas sejam cada vez mais visíveis e sentidas pela população, o G20 parece não querer responder coletivamente com a celeridade requerida por esses desafios. Dessa forma, com a Cúpula se aproximando e a possibilidade cada vez maior da ausência de um comunicado conjunto dos líderes, é importante ter em mente que as justificativas para um possível fracasso não devem ser ancoradas apenas em um conflito bilateral, já que em muitos dos casos, a responsabilidade da falta de ação é coletiva.

G7 - Discussões entre G7 e G20 avançam com ênfase na cooperação com o Sul Global.

No dia 28/07, no Fórum Índia-Japão, o Ministro de Relações Exteriores japonês Yoshimasa Hayashi elogiou as contribuições do Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, que preside o G20 em 2023, pelo sucesso da última Conferência do G7. Hayashi teceu elogios principalmente às medidas em relação ao meio ambiente e insegurança alimentar ressaltadas

³⁵ Em meio a recorde de calor, ONU pede que G20 leve a sério redução de emissões. **UN News**. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1818222>. Acesso em: 30 jul. 2023.

por Modi. Também reforçou a cooperação entre G7 e Sul Global, e destacou a importância da Conferência do G20 em Nova Delhi para a resolução dos problemas globais: “O Japão, enquanto presidente do G7, enfatizou o fortalecimento do diálogo com o chamado ‘Sul Global’ na Conferência do G7 de Hiroshima deste ano. [...] Desafios globais não podem ser solucionados apenas pelo G7.”³⁶

Ainda durante o evento, o assessor de imprensa do ministério, Yukiko Okano, também declarou que a posição do G7 em relação à Guerra na Ucrânia se manterá, e que cabe à Índia o papel de construir consenso no G20 sobre o tema³⁷. É importante pontuar que todas as reuniões ministeriais do G20 sediadas pela Índia não conseguiram produzir documentos consensuais no tocante à guerra da Ucrânia devido à oposição da Rússia e da China³⁸, o que demonstra o desafio da cúpula de setembro.

No Telegram, o assessor de imprensa da presidência ucraniana Andriy Yermak declarou que, ainda durante esta semana (30/07), a Ucrânia consultará os Estados Unidos a respeito dos termos das garantias de segurança propostas pelo G7 ao país até o momento de conclusão do processo de admissão na Otan. Também revelou que os países do G7 devem se reunir no início de agosto com lideranças do Sul Global em Jeddah, Arábia Saudita para debater a proposta de paz do presidente Volodymyr Zelenskiy para a guerra³⁹.

Já se preparando para a próxima presidência do G7, no dia 27/07, durante visita aos Estados Unidos, a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni declarou que a Ucrânia e a África serão os temas importantes durante sua gestão como presidente do G7, em 2024: “A reconstrução da Ucrânia e a relação com a África serão centrais para a presidência do G7. A Europa e o Ocidente não deram peso suficiente à África no passado”. Após encontro com o presidente americano Joe Biden, a primeira-ministra italiana ressaltou que há um grande apoio dos EUA à futura gestão da Itália no bloco. Em nota conjunta, governos da Itália e EUA condenaram a retirada unilateral da Rússia do acordo de grãos ucranianos, e declararam que “os Estados Unidos e a Itália continuarão a fornecer assistência política, militar, financeira e humanitária à Ucrânia pelo tempo que for necessário, com o objetivo de alcançar uma paz duradoura e justa”.⁴⁰

Ainda, sobre a China, discutiu-se sobre a nova rota da seda chinesa (em inglês: *Belt and Road Initiative*). Isso, pois a Itália, em 2019, foi o primeiro e único país do G7 a aderir à campanha chinesa e o acordo expira em 2024. Meloni afirmou que poderá manter boas relações com

³⁶ Japan minister praises PM Modi's 'inputs' for G7 success in Hiroshima. BUSINESS STANDARD. 2023. Disponível em: https://www.business-standard.com/india-news/japan-minister-praises-pm-modi-s-inputs-for-g7-success-in-hiroshima-123072800972_1.html. Acesso em: 30/07/2023.

³⁷ G7 won't change position on Ukraine, up to India to forge consensus: Japan. HINDUSTAN TIMES. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/g7-won-t-change-position-on-ukraine-crisis-g20-to-forge-consensus-on-leaders-declaration-101690557533262.html>. Acesso em: 30/07/2023.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ukraine to start talks with US on security guarantees. REUTERS. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/ukraine-start-talks-with-us-security-guarantees-senior-official-2023-07-30/>. Acesso em: 30/07/2023.

⁴⁰ Itália focará em Ucrânia e África durante presidência do G7. TERRA. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/italia-focara-em-ucrania-e-africa-durante-presidencia-do-g7,11246371bc540ca47127d42baf7d9135fe31kyrb.html>. Acesso em: 30/07/2023.

Pequim sem fazer parte do pacto, o que demonstra a possibilidade de não renovar a aliança – o que iria ao encontro das ambições de Biden de enfraquecer o BRI⁴¹.



Fonte: Reuters.

OCDE - Gênero e economia internacional em debate na OCDE

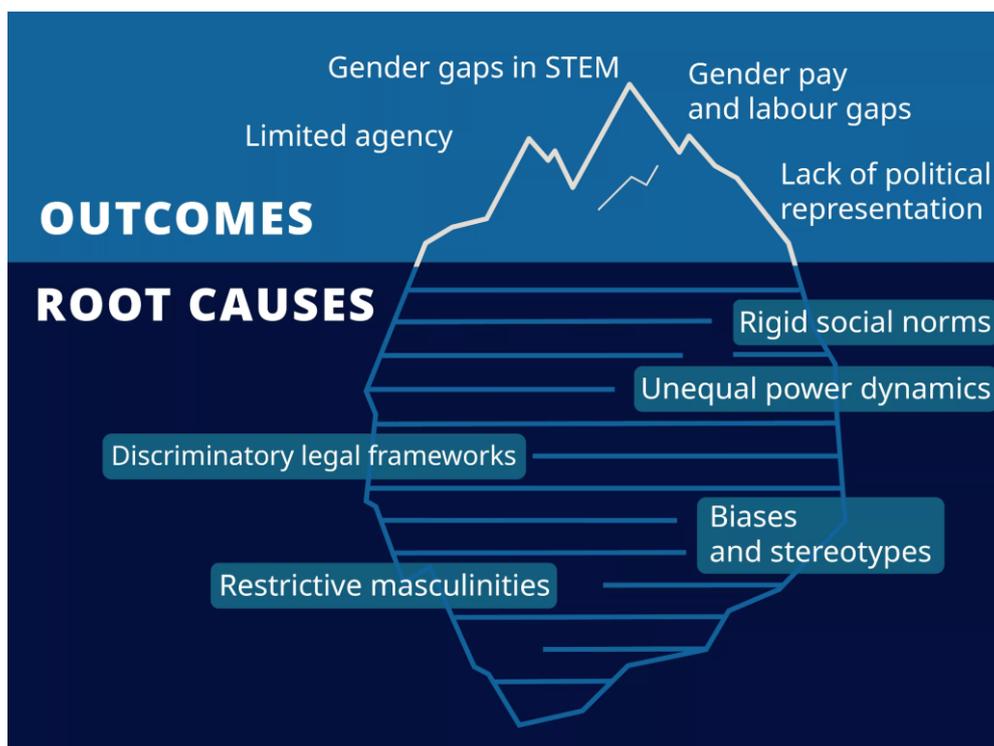
Embora nos últimos anos possa-se observar que muitos países em todo o mundo tenham intensificado seus esforços para enfrentar e dismantelar as barreiras ocultas e profundamente enraizadas ao empoderamento das mulheres, dados recentemente divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que grandes desafios ambientais, econômicos e sociais ameaçam reverter tal tendência e dificultam e protelam o alcance das metas acordadas e defendidas pelo ODS 5. Essa fragilidade é revelada pela publicação “*SIGI 2023 Global Report: Gender Equality in Times of Crisis*”, fruto dos produtos da iniciativa do Índice de Institutos Sociais e Gênero (SIGI, em sua sigla em inglês) da OCDE, que busca identificar, pesquisar e analisar leis (formais e informais), normas, políticas e práticas sociais relacionadas positiva e/ou negativamente aos debates de desigualdade e discriminação baseada em de gênero e que também é uma das fontes oficiais de dados de monitoramento de indicadores do ODS 5⁴².

⁴¹ China tops agenda as Biden meets Italy's Meloni in Washington. REUTERS. 2023. Disponível em: [https://www.reuters.com/world/china-tops-agenda-biden-welcomes-italys-meloni-washington-2023-07-27/#:~:text=WASHINGTON%2FFROM%2C%20July%2027%20\(%20skirting%20differences%20over%20LGBTQ%20rights..](https://www.reuters.com/world/china-tops-agenda-biden-welcomes-italys-meloni-washington-2023-07-27/#:~:text=WASHINGTON%2FFROM%2C%20July%2027%20(%20skirting%20differences%20over%20LGBTQ%20rights..) Acesso em: 30/07/2023.

⁴² OCDE. Gender discrimination inhibits global efforts to tackle the climate crisis, says new SIGI report. OECD [Internet]. 2023 Jul 18 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/gender-discrimination-inhibits-global-efforts-tackle-climate-crisis-sigi.htm>

Baseando-se em informações de 179 países dentre os períodos de 2019 a 2023, a nova versão do relatório global do projeto fornece, dessa forma, um panorama mundial das instituições sociais discriminatórias e de causas fundamentais da desigualdade de gênero, indicando como leis, normas e práticas sociais limitam os direitos e as oportunidades de mulheres e meninas em todos os aspectos de suas vidas e do desenvolvimento heterogêneo da temática em sua escala global – por exemplo, 40% delas continuam a viver em países onde a discriminação baseada em gênero é avaliada pela pesquisa como alta ou muito alta⁴³.

Imagem 1: O iceberg de resultados e causas fundamentais de desigualdades de gênero



Fonte: OCDE, 2023.

Dentre seus diversos pontos tratados e achados, o relatório ainda enfatiza como as instituições discriminatórias restringem o acesso fundamental de mulheres e adolescentes à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, além de lançar luz sobre os impactos desproporcionais de gênero de crises e, especialmente, das mudanças climáticas (quando ocorrem desastres, por exemplo, mulheres e crianças têm 14 vezes mais chances de morrer do que os homens) e destaca como as mulheres podem desempenhar um papel fundamental na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Diante de tal cenário, o estudo culmina em uma série de recomendações concretas de políticas para atores públicos, privados, filantrópicos e da sociedade civil, sendo alguns deles: (i) a promulgação de leis favoráveis à igualdade de gênero e/ou a reforma e alteração às leis que contêm disposições discriminatórias, inclusive informais e consuetudinárias, dando mais ênfase à aplicação da lei; (ii) a transformação de normas sociais discriminatórias em normas equitativas de gênero, incluindo homens e meninos na promoção da igualdade de gênero; (iii) a melhoria

⁴³ OCDE. SIGI 2023 Global Report: Gender Equality in Times of Crisis [Internet]. Paris: Social Institutions and Gender Index, OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/4607b7c7-en>

no acesso à informação sobre a mitigação do risco de desastres e na abordagem dos preconceitos de gênero que limitam as oportunidades das mulheres no setor de energia; (iv) o financiamento em igualdade de gênero no longo prazo, incluindo os principais atores transformadores, como movimentos feministas e organizações que trabalham em nível comunitário; e (v) a promoção de uma melhor coleta de dados e indicadores desagregados por gênero, relevantes para informações de gênero e interseccionais.

Na esteira do debate e complementando os pontos ressaltados pelo índice SIGI, a organização intergovernamental econômica publicou dois estudos com discussões relacionadas. O primeiro é o relatório *“Gender Budgeting in OECD Countries 2023”*⁴⁴, que fornece uma visão geral das práticas de orçamento de gênero nos países membros da OCDE, com base na pesquisa de 2022 sobre orçamento de gênero da OCDE e nas tendências observadas nas versões realizadas nos anos de 2016 e 2018. É feito, desse modo, um balanço no progresso dos países de modo geral no desenvolvimento de uma abordagem de orçamento de gênero eficaz e sustentável e sua implementação sob os aspectos de arranjos institucionais e estratégicos, métodos e ferramentas, ambientes propícios (*enabling environment*), prestação de contas (*accountability*) e transparência e impacto, além de chamar a atenção para desafios e planos para o progresso futuro de tal tipo de orçamento.

Já o *“Toolkit for Mainstreaming and Implementing Gender Equality 2023”*⁴⁵ é um documento com um viés mais prático, focado em auxiliar governos, parlamentos e entidades judiciárias na implementação da Recomendação sobre Igualdade de Gênero na Vida Pública da OCDE. O manual destaca uma série de possíveis ações a serem tomadas pelos atores, falhas a serem evitadas e ferramentas de autoavaliação para orientar e indicar pontos fortes e fracos de políticas, mecanismos e estruturas para a igualdade de gênero e na definição de prioridades. Ademais, complementa a versão online de 2018 do *“Toolkit on Mainstreaming and Implementing Gender Equality”*, introduz conceitos como a interseccionalidade e o futuro do trabalho, expande as seções de orçamento, compras públicas e infraestrutura e fornece as mais recentes lições e boas práticas dos países da OCDE.

Outro destaque durante o período analisado foi a continuidade da discussão acerca da proposta da “Solução de Dois Pilares”. Conforme apontado no último informe⁴⁶, o grupo *“Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting”* (BEPS), uma colaboração entre a OCDE e o G20 e que representa mais de 90% do PIB mundial, tem apresentado um recente progresso em seus esforços para as reformas e atualizações em andamento do sistema tributário internacional⁴⁷ e, nesta quinzena, devido à reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20 que ocorreu em Gandhinagar, Índia, foram apresentadas algumas de suas atualizações e a publicação de uma série de documentos relacionados às mesmas.

⁴⁴ OCDE. Gender Budgeting in OECD Countries 2023 [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/647d546b-en>

⁴⁵ OCDE. Toolkit for Mainstreaming and Implementing Gender Equality 2023 [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/3ddef555-en>

⁴⁶ Para mais informações sobre, consulte o informe de número 12 de 2023 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

⁴⁷ OCDE. OECD reports strong progress to G20 on international tax reforms OECD [Internet]. 2023 Jul 17 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-reports-strong-progress-to-g20-on-international-tax-reforms.htm>

O “*OECD Secretary-General Tax Report to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors*”⁴⁸, por exemplo, destaca o marco histórico alcançado pelos 138 países e jurisdições que concordaram com a Declaração Final (*Outcome Statement*, em inglês), resumindo o pacote de produtos desenvolvidos pelos BEPS sobre os elementos restantes do acordo e outras informações relevantes e correlatas ao projeto e analisando o que foi desenvolvido até então e suas temáticas relacionadas. Além disso, o relatório também destaca o progresso nas iniciativas fiscais e de desenvolvimento e na agenda de transparência fiscal, agregando em si metas e indicadores abordados no estudo “*G20/OECD Roadmap on Developing Countries and International Taxation Update 2023*”⁴⁹, que também foi publicado independentemente na biblioteca virtual da organização. Outro estudo que foi complementar e base para a elaboração do relatório foi o “*Enhancing International Tax Transparency on Real Estate*”⁵⁰, que igualmente foi publicado.

Outra publicação relacionada com a iniciativa de modernização fiscal internacional foi o “*Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy – Subject to Tax Rule (Pillar Two): Inclusive Framework on BEPS*”⁵¹, que aborda principalmente sobre os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia e os planos e estruturas propostos pelo Pilar Dois, como as Regras Globais contra a Erosão de Bases, a Regra de Sujeito a Impostos (STTR, na sigla em inglês) e a taxaço de um imposto mínimo para empresas multinacionais.

Finalmente, houve também no período o lançamento de uma consulta pública referente ao Montante B do Pilar Um, buscando assim a opinião das partes interessadas sobre vários aspectos específicos da estrutura e com o objetivo de, ao seu fim de vigência, de aprovar o relatório final do Montante B até o fim deste ano e incorporar o conteúdo principal nas Diretrizes de Preços de Transferência que a OCDE publicará até janeiro de 2024⁵².

⁴⁸ OECD. *OECD Secretary-General Tax Report to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors: India, July 2023* [Internet]. Paris: OECD, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://www.oecd.org/tax/oecd-secretary-general-tax-report-g20-finance-ministers-india-july-2023.pdf>.

⁴⁹ OCDE. *G20/OECD Roadmap on Developing Countries and International Taxation Update 2023: OECD Report to the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/4fc33451-en>

⁵⁰ OCDE. *Enhancing International Tax Transparency on Real Estate* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/37292361-en>

⁵¹ OCDE. *Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy – Subject to Tax Rule (Pillar Two): Inclusive Framework on BEPS* [Internet]. Paris: OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project, OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://doi.org/10.1787/9afd6856-en>

⁵² OCDE. *GTax challenges of digitalisation: OECD invites public input on Amount B under Pillar One relating to the simplification of transfer pricing rules*. OECD [Internet]. 2023 Jul 17 [cited 2023 Jul 28]. Available from: <https://www.oecd.org/tax/beps/oecd-invites-public-input-on-amount-b-under-pillar-one-relating-to-the-simplification-of-transfer-pricing-rules.htm>

Enquanto o dragão e o urso criam interconexões geoeconômicas, os olhos do mundo se voltam para a próximas negociações de paz e para a 15ª Cúpula dos BRICS

As the dragon and the bear create geoeconomic interconnections, the eyes of the world turn to the next peace negotiation and the 15th BRICS Summit

Claudia Hoirisch

Abstract: *The next BRICS summit will take place on August 22-24 in Johannesburg, South Africa. Among the topics, will be discussed a new currency and a new common payment system. One of the possibilities is that the new currency be called R5, given that all the currencies of the countries in the group start with "R". The R5 will allow current members to increase mutual trade by disregarding the US dollar and reducing their assets in that currency. This is just the first of many practical steps on the long and winding road to de-dollarization. If the idea of creating a common currency for BRICS members really comes to fruition, the New Development Bank (NDB) could become a kind of clearinghouse. There are also proposals on the use of digital financial assets backed by real assets, such as stablecoins. If this happens, BRICS exporters will then have to trade their products against the BRICS stable currency, instead of accepting US dollars. While the eyes of the world will be directed towards a new round of negotiations which will count on the presence of the main BRICS members and will try to put an end to the Ukrainian conflict and, the next BRICS Summit, Beijing and Moscow are making geoeconomic interconnections as a guarantee of security of logistical channels and development.*

Keywords: *BRICS. 15th BRICS Summit. BRICS common currency. BRICS' Clearinghouse. BRI. Development. Peace negotiations.*

Resumo: A próxima cúpula do BRICS será em 22-24 de agosto, em Joanesburgo na África do Sul. Dentre os temas, serão discutidos uma nova moeda e um novo sistema de pagamento comum. Uma das possibilidades é que a nova moeda se chame R5, tendo em vista que todas as moedas dos países do grupo começam com "R". O R5 permitirá que os membros atuais aumentem o comércio mútuo, desconsiderando o dólar e reduzindo suas reservas naquela moeda. Este é apenas o primeiro de muitos passos práticos no longo e tortuoso caminho da desdolarização. Se a ideia de criar uma moeda comum para os membros do BRICS realmente se concretizar, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) pode se tornar uma espécie de câmara de compensação. Também existem propostas sobre o uso de ativos financeiros digitais apoiados em ativos reais, como as moedas-estáveis. Se isto acontecer, os exportadores do BRICS terão então que comercializar seus produtos contra a moeda-estável do BRICS, no lugar aceitar dólares americanos. Enquanto os olhos do mundo estarão direcionados para uma nova rodada de negociações que contará com a presença dos principais membros dos BRICS para tentar pôr fim ao conflito ucraniano e, para a próxima Cúpula dos BRICS, Pequim e Moscou seguem fazendo interconexões geoeconômicas como garantia de segurança de seus canais logísticos e de desenvolvimento.

Palavras-chave: BRICS. 15ª Cúpula dos BRICS. Moeda comum dos BRICS. Câmara de compensação dos BRICS. ICR. Desenvolvimento. Negociações de paz.

A próxima Cúpula de BRICS se aproxima e alguns temas estão no topo da agenda: uma nova moeda, um novo sistema de compensação e critérios utilizados para o ingresso

A próxima cúpula do BRICS será de 22 a 24 de agosto, em Joanesburgo na África do Sul, quando serão discutidos uma nova moeda e um novo sistema de pagamentos comum.

Uma das possibilidades é que a nova moeda se chame R5, tendo em vista que todas as moedas dos países do grupo começam com “R”, renminbi (yuan), rublo, real, rupia e rand. O R5 permitirá que os membros atuais aumentem o comércio mútuo, desconsiderando o dólar e reduzindo suas reservas naquela moeda. Este é apenas o primeiro de muitos passos práticos no longo e tortuoso caminho da desdolarização.

Se a ideia de criar uma moeda comum para os membros do BRICS realmente se concretizar, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) pode se tornar uma espécie de câmara de compensação. Também existem propostas sobre o uso de ativos financeiros digitais apoiados em ativos reais, como as moedas-estáveis. Uma moeda estável pode ser atrelada a uma criptomoeda pareada com o ouro ou alguma cesta de ativos de modo a controlar a volatilidade, a uma moeda fiduciária (emitida por governos e Bancos Centrais e pode existir no formato de cédulas, moedas, ou em meio digital)⁵³, a metais preciosos como ouro e prata, ou a commodities como o petróleo.

Se isto acontecer, os exportadores do BRICS terão então que vender seus produtos contra a moeda-estável do BRICS, no lugar de aceitar dólares americanos.

Mas como agir perante os desequilíbrios dentro do BRICS, que tenderão a proliferar em série com a iminente expansão do BRICS+?

Dentro do BRICS, há questões não resolvidas entre China-Índia, enquanto o Brasil está tendo que lidar com ditames imperiais e o impulso do presidente Lula para fortalecer o Sul Global. A Argentina foi praticamente forçada a adiar seu pedido de admissão para ingressar no BRICS+.

E há a África do Sul. Espremido entre a cruz e a espada, o organizador da cúpula do BRICS optou por não receber o presidente russo, Vladimir Putin, aceitando a presença do seu ministro das relações exteriores, Sergey Lavrov. Isso significa que a Rússia será representada fisicamente por Lavrov, enquanto Putin participará de todo o processo por videoconferência e decisões subsequentes.

São Petersburgo-Xangai via Ártico

A geopolítica liderada pelos BRICS é apenas uma ilusão? Geoeconomicamente, o grupo entrou em um jogo ilustrado por múltiplas interconexões com a Iniciativa do Cinturão e Rota da China (ICR).

O comércio chinês com os países da ICR aumentou 9,8% no primeiro semestre de 2023 - em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso contrasta fortemente com a contração geral de 4,7% do comércio entre a China e o Ocidente.

⁵³<https://www.mercadobitcoin.com.br/economia-digital/criptomoedas/o-que-e-moeda-fiduciaria/#:~:text=Moeda%20fiduci%C3%A1ria%20C3%A9%20aquela%20emitida,por%20outro%20bem%20ou%20ativo>

Enquanto isso, o comércio chinês com a Rússia, juntamente com as exportações para a África do Sul e Cingapura, aumentou em 78%. Por exemplo, no início de julho de 2023, um navio porta-contêineres transportando papel, papelão, produtos químicos, fertilizantes e outros bens zarpou de São Petersburgo e atravessará o Ártico e chegará a Xangai no início de agosto.

Este carregamento é parte de uma operação de rotina da rota de transporte de carga do Ártico entre a Rússia e China e tem a garantia de segurança dos canais logísticos embutidos na parceria estratégica daqueles países.

A Rota da Seda Ártica (China, Rússia, Noruega, Holanda, Venezuela)⁵⁴, a partir de agora, será cada vez mais estratégica. Os chineses podem mantê-la aberta pelo menos de julho a outubro de cada ano. E, como bônus, o aquecimento do Ártico permite um melhor acesso aos recursos de petróleo/gás. Uma marca registrada “ganha-ganha” - não é de admirar que desde 2017 o desenvolvimento da Rota da Seda do Ártico faça parte da ICR.

Tudo o que foi dito acima mostra uma mudança acentuada no impulso comercial chinês em direção ao Sul Global. O comércio com os parceiros da China na ICR agora representa 34,3% do total do comércio global da China em termos de valor – e esse número está aumentando⁵⁵.

Da Ferrovia Usbequistão-Afeganistão-Paquistão (UAP) para a área da Grande Baía (sul da China e oeste da Ásia)

Na frente russa, todos os olhos estão voltados para o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC) multimodal de 7.200 km de extensão – que alarma o oeste coletivo como uma substituição de fato do Canal de Suez. O INSTC reduz os custos de envio em cerca de 50% e economiza até 20 dias de viagem em comparação com a rota de Suez.

O comércio do INSTC – via navio, ferrovia e estradas ligando a Rússia, Irã, Azerbaijão, Índia e Ásia Central – deve triplicar nos próximos sete anos. A Rússia investirá mais de US\$ 3 bilhões no INSTC até 2030.

O aumento do comércio entre a Rússia, o Irã e a Índia por meio do INSTC conecta-se a algo que até recentemente seria considerado impossível: a Ferrovia Trans-Afegã (FTA).

A Ferrovia Trans-Afegã surgirá como uma continuação de algo muito importante que aconteceu na semana passada, quando Usbequistão, Afeganistão e Paquistão (UAP) assinaram um protocolo conjunto para conectar as redes ferroviárias uzbeque e paquistanesa via Afeganistão.

A Ferrovia UAP pode ser saudada como uma ICR e também como um projeto da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) - onde Tashkent e Islamabad são membros plenos e Cabul é um observador.

Esse é um corredor comercial muito necessário. Os uzbeques estimam que a ferrovia de 760 km reduzirá o tempo de viagem em cinco dias e os custos em pelo menos 40%. O projeto pode ser concluído até 2027.

A ferrovia Trans-Afegã subsequente, com 573 km de extensão conectará a interseção da Ásia Central e Meridional aos portos do Mar Árábico.

⁵⁴ <https://new.thecradle.co/articles/how-the-bri-train-took-the-road-to-shangri-la>

⁵⁵ <https://www.yidaiyilu.gov.cn/p/03188EP9.html>

Todos os corredores acima expandem o comércio chinês em várias direções. O que nos leva a uma fascinante simbiose em andamento entre o sul da China e o oeste da Ásia – simbolizada pela área da Grande Baía, que compreende Guangdong-Hong Kong-Macau.⁵⁶

Enquanto o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman turbina seu projeto de modernização *Vision 2030*, para impulsionar o comércio internacional e conectar três continentes - África, Ásia e Europa⁵⁷ -, a área da Grande Baía está sendo saudada pelos sauditas como nada menos que “o futuro da Ásia”.

Pequim pretende transformar a área da Grande Baía em um centro tecnológico global de primeira linha, centrado em Shenzhen, com Hong Kong desempenhando o papel de centro financeiro global privilegiado e Macau como centro cultural.

A área da Grande Baía, não por acaso, é uma plataforma chave da ICR. Como um todo, as nove cidades de Guangdong, além de Hong Kong e Macau (mais de 80 milhões de pessoas, 10% do PIB chinês), serão configuradas como uma potência econômica surpreendente de primeira classe até 2035, ultrapassando em grande parte a Baía de Tóquio, a área metropolitana de Nova York e a área da baía de São Francisco.

Com o objetivo da Arábia Saudita de se tornar um membro pleno da ICR e da OCX, Pequim e Riad turbinarão sua cooperação tecnológica além de energia e infraestrutura.

Enquanto a China vai criando interconexões, em agosto, todos os olhos estarão voltados para a próxima Cúpula na África do Sul.

A dúvida é como o BRICS trabalhará para resolver seus problemas internos enquanto organiza a expansão para o BRICS+. Quem vai entrar no grupo? Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Cazaquistão, Argélia? Dois grandes países do BRICS, China e Rússia, continuam investindo no ingresso de países e tem dezenas de países fazendo fila para ingressar no “Expresso BRICS”.

O relatório do Valdai Club pesou os prós e os contras de três cenários envolvendo possíveis futuros candidatos do BRICS+:

Primeiro, nações que foram convidadas por Pequim para fazer parte da cúpula do BRICS 2017 (Egito, Quênia, México, Tailândia, Tadjiquistão).

Em segundo lugar, as nações que participaram da reunião de chanceleres dos BRICS em maio de 2022 (Argentina, Egito, Indonésia, Cazaquistão, Nigéria, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Senegal, Tailândia).

Em terceiro lugar, as principais economias do G20 (Argentina, Indonésia, México, Arábia Saudita, Turquia)⁵⁸.

⁵⁶ A Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau compreende as duas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, e os nove municípios de Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Foshan, Huizhou, Dongguan, Zhongshan, Jiangmen e Zhaoqing em Província de Guangdong. A área total é de cerca de 56 000 km². O Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong (SARG) e o SARG de Macau, possui população total superior a 86 milhões e o PIB é superior a RMB 13 trilhões em 2022.

⁵⁷ <https://www.vision2030.gov.sa/v2030/overview/>

⁵⁸ BRICS+: the Global South responds to new challenges (in the Context of China’s BRICS Chairmanship). <https://valdaiclub.com/a/valdai-papers/valday-paper-118/>

E ainda tem o Irã, que já demonstrou interesse em ingressar no BRICS⁵⁹.

Brasil vai participar com principais membros dos BRICS de nova negociação sobre paz na Ucrânia na Arábia Saudita

O Brasil vai participar de uma reunião pela paz na Ucrânia, que ocorrerá na Arábia Saudita em 5 e 6 de agosto. Diplomatas do Itamaraty confirmaram que negociações neste sentido foram realizadas nos últimos dias. A escolha do país árabe para esta reunião buscava, favorecer uma possível participação da China, que mantém boas relações com Moscou e também com Riad.

Cerca de 30 países devem participar, inclusive alguns dos principais membros dos BRICS e o governo norte-americano.

A esperança é que o encontro possa conduzir o grupo a pensar em certos princípios que deveriam ser considerados em um eventual plano de paz.

Desde que tomou posse, o presidente Lula tem insistido em se apresentar como um possível interlocutor entre russos e ucranianos. Mas o projeto tem sofrido resistência, principalmente por parte de americanos e alguns europeus.

O governo Lula enviou seus emissários tanto para Kiev como para Moscou, mas o próprio presidente brasileiro chegou a alertar ao presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que não existe uma negociação de paz com base na tentativa de Kiev de impôr seu plano como a única saída para a crise.

No fim de junho, o Brasil já havia participado de uma iniciativa semelhante, com representantes dos países do G7, emergentes e os ucranianos.

Durante o encontro, realizado na Dinamarca, o governo de Kiev tentou aprovar uma declaração final na qual os participantes sinalizavam apoio a trechos do plano de paz dos ucranianos. Mas a ideia não prosperou, em especial diante da resistência dos países emergentes, incluindo o Brasil. Naquele momento, o representante do Brasil, Celso Amorim, indicou que a aprovação do documento não seria produtiva e qualquer ideia de paz precisa nascer de conversas entre russos e ucranianos. Há de haver cedências de ambas as partes. No encontro na Dinamarca, a ausência do conselheiro nacional de Segurança dos EUA, Jake Sullivan, acabou prejudicando a ambição da reunião. O norte-americano optou por permanecer em Washington diante do motim que se registrava na Rússia naqueles dias, liderado por grupo Wagner.

Por enquanto, o processo ainda não será transformado em uma reunião de cúpula de chefes de Estado, mas não se descarta que, no futuro, o grupo possa ganhar tal dimensão.

⁵⁹<https://www.reuters.com/world/middle-east/iran-applies-join-brics-group-emerging-countries-2022-06-27/>

América Latina entre a queda do apoio a democracia e a abertura de oportunidades com a EU

Latino America: entre la perdida del apoyo a la democracia y la apertura de oportunidades con la EU

Sebastián Tobar

Miryam Minayo

Samia de Brito

Resumen. *En este informe reflexionamos sobre los impactos de la III Cumbre de la CELAC-Unión Europea en la región. A la luz del informe Latinobarómetro 23, reflexionamos sobre los resultados señalados y posibles interpretaciones en América Latina. En el ámbito de América del Sur, se ha realizado en Santiago de Chile el Encuentro de Recursos Humanos en Salud, dando los primeros pasos hacia la medición del Plan de Acción de Recursos Humanos en los países de América del Sur. Ya en los últimos momentos previos a la Cumbre de Jefes de Estado de los países amazónicos, la OTCA promovió un evento de los líderes indígenas de la Amazonía y especialistas para la articulación de una Estrategia Regional Amazónica de Los Pueblos Indígenas y el clima cambiante. Finalmente, el informe apunta a un evento organizado por el SELA sobre las cadenas productivas en América Latina y su impacto en la integración y el comercio.*

Palabras-clave: *Latino America; Integración; Salud*

Resumo. Neste informe discutimos os impactos da III Cúpula da CELAC- União Europeia na região. À luz do relatório Latinobarómetro 23, refletimos sobre os resultados apontados e possíveis interpretações. No âmbito da América do Sul, foi realizada, em Santiago do Chile, a Reunião sobre Recursos Humanos em Saúde com o intuito de dar os primeiros passos para a avaliação medição do Plano de Ação de Recursos Humanos nos países da América do Sul. Já próximo a realização da Cúpula de Chefes de Estado dos países amazônicos, a OTCA promoveu evento com lideranças indígenas da Amazônia e especialistas para articulação uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e mudança climática. Finalmente, o informe apresenta um evento organizado pela SELA sobre os encadeamentos produtivos na América Latina e sua repercussão na integração e comércio.

Palavras-chave: América Latina; Integração; Saúde

III Cimeira da Celac- União Europeia

Passada a referida Cúpula, a pergunta que fica é: quais são seus resultados para a região? A reunião revelou uma falta de acordos e projetos tangíveis e destacou as diferentes preocupações que prevalecem em ambas as regiões.

Frenkel, A (2023)⁶⁰ aponta que:

O renovado interesse da UE na América Latina e no Caribe pode ser explicado por uma série de fatores sistêmicos que têm limitado a margem de manobra do Velho Continente em assuntos internacionais: (1) a declínio da Europa como potência global -expressa, entre outras coisas, na diminuição de seu poderio econômico e militar-; (2) o avanço da China e sua disputa com os Estados Unidos; (3) A guerra na Ucrânia e (4) os processos de transição energéticos e digitais.

Mesmo que a ALC e a UE não compartilhem da mesma preocupação com o avanço da China ou a invasão da Ucrânia pela Rússia, a invasão russa da Ucrânia tornou-se uma oportunidade para a Europa e especialmente os Estados Unidos tentarem reforçar os valores da ordem liberal global e assim traçar uma fronteira mais assertiva entre um Ocidente democrático e aberto ao diálogo e poderes autoritários e belicosos, como a China e a Rússia⁶¹.

Conforme disse o Alto Representante da UE para a Política Externa, Josep Borrell⁶², a sua missão é dar uma forma política renovada ao sentimento de comunidade que une a Europa e a América Latina e Caribe (ALC).

Segundo Borrell, "Um sentimento forjado pelo movimento de milhões de pessoas de um lado ao outro do Atlântico, unidos por uma história de línguas e culturas comuns. E para isso, a recente III Cimeira da UECELAC, que reuniu em Bruxelas os líderes de 60 países, quase um terço dos membros das Nações Unidas, 14% da população e 21% do PIB mundial", relança uma parceria estratégica e um grande passo diplomático.

O referido funcionário enfatizou que ainda há muito trabalho para promover uma agenda compartilhada mutuamente benéfica para as duas regiões. Perante uma estagnação de projetos e acordos de associação e comerciais, a UE pretende ser um ator importante, face a uma China que aumenta os seus investimentos na região.

A modernização da relação UE-CELAC visa trazer resultados promissores para a próxima IV Cúpula, que será realizada na Colômbia em 2025. Resta saber quanto dos mais de 45 bilhões de euros em investimentos de seus estados membros, que a UE prometeu até 2027 nos países da CELAC, serão efetivados. Segundo Ursula Von Leyern "Mais de 135 projetos já estão em andamento, desde hidrogênio limpo até matérias-primas críticas, desde a expansão de redes de cabos de dados de alto desempenho até a produção das vacinas de RNA mais avançadas⁶³"

Esses investimentos da UE na região buscam neutralizar o avanço da China em espaços econômicos e comerciais que a Europa e os Estados Unidos não conseguem mais preencher.

⁶⁰ Frenkel A. La cumbre UE-Celac: ¿un acercamiento sin acuerdos? [Internet]. Nueva Sociedad | Democracia y política en América Latina. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://www.nuso.org/articulo/ue-celac/>

⁶¹ Como já apontamos em CADERNOS anteriores, alguns países da região expressaram suas críticas à democracia e aos direitos humanos para denunciar atitudes colonialistas e intervencionistas na Europa. A estreita relação que países como Cuba, Nicarágua e Venezuela mantêm com a Rússia foi um dos fatores que dificultaram a tentativa do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, de comparecer à Cúpula como convidado.

⁶² Borrell J. UE-Celac: evitar otra década perdida [Internet]. Clarín. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: https://www.clarin.com/opinion/ue-celac-evitar-decada-perdida_0_JFWnmQRSMR.html

⁶³ Llorente E. Cumbre UE y Celac: señales políticas después de ocho años de silencio [Internet]. Página | 12. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://www.pagina12.com.ar/568893-cumbre-ue-y-celac-senales-politicas-despues-de-ocho-anos-de->

Cabe destacar que mais de 20 países latino-americanos e caribenhos aderiram formalmente à Iniciativa do Cinturão e Rota. Da mesma forma, em 2022, o intercâmbio comercial entre a China e a América Latina atingiu 437 bilhões de euros (11% a mais que no ano anterior) e Pequim se posicionou como o principal parceiro comercial de países como Brasil, Chile e Peru⁶⁴

Nos bastidores da III Cúpula, o Presidente Lula⁶⁵ afirmou que a reunião foi “extremamente exitosa” e que “o fato de fazermos a reunião entre CELAC e União Europeia com a participação de 60 países, demonstrou de forma inequívoca o interesse da União Europeia voltar aos seus olhos a América Latina”.

Um dos temas que mais gerou expectativas foi o Acordo entre o MERCOSUL e a EU. Ainda que não apresentasse avanços concretos, foi discutido nos bastidores da Cúpula. Em particular, o Presidente Lula tem se demonstrado bastante otimista sobre a finalização do acordo ainda este ano. “Pela primeira vez estou otimista de que a gente vai concluir este acordo ainda este ano. Estou tão otimista que já estou dizendo “ainda este ano”, brincou o presidente.

Tudo indica que o clima de aproximação entre a UE e a América Latina e o Caribe, suscitado pela Cúpula, agregou vontade política e pressionou por importantes concessões econômicas da parte europeia para viabilizar um acordo com o MERCOSUL. Se efetivado, o acordo UE-MERCOSUL criará a maior área de livre comércio do mundo, o que possibilita uma grande oportunidade para ambas as regiões.

A "cláusula ambiental" do acordo, promovida pela EU, é um dos maiores obstáculos ao seu progresso. Vale ressaltar que em nossa região muitos se posicionam como "credores ambientais", expressando as "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" em relação às mudanças climáticas e reivindicando mecanismos de financiamento para realizar ações efetivas contra o aquecimento global aos países desenvolvidos (e mais poluentes).

Em conclusão, a III Cimeira estabeleceu um diálogo entre a ALC e a UE que parece auspicioso e que poderá envolver a cooperação para enfrentar desafios comuns como a luta contra as mudanças climáticas, a reconversão energética e digitais, entre outros. No entanto, a Cúpula também deixou claro que há prioridades que não são compartilhadas entre ambas as regiões, como por exemplo, alinhamentos geopolíticos contra a China ou a Rússia.

O Relatório Latinobarômetro 2023 destaca a queda no apoio à democracia e aumento do apoio ao autoritarismo

Na última sexta-feira, o Latinobarômetro⁶⁶ lançou seu relatório de 2023. O documento mostra que a democracia vem perdendo força na América Latina. Peru em crise política e

⁶⁴ De fato, pode ser afirmar que a América Latina deixou de ser o "quintal da Casa Branca" para se tornar o "quintal da China". Ou pelo menos a China comprou muitos dos azulejos para esse pátio, tornando-se o credor de emergência para os países que estão tendo mais dificuldade em acessar empréstimos convencionais, como os do FMI ou do Clube de Paris.

⁶⁵ Para Lula, cúpula CELAC-União Europeia foi “extremamente exitosa” [Internet]. Planalto. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/para-lula-cupula-celac-uniao-europeia-foi-201cextremamente-exitosa201d>

⁶⁶ O Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que aplica anualmente cerca de 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos que representam mais de 600 milhões de habitantes. A Latinobarómetro Corporation é uma ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago do Chile, a única responsável pela produção e publicação dos dados.

A Corporação Latinobarômetro investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo, por meio de indicadores de opinião pública que medem atitudes, valores e

institucional. Equador em situação parecida, adicionada a questão da insegurança. As polêmicas eleições na Guatemala. Por fim, os arroubos autoritários e violações dos direitos humanos na Nicarágua e na Venezuela.

Segundo o Latinobarômetro, os processos democráticos na América Latina estão perdendo força e apoio entre a população. O estudo indica que 48% da população do continente apoia a democracia, com uma queda de 15% em relação a 2010.

Há países onde a democracia foi ainda mais degradada, abrindo as portas para ideias populistas e ao autoritarismo.

Os países em que se observa uma maior perda de apoio à democracia são: Venezuela (-12%); Costa Rica (-11%); Guatemala (-8%) e México (-8%).

Observa-se que além da diminuição do apoio a democracia, também parece existir uma inclinação ao autoritarismo e um aumento da insatisfação social. Agora, é preciso diferenciar: o apoio, a satisfação e os desejos pela democracia.

Em relação ao desejo de democracia, mesmo que a democracia tenha problemas, ela é o melhor sistema de governo. Para além do comparecimento às urnas e escolhas de representantes, os processos democráticos geram grandes expectativas de resultados para governos democraticamente eleitos. O estudo aponta que a queda da democracia está relacionada à crise econômica que aumentou as desigualdades sociais e a pobreza e “a deficiência da democracia para produzir bens políticos que a população reivindica, principalmente igualdade perante a lei, justiça, dignidade, distribuição justa de renda”.

Entre os países com maior apoio à democracia está o Uruguai, com 69%, a Argentina, com 62%, o Chile com 58% e a Venezuela com 57%.

De acordo com o referido estudo, os 5 países com maior apoio ao autoritarismo são:

✓ México	33%
✓ Paraguai	27%
✓ Guatemala	23%
✓ República Dominicana	21%
✓ Equador	19%

O Uruguai aparece como o país com menor apoio ao autoritarismo, apenas 9%.

Esse suposto apoio ao autoritarismo pode estar relacionado a demandas de segurança. A insegurança nos países latino-americanos abre espaço para “soluções” a partir de uma “mão forte” no combate ao crime, na prevenção do crime e na reorganização social. A segurança é percebida pela população como uma das principais necessidades e parece andar de mãos dadas com o desencanto da população com a democracia.

O estudo do Latinobarômetro parece indicar que a população latino-americana deseja viver em democracia, mas a percepção é de que seus frutos (entendidos como o desempenho dos governos e suas políticas públicas) não são os esperados.

comportamentos. Os resultados são utilizados por atores sociopolíticos da região, atores internacionais, governos e mídia. <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

A forte crise econômica e social na América Latina causada pela pandemia e as consequências da Guerra da Ucrânia podem ser um fator explicativo para a perda de força da democracia. As grandes expectativas da população neste cenário de aumento da pobreza, do desemprego e da insegurança alimentar fazem com que a população espere respostas dos governos e das políticas públicas, muitas vezes impotentes ou, ao contrário, mais preocupados com políticas de ajuste ou austeridade fiscal. O desencanto exacerbou a polarização e a insatisfação das sociedades latino-americanas.

Se observarmos nos últimos 4 anos, em quase todas as eleições nacionais dos países latino-americanos, a oposição venceu, seja pela direita ou pela esquerda. Talvez um caso que refute essa hipótese seja o Paraguai. Ao contrário do que nos entusiasmava com uma tendência ao progressismo no voto latino-americano, observa-se que a população cada vez mais exige e se desespera na busca de alternativas para seus problemas sociais e a questão da segurança. O problema é quando essa alternativa não dá os resultados esperados ou no tempo desejado, a culpa não é da democracia, mas do desempenho insuficiente dos governos.

Voltando ao estudo do Latinobarômetro, um ponto que deve chamar a atenção dos governos da região é que apenas 43% dos jovens entre 16 e 25 anos apoiam a democracia, enquanto os maiores de 61 anos apoiam a democracia em 55%. Essa opinião fica evidente nos últimos processos eleitorais na região, quais se observa uma clara apatia dos jovens e descrença na política como solução para seus problemas com votos em branco, abstenções ou interesse em candidatos com soluções messiânicas.

Reunião Sul-Americana de Recursos Humanos em Saúde⁶⁷

De 25 a 26 de julho deste ano, foi realizado na cidade de Santiago do Chile o Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos em Saúde. A reunião, que contou com a participação de todos os pontos focais representantes das áreas de recursos humanos em saúde dos países da América do Sul, com exceção da Guiana e do Suriname, teve os seguintes objetivos:

- Elaborar a medição do Plano de Ação de Recursos Humanos nos países da América do Sul.
- Gerar um espaço de troca de experiências sobre os temas identificados no Plano de Ação e no processo de diálogo a partir do Estudo de Caso.
- Apoiar, a partir do Programa Sub-regional para a América do Sul, a realização da reunião do Comitê Andino de Recursos Humanos em Saúde.

A Reunião reconhece como pano de fundo, que em setembro de 2017, a 29ª Conferência Sanitária Pan-Americana aprovou a Estratégia de Recursos Humanos para o Acesso Universal à Saúde e Cobertura Universal de Saúde. A Estratégia propõe três linhas de ação que orientam os Estados Membros no desenvolvimento de políticas e planos de recursos humanos, de acordo com o contexto nacional de cada um. As linhas de atuação são as seguintes:

1. Fortalecer e consolidar a governança e gestão dos recursos humanos para a saúde.
2. Desenvolver condições e capacidades de recursos humanos em saúde para ampliar o acesso e a cobertura de saúde com equidade e qualidade.
3. Articular com o setor educacional a resposta às necessidades dos sistemas de saúde em transformação rumo ao acesso universal à saúde e à cobertura universal de saúde.

⁶⁷ SE-COMISCA participa en Reunión Sudamericana de Recursos Humanos para la Salud [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-reunion-sudamericana-de-recursos-humanos-para-la-salud_1_132490.html

Além disso, o 56º Conselho Diretor da OPAS aprovou em setembro de 2018 o “Plano de Ação de Recursos Humanos para o Acesso Universal à Saúde e Cobertura Universal de Saúde 2018-2023”. O Plano propôs um conjunto de objetivos prioritários para cada linha de ação que foram construídos a partir do trabalho conjunto com os Estados membros, a partir de um processo de priorização dos conteúdos da Estratégia, realizado em reuniões sub-regionais. Esses objetivos buscam avançar com mais agilidade no roteiro proposto pela estratégia e facilitar a elaboração de roteiros adequados às suas realidades locais.

Durante a pandemia da COVID-19, foi realizada a primeira medição do andamento do Plano de Ação, adaptando a metodologia de monitoramento ao contexto que os países vivenciavam devido à crise sanitária. A última medição deve ser feita em 2023 para posterior elaboração do relatório final a ser apresentado aos órgãos diretivos da OPAS.

Também durante a pandemia, o Programa Sub-regional da OPAS para a América do Sul, juntamente com a OMS, desenvolveu estudos de caso sobre "O impacto da COVID-19 nos RHS e a resposta política" em 5 países da América do Sul (Equador, Colômbia, Peru, Chile e Bolívia). O documento analisa o impacto do COVID-19 nos profissionais de saúde e a resposta política dos países estudados.

SE-COMISCA participa em Reunião Sul-americana de Recursos Humanos para Saúde⁶⁸

A SE-Comisca, na pessoa de sua secretária executiva Alejandra Navarro, participou da reunião realizada pela OPAS/OMS, entre os dias 25 e 26 de julho, sobre recursos humanos em saúde e do comitê andino de recursos humanos para a saúde. Os objetivos da reunião foram: preparar a avaliação do Plano de Ação de Recursos Humanos nos países da América do Sul, propiciar um intercâmbio de experiências sobre o Plano de Ação e os Estudos de Caso sul-americanos.

Os Estudos de caso foram realizados na pandemia através do Programa Sub-regional para América do Sul e levantou informações sobre o impacto da COVID na saúde dos trabalhadores e resposta política em 5 países da região (Equador, Colômbia, Peru, Chile e Bolívia). Os diálogos, patrocinados pela OPAS/OMS, a partir dos estudos de caso foram importantes para apoiar os países sul-americanos a desenharem e implementarem estratégias para lidar com os problemas enfrentados pelo pessoal da área da saúde em emergências sanitárias.

A presença do COMISCA pode estimular que iniciativas como essas possam ser replicadas também em países da América Central e República Dominicana.

OTCA reúne líderes de 8 países para moldar a Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas⁶⁹

A OTCA promoveu evento nos dias 19 e 22 de julho com a participação de líderes indígenas da Amazônia e especialistas de diversas áreas com o objetivo de elaborar recomendações para articulação e desenho de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e mudança climática.

⁶⁸ SE-COMISCA participa en Reunión Sudamericana de Recursos Humanos para la Salud [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-reunion-sudamericana-de-recursos-humanos-para-la-salud_1_132490.html

⁶⁹ OTCA reúne líderes de 8 países para moldar a Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: <http://otca.org/pt/otca-reune-lideres-de-8-paises-para-moldar-a-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas/>

O evento faz parte do plano de trabalho do projeto, apoiado pelo Programa Euroclima da União Europeia, para criar uma Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas sob a égide dos mandatos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e do Acordo de Paris, que reconhece a necessidade da inclusão de comunidades indígenas no processo de elaboração e implementação de ações/estratégias para os processos de adaptação e mitigação climática.

Palestras, trabalhos em grupos e diálogos foram atividades propostas para o compartilhamento de experiências em diferentes áreas temáticas que evidenciam a contribuição de saberes indígenas, dentre eles: segurança alimentar, conservação e valorização da floresta, transmissão de conhecimentos ancestrais etc. O resultado dos debates constituirá material disponível para o desenho de ações prioritárias na Amazônia e conformação da Plataforma Regional, instância de articulação permanente de diálogo na região.

SELA participou do Encontro Inter secretarias: Encadeamento produtivo na América Latina e sua repercussão na integração e comércio⁷⁰

O evento “Encontro Intersecretarias: Encadeamentos produtivos na América Latina e sua repercussão na integração e no comércio” foi resultado da organização da SELA e de diversos mecanismos de integração da região como ALADI, MERCOSUL, AEC, SICA, CAN, CARICOM, ALBA-TCP e OTCA.

O Secretário permanente da SELA, Clarems Endara, reafirmou no evento a necessidade de maior convergência e cooperação entre os mecanismos de integração e destacou a aliança intersecretarias como uma forma de criar maior proximidade e para enfrentar desafios comuns. Além disso, lembrou que maior cooperação pode ajudar na identificação de desafios e oportunidade para os mecanismos.

Na mesma ocasião, o secretário geral da ALADI destacou que o maior desafio da região sobre o encadeamento produtivo é que as grandes cadeias de valor integradas verticalmente estão orientadas ao caráter comercial e não a inclusão social. E afirmou que é importante os mecanismos trabalharem para facilitar o comércio e convertê-lo em instrumento de integração social.

Primeira Cúpula Latinoamericana e caribenha para uma tributação global inclusiva, sustentável e equitativa⁷¹

Nos dias 27 e 28 de julho, foi realizada, em Cartagena -Colômbia, a Primeira Cúpula Latino Americana e Caribenha para tributação inclusiva, sustentável e equitativa. O principal objetivo da Cúpula foi discutir e harmonizar a reforma na estrutura fiscal dos países da região, uma das regiões mais desiguais do mundo em termos de distribuição de riqueza.

Brasil, Colômbia e Chile lideraram a criação de uma nova plataforma regional para cooperação tributária. A Declaração de Cartagena das Índias reconheceu que a ação comum dos

⁷⁰ Clarems Endara: Requerimos una convergencia cooperativa entre los mecanismos de integración [Internet]. Sela.org. [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/90308/clarems-endara-requerimos-una-convergencia-cooperativa-entre-los-mecanismos-de-integracion>

⁷¹ Brasil participa da criação de iniciativa latino-americana e caribenha para tributação inclusiva, sustentável e equitativa [Internet]. Ministério da Fazenda. 2023 [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-participa-da-criacao-de-iniciativa-latino-americana-e-caribenha-para-tributacao-inclusiva-sustentavel-e-equitativa>

países da América Latina facilita a troca de informações e reduz a competição tributária. Ainda reforça o compromisso da região em gerar conhecimento e propor soluções para os desafios na área tributária.

A plataforma será secretariada pela CEPA e promoverá encontros regulares e cúpulas anuais.

O 4º golpe militar na África Ocidental

The 4th military coup in West Africa

Augusto Paulo

Tomé Cá

Manuel Mahoche

Felix Rosenberg

Abstract. *This report brings the aftermath of what was the HLPF to Africa and Timor-Leste when it comes to Voluntary National Reviews. We selected three countries from the African continent, representative of West, Central and Eastern Africa, who shared their experiences, some successes, challenges, and lessons learned focusing on the SDGs. We have also included Timor-Leste because it was one of the few CPLP Member States that presented its VNR in a dense report this year. CDC Africa has just launched a Regional Integrated Surveillance Network and Laboratory for Southern Africa to effectively address public health issues and strengthen integrated disease surveillance and response. CDC Africa, WHO, and the Robert Koch Institute of Germany have launched a partnership on health security to strengthen disease surveillance and information system. 14 representative reports from some Member States on the antimicrobial resistance situation have been published. We echoed the results of the Second Russia-Africa Summit with the presence of historic allies, but with great Western pressure to discourage the participation of African nations. The war in Sudan, the resulting severe humanitarian crisis and the weak response of the international community were also highlighted. A fourth military coup occurred this time in Niger that deposed a democratically elected president and suspended the constitution of that Sahel State.*

Keyword: *HLPF. Africa CDC. Russia. Sudan. Niger.*

Resumo: Este informe traz o rescaldo daquilo que foi o HLPF para África e Timor-Leste no que toca a Revisões Nacionais Voluntárias. Selecionamos três países do continente, representativos da África Ocidental, Central e Oriental, que partilharam suas experiências, alguns sucessos, desafios e lições aprendidas com foco nos ODS. Incluímos também Timor-Leste porque foi dos poucos Estados-Membros da CPLP que apresentou este ano a sua VNR num denso relatório. O CDC África acaba de lançar uma Rede Regional de Vigilância Integrada e Laboratório para a África Austral para abordar eficazmente as questões de saúde pública e fortalecer a vigilância e resposta integradas às doenças. O CDC África, a OMS e o Instituto Robert Koch da Alemanha, lançou uma parceria sobre segurança em saúde para fortalecer a vigilância de doenças e sistema de informação. Foram publicados 14 relatórios representativos de alguns Estados-Membros sobre a situação da resistência antimicrobiana. Repercutimos os resultados da II Cúpula Rússia-África com a presença de aliados históricos, mas com grande pressão ocidental para desencorajar a participação das nações africanas. Também mereceu destaque a guerra no Sudão, a conseqüente grave crise humanitária e fraca resposta da comunidade internacional. Um quarto golpe militar ocorrido, desta vez no Níger, depôs um presidente democraticamente eleito e suspendeu a Constituição desse Estado do Sahel.

Palavras-chave: HLPF. CDC África. Rússia. Sudão. Níger.

FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL - Revisões nacionais voluntárias

Como parte de seus mecanismos de acompanhamento e revisão, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incentiva os Estados-Membros a realizar revisões regulares e inclusivas do progresso nos níveis nacional e subnacional, que são liderados por países. Espera-se que essas revisões nacionais sirvam de base para as revisões regulares do Fórum Político de Alto Nível (HLPF), que se reuniu recentemente sob os auspícios do ECOSOC.

Tal como estipulado no ponto 84 da Agenda 2030, as revisões regulares pelo HLPF devem ser voluntárias, lideradas pelo Estado, realizadas por países desenvolvidos e em desenvolvimento, e devem fornecer uma plataforma para parcerias, incluindo através da participação de grandes grupos e outras partes interessadas relevantes.

As Revisões Nacionais Voluntárias (VNR , *Voluntary National Reviews*) visam facilitar a partilha de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vista a acelerar a implementação da Agenda 2030. As VNR também procuram fortalecer as políticas e instituições dos governos e mobilizar o apoio de múltiplos *stakeholders* e parcerias para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para o fim deste informe, o nosso grupo selecionou alguns países representativos das regiões que vem acompanhando.

Burkina Faso (África ocidental)

O Burkina Faso se prestou novamente a este exercício, após o de 2019. Ao se comprometer com a produção do Segundo Relatório Nacional Voluntário, o governo quis, apesar dos múltiplos desafios que o país enfrenta, a relatar a implementação dos ODS. Este Relatório constitui uma oportunidade para o país se interrogar sobre os esforços necessários para estar à altura da agenda 2030. Foi preparado de forma participativa, interativa e inclusiva. A implementação dos ODS ocorreu em um contexto difícil, marcado pelo rescaldo da crise de segurança e pelas mudanças na governança política a nível nacional, e a nível internacional pelo surgimento da Covid-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Por outro lado, a situação de segurança provocou uma crise humanitária sem precedentes, com um número de pessoas deslocadas internas estimado em 1.999.127 em 28 de fevereiro de 2023, dos quais 58,42% são crianças, 23,97% mulheres e 17,61% homens.

Apesar deste contexto difícil, a economia do Burkina Faso mostrou-se resiliente. Na realidade, a taxa de crescimento da economia evoluiu a uma taxa média anual de 5,2% no período de 2016-2022. No entanto, os efeitos da Covid-19 foram sentidos em 2020 por uma perda de crescimento (-3,8 pontos percentuais), uma queda nas receitas fiscais (-3,4%) e um aumento do déficit orçamental (-5,2%). Além disso, a avaliação da implementação dos ODS 6 e 7 mostra que foram alcançados resultados satisfatórios. Assim, o país registrou uma melhoria no acesso à água potável, que passou de 71,9% em 2016 para 76,3% em 2021. Estes avanços foram impulsionados pela iniciativa " Zero trabalho pesado de água (*zéro corvée d'eau*)", lançada em 2016, que permitiu fortalecer as intervenções e disponibilizou assim um grande número de trabalhos hidráulicos.

O país também está registrando uma melhoria na cobertura geográfica em eletricidade (33,32% em 2015 para 49,29% em 2021) e na taxa de acesso à eletricidade em nível nacional suportada pela energia solar. Em 2018, o acesso doméstico à eletricidade foi estimado em 53,4%

(24,4% para eletricidade em rede 29,0% para energia solar ou grupo gerador). É também de notar uma melhoria das energias renováveis na produção total de energia/eletricidade de rede (9,4% em 2015 para 24,29% em 2021) graças ao desenvolvimento de projetos solares.

No entanto, a avaliação dos ODS 9 e 11 permanece mista. É de notar uma degradação da rede rodoviária, apesar dos esforços de reabilitação empreendidos desde 2017 (30% de estrada em bom estado em 2016 contra 25% em 2021) e uma diminuição da contribuição da indústria transformadora para o PIB. Quanto à urbanização, teve impacto no desenvolvimento do acesso de todos à habitação e dos serviços de base nas cidades.

O país enfrenta uma série de desafios para a aceleração dos objetivos de desenvolvimento, cujo principal continua a ser a crise de segurança que afetou os progressos realizados pelo Burkina Faso na implementação dos ODS. A este desafio fundamental, podemos acrescentar:

- ❖ o controlo da demografia para a obtenção do dividendo demográfico;
- ❖ a mobilização dos recursos internos e externos para responder às necessidades cada vez mais crescentes de segurança, de ajuda humanitária e de desenvolvimento;
- ❖ a redução das desigualdades e das disparidades persistentes apesar das políticas públicas aplicadas nos últimos anos;
- ❖ o reforço da ação com vista a promover a pesquisa na execução dos ODS;
- ❖ a dinamização dos sectores-chave para a economia e o emprego.

Apesar do contexto difícil, o compromisso das autoridades de continuar a implementar os ODS foi reforçado com a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2021-2025) cuja operacionalização se faz atualmente através do Plano de Ação para a Estabilização e o Desenvolvimento (PA-SD) construído em torno de quatro Eixos:

Eixo 1: lutar contra o terrorismo e restaurar a integridade territorial;

Eixo 2: responder à crise humanitária;

Eixo 3: reformular o Estado e melhorar a governação;

Eixo 4: trabalhar para a reconciliação nacional e a coesão social.

A versão completa da VNR do Burkina Faso, em língua francesa, pode ser acedida [aqui](#) acompanhada de uma [versão bem resumida](#) de apenas duas páginas.

República Democrática do Congo (África central)

A República Democrática do Congo não está no caminho certo para alcançar os ODS. A Covid-19 atrasou ou até mesmo aniquilou os progressos registados. Assim, para responder de forma eficaz aos desafios ligados à execução dos ODS, o governo empenhou-se em transformações estruturais e nas soluções orientadas pelos ODS.

No plano social, a RDC implementa a reforma sobre a cobertura sanitária universal. Para um país onde as despesas catastróficas da saúde são muito elevadas, esta reforma constitui um trampolim para tirar milhões de congolezes da vulnerabilidade. Ações foram realizadas para combater as doenças das massas, tais como Malária e HIV, com especial atenção à prevenção.

Medidas adequadas são igualmente tomadas para reforçar a proteção social. No sector da educação, a fim de recuperar milhões de crianças anteriormente omitidas do sistema devido às despesas muito elevadas, a RDC tornou efetiva a gratuidade do ensino básico e foram tomadas medidas para reforçar essa gratuidade.

O acesso à água e à eletricidade continua a ser preocupante na RDC, principalmente nos meios rurais. Para responder eficazmente a estes desafios, o governo liberalizou os dois sectores. Contrariamente ao sector da água, em que os progressos são ainda muito tímidos, registam-se progressos importantes no sector da eletricidade. A participação do sector privado continua a aumentar nos últimos três anos e as perspectivas são boas. Infelizmente, a pobreza endémica nos meios rurais não incentiva as iniciativas privadas. E é aí que se concentra atualmente a ação do Estado.

A dependência dos recursos naturais é uma característica da economia da RDC. O crescimento continua a ser em grande parte devido ao bom desempenho das cotações de mercado das matérias-primas. A recuperação pós-Covid-19 é um exemplo disso. Isto constitui uma fraqueza real ao expor o país à volatilidade dos preços dessas matérias-primas.

Para diversificar a economia e dotar o país de um tecido industrial dinâmico e competitivo, responsável em matéria de ambiente e de desenvolvimento sustentável, a RDC lançou a criação das seis Zonas Económicas Especiais em todo o território nacional repartido por seis zonas industriais.

Não há dúvida de que a RDC é um ator importante na luta contra as alterações climáticas; um país-solução com verdadeiros trunfos. O governo trabalha para a proteção das florestas e a luta contra as alterações climáticas. No âmbito da COP 26, a RDC reviu os seus compromissos de redução das emissões de gases com efeito estufa passando de 17 para 21% até 2030. No entanto, é claro que, para maior eficiência, o governo terá que investir no sistema de coleta de dados e informações.

O governo congolês continua consciente de que as ações e estratégias de desenvolvimento devem ter o seu fundamento a nível local para uma maior eficácia. Nesta perspectiva, foi lançado o Programa de Desenvolvimento dos 145 territórios. Trata-se de um Programa que visa os 145 territórios a fim de aumentar a oferta pública de serviços sociais básicos, melhorar a resiliência das populações locais e reforçar as instituições públicas a nível local.

A implementação dos ODS na RDC ocorre em meio a conflitos e instabilidades, principalmente na parte leste do país. Vários grupos armados operam até o momento, incluindo o M23, o ADF e o CODECO. Estes grupos estiveram na origem de vários incidentes: mortes violentas, raptos, destruição do tecido económico local, destruição das infraestruturas críticas e outros bens, deslocação maciça da população. O ativismo desses grupos armados também piorou significativamente a situação humanitária. E isso levou ao aumento das necessidades da população em ajuda humanitária. A proporção da população necessitada de ajuda humanitária registou um aumento significativo de mais de 73%, passando de 15,6 milhões em 2019 para 27 milhões em 2022. Com um número de deslocados internos superior a 5 milhões, a RDC continua a ser um dos países com uma forte proporção de deslocados internos no continente africano.

Note-se que estão a ser envidados esforços a nível nacional, sub-regional e regional para pôr termo aos conflitos na parte oriental da RDC. É evidente que, no contexto atual, a consecução dos ODS continua a ser hipotética.

Convidamos os interessados para a leitura deste relatório [aqui](#) ou duma [versão mais resumida](#), em língua francesa.

Ruanda (África Oriental)

A Visão 2050 visa alta qualidade de vida para os ruandeses e se tornar um país desenvolvido até 2050, o que reflete as ambições dos ODS, aumentando os esforços de domesticação feitos através da Estratégia Nacional de Transformação (2017 - 2024) e estratégias setoriais afins. O processo de preparação reuniu várias partes interessadas, incluindo: governo, setor privado, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento. As discussões centraram-se no progresso, nos desafios, nas lições aprendidas e nos mecanismos de recuperação dos efeitos Covid19 com foco nos ODS abaixo. O processo foi potencializado pelos dados do 5º Censo Demográfico e Habitacional (2022).

Água Limpa e Saneamento (ODS 6): O acesso à água proveniente de fontes melhoradas a nível nacional é de 82%. O progresso foi feito em todo o país mais especialmente nas áreas rurais de 22,6% (2005) para 76,7% em comparação com as áreas urbanas de 55,4% para 95,7%. O acesso ao saneamento está em 72,2%, sendo o acesso rural maior em 78,5% comparado ao urbano em 56,4%. Isso reflete os investimentos feitos no setor na última década para melhorar a higiene, saúde e nutrição.

Energia Acessível e Limpa (ODS 7): A proporção de domicílios com acesso à eletricidade aumentou de 21,5% em 2014 para 61% (47% na rede e 14% fora da rede). Os ganhos no acesso à eletricidade são atribuídos a: subsídio fora da rede para famílias pobres, rápida expansão da rede e envolvimento do setor privado. O uso de lenha para cozinhar permanece alto em 76% dificultado pelo custo relativamente alto de alternativas mais limpas.

Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9): O desenvolvimento industrial é promovido com um forte foco na política 'Made in Rwanda' que permitiu uma forte participação do setor privado no desbloqueio de novas indústrias durante o surto de Covid-19 (por exemplo, produtos de higiene, produtos farmacêuticos e de saúde, entre outros), uma primeira fábrica de vacinas está sendo construída em Ruanda. A inovação é facilitada pela implantação da internet em todo o país, com 62,86% dos domicílios usando a internet. Várias iniciativas estão sendo realizadas para melhorar as *start-ups* de inovação, incluindo a criação de *hubs* em todo o país, fundo de inovação e *Kigali Innovation City*, projetados para criar um ecossistema que apoie uma indústria de tecnologia e inovação prósperas. Foi desenvolvida uma rede de infraestrutura comerciais em todo o país, incluindo a ampliação da capacidade e dos destinos das companhias aéreas (*RwandAir*), a criação de plataformas logísticas modernas, mercados transfronteiriços, pontos de fronteira únicos, o desenvolvimento de estradas regionais, nacionais e rodoviárias, entre outros.

Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11): A população que vive em áreas urbanas aumentou de 18,4% em 2016/17 para 27,90% e Ruanda é um dos países em urbanização mais rápida do mundo. Isso aumenta a necessidade de fornecer serviços urbanos resilientes ao clima, tais como: transporte e habitação. O Plano Diretor Nacional de Uso da Terra revisado em 2020 fornece um roteiro de longo prazo alinhado à Visão 2050 para o desenvolvimento de uma hierarquia de cidades, vilas e áreas urbanas sustentáveis.

Parcerias para alcançar o Objetivo (ODS 17). O Ruanda participa ativamente da Cooperação Sul-Sul através da Iniciativa de Cooperação de Ruanda (*Rwanda Cooperation Initiative*), uma agência criada para coordenar o compartilhamento de experiências entre o

Ruanda e outros países. Outras iniciativas incluem o Fundo Verde do Ruanda, o reforço das PPP e a mobilização de recursos internos.

Sem deixar ninguém para trás: A Constituição prevê a participação de todos os grupos nas estruturas de governança do país. A política de proteção social revista em 2020 salienta: segurança social, assistência social, meios de subsistência e apoio ao emprego destinados à proteção, promoção, prevenção e transformação dos cidadãos. A este respeito, o governo apoiou famílias afetadas pela Covid-19 e desastres.

Construir melhor: A Covid-19 afetou a implementação dos ODS por: repriorização de recursos, desaceleração da implementação, aumento da vulnerabilidade e redução da mobilização de recursos. Para acelerar a recuperação, um Plano de Recuperação e um Fundo de Recuperação Económica foram elaborados. A vacinação da população também foi acelerada.

À semelhança do que acima foi apresentado, também podem aceder ao relatório completo do Ruanda [aqui](#) com o [seu respetivo resumo](#) de poucas páginas, todos em língua inglesa.

Timor-Leste

Após 21 anos desde a restauração da independência, a prioridade de Timor-Leste para alcançar o desenvolvimento sustentável é investir em seu povo garantindo que '*ninguém é abandonado*'. Em 2002, quando o país restaurou a independência, meninas e meninos em todo o país escreveram aspirações para a nação em cartões postais dirigidos aos futuros líderes. Eles imaginaram que Timor-Leste será uma nação democrática com melhores condições de vida para todos e oportunidades para os jovens. A segunda VNR tenta avaliar se o governo, em sua busca para a realização do ODS está no caminho certo para atender às expectativas desses jovens.

Timor-Leste está comprometido com a paz, inclusão e construção do Estado como a base para alcançar os ODS através de uma abordagem centrada nas pessoas que promove o bem-estar e o potencial para todos.

Timor-Leste implementou respostas atempadas e políticas de recuperação face a múltiplos choques incluindo Covid-19, desastres naturais e impasse político e manteve sua promessa para cumprir os ODS 3, ODS 11 e ODS 13. A resposta do Governo de Timor-Leste à crise da Covid-19 foi louvável e entregue através do Plano de Recuperação Económica. Ela com o objetivo de salvaguardar o padrão de vida por meio de transferências monetárias universais, preservando e trabalhadores informais, e protegendo as empresas. O Governo manteve os serviços essenciais operacionais e foi sensível aos picos de Covid-19 e protegeu as pessoas implementando uma mistura de medidas de contenção. Como resultado, as taxas de mortalidade e os casos graves de Covid-19 permaneceram baixos.

O impacto socioeconómico de múltiplos choques em Timor-Leste tem sido prejudicial para os ganhos no desenvolvimento, especialmente para as famílias rurais, pessoas com deficiência e os pobres a abrandar o progresso no ODS 1, ODS 2, ODS 4 e ODS 6. Embora a situação nutricional tenha continuado a melhorar, a prevalência de déficite de estatura, baixo peso e desperdício permanece alta em comparação com a região de Ásia-Pacífico. Embora sejam adotados programas de proteção social voltados para pais e filhos vulneráveis, eles ainda não são adequados para atender às necessidades de grupos mais vulneráveis. As taxas líquidas de matrícula nos níveis secundários têm aumentado, mas a matrícula na educação pré-escolar é

baixa, e a qualidade da educação e o uso dos recursos digitais continuam sendo um grande desafio.

Identificada como uma das quatro estratégias de aceleração, a diversificação económica estagnou com mais progressos necessários nos ODS 7, ODS 8 e ODS 9. A economia de Timor-Leste não regressou aos níveis pré-pandemia. A base de emprego de Timor-Leste permanece pequena e frágil, com uma baixa taxa de participação económica feminina e um elevado número de jovens não envolvidos na educação, emprego ou formação. O setor agrícola continua sendo o maior empregador, mas foi duramente atingido pela Covid-19 e por desastres naturais, enquanto a conectividade e os serviços digitais são limitados. De Timor-Leste a adesão à ASEAN e à OMC pode contribuir para acelerar a diversificação económica e a resiliência.

O compromisso com a democracia e a coesão social sustenta a resiliência do país diante de múltiplos choques, tornando-o campeão em sua conquista do ODS 16. Timor-Leste mostrou mais uma vez que é uma das democracias eleitorais mais fortes do Sudeste Asiático com 40 por cento dos lugares no parlamento ocupados por mulheres. Em meio à Covid-19, o país realizou uma eleição presidencial bem-sucedida, as liberdades civis são amplamente respeitadas e o governo permanece aberto e sensível às necessidades das pessoas. As reformas estão em curso para enfrentar os desafios na eficácia do governo, administração, descentralização e gestão financeira.

Sendo um dos dois Estados-Membros da CPLP a apresentar a sua VNR, à semelhança de Portugal, vale a pena conhecer esse denso [relatório de Timor-Leste](#) com uma excelente [síntese](#).

CDC África

Lançamento da Rede Regional de Vigilância Integrada e Laboratório da África Austral (RISLNET)

Reunindo 80 representantes dos Estados-Membros e organizações parceiras de saúde pública, o *Southern Africa Regional Coordinating Centre* (SA-RCC) do CDC África, em parceria com o Governo da África do Sul, [lançou na Cidade do Cabo e com sucesso](#), a Rede Regional de Vigilância Integrada e Laboratório da África Austral (RISLNET, *Southern Africa Regional Integrated Surveillance and Laboratory Network*).

O Programa RISLNET é criado para apoiar os Estados-Membros da União Africana a abordar eficazmente as questões de saúde pública e reforçar as suas capacidades existentes. RISLNET está atualmente operacional nas regiões da África Central e Ocidental.

Também visa fortalecer os objetivos da Vigilância e Resposta Integradas às Doenças (IDSR, *Integrated Disease Surveillance and Response*) e da Vigilância Baseada em Eventos (EBS, *Events-Based Surveillance*), integrando a vigilância com o apoio laboratorial, e traduzindo informações geradas a partir de dados de vigilância e laboratório em ações específicas de saúde pública.

No seu discurso de abertura, o Dr. Eduardo Samo Gumo, Diretor-Geral do INS de Moçambique e Presidente do Comitê Consultivo e Técnico Regional da África Austral (ReTAC, *Southern Africa Regional Technical Advisory Committee*) oficializou o evento afirmando:

"as doenças não respeitam nossas fronteiras administrativas. Doenças infecciosas, surtos e epidemias podem se espalhar

rapidamente pela região, continente e além se não agirmos de maneira coordenada".

Ele enfatizou ainda que a criação e operacionalização do RISLNET é urgente e necessária mais do que nunca, porque o nosso continente se encontra em uma encruzilhada crítica devido à convergência de fatores como crescimento populacional, alta migração e mudanças climáticas.

O RISLNET permitirá a integração da capacidade da rede regional de laboratórios e vigilância na África Austral para identificar e responder rapidamente às ameaças à saúde pública. O RISLNET aproveitará as experiências existentes sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde e a pesquisa colaborativa para aumentar a capacidade regional de vigilância, preparação e resposta a doenças.

O Dr. Lul Riek, Coordenador Regional do CDC África para África Austral afirmou que não há substituição para trabalhar em parcerias, coordenação e liderança eficaz.

Na sequência da assinatura e validação da RISLNET, os representantes dos Estados-Membros foram instados a avançar como defensores e a serem campeões dessa nova rede respectivos países, a fim de garantir a rápida aprovação e aprovação por todos os Ministros da Saúde da África Austral.

Esse lançamento contou com a presença de representantes do Malawi, Namíbia, Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Zimbabué, Angola, Botsuana, Lesoto, Eswatini e parceiros de saúde pública, incluindo a Comunidade de Saúde da África Oriental, Central e Austral (ECSA-HC, *East, Central and Southern Africa Health Community*), o CDC dos EUA, a OMS, AMREF Health África, Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido (UKHSA, *UK Health Security Agency*), COMESA, Sociedade Africana de Medicina de Laboratório (ASLM, *African Society for Laboratory Medicine*), bem como o Banco Mundial.

Imagem 1: Ato de lançamento da rede RISLNET com Eduardo Samo Gudo



Fonte: CDC África, 2023

Parcerias para segurança sanitária e vigilância de doenças

O CDC África, a OMS e o [Instituto Robert Koch](#) (RKI) da Alemanha, lançaram uma [parceria sobre segurança em saúde para fortalecer a vigilância de doenças e informação](#) (*Health Security Partnership to Strengthen Disease Surveillance and Epidemic Intelligence in Africa*). A parceria visa fortalecer as capacidades de segurança sanitária da África nas áreas de biossegurança, vigilância integrada de doenças, vigilância baseada em eventos, vigilância genômica e inteligência. A parceria visa igualmente incentivar uma liderança forte no país e a primeira fase será implementada em seis Estados-Membros da União Africana, incluindo Gâmbia, Mali, Marrocos, Namíbia, Tunísia e África do Sul, e mais tarde será expandida para mais países.

Os promotores da iniciativa partiram da premissa de que a vigilância reforçada das doenças é um requisito fundamental para a segurança da saúde. Embora progressos substanciais fossem feitos na vigilância de doenças em toda a África na última década, ela continua a enfrentar mais surtos e outras emergências de saúde do que outras regiões do mundo, muitos dos quais são evitáveis ou controláveis com intervenções comprovadas de saúde pública. A pandemia do Covid-19 destacou o papel crítico do laboratório de saúde pública na vigilância, bem como a necessidade de avanços na coleta, gerenciamento, relatórios e disseminação de dados para garantir a formulação de políticas baseadas em evidências durante emergências de saúde pública.

Com um compromisso compartilhado de apoiar os países africanos para fortalecer os seus sistemas de saúde e proteger a saúde pública, os Escritórios Regionais da OMS para a África e do Mediterrâneo Oriental têm trabalhado em estreita colaboração com o CDC África no âmbito do Plano de Ação Conjunta de Emergência (JEAP, *Joint Emergency Action Plan*) que é o quadro para reforçar a vigilância da saúde pública, promover a cooperação regional e enfrentar os desafios da saúde em África. Esta irá contribuir para o quadro global de colaboração, apresentando resultados concretos nas áreas de preparação e resposta a emergências, vigilância e capacidades laboratoriais, e ajudar a proteger a saúde das pessoas em África através de um sistema de saúde mais coordenado e mais resiliente.

A Diretora do Hub da OMS para Inteligência de Pandemia e Epidemia (*WHO Hub for Pandemic and Epidemic Intelligence*), Sara Hersey, afirmou:

"Nossa capacidade coletiva de prevenir, preparar e responder a emergências de segurança saudáveis continua sendo fundamental para manter nossas comunidades seguras". "Através desta parceria, a OMS continua dedicada a trabalhar com os Estados-Membros para reforçar sistematicamente as nossas capacidades e colaboração entre as partes interessadas, setores e fronteiras para uma vigilância mais eficaz e colaborativa das doenças em África."

Financiado pelo Governo do Canadá e alinhado com os objetivos de segurança da saúde da [Parceria Global do G7](#) Contra a Disseminação de Armas e Materiais de Destruição em Massa, a Parceria para a Segurança da Saúde em África significa um compromisso coletivo com a colaboração na interface de segurança da saúde e desempenhará um papel catalisador na aceleração do fortalecimento e partilha de capacidades e conhecimentos para a vigilância e a inteligência epidémica.

Relatórios sobre vigilância da resistência antimicrobiana

O CDC África e a Sociedade Africana de Medicina de Laboratório ([ASLM](#)) com o apoio do Fundo de Ajuda Fleming do Reino Unido ([UK Aid Fleming Fund](#)), publicaram 14 novos relatórios individuais dos Estados-Membros da União Africana com um estudo representativo e pormenorizado sobre situação da resistência antimicrobiana (AMR, *antimicrobial resistance*) em todo o continente. Os relatórios foram publicados como parte dos esforços do consórcio *Mapping antimicrobial resistance (AMR) e antimicrobial use (AMU) Partnership (MAAP)*.

Os catorze (14) Estados-Membros na primeira fase do MAAP no final de 2022 incluem Burkina Faso, Camarões, Eswatini, Gabão, Gana, Quênia, Malawi, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

Contendo mais de 819.500 registos de dados sobre AMR, entre 2016 e 2019, de 205 laboratórios, os dados de vigilância AMR analisados para os novos relatórios de cada Estado-Membro fornecem uma fonte única de informação para alimentar o plano de ação nacional AMR, plano estratégico nacional de laboratório, e outras políticas relevantes.

"O MAAP colaborou com os Estados-Membros da União Africana e colocou a RAM no mapa da África pela primeira vez. Um passo crítico para enfrentar a ameaça da RAM no continente", disse Yewande Alimi, coordenador do programa de AMR do CDC África.

As conclusões do estudo indicam que [apenas cinco \(5\) das 15 combinações de antibióticos patogénicos](#) priorizadas pela OMS (GLASS, [Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System](#)) estão a ser testadas de forma consistente e demonstram uma elevada taxa de AMR.

Os pesquisadores também descobriram que a maioria dos laboratórios em toda a África não está pronta para testes de AMR. Pouco mais de 1% dos 50.000 laboratórios das redes laboratoriais dos 14 Estados-Membros participantes realizam testes de bacteriologia e ainda são menos capazes de conduzir o processo científico de determinação da RAM. Isso fundamenta a importância de mais investimentos em capacidade laboratorial, incluindo sistemas microbianos, equipamentos e treinamento - apoiados pelo Fundo Fleming, trabalhando com beneficiários e parceiros nacionais.

"A falta de bacteriologia e capacidade de teste de AMR documentada pelo MAAP tem sido um abridor de olhos. Os relatórios publicados hoje constituem um recurso único para as partes interessadas nacionais, regionais e globais que trabalham na redução da carga da RAM", disse Pascale Ondo, Diretor de Ciência e Novas Iniciativas da ASLM.

O MAAP também documentou um quadro alarmante do consumo de antimicrobianos (AMC) com uma falta combinada de acesso e uso errático de antimicrobianos. Apenas quatro (4) medicamentos compreendiam mais de dois terços (67%) de todos os antibióticos utilizados no âmbito dos cuidados de saúde, enquanto os antibióticos de reserva foram encontrados em apenas seis dos 14 Estados-Membros da MAAP. Combinações fixas de antibióticos não regulamentadas representaram 3,4% de todos os antibióticos consumidos.

A RM é um dos principais desafios de saúde pública do século XXI, com a África tendo a maior taxa de mortalidade mundial por infecções por AMR, resultando em mais de [27 mortes por 100.000](#).

Sem informações de dados sobre as taxas, *drivers* e tendências da AMR tanto no uso antimicrobiano (AMU) quanto no consumo antimicrobiano (AMC, *antimicrobial consumption*), [os especialistas em saúde estão 'voando cegos' e não podem desenvolver e implantar políticas para limitar ou restringir a AMR](#). As intervenções em África permanecem, na sua maioria, genéricas, uma vez que não existe informação de base sobre a magnitude do problema a nível nacional ou regional.

Dada a ameaça do aumento de organismos resistentes a medicamentos, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana [comprometeram-se a enfrentar urgentemente a ameaça da RAM](#) em vários setores, especialmente na saúde humana, animal e agricultura.

O [Quadro da União Africana para o Controle da Resistência Antimicrobiana, 2020-2025](#) detalha estratégias para o CDC África melhorar a vigilância de dados, retardar o surgimento da RAM, limitar a transmissão e mitigar os danos causados por patógenos resistentes.

Com base nas conclusões, o CDC África e a ASLM continuarão a envolver os Estados-Membros na vigilância da RAM e a aumentar a qualidade e a quantidade de dados sobre RAM e AMC recolhidos em África, juntamente com estratégias de controlo revistas e prioridades de investigação.

Os 14 relatórios podem ser consultados nos sites do [CDC África](#) e da [ASML](#).

II Cimeira Rússia-África

Realizada em São Petersburgo, esta é a segunda cimeira Rússia-África desde 2019. O número de chefes de Estado presentes diminuiu de 43 para 17, segundo o Kremlin, por causa de uma *"pressão ocidental grosseira para desencorajar a participação das nações africanas"*.

Os aliados históricos da Rússia foram representados ao mais alto nível em São Petersburgo, entre eles o Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, o congolês Denis Sassou-Nguesso, o egípcio Abdel Fattal al-Sissi, o zimbabueano Emmerson Mnangagwa, o eritreu Issayas Afewerki, o moçambicano Filipe Nyusi e o bissau-guineense Umaro Sissoco Embaló.

Outros parceiros estratégicos de Moscovo também participaram. Foi o caso do Chefe de Estado da República Centro Africana, Faustin-Archange Touadéra e o homólogo maliano, Assimi Goita e o Presidente do Burkina Faso, Ibrahim Traoré. Para estes dois últimos líderes militares, esta foi também a primeira viagem para fora do continente africano desde que tomaram o poder pela força das armas.

Por outro lado, o Presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, cancelou a viagem e a Nigéria enviou o seu vice-presidente. Outros países fizeram-se representar ao nível ministerial, o caso de Angola, Argélia, Benim, Chade, Etiópia, Gabão, Marrocos, Mauritânia e Madagáscar.

A Costa do Marfim e São Tomé e Príncipe fizeram-se representar pelos embaixadores e Cabo Verde recusou o convite. Em [declarações à imprensa](#), o Chefe de Estado José Maria Neves referiu que com esta ausência Cabo Verde mostra que *"é um país de paz e que quer que os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica"*. O Presidente cabo-verdiano disse ainda que

respeitam a integridade territorial dos países, sublinhando que "esta guerra não faz sentido" e que devem ser criadas todas as condições para o diálogo.

O Presidente russo anunciou, no último dia da cimeira, que Moscovo e os países do continente estão empenhados em promover uma "ordem mundial multipolar" e em combater o "neocolonialismo".

No final da reunião, foi adotada uma declaração conjunta que prevê o reforço da cooperação nos domínios do abastecimento alimentar, da energia e da ajuda ao desenvolvimento. A declaração apela "à criação de uma ordem mundial multipolar mais justa, equilibrada e sustentável, opondo-se firmemente a qualquer forma de confrontação internacional no continente africano", segundo [o texto publicado no portal do Kremlin](#) na Internet.

Guerra no Sudão e a crise de refugiados

Um relatório da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) informa que os 100 dias de conflito entre facções armadas no Sudão forçaram [mais de três milhões de pessoas a se deslocarem](#), sendo centenas de milhares delas para países vizinhos.

"Esses números são assombrosos. Civis que não têm nada a ver com esse conflito estão sendo dolorosamente expulsos de suas casas e de seus meios de subsistência todos os dias", disse Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para os refugiados, ao apresentar o relatório em Genebra.

Além disso, de acordo com o Escritório de Assuntos Humanitários da ONU, o conflito armado resultou na morte de pelo menos 1100 civis – dos quais 435 eram crianças – e deixou milhares de feridos.

Recorde-se que a guerra civil irrompeu em 15 de abril entre as Forças Armadas do Sudão (FAS) e a Força de Apoio Rápido (FAR), uma milícia paramilitar liderada pelos generais Abdel Fattah al Burhan, das FAS, e Mohamed Hamdan Dagalo, das FAR, com bases em várias regiões.

Mais de 3,3 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e através das fronteiras do país, incluindo mais de 740.000 refugiados e um número crescente de repatriados. Eles fugiram do Sudão e chegaram em condições terríveis aos países vizinhos, incluindo Chade, República Centro-Africana, Egito, Etiópia e Sudão do Sul.

Além disso, mais de 185.000 refugiados acolhidos pelo Sudão – um país com 1.765.048 quilômetros quadrados e 47 milhões de habitantes – foram forçados a se deslocar para áreas mais seguras dentro do território sudanês, ficando presos em um ciclo implacável de deslocamento.

A escalada do conflito em Cartum, a capital, e nas regiões de Darfur e Kordofan (oeste e centro) provoca deslocamentos em massa e aumenta os relatos de violações graves dos direitos humanos, incluindo violência sexual. A ACNUR declarou-se alarmada com a grave crise de saúde e nutrição no estado do Nilo Branco (sul), onde 300 crianças refugiadas do vizinho Sudão do Sul morreram de sarampo e desnutrição desde o início do conflito.

À medida que mais pessoas continuam a fugir, os locais de deslocamento dentro do país e nos países vizinhos estão se tornando rapidamente superlotados. No Sudão do Sul, os centros de trânsito administrados pela ACNUR estão cada vez mais superlotados devido ao fluxo contínuo de pessoas.

O Chade já abriga mais de 400.000 refugiados sudaneses em 13 campos e em comunidades locais no leste do país. No Egito, a maioria dos que chegam do Sudão são mulheres e crianças que precisam de alimentos, água, abrigo, assistência médica e apoio psicossocial.

Quanto ao financiamento, os recursos têm chegado com dificuldade, de acordo com a ACNUR. Dos 566 milhões de dólares solicitados pela agência e seus parceiros para o plano regional de resposta a refugiados, apenas 24% foram recebidos.

Níger - Golpe de Estado

Os [militares golpistas do Níger](#) suspenderam a Constituição de 2010 e dissolveram todas as suas instituições, ao mesmo tempo que anunciaram que estão a exercer "*todos os poderes legislativos e executivos*" até ao "*regresso à ordem constitucional normal*".

A "Ordem 2023-01 de 28 de julho", a primeira emitida pela junta militar, tem cinco artigos, o primeiro dos quais suspende a Constituição de 25 de novembro de 2010 e dissolve as instituições que dela emanam.

A junta militar, que se intitulou Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria (CNSP), derrubou o Presidente eleito, Mohamed Bazoum, e o novo "homem forte" do Níger é agora o general Abdourahmane Tchiani.

O segundo artigo cria o CNSP, cuja "composição e funcionamento são determinados por decreto do Presidente do Conselho", ou seja, o general Tchiani. O quarto artigo do decreto, assinado pelo próprio Tchiani, declara que "o Presidente do CNSP (Tchiani) é o Chefe de Estado e representa o país "nas relações internacionais".

Depois do Mali e do Burkina Faso, o Níger, até agora aliado dos países ocidentais, torna-se o terceiro país do Sahel, minado pelos ataques de movimentos extremista ligados ao grupo fundamentalista Estado Islâmico e à Al-Qaida, a sofrer um golpe de Estado desde 2020.

O golpe foi condenado pela comunidade internacional, que tem apelado à libertação do Presidente Bazoum, que continua detido no palácio presidencial.

Terra à vista! A Europa redescobre suas ex-colônias latinas

Land in sight! Europe rediscovers its former Latin American colonies

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The Europe report brings comments on the III Celac-EU Summit, on which the former Latin American colonies showed unity and cohesion in the sewing of the final document. Celac member countries organized themselves to insert relevant political issues for the region, such as slavery and embargoes. The result of the elections in Spain brings uncertainty and implies coalitions that will define the future of the country. WHO Europe held the 7th Conference on Environment and Health in the region, with the adoption of the Budapest Declaration.*

Keywords: *Global Health; European Union; Celac; WHO Europe.*

Resumo. O informe Europa traz comentários sobre a III Cúpula Celac-UE, ocasião na qual as ex-colônias latino-americanas, mostraram unidade e coesão na costura do documento final. Os países membros da Celac se organizaram para inserir temas políticos relevantes para a região, como a escravidão e os embargos. O resultado das eleições da Espanha traz incertezas e implica em coalisões que definirão o futuro do país. A OMS Europa realizou a 7ª Conferência em Meio Ambiente e Saúde da região, com adoção da Declaração de Budapeste.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Celac; OMS Europa;

O presente informe é a continuação do anterior, tendo em vista que, de nossa perspectiva, o mais importante conteúdo que vem do continente europeu, são os desdobramentos e repercussões da terceira cúpula Celac-EU, que aconteceu no exato hiato entre a entrega do informe 12 e a reunião do Observatório. Reunidos em Bruxelas, 60 países reafirmaram e renovaram os votos de sua parceria histórica, assentada em valores e interesses comuns e em laços económicos, sociais e culturais sólidos. Uma das decisões adotadas, foi a de que o encontro aconteça bianualmente.

Estiveram em pauta temas como: cooperação multilateral; paz e a segurança mundiais; comércio e investimento; esforços de luta contra as alterações climáticas; justiça e segurança para os cidadãos. A [Declaração Final](#) abarca todos estes pontos e mais alguns outros como a transformação digital. Há notável predominância dos temas ambientais e a agenda de política externa da União Europeia está bem manifestada no documento. Contudo, é possível observar conteúdos claramente ligados a pautas latino-americanas e, principalmente, a ausência de condenação à invasão da Ucrânia.

O tema da guerra na Ucrânia gerou polêmicas e divergências. Inserir uma condenação à Rússia no documento era interesse europeu, mas os países membros da Celac não viam sentido nesta inserção e mesmo antes da cúpula, solicitavam a exclusão do conflito no texto final. Os termos da Declaração Final do encontro, foram objeto de intensas negociações por parte das [delegações latino-americanas, que exigiam que os europeus levassem em consideração o posicionamento de países da região](#), como Venezuela e Nicarágua, que até hoje não

condenaram a invasão russa e cujos mandatários não compareceram, mas enviaram representantes. Também não estiveram presentes, as lideranças máximas do México e do Peru. Com a ausência do presidente mexicano, o Brasil assumiu sozinho a posição de liderança e trabalhou com os países latino-americanos para que a declaração final enfatizasse os esforços de busca de diálogo entre as partes para uma solução do conflito, mas sem isolar a Rússia. A Declaração expressa “preocupação” com “a guerra contra a Ucrânia”, sem fazer referência à Rússia.

Isto não foi suficiente para a Nicarágua assinar o documento. [Segundo matéria da Carta Capital](#), Daniel Ortega denunciou que a UE se recusou a incluir o fim das sanções econômicas contra Venezuela e Nicarágua no acordo adotado na reunião. “Propusemos que também fosse redigido o acordo para pedir o fim da política de agressões, sanções contra Cuba, em primeiro lugar, Venezuela e Nicarágua. Não aceitaram incluir Venezuela e Nicarágua”.

Apesar da [recusa nicaraguense](#), os países da Celac demonstraram unidade e coesão, neste e em outros momentos. Além de não condenar explicitamente a Rússia, a Declaração apresenta alguns pontos de destaque da atuação dos países latino-americanos. No parágrafo sexto, os signatários salientam o compromisso de “promover a cooperação e as relações de amizade entre os nossos povos, **independentemente das diferenças entre os nossos sistemas políticos e tendo em conta as diferenças entre os nossos níveis económicos, sociais ou de desenvolvimento.**” No oitavo parágrafo, reconhecem a “importância de garantir a universalidade, a objetividade e a **não seletividade na abordagem das questões de direitos humanos**, bem como a **eliminação da dualidade de critérios e da politização.**” (grifos nossos).

A escravidão é abordada, mas não a reparação. No décimo parágrafo, os países expressam o seu “reconhecimento de que a escravatura e o tráfico de escravos, nomeadamente o tráfico transatlântico de escravos, foram tragédias atroz na história da Humanidade, não apenas pela sua barbárie odiosa mas também em termos da sua magnitude, natureza organizada e sobretudo devido à negação da essência das vítimas, e de que a escravatura e o tráfico de escravos são um crime contra a Humanidade”. O embargo econômico, comercial e financeiro imposto contra Cuba, bem como seu enquadramento como país terrorista, são objeto do parágrafo 11 da Declaração Final.

Nossa temática da saúde é tratada no parágrafo 30, onde os signatários manifestam seu empenho em fazer avançar a parceria birregional no campo da produção local de vacinas, medicamentos e outras tecnologias de saúde, bem como no reforço da resiliência dos sistemas de saúde, mas sem detalhar como se dará tal empenho e, principalmente, sem abordar os temas relativos à propriedade intelectual, patentes ou segredo industrial. Os signatários se limitam a torcer para que o novo tratado pandêmico seja aprovado até maio de 2024

Outro produto oriundo da cimeira é um “[roadmap](#)” com uma lista indicativa de eventos birregionais (a grande maioria setoriais) entre 2023 e 2025, quando acontecerá a quarta cúpula Celac-UE. No campo da saúde, está previsto para novembro de 2023, o evento de alto nível em “*Health regulatory frameworks*”, que reunirá as principais agências regulatórias da UE e América Latina. Também de nosso interesse e ainda em novembro, acontecerá em Bruxelas, nos dias 28 e 29, um encontro de alto nível sobre as iniciativas conjuntas entre UE e Celac para pesquisa e inovação. Para 2024 estão previstos eventos sobre meio-ambiente e mudanças climáticas, bem como reuniões sobre autossuficiência em saúde envolvendo autoridades reguladoras da UE e dos países da Celac.

O Acordo UE-Mercosul não figurava na agenda do encontro, mas foi objeto de reunião bilateral do presidente Lula com a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, quando Lula novamente lhe disse considerar inaceitável a política de ameaças via sanções. Após o governo brasileiro ter sido surpreendido por novas condições europeias, o Brasil tratou de preparar uma contraproposta, agora submetida aos parceiros do Mercosul para negociação interna no bloco e posterior encaminhamento à União Europeia. Além deste importante ponto de negociação, há a questão das compras governamentais que também vem sendo questionada pelo governo brasileiro. Apesar deste cenário, o presidente Lula voltou a declarar que acredita que o acordo saia até o final do ano. Com todo o respeito, o otimismo do presidente me soa como blefe.

A antecipação das eleições espanhola foi bastante acirrada e traz cenário de incerteza ao não ter um grande vencedor. O Partido Popular conquistou 136 assentos na câmara baixa do Parlamento da Espanha, enquanto o Partido Socialista, do atual presidente do governo Pedro Sanchez, ficou com 122. A disputa pelo terceiro lugar também foi acirrada. A extrema direita conquistou 33 lugares com o Vox. Logo em ficou a coalizão de esquerda Sumar, que inclui o Podemos, e assegurou 31 cadeiras. Com esse resultado sem maioria expressiva, alguns cenários se tornam possíveis para a composição do próximo governo espanhol.

Adentrando o campo da saúde e falando sobre a OMS Europa, destacamos a realização da 7ª [Conferência sobre Meio Ambiente e Saúde](#), que aconteceu na Hungria. O encontro se dedicou a definir as futuras prioridades e compromissos ambientais e de saúde para a Região Europeia da OMS, com foco em abordar as dimensões de saúde da tripla crise ambiental de mudança climática, perda de biodiversidade e poluição ambiental. Esta foi a sétima conferência de uma série iniciada em 1989 no âmbito do Processo Europeu de Meio Ambiente e Saúde (EHP). Apesar do progresso alcançado nos últimos 30 anos, mais de 1,4 milhão de mortes por ano na Região ainda são atribuídas a fatores de risco ambientais, sendo a poluição do ar o principal. A pandemia da Covid-19 revelou a profundidade e a amplitude das falhas sistêmicas na prevenção, reconhecimento e abordagem das causas ambientais das doenças zoonóticas, vinculando a pandemia à crise ambiental tripla concomitante.

Como resultado da Conferência, os países membros da Região Europeia da OMS adotaram a [Declaração de Budapeste](#), que prioriza ações urgentes e abrangentes sobre os desafios de saúde relacionados às mudanças climáticas, poluição ambiental, perda de biodiversidade e degradação da terra, juntamente com, e no contexto da recuperação da Covid-19. Na Declaração, os países concordam em acelerar a transição para sociedades resilientes, saudáveis, equitativas e sustentáveis, incorporando as lições aprendidas com a pandemia da Covid-19. Procuram aumentar os esforços de prevenção, preparação, detecção e resposta a situações de emergência, protegendo as populações particularmente vulneráveis. Essas ações visam aumentar a resiliência e a capacidade dos sistemas de saúde de resistir e responder a desastres e crises. Além disso, aumentarão os esforços para abordar os determinantes ambientais das doenças.

Em anexo, a Declaração traz um [roadmap](#), que pretende funcionar como um roteiro para pessoas mais saudáveis, um planeta próspero e um futuro sustentável 2023–2030, para acelerar as transições necessárias para criar comunidades sustentáveis. Este Roteiro oferece um conjunto de ações que os Estados Membros podem implementar para reduzir as consequências para a saúde decorrentes das mudanças climáticas, poluição ambiental e perda de biodiversidade. Também propõe medidas para fortalecer a governança, os recursos humanos, o financiamento e o conhecimento para a saúde e o meio ambiente. O Roteiro explica por que

uma ação urgente é necessária em uma determinada área, oferece uma lista de compromissos que os países podem considerar e sugere medidas para alcançá-los.

A Declaração também oferece aos países a possibilidade de lançar Parcerias do Processo Europeu de Meio Ambiente e Saúde (EHP), um novo mecanismo dentro do EHP, para ajudar a acelerar a implementação da visão e dos compromissos assumidos na Conferência Ministerial. As Parcerias reúnem países e parceiros com interesse comum em uma área temática específica para trabalharem juntos em projetos conjuntos, atividades de capacitação, treinamento e workshops, prestação de assistência técnica, colaboração em inovação e pesquisa e divulgação de informações relevantes da OMS diretrizes.

Conclusões

Com a realização da III Cúpula Celac-UE, a União Europeia se volta para suas ex-colônias latinas, que se mostram unidas e coesas, marcando posição em temas como a escravidão, o embargo à Cuba e a guerra na Ucrânia. O encontro não traz resultados muito concretos para além de declarações e do anúncio de investimentos de mais de R\$242 bilhões (€45 bilhões) na América Latina e no Caribe, pela União Europeia. A temática da saúde se faz presente na Declaração Final, mas também sem muita concretude. A renovação do interesse da UE pelo continente latino-americano tem lugar no cenário de guerra, que mobiliza completamente as grandes economias ocidentais e aprofunda as críticas dependências europeias (energética, climática, alimentar e de segurança) enquanto a China segue ampliando suas cooperações e laços econômico-comerciais com todos os tipos de países. Contudo, sabemos na prática o quão protecionistas são as grandes economias ocidentais, então não será novidade se esta reaproximação vier embrenhada de intenções coloniais.

Fortalecimento do novo *Global Globe* e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC

Strengthening the new Global Globe and a possible merger of multipolar organizations: SCO, BRICS+ and UEE geoeconomically connected by BRI and INSTC

Lúcia Marques

Resumo: Embora as ações do ex-governo americano, Trump, de confrontação à China, somadas à falta de interesse pelo Oriente Médio, tenham desempenhado importante papel no cenário atual, que desemboca num novo *Global Globe*, a linha do tempo dos movimentos atuais começa com a saída dos EUA do Afeganistão, em 2021, já no governo Biden, que permitiu que novos atores entrassem em cena, ocupando espaços econômica, política e diplomaticamente, no **Oriente Médio e Ásia Central**. A guerra fria (China X EUA) e outra quente (Rússia X Ucrânia e seus aliados ocidentais) contribuíram para aprofundar divisões. Muitas sanções foram aplicadas, inviabilizando economia e desenvolvimento. Como relembra **Marques**, os países do Sul Global se reorganizaram para fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão.

A “selva” está se tornando independente do “jardim”. Todo o Sul Global está convocado a criar um novo jardim, próprio – e, num futuro não tão distante, com sua própria moeda. O ponto de mudança foi a 23ª cimeira dos chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que propôs para o novo *Global Globe* uma fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE, conectadas geoeconomicamente pela **BRI da China e pelo INSTC** (Rússia, Irã e Índia). Um bloco comercial OCX-BRICS-UEE tornará as sanções ocidentais inúteis e trará independência total do dólar americano. Tudo isso irá se refletir na próxima cúpula de líderes dos BRICS+. Será uma cúpula extremamente estratégica para o Sul Global.

Palavras chaves: Ásia Central, Iniciativa Cinturão e Rota, Organização para Cooperação de Xangai, BRICS+, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Abstract: Although the actions of the former American government, Trump, in confrontation with China, added to the lack of interest in the Middle East, have played an important role in the current scenario, which leads to a new *Global Globe*, the timeline of current movements begins with the US departure from Afghanistan, in 2021, already under the Biden government, which allowed new actors to enter the scene, occupying spaces economically, politically and diplomatically, in the Middle East and Central Asia. The cold war (China X USA) and another hot one (Russia X Ukraine and its western allies) contributed to deepen divisions. Many sanctions were applied, making the economy and development unfeasible. As Marques recalls, the countries of the Global South reorganized themselves to escape US sanctions and mood swings and the unfair rules of the IMF, IDB and World Bank, which do not have the culture of giving voice to the Global South in their decision-making .

The “jungle” is becoming independent of the “garden”. The entire Global South is called upon to create a new garden of its own – and, in the not so distant future, with its own currency. The turning point was the 23rd summit of the heads of state of the Shanghai Cooperation Organization (SCO), which proposed for the new Global Globe a merger of multipolar organizations: SCO, BRICS+ and UEE, connected geoeconomically by China’s BRI and INSTC (Russia, Iran and India). A SCO-BRICS-UEE trade bloc will render Western sanctions useless and bring full independence from the US dollar. All of this will be reflected in the next summit of BRICS+ leaders. It will be an extremely strategic summit for the Global South.

Keywords: Central Asia, Belt and Road Initiative, Shanghai Cooperation Organization, BRICS+, Global Health and Health Diplomacy

Embora as tempestades geopolíticas continuem a se intensificar, é cada vez mais claro que apenas o navio multipolar de Estado demonstrou competência para navegar nos mares hostis, enquanto o navio unipolar afundando de tolos tem um casco rompido mantido unido por pouco mais do que chicletes e doses pesadas de ilusão.⁷²

Em uma década, a BRI⁷³ (Belt and Road Initiative – Cinturão e Rota) da China transformou fundamentalmente a geopolítica global. Já é tarde para o Ocidente tentar competir. Embora a BRI se estenda por todo o Sul Global, é na Ásia Central e Sul que ela ganha mais força e importância estratégica (Escobar, 2023a),⁷⁴ principalmente no contexto geopolítico de divisões e geoeconômico de sanções. A BRI é interconectividade multimodal “ferrovia-estrada” contenerizada e carrega consigo interconectividade de pessoas, de cultura e de tecnologias. E portanto, estratégica.

É importante reconhecer que a guerra por procuração EUA/OTAN contra a Rússia na Ucrânia é simultaneamente uma guerra destinada a interromper o progresso da BRI da China.

Nesse mapa geoestratégico da Ásia Ocidental, é importante lembrar que, com a saída dos EUA do Afeganistão, em agosto de 2021, China, Rússia e países vizinhos – tiveram a oportunidade de trabalhar segurança e construir infraestruturas tão necessárias para a Ásia Central, uma região muito negligenciada. Região rica em recursos minerais mas, até agora, geograficamente isolada. A China, com a sua Belt and Road (BRI) – oriente-ocidente -; a Rússia, juntamente com Irã e Índia, com o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC) – Norte-Sul - e países da Ásia Central, no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), Cooperação Econômica Regional da Ásia Central (Carec) e da União Econômica da Eurásia (UEE)⁷⁵, avançaram em iniciativas e parcerias, envolvendo ferrovias e estradas passando pelo

⁷² Mateus Ehret (2023), [Índia-Rússia-Irã: as novas potências de transporte da Eurásia \(thecradle.co\)](https://thecradle.co/india-russia-iran-as-novas-potencias-de-transporte-da-eurasia)

⁷³ *Belt and Road Initiative* (BRI) é o projeto central da política externa da China e busca o intercâmbio entre países, com promoção de diálogos, em vez de confrontação. Lançada pelo governo chinês em 2013, foi incluída na Constituição chinesa desde 2018. Propõe uma rede de parcerias com dezenas de países ao redor do mundo, mediante projetos de comércio, energia e infraestrutura, como rotas marítimas, ferrovias e aeroportos na Ásia Central, no Oriente Médio, no Sudeste Asiático, na África e na América Latina e Caribe. **A iniciativa completa seu 10º aniversário, que será marcado pelo terceiro Fórum Cinturão e Rota ao final do ano, em Pequim.** Até janeiro de 2023, são 151 países participantes.

⁷⁴ [Como o trem BRI pegou a estrada para Shangri-La \(thecradle.co\)](https://thecradle.co/como-o-trem-bri-pegou-a-estrada-para-shangri-la)

⁷⁵ União Econômica da Eurásia (UEE, 2023) é uma organização internacional para a integração econômica regional. Tem personalidade jurídica internacional e foca na livre circulação de bens, serviços, capital e

Afeganistão, rumo ao mar do Sul da Ásia, foram rapidamente estabelecidas. A inserção do país nas negociações e nas cúpulas realizadas (Cúpula China-Ásia Central, 2023)⁷⁶ desde a retomada do Talibã têm alcançado resultados positivos para paz e a estabilidade, reconstrução da infraestrutura social e integração do país aos sistemas econômicos regional e mundial.

É igualmente importante entender que Pequim está oferecendo um modelo de desenvolvimento alternativo em comparação com o único produto no mercado desde 1945⁷⁷ e é uma ofensiva contra a estratégia americana de aplicar sanções. Os países do Sul Global querem fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão. Isso tudo se reflete no movimento do Sul Global de autonomia monetária para reduzir a dependência de certas moedas e sistema de pagamentos estrangeiros, configurando no processo de desdolarização em curso.⁷⁸ E esse foco ficou mais perto da concretização com os avanços propostos e assumidos pelos líderes dos países da OCX, na recente cúpula, sob a presidência da Índia.

E é crucial incluir nesse novo mapa *Global Globe*⁷⁹ (Escobar, 2023b) o crescimento dos BRICS, impulsionados pela China e pela Índia,⁸⁰ que atrai o interesse de adesão de muitos países do Sul Global (pelo menos 31 nações), que estão interconectados pela iniciativa BRI da China, com a OCX e a UEE. Cabe destacar que os BRICS contam com o *Novo Banco de Desenvolvimento* (NDB), capaz de conceder empréstimos baseados em ouro dos BRICS – tornando-o uma “moeda” global em transações comerciais e financeiras – isto é, o ouro é a moeda, não o dólar.

E o Sul Global tem pressa. Aderir à BRI, à OCX e aos BRICS são alternativas estratégicas – lembrando que OCX e BRICS têm plataformas de cooperação semelhantes: política e segurança, finanças e economia e cultura. Não é à toa que as mesas redondas se sucedem a uma velocidade vertiginosa. Um exemplo recente foi a 1ª Cimeira China-Ásia Central (Marques, 2023)⁸¹, em maio, na antiga capital imperial, Xian, ponto de partida da originária Rota da Seda, quando o presidente Xi Jinping se reuniu com os presidentes do Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Esse encontro foi antecedido por uma reunião entre o presidente russo, Vladimir Putin, os líderes desses cinco países, em Moscou.

Diplomaticamente, isso sugere um eixo 5+2 já em evolução unindo Rússia, China e os cinco países da Ásia Central, operando por meio de seu próprio secretariado de uma maneira

trabalho, segue uma política coordenada, harmonizada e única nos setores determinados pelo Tratado e acordos internacionais dentro da União. Os Estados-Membros: Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia. <http://www.eaeunion.org/?lang=en#about-info>

⁷⁶ Na [Declaração de Xian da Cúpula China-Ásia Central](#), o país foi tema de algumas metas.

⁷⁷ Sistema monetário de Bretton Woods, após a Segunda Guerra Mundial

⁷⁸ Não se trata ainda de um sistema internacional paralelo ao sistema do dólar ou uma nova moeda, mas o aumento do comércio em moedas nacionais. Um exemplo já em prática: Índia e Rússia negociam entre si em suas próprias moedas, fugindo assim das sanções americanas.

⁷⁹ Termo cunhado pelo presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, para se referir ao Sul Global ou ao que o “ocidente” desdenhosamente qualificou como “o resto”, fazendo menção ao comentário do Alto representante da União Europeia, Josep Borrell, em discurso “A Europa é um jardim. O maior do mundo é uma selva”, em [discurso](#). em 2022.

⁸⁰ [Gráfico animado: G7 vs. BRICS Países por PIB \(PPC\) \(visualcapitalist.com\)](#)

⁸¹ Marques, L. 2023. **Três cúpulas estratégicas para a diplomacia da Ásia, do Pacífico e da região árabe.** Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 8-2023, p. 215. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59447#collapseExample>

ligeiramente diferente da BRI, da OCX, da União Econômica da Eurásia (UEE) e dos BRICS, mas conectado. E que começa a se ampliar em direção ao Sul da Ásia e ao Oriente Médio.

Parceria Grande Eurásia: (inter)conectando o Centro, o Sul e Sudeste da Ásia

Uma grande parte da garantia da paz e do desenvolvimento da prosperidade na Ásia Central é a introdução de melhores cadeias de abastecimento e rotas comerciais. Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão são todos países sem litoral, embora o Cazaquistão tenha uma saída para o Mar Cáspio. Podemos incluir aqui a Sibéria, na Rússia, com seus minerais altamente valiosos, bem como a província chinesa de Xinjiang, também sem litoral.

A região da Ásia Central é terceira mais populosa do mundo, depois da China e da Índia, com um PIB aproximadamente equivalente ao do Canadá.⁸² Essa disparidade entre população e riqueza significa que há um enorme potencial de crescimento – se a infraestrutura puder ser implementada. A Rússia, por exemplo, se beneficiaria enormemente se a Sibéria estivesse mais conectada com a Ásia Central – e especialmente se isso levasse a outras rotas. No sentido inverso, interessa à Índia e ao Irã, conectarem-se com a Eurásia. Todos os corredores de conectividade em algum momento passam pelo Afeganistão. Portanto, o sucesso dessa prosperidade depende de garantir a estabilidade e o desenvolvimento no e do Afeganistão.

A China foi o primeiro país a se aproximar do Talibã e organizou a primeira cúpula com os sete países vizinhos (Marques, 2021)⁸³, em Teerã, em outubro de 2021. Em paralelo começaram conversas diplomáticas com Irã e Arábia Saudita, tradicionalmente financiadores de grupos de resistência – a retomada das relações diplomáticas entre os dois rivais, em março deste ano, foi fruto diplomacia chinesa, que já se refletiu em conversas para retomada de relações diplomáticas entre Paquistão e Irã. Em janeiro de 2022, Índia seguiu o mesmo caminho e realizou a Cimeira Índia e Ásia Central, centrada também na estabilidade do Afeganistão (MRE/Índia, 2022)⁸⁴. Desde então, o país, que é membro da OCX, tem sido integrado às várias reuniões,⁸⁵ acordos e planos de trabalho envolvendo os países vizinhos e das regiões e os planos de interconectividade – em breve Cabul estará interligada geoeconomicamente com a BRI e o INSTC.

Belt and Road e conectividades

A BRI avança ao longo de vários corredores de conectividade terrestre e do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC), rota terrestre que interliga Rússia, o Cáspio, o Irã, por terra, e à Índia, por via marítima, e do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) até o Mar da Arábia. Enquanto isso, na frente hidroviária, a Rota da Seda Marítima oferece uma rede paralela do sudeste da China ao Golfo Pérsico, ao Mar Vermelho, à Costa Swahili e ao Mar Mediterrâneo.

⁸² [A Parceria da Grande Eurásia: Conectando o Centro e o Sudeste Asiático - Briefing da Rota da Seda \(silkroadbriefing.com\)](https://silkroadbriefing.com)

⁸³ Marques, L. 2021. **AFEGANISTÃO - Conferência de Chanceleres dos seis países vizinhos + Rússia** In: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: [consolidado Ásia Pacífico e Oriente Médio: período de 03 de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021](#). Rio de Janeiro: Fiocruz/CRIS, 2021. P. 165.

⁸⁴ [Cimeira Virtual Índia-Ásia Central \(mea.gov.in\)](https://mea.gov.in)

⁸⁵ Com dois anos de atraso, os EUA realizaram neste mês de julho, em Astana, seu primeiro encontro com autoridades dos cinco “stans” (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turcomenistão) tendo como tema o Afeganistão e o “apoio conjunto do povo afegão”. Do lado americano, a delegação foi composta por equipe do Departamento de Estado.



Belt and Road - Hubs chaves para conexão Ásia Central e Sul.

<https://www.silkroadbriefing.com/news/2021/04/14/the-greater-eurasian-partnership-connecting-central-south-east-asia/>



Hub INSTC. Fonte: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/03/24/india-russia-connect-supply-chains-via-irans-instc/>

Conectividades:

- O Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC)⁸⁶, multimodal de 7.200 km de extensão é uma rota mais econômica e mais rápida que via Canal de Suez. Esse corredor também conectará o Cazaquistão, que é descrito pela China como a “fivela” da BRI. O INSTC, por sua vez se conecta à Ferrovia Trans-Afegã (UAP)

- A Trans-Afegã UAP (Uzbequistão, Afeganistão e Paquistão) saiu do papel neste mês de julho, quando os três países [assinaram um protocolo conjunto](#) (Ahmed, 2023a)⁸⁷ para conectar as redes uzbeque e paquistanesa via Mazar-i-Sharif e Logar no Afeganistão. Além de facilitar o comércio regional e bilateral entre os países participantes, proporcionará conexões entre pessoas. A ferrovia UAP está no escopo da estratégia ferroviária estratégia ferroviária para a Cooperação Econômica Regional da Ásia Central⁸⁸ – CAREC (Ahmed, 2023b).⁸⁹ A UAP será expandida, conectando a interseção da Ásia Central e Meridional aos portos do Mar Árábico. O projeto já está pronto.

- O comboio multimodal China-Quirguistão-Uzbequistão (CKU). A carga chega a Xingjian (China) por ferrovia, passa pelo Quirguistão e chega ao Uzbequistão, economizando cinco dias. Até o final de 2023 começam as obras de uma ferrovia CKU.

Soma-se a esses corredores, a Rota da Seda do Gelo, para transporte de carga, impulsionada pela parceria Rússia-China, conectando os lados leste e oeste do Ártico, e reduzindo o tempo de navegação Rússia - Ásia de um mês para menos de duas semanas.⁹⁰ A Rota da Seda pelo Ártico é uma rota de navegação mais curta, barata e segura do que a rota tradicional através do Canal de Suez. (Escobar, 2023b).⁹¹

Um projeto tão massivo de fazer comércio e não guerra, centrado em conectividade, construção de infraestrutura, desenvolvimento sustentável e perspicácia diplomática – com foco no Sul Global – não poderia deixar de ser interpretado pelas elites ocidentais como uma ameaça geopolítica e geoeconômica suprema, segundo o professor Pepe Escobar (2023a).

Escobar faz o link desse movimento de conectividade com o que foi discutido no Diálogo de Shangri-la, principal plataforma de diálogo do Leste Asiático, com foco em segurança para o Indo-Pacífico. Na reunião aconteceu no início de junho, a China apresentou sua Nova Iniciativa de Segurança, focada em "segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável", visando “fortalecer a consciência de uma comunidade Ásia-Pacífico com um futuro compartilhado”. Escobar destaca que chamar a região de Ásia-Pacífico corrobora que todos se entendem como Ásia-Pacífico e não "Indo-Pacífico", como sempre se refere os EUA.

E é por isso que toda turbulência geopolítica no tabuleiro de xadrez está direta ou indiretamente ligada à BRI. Incluindo a Ucrânia.

⁸⁶ Países integrantes: Irã, Rússia, Índia, Azerbaijão, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Ucrânia, Bielorrússia, Omã e Síria

⁸⁷ [Trans-Afghan railway to connect Uzbekistan with Pakistan - Pakistan - DAWN.COM](#)

⁸⁸ A CAREC (2023) é um programa de cooperação para os países da Ásia Central do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) <https://www.carecprogram.org/>

⁸⁹ [Pakistan, Afghanistan and Uzbekistan discuss trans-Afghan railway project - Pakistan - DAWN.COM](#)

⁹⁰ A Rota foi inaugurada no início de julho com um navio chinês que [zarpou](#) de São Petersburgo carregado com fertilizantes, produtos químicos e produtos de papel. O navio atravessará o Ártico e chegará a Xangai no início de agosto (Xinhua Finance, 2023).

⁹¹ [Como o trem BRI pegou a estrada para Shangri-La \(thecradle.co\)](#)

E depois da 23ª Cimeira de Chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)⁹², que aconteceu virtualmente no início de julho, sob a presidência da Índia, as preocupações do Ocidente, principalmente dos EUA, só aumentaram.

E os movimentos americanos recentes sinalizam isso: pressão americana sobre Arábia Saudita para realizar uma cúpula sobre Ucrânia⁹³ e para normalizar laços com Israel⁹⁴ - lembremos que Arábia retomou relações com o Irã, com intermediação chinesa, e assinou um acordo econômico de médio e longo prazo com a China⁹⁵; com atraso de dois anos, finalmente América realiza reunião com países da Ásia Central sobre Afeganistão; entre outros movimentos.

23ª Cimeira de Chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai

Nas últimas duas décadas, a OCX se tornou uma plataforma importante para a paz, a prosperidade e o desenvolvimento em toda a região da Eurásia. Reúne três BRICS (Rússia, China e Índia), quatro “stans (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Tajiquistão) e o Paquistão. E, agora, o Irã, que teve sua entrada formalizada - depois de longos anos de pressão e sanções, o país persa poderá avançar e reafirmar seu papel na Ásia Central (Sweidan, 2023). Importante lembrar que a OCX é uma organização que privilegia o consenso em todas as decisões.

A cimeira aconteceu em meio às expectativas dos países da região (e além) de que a OCX desempenhe um papel maior para garantir segurança e prosperidade globais. A [declaração de Nova Dely \(SCO, 2023\)](#).deixou claro o respeito aos interesses mútuos e que a organização segue em direção a uma ordem multipolar.

Objetivo do encontro foi liberar o potencial da OCX para promover a segurança global e a prosperidade. E de fato, a cúpula corroborou que, geoeconomicamente, países da Ásia Central, do Oriente Médio, Rússia, China, Índia, que fazem parte(ou solicitaram adesão) dos BRICS e da OCX, estão cada vez mais próximos e estão “chamando” o Sul Global para se integrar ao novo *Global Globe*. A “selva” está se tornando independente do “jardim”.⁹⁶

⁹² Membros: China, Índia, Irã, Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, Rússia, Tajiquistão, Uzbequistão. Observadores: Afeganistão, Bielorrússia e Mongólia. Parceiros de Diálogo: Armênia, Azerbaijão, Camboja, Egito, Kuwait, Maldivas, Myanmar, Nepal, Catar, Arábia Saudita, Sri Lanka, Peru e Emirados Árabes.

⁹³ Com a participação de até 30 países, incluindo EUA, Ucrânia, Índia, Brasil, Indonésia, Egito, México, Chile e Zâmbia. [Arábia Saudita sediará cúpula da Ucrânia \(thecradle.co\)](#)

⁹⁴ A "frustração" dos países árabes com as violações flagrantes de Israel contra os palestinos estaria complicando o desejo de Washington de ver a Arábia Saudita normalizar os laços com Tel Aviv. Inclusive Emirados Árabes e Bahrein estão repensando a normalização. [Emirados Árabes Unidos e Bahrein azedam normalização israelense: relatório \(thecradle.co\)](#)

⁹⁵ China e Arábia Saudita têm buscado intensificar os laços para além do comércio de petróleo desde a visita do presidente Xi Jinping ao Reino em dezembro (Silvia Ma, 2023)

⁹⁶ Comentário carregado de preconceito e mentalidade colonialista do Alto representante da União Europeia, Josep Borrell, em [discurso](#). em 2022: "A Europa é um jardim. O maioria do resto do mundo é uma selva",



Fonte <https://tvbrics.com/pt/news/putin-discursa-a-favor-da-ades-o-r-pida-de-belarus-ocx/>

A reunião foi presidida pelo Premier da Índia, Narendra Modi, que ocupa a presidência rotativa do bloco. Em seu discurso, disse que a OCX se tornou uma plataforma importante para a paz, prosperidade e desenvolvimento em toda a região da Eurásia nos últimos 20 anos e que a Índia vê a OCX como uma família ampliada. Modi trouxe alguns resultados de sua presidência: novas plataformas, como o Conclave de Jovens Cientistas, o Fórum de Startups e o Conselho da Juventude, foram organizadas para explorar os talentos dos jovens dos países da OCX

Modi ainda afirmou que a OCX será tão importante quanto as Nações Unidas. Exagero à parte, ele verbalizou a insatisfação comum com a ONU e seu conselho de segurança controlado pelo “*Hegemon*”. Interessante observar que sempre inclinação de Nova Deli para o Ocidente contradiz a sua posição como uma força econômica e militar autossuficiente e dificulta as suas aspirações de integração euroasiática através da colaboração com a China e a Rússia.⁹⁷

Embora o discurso de Xi Jinping tenha sido o mais taxativo e, como sempre, apresentando etapas de trabalho, acompanhado de ideais, a fala do presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, foi decisiva. O presidente bielorrusso propôs a integração total da OCX e dos BRICS, incluindo também a UEE, como o próximo passo para o **Global Globe** – o Sul Global que o ocidente qualifica como o “resto” do mundo. Para ele, a fusão BRICS e OCX é inevitável.⁹⁸

Sadyr Japarov, presidente do Quirguistão, falou da importância dos acordos comerciais envolvendo moedas nacionais e que seria crucial a criação de um fundo de desenvolvimento e de um banco de desenvolvimento OCX, nos moldes do Banco dos BRICS.

O presidente do Cazaquistão, que assumirá a próxima presidência do bloco, apoiou a ideia de um fundo de investimento comum, além da configuração de uma rede de parceiros de grandes portos estratégicos, conectados à BRI, à Rota Transcáspio, ligando o Sudeste Asiático, China, Cazaquistão, Mar Cáspio, Azerbaijão, Georgia e Europa.

⁹⁷ Índia acaba de assinar com os EUA um acordo que a coloca “agente de fornecimento e manutenção” para a força naval dos EUA na região da Ásia-Pacífico. Esse envolvimento não está isento de implicações, pois potencialmente entra em conflito com os interesses chineses na região e pode tensionar as relações da Índia com seus colegas membros do BRICS e os da OCX, cujo mais novo membro de pleno direito é o Irã. O

⁹⁸ Escobar, 2023b.

O presidente russo, Vladimir Putin, enfatizou que forças externas colocaram a segurança de seu país sob ameaça. Ele espera que o comércio dentro da OCX usando moedas nacionais cresça .

Na [Declaração de Nova Dely](#) (SCO, 2023), os estados membros lembram que diante de um cenário de transformações e rápido desenvolvimento tecnológico, exigindo otimização e eficácia, será necessário multipolaridade forte, maior interconectividade e ritmo acelerado de digitalização. Somam-se a esse cenário, as ameaças e desafios: conflitos, mudanças climáticas, pandemia, segurança alimentar e energética, exigindo uma ordem mundial democrática, justa e multipolar baseada nos princípios universalmente reconhecidos, do direito internacional, multilateralismo, igual, conjunto, indivisível, abrangente e sustentável, segurança, diversidade cultural e civilizacional, cooperação mutuamente benéfica e igualitária.

Concordam que um bloco comercial OCX-BRICS tornará as sanções ocidentais sem efeito e gerará independência do dólar. E é consenso que a nova moeda comercial supra nacional para os OCX-BRICS-UEE não deve permitir poder superior a uma nação, como acontece com o dólar americano.

E todos concordam que nenhuma integração será possível sem estabilizar o Afeganistão. Eles defendem a construção do Afeganistão como um país independente, neutro, unido, democrático e pacífico, livre de terrorismo, guerra e drogas.⁹⁹

Eles se pronunciaram a favor da implementação do Roteiro para aumento gradual da participação das moedas nacionais em liquidações mútuas pelos Estados-Membros interessados. E pretendem ampliar e aprofundar a cooperação para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e melhorar o bem-estar e os padrões de vida das pessoas na região OCX.

Os Estados Membros pretendem fortalecer a cooperação em educação, ciência e tecnologia, cultura, saúde, gestão de desastres, bem como turismo, esportes e relacionamento interpessoal. contatos de pessoas, especialmente através de mulheres e jovens, instituições de diplomacia pública, centros e meios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as ações do ex-governo americano, Donald Trump, de confrontação à China, marcando o início da disputa comercial acirrada entre EUA e China, e da falta de interesse pelo Oriente Médio, somadas ao apartheid das vacinas, tenham desempenhado algum papel no cenário atual, que desemboca no novo **Global Globe**, a linha do tempo dos movimentos atuais começa com a saída dos EUA do Afeganistão, em 2021, já no governo Biden. Novos atores entraram em cena, ocupando espaços, econômica, política e diplomaticamente.¹⁰⁰

⁹⁹ O Talibã erradicou não uma, mas duas vezes o cultivo de papoula no Afeganistão, a maior fonte de heroína do mundo. Apesar das acusações ocidentais, nunca foi o Talibã por trás da indústria de opiáceos afegã, mas os ocupantes anteriores, com bilhões em lucros lavados através do sistema financeiro global, segundo relatório ALCIS, empresa britânica de serviços de informação geográfica (Mansfield, 2023).

¹⁰⁰ MARQUES, Lúcia. **Pandemia na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: trabalhando as fragilidades reveladas para um pós-Covid inclusivo e verde**. In: BUSS, Paulo Marchiori; BURGER, Pedro (org.). Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/50467/cap_28_pandemia_asia_pacifico_oriente_medio.pdf?sequence=2&isAllowed=y

A guerra fria (China X EUA) e outra quente (Rússia X Ucrânia e seus aliados ocidentais) contribuíram para aprofundar divisões. Muitas sanções foram aplicadas, inviabilizando economia e desenvolvimento.

Os países do Sul Global se reorganizaram para fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão.

As relações comerciais com China e Rússia são fundamentais. Todas as conexões apresentadas mostram a expansão do comércio chinês em várias direções através da BRI. O que nos faz refletir sobre essa fascinante simbiose em andamento entre o sul da China e o oeste da Ásia – Ásia Central e Oriente Médio. Interconexões impensáveis até bem pouco tempo. Por exemplo: Arábia Saudita se aliou à China e à Rússia e é candidata aos BRICS e à OCX. E está turbinando sua cooperação tecnológica com Pequim além de energia e infraestrutura, se tornando um membro pleno da BRI. Outro player importante é o Irã, também candidato aos BRICS, que se tornou membro efetivo da OCX.

Em termos de desenvolvimento pacífico, a Ásia Ocidental vem mostrando o caminho, que deve se estender para além da Eurásia, para o Global Globe.

A “selva” está se tornando independente do “jardim”. Todo o Sul Global está convocado a criar um novo jardim, próprio – e, num futuro não tão distante, com sua própria moeda. O ponto de mudança foi a 23ª cimeira dos chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que propôs para o novo *Global Globe* uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE, conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC.

Um bloco comercial OCX-BRICS-UEE tornará as sanções ocidentais inúteis. Concretizado, o novo bloco terá independência total do dólar americano. Podendo ter um banco central ampliado, atrelado ao ouro, o novo bloco é esboço de uma multipolaridade real, focada na construção – e expansão – da economia, física e não especulativa, baseada no desenvolvimento de infraestrutura, capacidade industrial e compartilhamento de tecnologia (Escobar, 2023b). China, Irã, Turquia, Emirados Árabes estão interessados no pagamento em ouro, não sancionado.

Tudo isso irá se refletir na cúpula de líderes dos BRICS+ que acontecerá em agosto na África. Será uma cúpula extremamente estratégica para o Sul Global.

REFERÊNCIAS

Amin Ahmed 2023a. “Trans-Afghan Railway to Connect Uzbekistan with Pakistan.” *DAWN.COM*, 18 July 2023, www.dawn.com/news/1765398/trans-afghan-railway-to-connect-uzbekistan-with-pakistan . Accessed 31 July 2023.

Amin Ahmed 2023b. “Pakistan, Afghanistan and Uzbekistan Discuss Trans-Afghan Railway Project.” *DAWN.COM*, 6 Jan. 2023, www.dawn.com/news/1730200/pakistan-afghanistan-and-uzbekistan-discuss-trans-afghan-railway-project . Accessed 31 July 2023.

Brasil 247, Redação. “Chefes de Estado Da Organização de Cooperação de Xangai Se Reúnem a Partir Desta Terça-Feira.” *Brasil 247*, 4 July 2023, www.brasil247.com/mundo/chefes-de-estado-da-organizacao-de-cooperacao-de-xangai-se-reunem-a-partir-desta-terca-feira . Accessed 28 July 2023.

Chris Devonshire-Ellis. “The Greater Eurasian Partnership: Connecting Central & South-East Asia.” *Silk Road Briefing*, 14 Apr. 2021, www.silkroadbriefing.com/news/2021/04/14/the-greater-eurasian-partnership-connecting-central-south-east-asia/ . Accessed 29 July 2023.

Cooperação Econômica Regional da Ásia Central. "Site Oficial CAREC Program." *CAREC Program*, 2019, www.carecprogram.org/ . Accessed 31 July 2023.

Cúpula China-Ásia Central. "Declaração de Xi'an Da Cimeira China-Ásia Central." *Www.gov.cn*, 2022, www.gov.cn/yaowen/liebiao/202305/content_6875138.htm . Accessed 30 July 2023.

David , Mansfield. "Truly Unprecedented: The Taliban Drugs Ban." *Alcis*, 6 June 2023, www.alcis.org/post/taliban-drugs-ban . Accessed 31 July 2023. <https://www.alcis.org/post/taliban-drugs-ban>.

Marques, Lúcia 2021. "AFEGANISTÃO - Conferência de Chanceleres Dos Seis Países Vizinhos + Rússia ." 2021. In: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: consolidado Ásia Pacífico e Oriente Médio: período de 03 de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51695/consolidado_cadernos_CRIS_dez2020_nov2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y .

Marques, Lúcia 2023a. "Três Cúpulas Estratégicas Para a Diplomacia Da Ásia, Do Pacífico E Da Região Árabe." *Cadernos Cris-Fiocruz Informe 8-2023*, by Centro de Relações Internacionais em Saúde CRIS, edited by Paulo Buss and Pedro Burger, Fiocruz, 23 May 2023, pp. 215–226, www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/59447/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_08-23_sobre_saude_global_e_diplomacia_da_saude_final.pdf?sequence=2&isAllowed=y . Accessed 30 July 2023.

Marques, Lucia 2023b. "Pandemia Na Ásia-Pacífico E No Oriente Médio: Trabalhando as Fragilidades Reveladas Para Um Pós-Covid Inclusivo E Verde." In: BUSS, Paulo Marchiori; BURGER, Pedro (org.). *Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 381-394. , 2021. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/50467/cap_28_pandemia_asia_pacifico_oriente_medio.pdf?sequence=2&isAllowed=y .

Mateus Ehret. "India-Russia-Iran: Eurasia's New Transportation Powerhouses." *New.thecradle.co*, 19 July 2022, new.thecradle.co/articles/india-russia-iran-eurasias-new-transportation-powerhouses . Accessed 29 July 2023.

Ministério das Relações Exteriores da Índia. "India-Central Asia Virtual Summit." *Www.mea.gov.in*, Jan. 2022, www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/34774/IndiaCentral_Asia_Virtual_Summit . Accessed 30 July 2023.

Organização Para Cooperação de Xangai. "NEW DELHI DECLARATION of the COUNCIL of HEADS of STATE of SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION." July 2023. <http://eng.sectsc.org/load/948725/> .

Pepe Escobar 2023a. "How the BRI Train Took the Road to Shangri-La." *New.thecradle.co*, 12 June 2023, <https://new.thecradle.co/articles/how-the-bri-train-took-the-road-to-shangri-la> . Accessed 30 July 2023.

Pepe Escobar 2023b. "Finance, Power, Integration: The SCO Welcomes a New "Global Globe."" *New.thecradle.co*, 6 July 2023, <https://new.thecradle.co/articles/finance-power-integration-the-sco-welcomes-a-new-global-globe> . Accessed 30 July 2023.

Shanghai Cooperation Organisation. "Statement of the Council of SCO Heads of State on Countering Radicalization Leading to Terrorism, Separatism and Extremism." [Http://Eng.sectsc.org/Documents/](http://Eng.sectsc.org/Documents/) , 23AD, . Accessed 28 July 2023.

Sílvia Ma. "China E Arábia Saudita Aumentam Laços Com Aeroporto Internacional Rei Khalid, Em Riad." [Https://Www.scmp.com](https://www.scmp.com), 28 July 2023, www.scmp.com/economy/global-economy/article/3229281/china-saudi-arabia-add-ties-riyadhs-king-khalid-international-airport-first-mena-receive-tourism?utm_medium=email&utm_source=cm&utm_campaign=enlz-china&utm_content=20230728&tpcc=enlz-china&UUID=76717b2c-da31-4295-91ab-a46f871a89e1&next_article_id=3229258&article_id_list=3229266,3229291,3229267,3229281,3229258,3229260,3229241,3229150&tc=11&CMCampaignID=d36328efceb25948a146ada3898941d1 . Accessed 31 July 2023.

Sweidan, Mohamad Hasan. "Iran in the SCO: Gateway or Gatekeeper to West Asia?" *New.thecradle.co*, 18 July 2023, <https://new.thecradle.co/articles/iran-in-the-sco-gateway-or-gatekeeper-to-west-asia> . Accessed 31 July 2023.

The Cradle 2023a. "Saudi Arabia to Host Ukraine Summit." *New.thecradle.co*, 30 July 2023, <https://new.thecradle.co/articles/saudi-arabia-to-host-ukraine-summit> . Accessed 31 July 2023.

The Cradle 2023b. "UAE, Bahrain Sour on Israeli Normalization: Report." *New.thecradle.co*, 31 July 2023, <https://new.thecradle.co/articles/uae-bahrain-sour-on-israeli-normalization-report> . Accessed 31 July 2023.

União Econômica da Eurásia. "Site Oficial Eurasian Economic Union." *Www.eaeunion.org*, 2014, www.eaeunion.org/?lang=en#about-info . Accessed 30 July 2023.

Xinhua Finance. "A Operação de Navios de Contêineres Chineses E Russos Ao Longo Da Rota Do Ártico Foi Oficialmente Lançada." July 2023, www.cnfin.com/hg-lb/detail/20230708/3892336_1.htm . Accessed 30 July 2023.

Apontando para o Sul

Pointing South

André Costa Lobato

Abstract. Wang Yi returns to be China's foreign minister and remains the director of the Communist Party of China's international relations commission. Qin Gang, who held the post of foreign minister, remains an important cadre of the Party and the government, but his future is uncertain. He represented a channel of dialogue with key capitals of the Western world, London and Washington, where he served. In recent statements, Wang Yi reaffirmed China as a member of the Global South and said the country would remain united with most of the world's countries seeking development.

Keywords: China; geopolitics; health

Resumo. Wang Yi volta a ser o ministro das relações exteriores da China e se mantém como diretor da comissão de relações internacionais do Partido Comunista da China. Qin Gang, que possuía ao cargo de ministro das relações exteriores permanece como um importante quadro do Partido e do governo, mas seu futuro é incerto. Ele representava um canal de diálogo com capitais-chave do mundo ocidental, Londres e Washington, onde serviu. Em declarações recentes, Wang Yi reafirmou a China como um membro do Sul Global e disse que o país se manterá unido com a grande parte dos países do mundo que buscam por desenvolvimento.

Palavras-chave: China; geopolítica, saúde.

O retorno de Wang Yi

O cargo de Ministro das Relações Exteriores voltou a ser ocupado por Wang Yi após decisão da quarta sessão do Comitê Permanente da 14ª Assembleia Popular Nacional (APN)¹⁰¹¹⁰². Ele continua diretor do Comitê de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista da China.

Qin Gang, que ocupava o cargo de ministro desde março deste ano, continua, ao menos por enquanto, como Conselheiro de Estado, uma posição de alto escalão no gabinete do primeiro-ministro, Li Qiang. Menções a Gang foram apagadas da página do Ministério das Relações Exteriores. Foi a pessoa a ficar menos dias no cargo desde a fundação da Nova China. Entre Julho de 2021 e janeiro de 2023 foi Embaixador nos Estados Unidos. No total, passou 11

¹⁰¹ 5. (受权发布) 全国人民代表大会常务委员会决定任免的名单-新华网 [Internet]. Xinhuanet.com. [cited 2023 Jul 31]. Available from: http://www.xinhuanet.com/2023-07/25/c_1129767587.htm

¹⁰² 6. F_. Mais alto órgão legislativo da China realiza sessão e nomeia ministro das Relações Exteriores e governador do banco central [Internet]. Com.cn. [cited 2023 Jul 31]. Available from: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0726/c309806-20049331.html>

anos como diplomata na Embaixada em Londres. Parecia ter como função ajudar a reparar os laços com as capitais-chave do mundo ocidental.

Desde o início de seu mandato, Gang, ainda relativamente desconhecido, parecia ofuscado por Wang, uma persona global. Mas fazia sentido por se tatear de um sênior e um novato. Como Wang fora chanceler por mais de 11 anos e a experiência de Gang indicava um domínio maior dos temas norte-atlânticos, era possível concluir que havia uma transição. De qualquer forma, via-se uma mudança de comportamento, pois Yang Jiechi, antecessor de Wang na direção do comitê de relações exteriores, viajava e aparecia menos em público.

Como notado aqui no mês passado, a primeira ausência relevante de Gang não foi na Asean, como observado por muitos veículos¹⁰³, mas no encontro de chanceleres do BRICS na Cidade do Cabo, África do Sul, no dia 6 de julho, em Joanesburgo para o qual o representante foi o vice-ministro Ma Zhaoxu. Wang Yi estava na reunião do 13º Conselho de Segurança dos BRICS em Joanesburgo no dia 25, quando foi anunciado que ele substituiria Qin Gang. Nota-se que o diretor do Comitê de Relações Internacionais do partido é o chefe do ministro. Agora, Wang ocupa ambas as posições.

Marcador geográfico

Independente do futuro individual de Gang, nota-se no momento um fortalecimento da figura de Wang e, portando, provavelmente, de uma bússola cujo ponteiro marca o Sul, ao invés do norte. Ao menos se mantivermos essa analogia. Porque, é claro, as bússolas apontam para o norte e o sul ao mesmo tempo, dado que se alinham com o campo magnético da terra. Vale lembrar que a bússola quando inventada pelos chineses marcava o sul. E esse ainda é o nome em chinês: apontador do sul.

Recentemente Wang Yi fez algumas declarações em relação ao Sul Global, um conceito não muito utilizado pelos chineses, que preferem sempre o termo países em desenvolvimento. Algumas declarações recentes dele, traduzidas com auxílio do computador:

No dia 6 de julho, na 13ª Reunião de Conselheiros de Segurança Nacional e Altos Representantes de Segurança Nacional do BRICS¹⁰⁴ em Joanesburgo, África do Sul, Wang afirmou que: “Os países do "Sul Global" enfrentam a importante missão de resistir à intervenção externa e à infiltração, mantendo a segurança política e a segurança do regime. Devemos manter a determinação estratégica e a autoconfiança, seguir inabalavelmente nosso próprio caminho, apoiar uns aos outros em questões que envolvam os principais interesses e as principais preocupações uns dos outros, e tomar medidas práticas para combater todo o barulho que provoca a unidade dos BRICS e mancha a cooperação dos BRICS. Devemos continuar a aprofundar a cooperação Sul-Sul, liderar o "Sul Global" para nos unir e nos fortalecer, manter em conjunto a segurança e a estabilidade nacionais e promover a construção de um mundo multipolar igual e ordenado”.

¹⁰³ 7. China's foreign minister to miss ASEAN meeting for health reason. Reuters [Internet]. 2023 Jul 11 [cited 2023 Jul 31]; Available from: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/wang-yi-represent-china-asean-raising-questions-over-qin-gang-whereabouts-2023-07-11/>

¹⁰⁴ 4. 百度安全验证 [Internet]. Baidu.com. [cited 2023 Jul 31]. Available from: <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1772434102027217668>

No encontro, Wang também apresentou quatro sugestões, incluindo a construção de um ciberespaço justo e razoável, a construção de um ciberespaço aberto e inclusivo, a construção de um ciberespaço seguro e estável e a construção de um ciberespaço vibrante.

Em dez de julho, disse que na primeira reunião de alto nível do Fórum Global de Ação para o Desenvolvimento Compartilhado¹⁰⁵ que a “China é o maior país em desenvolvimento do mundo e um membro natural do campo Sul Global. Historicamente, a China trabalhou lado a lado com os países do sul e forjou uma profunda amizade no processo de independência nacional e libertação nacional. Não importa como a situação internacional mude, a China aderirá à posição dos países em desenvolvimento, ficará firme com o grande número de países do Sul, se desenvolverá em conjunto e se revitalizará em conjunto”.

Além de Qin Gang, a Assembleia também removeu o governador do banco central Yi Gang e substituiu por Pan Gongsheng. A saída do governador do banco central era prevista. A do chanceler ficou marcada por mistério, com suspeitas de que ele ainda sofrerá novas investigações.

Conclusões – a critério do autor

A mudança da chefia dos ministérios das Relações Exteriores da China veio acompanhada de declarações favoráveis da China com os países do Sul Global, ou países em desenvolvimento. Embora os motivos da saída de Qin Gang não estejam claros, sem dúvida seu papel de interlocutor com os países que melhor conhecia ficará reduzido. Isso ocorre num momento de pouco avanço na agenda bilateral entre alguns países ocidentais, com um aumento contínuo do número de impedimentos comerciais contra a China, uma agenda noticiosa que faz crescer a aversão ao país em várias regiões e uma nova postura de oposição ao desenvolvimento e à unificação do país que fazem lembrar momentos de acirrada competição ideológica na Guerra Fria. Diferente de Moscou, porém, Pequim afirma inúmeras vezes que não propõe a afirmação de um sistema político. Em suas falas recentes, Wang Yi levantou o tema do Sul global, das aspirações dos países ao desenvolvimento.

¹⁰⁵ 3. 王毅：中国是全球南方阵营的当然成员 [Internet]. Thepaper.cn. [cited 2023 Jul 31]. Available from: https://m.thepaper.cn/baijiahao_23805152

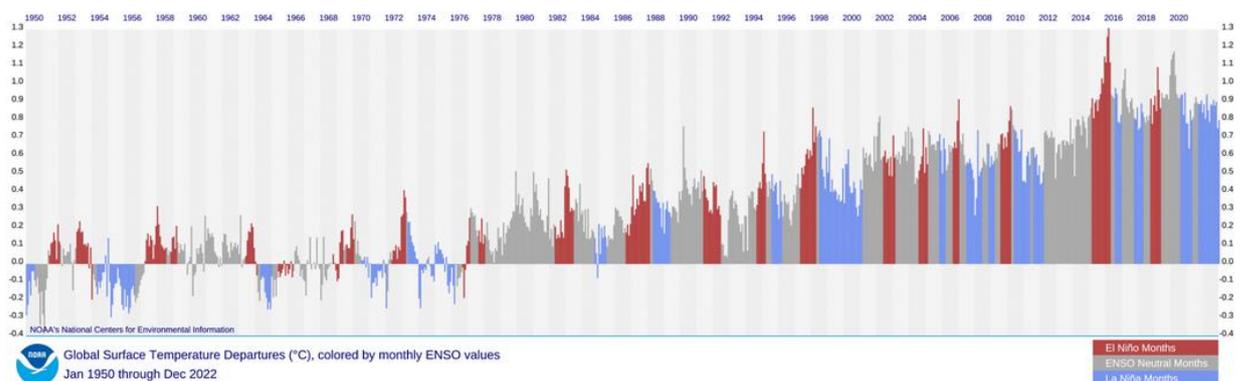
Atualização EUA

Guto Galvão

As ondas de calor estão custando bilhões à economia dos EUA.

Estudos realizados Serviço Nacional de Meteorologia dos EUA ([National Weather Service](#)), pelo Centro de Resiliência da Fundação Adrienne Arsht-Rockefeller ([Adrienne Arsht-Rockefeller Foundation Resilience Center-Arsht-Rock](#)) e pelo Times sugerem que as ondas de calor resultaram em uma perda de produtividade de mais de US\$ 100 bilhões nos Estados Unidos desde 1995. Essa perda não se limita a um grupo específico e afeta tanto as nações ricas quanto as pobres, bem como o desempenho individual e a produtividade nacional, como destacado em recente [artigo de revisão de Lai et al.](#) O calor extremo afeta negativamente a produtividade mental, incluindo habilidades cognitivas, de aprendizagem e de tomada de decisão. Os danos causados pela exposição a temperaturas extremas no útero podem ser ainda mais severos e duradouros. Os efeitos da temperatura também são influenciados por fatores sociais e econômicos, como renda, gênero e raça. Embora estudos tenham avaliado os efeitos da temperatura nos setores agrícola e industrial, as pesquisas sobre seu impacto no setor de serviços são limitadas. Embora algumas medidas adaptativas tenham sido identificadas, ainda há necessidade de evidências conclusivas que estabeleçam uma relação causal entre temperatura e comportamentos adaptativos observados. Outros estudos afirmam que as pessoas podem faltar ao trabalho, serem menos produtivos no trabalho ou precisar tirar dias de folga para se recuperar de doenças relacionadas ao calor.

O excesso de calor é um problema crescente nos Estados Unidos e no mundo como mostra o Centros Nacionais de Informação Ambiental ([National Centers for Environmental Information-NOAA](#)). Como se pode ver na figura abaixo as temperaturas médias estão aumentando e as ondas de calor estão se tornando mais frequentes e intensas. Isso tem levado as agências do governo a tomar ações específicas como demonstra o quadro abaixo um aumento na perda de produtividade e nos problemas de saúde relacionados ao calor.



NOAA National Centers for Environmental Information, Monthly Global Climate Report for Annual 1950-2022, published online January 2023, retrieved on July 31, 2023 from <https://www.ncei.noaa.gov/access/monitoring/monthly-report/global/202213>

Além das consequências econômicas, o excesso de calor também tem um impacto significativo na saúde humana. O calor pode causar uma série de problemas de saúde, incluindo

insolação, exaustão pelo calor e doenças cardíacas e cerebrovasculares. Em casos graves, o calor pode até levar à morte.

O excesso de calor é um problema particular para certos grupos de pessoas. Os idosos, as crianças pequenas e as pessoas com doenças crônicas são mais vulneráveis aos efeitos do calor. Essas pessoas também são mais propensas a perder produtividade durante as ondas de calor.

Existem várias coisas que podem ser feitas para reduzir a perda de produtividade causada pelo excesso de calor. As empresas podem instalar sistemas de ar-condicionado eficientes e fornecer água fria para os funcionários. Os governos também podem investir em infraestrutura para ajudar as pessoas a se manterem frescas, como parques e jardins.

É importante tomar medidas para se proteger do excesso de calor. Se você estiver em um ambiente quente, beba bastante líquido, fique na sombra e evite atividades extenuantes. Se você sentir sinais de insolação ou exaustão pelo calor, procure atendimento médico imediatamente.

NATIONAL WEATHER SERVICE
NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION

HOME FORECAST PAST WEATHER SAFETY INFORMATION EDUCATION NEWS SEARCH ABOUT

Heat Cramps, Exhaustion, Stroke
Weather.gov > Safety > Heat Cramps, Exhaustion, Stroke

Safety National Program

Heat Safety Heat Watch vs. Warning Heat Forecast Tools During a Heat Wave Heat Related Illnesses

Heat Exhaustion **Heat Stroke**

ACT FAST

- Move to a cooler area
- Loosen clothing
- Sip cool water
- Seek medical help if symptoms don't improve

Dizziness
Thirst
Heavy Sweating
Nausea
Weakness

ACT FAST

CALL 911

- Move person to a cooler area
- Loosen clothing and remove extra layers
- Cool with water or ice

Heat exhaustion can lead to heat stroke.
Heat stroke can cause death or permanent disability if emergency treatment is not given.

Stay Cool, Stay Hydrated, Stay Informed!

Heat Safety Resources

- Heat Safety
- Heat.gov
- Children, Pets and Vehicles
- Seasonal Safety Campaign
- Ultraviolet (UV) Safety
- Games and Activities for Kids
- Survivor Stories
- Education and Outreach
- Links and Partners

During extremely hot and humid weather, your body's ability to cool itself is challenged. When the body heats too rapidly to cool itself properly, or when too much fluid or salt is lost through dehydration or sweating, body temperature rises and you or someone you care about may experience a heat-related illness. It is important to know the symptoms of excessive heat exposure and the appropriate responses. The Centers for Disease Control and Prevention (CDC) provides a list of warning signs and symptoms of heat illness, and recommended first aid steps. Some of these symptoms and steps are listed below.

Heat Cramps

Heat cramps may be the first sign of heat-related illness, and may lead to heat exhaustion or stroke.

- **Symptoms:** Painful muscle cramps and spasms usually in legs and abdomen and Heavy sweating.
- **First Aid:** Apply firm pressure on cramping muscles or gently massage to relieve spasm. Give sips of water unless the person complains of nausea, then stop giving water.

Seek immediate medical attention if cramps last longer than 1 hour.

Heat Exhaustion

- **Symptoms:** Heavy sweating, Weakness or tiredness, cool, pale, clammy skin; fast, weak pulse, muscle cramps, dizziness, nausea or vomiting, headache, fainting.
- **First Aid:** Move person to a cooler environment, preferably a well air conditioned room. Loosen clothing. Apply cool, wet cloths or have person sit in a cool bath. Offer sips of water. If person vomits more than once.

Seek immediate medical attention if the person vomits, symptoms worsen or last longer than 1 hour

Heat Stroke

- **Symptoms:** Throbbing headache, confusion, nausea, dizziness, body temperature above 103°F, hot, red, dry or damp skin, rapid and strong pulse, fainting, loss of consciousness.
- **First Aid:** **Call 911 or get the victim to a hospital immediately.** Heat stroke is a severe medical emergency. Delay can be fatal. Move the victim to a cooler, preferably air-conditioned, environment. Reduce body temperature with cool cloths or bath. Use fan if heat index temperatures are below the high 90s. A fan can make you hotter at higher temperatures. Do **NOT** give fluids.

Using a fan to blow air in someone's direction may actually make them hotter if heat index temperatures are above the 90s. For more information on all of these heat related illnesses, see the [Centers for Disease Control and Prevention \(CDC\)](#) site.

US Dept of Commerce
National Oceanic and Atmospheric Administration
National Weather Service
Safety
1325 East West Highway
Silver Spring, MD 20910

Disclaimer
Information Quality
Help
Glossary

Privacy Policy
Freedom of Information Act (FOIA)
About Us
Career Opportunities

Comments? Questions? Please Contact Us.

Novo Escritório sobre Pandemia na casa Branca

A Casa Branca estabeleceu em julho o [Escritório de Política de Preparação e Resposta a Pandemias \(OPPR\)](#) que substituiu e incrementa a equipe de resposta COVID-19 da Casa Branca. O OPPR será encarregado de supervisionar a resposta do governo à pandemia e outras ameaças à saúde pública. O [major-general Paul Friedrichs](#), ex-cirurgião do Estado-Maior Conjunto do Pentágono será o seu primeiro diretor, um cargo permanente no [Gabinete Executivo da Presidência da República \(EOP\)](#).

Para alcançar isso, o OPPR liderará o desenvolvimento e a implementação de planos de preparação e resposta a pandemias, coordenará a resposta do governo a pandemias reais ou potenciais, colaborará com outros países para melhorar a preparação global para pandemias, investirá na pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas para ameaças pandêmicas, monitorará o cenário global de saúde para ameaças pandêmicas emergentes, e fornecerá ao público informações e orientações sobre pandemias e outras ameaças à saúde.

As responsabilidades do OPPR incluem desenvolver e implementar planos governamentais para responder a pandemias, que envolverão o armazenamento de suprimentos médicos, a criação de vacinas e tratamentos e o treinamento de profissionais de saúde. Além disso, o OPPR coordenará com outras agências federais, governos estaduais e locais e o setor privado para responder a pandemias reais ou potenciais. Também trabalhará com outros países para compartilhar informações e melhores práticas, desenvolver padrões comuns e financiar pesquisas sobre vacinas, tratamentos e diagnósticos para doenças pandêmicas.

O OPPR monitorará o cenário global de saúde para ameaças pandêmicas emergentes, rastreará a disseminação de doenças, identificará novos patógenos e avaliará o risco de pandemias. Por fim, fornecerá ao público informações atualizadas sobre ameaças pandêmicas e como se proteger contra elas. O OPPR é um novo escritório crucial que ajudará a manter o povo americano a salvo de pandemias e outras ameaças à saúde pública.

Estudo analisou diferenças de mortalidade durante a pandemia da Covid e afiliação partidária.

Durante a pandemia de COVID-19, as taxas de mortalidade em excesso foram analisadas entre os eleitores registrados na Flórida e Ohio, com base em sua filiação política como republicanos ou democratas. O [estudo](#) de Wallace e colaboradores descobriu que a filiação política pode ser um fator que contribuiu para as taxas de mortalidade por COVID-19. Essas informações são importantes para as autoridades de saúde pública que estão trabalhando no combate à pandemia. Existem algumas razões possíveis para esse achado. Em primeiro lugar, observou-se que os eleitores registrados nos republicanos são menos propensos a receber a vacina COVID-19 do que os eleitores registrados nos democratas. Isso pode ser devido a vários fatores, como a falta de confiança no governo e na comunidade científica. Em segundo lugar, os eleitores registrados pelos republicanos são mais propensos a viver em áreas rurais onde o acesso à saúde é limitado, tornando mais desafiador para eles receber cuidados adequados se contraírem COVID-19. Por fim, os eleitores registrados no Partido Republicano são mais propensos a serem céticos em relação às recomendações de saúde pública, como o uso de máscaras e o distanciamento social, potencialmente aumentando suas chances de exposição ao vírus. É importante notar que essas são apenas algumas explicações possíveis, e mais pesquisas são necessárias para entender completamente a ligação entre a filiação política e a mortalidade por COVID-19. Além disso, o estudo descobriu que as taxas de mortalidade em excesso para eleitores registrados no Partido Republicano eram maiores no início da pandemia, quando havia menos informações sobre o vírus e menos tratamentos disponíveis. Isso indica que a filiação

política pode ter desempenhado um papel na determinação de quem era mais suscetível ao vírus e quem tinha mais probabilidade de falecer dele. No geral, as descobertas do estudo mostram que a filiação política é um fator importante nas taxas de mortalidade por COVID-19, e as autoridades de saúde pública devem considerar isso ao desenvolver estratégias para mitigar a pandemia. Além disso, pode ser necessário adaptar as mensagens de saúde pública a diferentes grupos políticos para garantir que todos tenham acesso às informações e recursos necessários para se protegerem da COVID-19.

O presidente Joe Biden ressuscitou a iniciativa “Cancer Moonshot”

Em 27 de julho de 2023, o presidente Joe Biden ressuscitou o Cancer Moonshot (*Moonshot* é um termo emprestado do literal “vão à Lua” e é usado para qualificar projetos de tecnologia que pretendem resolver um enorme problema, usando soluções radicais e tecnologias extremamente inovadoras). Essa iniciativa nacional é destinada a acelerar o progresso na pesquisa e no tratamento do câncer. O “Cancer Moonshot” foi lançado inicialmente em 2016 pelo presidente Barack Obama e fez progressos significativos desde então.

Durante seu anúncio, o presidente Biden afirmou que o objetivo da iniciativa é “transformar mais cânceres de sentenças de morte em doenças tratáveis”. Ele também disse que o Moonshot se concentrará em quatro áreas cruciais:

- Detecção precoce: Esforço para desenvolver novas técnicas para detectar o câncer precocemente, quando ele é mais tratável.
- Novos tratamentos: Oferecer financiamento para a pesquisa de novos tratamentos contra o câncer.
- Medicina personalizada: Desenvolver tratamentos contra o câncer que atendam a pacientes de forma individual e personalizados.
- Melhorar o atendimento: O Moonshot tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento oncológico para todos os pacientes.

O presidente Biden chamou o Moonshot de “tiro na lua para o século 21” e instou o Congresso a fornecer US\$ 10 bilhões em financiamento para a iniciativa. Ele também expressou sua disposição de trabalhar com o setor privado para acelerar o progresso na pesquisa e no tratamento do câncer.

O câncer é uma das principais causas de morte nos Estados Unidos, e estima-se que uma em cada quatro pessoas será diagnosticada com câncer ao longo da vida. Essa iniciativa tem o potencial de fazer uma diferença significativa na qualidade e na expectativa de vida de milhões de pessoas.

Os objetivos específicos do Cancer Moonshot incluem reduzir a taxa de mortalidade por câncer em pelo menos 50% nos próximos 25 anos, desenvolver novas técnicas para detectar o câncer precocemente, financiar pesquisas sobre novos e mais eficazes tratamentos contra o câncer, desenvolver tratamentos personalizados contra o câncer e melhorar a qualidade dos cuidados oncológicos para todos os pacientes.

Embora o Cancer Moonshot seja uma iniciativa complexa e desafiadora, ele tem o potencial de fazer uma diferença real na vida de milhões de pessoas. O presidente Biden está comprometido com o Moonshot e está trabalhando com o Congresso e o setor privado para torná-lo um sucesso.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós-Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup –Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **70** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022, **23** seminários, e em 2023 já foram realizados **13** seminários avançados. Todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximo seminário – Série 2023

Dia 9 de agosto – *Equidade em saúde global: a sociedade civil entre a retórica e a prática*

Dia 26 de agosto – *Saúde na Cúpula da Amazônia*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 13/2023

Período de 19 de julho a 1º. de agosto de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

172 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.